

Resenha

de Política Exterior do Brasil

número 120, 1º semestre de 2017

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão de Comunicações e Arquivo – Arquivo Central

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Arquivo Central - DCA

© 2017 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pelo Arquivo Central da Divisão de Comunicações e Arquivo (DCA).

- Ministro de Estado das Relações Exteriores

José Serra até 22 de fevereiro de 2017

Aloysio Nunes Ferreira Filho a partir de 7 de março de 2017

- Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão

- Subsecretário-Geral do Serviço Exterior

Embaixadora Maria-Theresa Lazaro

- Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação

Ministro Marcos Arbizu de Souza Campos

- Chefe do Arquivo Central – Divisão de Comunicações e Arquivo

Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

219p.

ISSN 01012428

Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 327(81)(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS	15
INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA REUNIÃO DE CHANCELERES DO G20 – PRIMEIRA SESSÃO – "TRANSFORMANDO NOSSO MUNDO: AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL" – BONN, 16 DE FEVEREIRO DE 2017	15
INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA REUNIÃO DE CHANCELERES DO G20 – SESSÃO 2 – "MANUTENÇÃO DA PAZ EM UM MUNDO COMPLEXO" – BONN, 17 DE FEVEREIRO DE 2017	17
INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA REUNIÃO DE CHANCELERES DO G20 – SESSÃO 3 – "COOPERAÇÃO COM A ÁFRICA" – BONN, 17 DE FEVEREIRO DE 2017	19
TEXTO-BASE PARA O DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – PALÁCIO ITAMARATY, 7 DE MARÇO DE 2017	21
TEXTO-BASE PARA O DISCURSO DE POSSE DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ALOYSIO NUNES FERREIRA – PALÁCIO ITAMARATY, 7 DE MARÇO DE 2017	28
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ALOYSIO NUNES FERREIRA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE FORMATURA DAS TURMAS D. PAULO EVARISTO ARNS (2014-2016) E BERTHA LUTZ (2015-2017), DO INSTITUTO RIO BRANCO – PALÁCIO ITAMARATY, 20 DE ABRIL DE 2017	36
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ALOYSIO NUNES FERREIRA, POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DOS 30 ANOS DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC) – PALÁCIO ITAMARATY, 25 DE MAIO DE 2017	41
ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR	45
COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES	47
ATENTADO NA TURQUIA 01/01/2017	47

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DA GUINÉ EQUATORIAL 02/01/2017	47
RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO HAITI 04/01/2017	47
DECLARAÇÃO DO MINISTRO JOSÉ SERRA SOBRE A MORTE DE MÁRIO SOARES 07/01/2017	47
ATAQUE TERRORISTA EM JERUSALÉM 08/01/2017	48
VIAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA A PORTUGAL, POR OCASIÃO DAS EXÉQUIAS DO EX-PRESIDENTE MÁRIO SOARES – LISBOA, 10 DE JANEIRO DE 2017	48
FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, ROMAN HERZOG 10/01/2017	48
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM ISRAEL 11/01/2017	49
ATAQUES TERRORISTAS NO AFGANISTÃO 12/01/2017	49
ACIDENTE RODOVIÁRIO NO EQUADOR 14/01/2017	49
ACIDENTE AÉREO NO QUIRGUISTÃO 16/01/2017	50
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DE ISRAEL 17/01/2017	50
ABERTURA DO MERCADO DA ÁFRICA DO SUL PARA A CARNE SUÍNA BRASILEIRA 18/01/2017	50
ATAQUE SUICIDA A BASE MILITAR NO MALI 18/07/2017	50
REUNIÃO MINISTERIAL ENTRE OS PAÍSES DO MERCOSUL E DA ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DE LIVRE COMÉRCIO – EFTA 19/01/2017	50
DESABAMENTO DE EDIFÍCIO EM TEERÃ 19/01/2017	51
ABALOS SÍSMICOS E AVALANCHE NA ITÁLIA 20/01/2017	51
BRASIL DOA 70 MIL DOSES DE VACINAS ANTIRRÁBICAS À BOLÍVIA 20/01/2017	51
ATAQUE TERRORISTA NO PAQUISTÃO 22/01/2017	52
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA TANZÂNIA 23/01/2017	52
NOTA À IMPRENSA 26/01/2017	52

DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO 27/01/2017	52
CANDIDATURA DO EMBAIXADOR JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA AO ÓRGÃO DE APELAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO 30/01/2017	53
ATENTADO EM MESQUITA NO CANADÁ 30/01/2017	53
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA NORUEGA 01/02/2017	54
APOIO AO CHILE NO COMBATE A INCÊNDIOS 03/02/2017	54
VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ARGENTINA, MAURICIO MACRI, AO BRASIL – BRASÍLIA, 7 DE FEVEREIRO DE 2017	54
DECLARAÇÃO CONJUNTA PRESIDENCIAL POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE MAURICIO MACRI A BRASÍLIA – 7 DE FEVEREIRO DE 2017	55
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ARGENTINA, MAURICIO MACRI, AO BRASIL – BRASÍLIA, 7 DE FEVEREIRO DE 2017	64
CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E CANADÁ SOBRE SUBSÍDIOS AO SETOR AERONÁUTICO – PEDIDO DE COSULTAS 08/02/2017	81
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS 08/02/2017	81
ATENTADO TERRORISTA NO AFEGANISTÃO 08/02/2017	81
ASSENTAMENTOS ISRAELENSES NA CISJORDÂNIA 12/02/2017	82
JORNALISTAS DETIDOS NA VENEZUELA 12/02/2017	82
50 ANOS DO TRATADO DE PROSCRIÇÃO DE ARMAS NUCLEARES NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE – TRATADO DE TLAELOLCO 14/02/2017	82
ATENTADO NO PAQUISTÃO 14/02/2017	83
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DO CHILE 15/02/2017	83
LANÇAMENTO DE MÍSSIL PELA COREIA DO NORTE 15/02/2017	83
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA LIBÉRIA 15/02/2017	83

REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO G20 16/02/2017	84
VISITA DA MINISTRA DA SEGURANÇA DA REPÚBLICA ARGENTINA, PATRICIA BULLRICH, AO BRASIL – BRASÍLIA E SÃO PAULO, 16 E 17 DE FEVEREIRO DE 2017	84
ATENTADO NO PAQUISTÃO 17/02/2017	84
DECLARAÇÃO DO MINISTRO JOSÉ SERRA SOBRE O FALECIMENTO DO CONSELHEIRO BRUNO GUERRA CARNEIRO LEÃO 20/02/2017	85
ENTRADA EM VIGOR DO ACORDO DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO (AFC) DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) 22/02/2017	85
LANÇAMENTO DO "TÍTULO NET" NO EXTERIOR E RENOVAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA APERFEIÇOAMENTO DAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS NO EXTERIOR 22/02/2017	86
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA ZÂMBIA 27/02/2017	86
REELEIÇÃO DO EMBAIXADOR ROBERTO AZEVÊDO PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO 28/02/2017	87
FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO HAITI, RENÉ PRÉVAL 03/03/2017	87
ATENTADO EM CABUL 08/03/2017	88
LANÇAMENTO DO PLANO NACIONAL DE AÇÃO SOBRE MULHERES, PAZ E SEGURANÇA 08/03/2017	88
REUNIÃO DE CHANCELERES DO MERCOSUL E VISITA DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA À ARGENTINA 08/03/2017	88
CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E CANADÁ SOBRE SUBSÍDIOS AO SETOR AERONÁUTICO – CONSULTAS 09/03/2017	89
LANÇAMENTOS DE MÍSSEIS PELA REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA 09/03/2017	89
ELEIÇÃO DO EMBAIXADOR JOÃO ALMINO À ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS 09/03/2017	89
LANÇAMENTO DO NOVO PORTAL DA SECRETARIA-EXECUTIVA DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR – SE-CAMEX 09/03/2017	90

INCÊNDIO EM CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA MENORES NA GUATEMALA 09/03/2017	91
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" À EMBAIXADORA DO BRASIL NA IRLANDA 10/03/2017	91
NOTA DE PESAR PELO FALECIMENTO DO EMBAIXADOR DE BANGLADESH, MOHAMED MIJARUL QUAYES 11/03/2017	91
ATENTADO NA SÍRIA 12/03/2017	91
EXPOSIÇÃO "PALAVRAS SEM FRONTEIRAS – MÍDIAS CONVERGENTES" – PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 14 DE MARÇO A 13 DE ABRIL 13/03/2017	92
CINQUENTENÁRIO DO PALÁCIO ITAMARATY 14/03/2017	92
VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS AO BRASIL – BRASÍLIA, 16 DE MARÇO; SÃO PAULO, 21 DE MARÇO DE 2017 14/03/2017	93
DESLIZAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO DE KOSHE, ETIÓPIA 17/03/2017	94
ELEIÇÃO DE JOSÉ DAUSTER SETTE PARA O CARGO DE DIRETOR-EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ 17/03/2017	94
ENCHENTES NO PERU 17/03/2017	95
LANÇAMENTO DO SATÉLITE GEOESTACIONÁRIO DE DEFESA E COMUNICAÇÕES (SGDC) 18/03/2017	95
NOTA À IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA 19/03/2017	95
VISITA DO PRESIDENTE DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA (CAF), ENRIQUE GARCÍA – 20 DE MARÇO DE 2017	96
APOIO ÀS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA NAS REGIÕES AFETADAS PELAS CHUVAS NO PERU 21/03/2017	97
DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL 21/03/2017	97
COMITÊ NACIONAL DE INVESTIMENTOS 22/03/2017	97
ATENTADO EM LONDRES 22/03/2017	98
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO MÉXICO 23/03/2017	98

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS: "MANDATO DO PERITO INDEPENDENTE SOBRE OS EFEITOS DA DÍVIDA EXTERNA E OUTRAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS CORRELATAS DOS ESTADOS NA PLENA FRUIÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS" 23/03/2017	98
DECLARAÇÃO SOBRE A VENEZUELA 23/03/2017	99
VISITA DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA AO PARAGUAI – ASSUNÇÃO, 27 E 28 DE MARÇO DE 2017	100
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI, RODOLFO NIN NOVOA – BRASÍLIA, 29 DE MARÇO DE 2017	101
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE PORTUGAL, AUGUSTO SANTOS SILVA – BRASÍLIA, 29 DE MARÇO DE 2017 28/03/2017	102
ENCONTRO DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA COM A SECRETÁRIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL, FANG LIU 28/03/2017	102
SENTENÇAS DO TRIBUNAL SUPREMO DE JUSTIÇA DA VENEZUELA 30/03/2017	102
CANDIDATURA DE FLÁVIA PIOVESAN À COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS – BRASÍLIA, 30 DE MARÇO DE 2017	103
NOTA À IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – VISITA DOS REIS DA SUÉCIA AO BRASIL – 03 A 07/04/2017 31/03/2017	103
COMUNICADO CONJUNTO SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA 31/03/2017	104
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM BANGLADESH 31/03/2017	104
DECLARAÇÃO DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL SOBRE A REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA – BUENOS AIRES, 1 DE ABRIL DE 2017	105
ENCHENTES NA COLÔMBIA 01/04/2017	106
DECLARAÇÃO DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA POR OCASIÃO DO FALECIMENTO DA EMBAIXATRIZ LÚCIA FLECHA DE LIMA 02/04/2017	106
SITUAÇÃO NO PARAGUAI 03/04/2017	106

EXPLOSÃO NO METRÔ DE SÃO PETERSBURGO 03/04/2017	106
ANÚNCIO DE NOVO ASSENTAMENTO NA PALESTINA 04/04/2017	107
USO DE ARMAS QUÍMICAS NA PROVÍNCIA SÍRIA DE IDLIB 04/04/2017	107
VIAGEM DE TRABALHO DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA A BUENOS AIRES 06/04/2017	107
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS DO MERCOSUL (PCFI) 07/04/2016	108
CONFLITO NA SÍRIA 07/04/2017	109
VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO-GERAL DA OEA 07/04/2017	109
ATENTADO NO PAQUISTÃO 07/04/2017	109
ATAQUE EM ESTOCOLMO 07/04/2017	110
CASSAÇÃO DE DIREITOS DO GOVERNADOR DE MIRANDA (VENEZUELA) 07/04/2017	110
VISITA DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA AO CHILE 07/04/2016	110
DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE ATENTADO NA SUÉCIA 07/04/2017	111
EXPLOSÕES NO EGITO 09/04/2017	111
VISITA DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA AO CHILE – 10 E 11 DE ABRIL DE 2017 10/04/2017	111
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO GRÃO-DUCADO DE LUXEMBURGO 13/04/2017	112
DECLARAÇÃO CONJUNTA EMITIDA NA CONCLUSÃO DA 24ª REUNIÃO MINISTERIAL DO BASIC SOBRE MUDANÇA DO CLIMA – PEQUIM, CHINA – 11 DE ABRIL DE 2017 17/04/2017	112
COMUNICADO SOBRE A VENEZUELA 17/04/2017	115
VISITA DO PRESIDENTE DO GOVERNO DA ESPANHA, MARIANO RAJOY – 24 E 25 DE ABRIL DE 2017 19/04/2017	115
CERIMÔNIA EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO DIPLOMATA – PALÁCIO ITAMARATY, 20 DE ABRIL DE 2017 19/07/2017	116
VIOLÊNCIA NA VENEZUELA 20/04/2017	117
COMUNICADO SOBRE A VENEZUELA 21/04/2017	117
ATENTADO NO AFEGANISTÃO 22/04/2017	117

DECLARAÇÃO CONJUNTA POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DO GOVERNO DO REINO DA ESPANHA AO BRASIL 24/04/2017	118
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM BELIZE 24/04/2017	131
ACIDENTE RODOVIÁRIO NA ÁFRICA DO SUL 24/04/2017	131
AUDIÊNCIA DO PRESIDENTE DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NDB), KUNDAPUR VAMAN KAMATHA, COM O MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA 25/04/2017	132
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DA TUNÍSIA, KHEMAÏES JHINAQUI 25/04/2017	132
MORTE DO JORNALISTA CARLOS CHAGAS 26/04/2017	133
VI DIÁLOGO DE ALTO NÍVEL BRASIL-UNIÃO EUROPEIA EM DIREITOS HUMANOS – BRUXELAS, 27 DE ABRIL DE 2017 – COMUNICADO CONJUNTO 27/04/2017	133
REUNIÃO DO MECANISMO DE CONSULTAS ENTRE O BRASIL E A PALESTINA 28/04/2017	134
COMUNICADO SOBRE A VENEZUELA 30/04/2017	134
VISITA OFICIAL AO BRASIL DA SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – BRASÍLIA E SALVADOR, 2 A 5 DE MAIO DE 2017 02/05/2017	135
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO REINO DA TAILÂNDIA 03/05/2017	135
COMUNICADO SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA 04/05/2017	135
MECANISMO DE REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS 05/05/2017	136
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ALOYSIO NUNES FERREIRA, À NAMÍBIA, BOTSUANA, MALAWI, MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL 05/05/2017	137
DECLARAÇÃO DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA SOBRE AS ELEIÇÕES NA FRANÇA 07/05/2017	138
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" À EMBAIXADA DO BRASIL EM GANA 11/05/2017	139
ATENTADO NO PAQUISTÃO 12/05/2017	139

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM TRINIDAD E TOBAGO 16/05/2017	139
LANÇAMENTO DE MÍSSIL PELA COREIA DO NORTE 16/05/2017	139
DIA MUNDIAL DE COMBATE À HOMOFOBIA E À TRANSFOBIA 17/05/2017	140
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO MÉXICO 22/05/2017	140
SALVAGUARDAS DA CHINA CONTRA IMPORTAÇÕES DE AÇÚCAR 22/05/2017	141
ATENTADO A BOMBA EM MANCHESTER 23/05/2017	141
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA GEÓRGIA 24/05/2017	141
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA ESPANHA 24/05/2017	142
ATENTADO CONTRA CRISTÃOS NO EGITO 26/05/2017	142
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO URUGUAI 26/05/2017	142
NOTA À IMPRENSA 26/05/2017	142
29ª REUNIÃO DE CONSULTAS DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA OEA – WASHINGTON, 31 DE MAIO DE 2017 29/05/2017	143
I REUNIÃO DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO POLÍTICA BRASIL-ARGENTINA – BRASÍLIA, 30 DE MAIO DE 2017 29/05/2017	144
INUNDAÇÕES E DESLIZAMENTOS NO SRI LANKA 29/05/2017	144
ATENTADO NO AFEGANISTÃO 31/05/2017	144
REUNIÃO DE CHANCELERES DO BRASIL E DO MÉXICO EM WASHINGTON 31/05/2017	145
VISITA DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA AOS ESTADOS UNIDOS – WASHINGTON, 2 DE JUNHO DE 2017 01/06/2017	145
NOTA CONJUNTA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MUDANÇA DO CLIMA 01/06/2017	145
VISITA DO MINISTRO DE ESTADOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO HAITI – PORTO PRÍNCIPE, 2 E 3 DE JUNHO 2017 01/06/2017	146

ATENTADOS EM KOLOFATA, CAMEROUN 05/06/2017	147
ATENTADOS TERRORISTAS EM LONDRES 05/06/2017	147
SITUAÇÃO NO GOLFO E NA PENÍNSULA ARÁBICA 06/06/2017	147
AGRESSÃO POLICIAL CONTRA MANIFESTAÇÕES PACÍFICAS NA VENEZUELA 06/06/2017	147
ATENTADOS NO IRÃ 07/06/2017	148
COMITÊ DE FRONTEIRA BRASIL-GUIANA – LETHEM, 5 E 6 DE JUNHO 2017	148
NOTA À IMPRENSA DOS RELATORES ESPECIAS DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU E DO RELATOR ESPECIAL DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 08/06/2017	148
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DE BANGLADESH 09/06/2017	149
ATENTADOS NO IRAQUE 09/06/2017	149
IV REUNIÃO NEGOCIADORA PARA A AMPLIAÇÃO E O APROFUNDAMENTO DO ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº 53 (ACE-53) BRASIL E MÉXICO – BRASÍLIA, 12 A 14 DE JUNHO DE 2017 14/06/2017	149
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ALOYSIO NUNES FERREIRA À CHINA – PEQUIM, 16 DE JUNHO DE 2017	150
ASSEMBLEIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – CANCÚN, MÉXICO, 19 A 21 DE JUNHO DE 2017 16/06/2017	151
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" À EMBAIXADORA DE GANA 16/06/2017	151
1ª RODADA DE NEGOCIAÇÕES ENTRE OS ESTADOS AS EFTA E DO MERCOSUL SOBRE UM ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO 16/06/2017	151
VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À RÚSSIA – MOSCOU, 20 E 21 DE JUNHO DE 2017	152
VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À NORUEGA – OSLO, 22 E 23 DE JUNHO DE 2017 17/06/2017	153
EXPLOSÃO EM BOGOTÁ 18/06/2017	153
INCÊNDIO EM LEIRIA 18/06/2017	153
FALECIMENTO DE HELMUT KOHL 19/06/2017	154

COMUNICADO CONJUNTO DOS PAÍSES AFINS SOBRE OS RESULTADOS DA XXIX REUNIÃO DE CONSULTA DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA OEA 20/06/2016	154
COMUNICADO CONJUNTO DA REUNIÃO DOS CHANCELERES DO BRICS EM PEQUIM – PEQUIM, CHINA, 18 E 19 DE JUNHO DE 2017 (INGLÊS) 20/06/2017	155
INCIDENTE EM LONDRES 20/06/2017	158
ELEIÇÃO DE FLAVIA PIOVESAN COMO MEMBRO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH) 21/06/2017	158
ELEIÇÃO DO EMBAIXADOR SILVIO ALBUQUERQUE COMO PERITO DO COMITÊ PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL DAS NAÇÕES UNIDAS 22/06/2017	159
RESOLUÇÃO DO CONSELHO DA OACI SOBRE O CONTENCIOSO BRASIL-ESTADOS UNIDOS EM RELAÇÃO A PILOTOS ENVOLVIDOS EM ACIDENTE NO BRASIL 26/06/2017	159
RESOLUÇÕES APROVADAS NO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU 26/06/2017	160
DESLIZAMENTO DE TERRA NA CHINA 26/06/2017	160
ACIDENTE NO PAQUISTÃO 26/06/2017	161
VISITA AO BRASIL DO VICE-PRESIDENTE E MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA GUIANA, CARL GREENIDGE, E DO MINISTRO DE INFRAESTRUTURA, DAVID PATTERSON – BRASÍLIA, 28 DE JUNHO DE 2017 27/06/2017	161
ACORDOS FIRMADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO VICE-PRESIDENTE E MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA GUIANA, CARL GREENIDGE, E DO MINISTRO DE INFRAESTRUTURA, DAVID PATTERSON – BRASÍLIA, 28 DE JUNHO DE 2017 28/06/2017	162
O FIM DAS ARMAS NUCLEARES (FOLHA DE SÃO PAULO, 27/03/2017) 27 DE MARÇO DE 2017	179
ARTIGOS	181
PARCERIA PARA O FUTURO (O GLOBO, 05/04/2017)	181
BRASIL Y CHILE: UMA AMISTAD "SIN LÍMITES" (EL MERCURIO – 11/04/2017) (ESPAÑOL)	183

O IMPERATIVO DA PARCERIA COM A ÁFRICA (CORREIO BRAZILIENSE, 06/05/2017)	185
MOÇAMBIQUE E BRASIL: HISTÓRIAS CRUZADAS, PARCERIAS SÓLIDAS (O PAÍS, MOÇAMBIQUE, 11/05/2017)	187
30 ANOS DE TRABALHO E ÊXITOS (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/05/2017)	189
POR UMA VENEZUELA NOVAMENTE DEMOCRÁTICA (O ESTADO DE S. PAULO, 06/06/2017)	190
O BRASIL CONTRA O ANTISSEMITISMO (CORREIO BRAZILIENSE, 29/06/2017)	192
ENTREVISTAS	194
"BRASIL ESTÁ SALIENDO DE ESSE HOYO EN EL QUE FUE METIDO POR EL POPULISMO Y LA INCOMPETENCIA" (EL MERCURIO – 16/04/2017) (ESPAÑOL)	194
INDICE REMISSIVO	198

DISCURSOS

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA REUNIÃO DE CHANCELERES DO G20 – PRIMEIRA SESSÃO – "TRANSFORMANDO NOSSO MUNDO: AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL" – BONN, 16 DE FEVEREIRO DE 2017.

Ministro Gabriel,

Senhoras e senhores,

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Alemanha por essa iniciativa. Este encontro amplia a abrangência e a agenda do G20. Estamos passando por uma crise muito séria, que coloca em risco a globalização e mesmo alguns aspectos fundamentais de nossas democracias liberais.

Na conjuntura atual, o G20 não poderia limitar suas discussões, como fez até hoje, à estabilização dos fluxos financeiros e à coordenação de políticas macroeconômicas. Temos de enfatizar as causas da crise atual.

Nosso principal desafio, hoje, é saber como lidar com tantos fatores imprevisíveis, que alimentam nosso estado de crise e caos. Imprevisibilidade e conflito estão no centro da crise atual.

Um dos problemas principais dessa crise é a imigração por fatores econômicos. Não seria tão grave se houvéssemos alcançado, anos atrás, um acordo para abrir os mercados dos países mais desenvolvidos às exportações agrícolas dos países em desenvolvimento, o que significaria mais empregos. Infelizmente isso não

aconteceu, e juntamente com as guerras recentes, tem sido um fator de médio prazo, subestimado, para o aumento dos fluxos migratórios.

O Brasil orgulha-se de haver sido um dos principais atores na elaboração da Agenda 2030, processo iniciado em 2012 durante a Conferência Rio+20.

O desenvolvimento sustentável se fundamenta no equilíbrio e integração de suas três dimensões - a econômica, a social e a ambiental.

Gostaria de destacar a contribuição brasileira para o desenvolvimento sustentável como um todo:
- O Brasil não somente logrou reduzir dramaticamente o desmatamento na última década, mas também alcançou a marca de 80% de fontes renováveis em sua matriz de eletricidade;

- Simultaneamente, o Brasil é, hoje, a segunda principal fonte de produtos agrícolas e alimentícios do mundo. Alcançamos essa posição por meio do foco em produtividade e tecnologia, com significativo impacto positivo nos planos social, econômico e ambiental;

- Em 30 anos a produtividade de nossa agricultura aumentou, em média, 4% por ano, enquanto a média anual

mundial ficou em 1,8%. Ainda assim, o Brasil conseguiu, nas últimas duas décadas, reduzir a área total agricultável, de cerca de 370 milhões de hectares para cerca de 323 milhões de hectares.

A sustentabilidade é, assim, a base de nossas políticas internas. 61% de nosso território corresponde a mata nativa. A média mundial é de somente 3%.

Ironicamente, muitos ainda apoiam a ideia de barreiras protecionistas contra os produtos agrícolas do Brasil, com base no argumento absurdo de que nossa agricultura ameaça o meio ambiente.

Alcançamos esses impactantes resultados sem conferir nenhum subsídio para nossos agricultores. Nosso foco tem sido o desenvolvimento de um marco legal sólido e, como mencionei, a ênfase em tecnologia e produtividade.

Voltando a nossos esforços conjuntos, o desenvolvimento sustentável deve se amparar em dois elementos principais: recursos e instituições.

O G20 pode vir a assumir um papel fundamental na mobilização de todas as fontes de financiamento: doméstico e internacional, público e privado.

A luta contra a mudança do clima - com a qual o Brasil está firmemente comprometido - também demandará o aprimoramento da parceria entre os diferentes interessados: a sociedade civil em geral, o setor privado, e as autoridades locais.

O Acordo de Paris lança as bases para tal parceria. É importante que

defendamos essa pedra fundamental do esforço irreversível contra a mudança do clima.

Não há mais espaço para ceticismo em relação à mudança do clima. O que está em jogo é nossa responsabilidade para com as futuras gerações.

O G20 deve enviar uma mensagem firme sobre a irreversibilidade do Acordo e sobre o compromisso de seus membros e da comunidade internacional nesse sentido.

Muito obrigado.

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA REUNIÃO DE CHANCELERES DO G20 – SESSÃO 2 – "MANUTENÇÃO DA PAZ EM UM MUNDO COMPLEXO" – BONN, 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

Como muitos aqui dissemos, a comunidade internacional enfrenta hoje o desafio de restaurar a sua capacidade de promover a paz e a segurança internacionais num mundo que se depara com diversos novos desafios, inclusive o flagelo do terrorismo.

Para que isso ocorra, duas ações que se inter-relacionam são necessárias.

A primeira é de natureza institucional. Uma reforma das instituições multilaterais responsáveis por temas de paz e de segurança é indispensável.

Acreditamos haver uma necessidade urgente de atualizar o Conselho de Segurança das Nações Unidas, trazendo para o seu seio novos atores. Isso aumentaria sua legitimidade e sua capacidade de atuação.

A segunda ação é a própria mudança na maneira como a comunidade internacional lida com os problemas que enfrenta. O uso da força deve ser sempre o derradeiro recurso. Como nosso anfitrião assinalou ontem, prevenção e diplomacia devem mais uma vez estar à frente de nossos esforços. Temos de reconhecer que as múltiplas crises da atualidade estão diretamente relacionadas à nossa crescente incapacidade de prevenir a ocorrência de novos conflitos e o agravamento daqueles já existentes.

Por essa razão, como um país que há muito tempo vem sublinhando a interdependência entre paz, segurança e

desenvolvimento, o Brasil acolheu positivamente o conceito de "paz sustentável" recentemente adotado nas Nações Unidas. Essa ideia contribuiu para a promoção de uma abordagem integral dos três pilares das Nações Unidas – paz e segurança, desenvolvimento sustentável e direitos humanos.

Temos visto que no período mais recente as atenções da comunidade internacional têm se concentrado na questão do financiamento de operações de manutenção e de consolidação da paz. A consequência inevitável disso é que sobram menos recursos para a promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável, aspectos centrais para prevenir as crises que hoje nos esforçamos, às vezes infrutiferamente, para resolver.

Dessa forma, surge um círculo vicioso em que a paz é promovida em algumas áreas, mas torna-se menos sustentável em outras.

Para que possamos alcançar a paz sustentável, é fundamental agirmos no sentido de evitar conflitos, o que permitirá poupar ao menos parte dos quase US\$ 8 bilhões gastos hoje em operações de manutenção da paz, uma ferramenta que existe basicamente para atenuar "a posteriori" os efeitos de guerras e crises que já estão em curso.

É apenas dessa forma que a comunidade internacional deverá ser capaz de alcançar uma "multipolaridade

organizada", tal como sugerida pelo Secretário-Geral António Guterres: uma multipolaridade baseada não na confrontação e fragmentação, e sim na cooperação.

Muito obrigado.

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA REUNIÃO DE CHANCELERES DO G20 – SESSÃO 3 – "COOPERAÇÃO COM A ÁFRICA" – BONN, 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

Apoiamos a prioridade conferida pelo G20 à cooperação com a África, uma vez que não pode haver verdadeira prosperidade global sem maior integração da África à economia global.

O Brasil tem vínculos profundos com o continente africano em várias áreas. Mais de 50% da nossa população tem sangue africano.

É, portanto, uma tradição de longa data para a política externa brasileira manter com países africanos uma importante cooperação técnica e econômica, com ênfase no desenvolvimento, na educação e na saúde.

Chegou o momento para uma nova abordagem, que não enfatize apenas nossa herança comum, mas que também leve em conta, como base para a construção de novas parcerias para o futuro, as impressionantes taxas de crescimento da África nos últimos anos.

Como salientou, com razão, nosso colega da África do Sul na reunião de ontem: “a África, hoje, significa oportunidades”.

O Brasil desenvolveu tecnologias agrícolas modernas para países tropicais. Estamos prontos para compartilhá-las com nossos amigos e parceiros na África. Para isso serão necessários uma cooperação tecnológica mais intensa e concentrada entre nossas instituições de pesquisa e maior número de empreendimentos conjuntos entre nossas companhias.

Já tivemos algumas experiências positivas e encorajadoras nessa área, como na produção de algodão, em plantações de cana de açúcar, bem como em engenhos de açúcar ou usinas de etanol. Em alguns casos, será necessário financiamento adicional. Em outros, empresários de ambos os lados precisarão perceber o potencial de tais parcerias.

Em outubro passado, a Plataforma de Inovação Agropecuária – Market Place (MKTPlace), uma iniciativa de cooperação técnica internacional coordenada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, foi escolhida pelas Nações Unidas como uma das 15 mais bem-sucedidas agências de cooperação técnica entre países emergentes.

O projeto já beneficiou 13 países africanos desde 2010 nos campos de agricultura tropical, inclusive o intercâmbio de genótipos, o treinamento de pessoal e o desenvolvimento de produtos e serviços.

A educação é também um dos principais setores de cooperação. De 2000 a 2016, 77% dos 8 mil alunos escolhidos para estudos de graduação no Brasil eram africanos. A principal instituição brasileira dedicada ao treinamento profissional para a indústria, o SENAI, atua em quatro países africanos.

Também tivemos êxito no intercâmbio de experiências no campo da saúde

pública. As instituições brasileiras têm apoiado países africanos no fortalecimento de seus sistemas de saúde pública, no aumento do acesso a medicamentos básicos e no estabelecimento de bancos de leite humano.

O Brasil está pronto para continuar a promover e, se possível, ampliar sua ativa e construtiva cooperação com países africanos, em linha com as recomendações do G20 para o desenvolvimento e a prosperidade no continente.

Obrigado.

TEXTO-BASE PARA O DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES – PALÁCIO ITAMARATY, 7 DE MARÇO DE 2017.

Como dizia Machado de Assis, o tempo é "um tecido invisível em que se pode bordar tudo". Não foi longa minha passagem pelo Itamaraty – que eu já respeitava e aprendi a admirar mais. A experiência foi, no entanto, intensa e gratificante. Deixo o cargo de ministro das Relações Exteriores com a sensação do dever cumprido, por ter ajudado a restaurar o bom rumo e a importância da política externa como instrumento para o desenvolvimento nacional e de ter restabelecido as condições materiais e motivacionais que esse ministério requer para continuar a prestar os melhores serviços ao País.

Minhas primeiras palavras são de agradecimento ao presidente Michel Temer pela confiança que depositou em mim ao designar-me Ministro das Relações Exteriores.

Ter sido chanceler foi uma das mais singulares e fascinantes experiências de minha vida pública, em que já tive a oportunidade e a honra de desempenhar muitas funções.

Para mim é motivo de especial alegria transmitir o cargo a Aloysio Nunes Ferreira, amigo de tantos anos, um dos melhores parlamentares de nosso Congresso, um homem público de grande valor.

Parto com a alegria de saber que o ministério ficará em boas mãos. Nas mãos de um destacado político, que admiro. Tivemos trajetórias parecidas, muitas vezes paralelas. Na juventude,

compartilhamos a esperança de que estávamos construindo um país melhor e mais justo. Compartilhamos a desesperança do exílio. O entusiasmo do retorno ao país e a confiança renovada na democratização e na Constituinte. Compartilhamos a gestão no dia a dia da Prefeitura e do Governo de São Paulo. Em seguida nos tornamos colegas senadores.

Não tenho dúvida de que dará uma imensa contribuição ao Itamaraty e, por consequência, ao Brasil.

Conheço de perto a competência de Aloysio, sua história de luta pela democracia, seu compromisso inabalável com o interesse público, seu conhecimento e interesse pela política externa.

O Itamaraty não poderia estar em melhores mãos.

Ao tomar posse, afirmei que nosso objetivo primeiro era o de levar a cabo uma política externa que refletisse os interesses fundamentais de nosso país, e não preferências de facções ou partidos. Vim determinado a restaurar a boa tradição do Itamaraty de promover os interesses e os valores nacionais.

Com empenho e sentido prático, foi o que tratei de fazer a todo momento. Para isso, contei sempre com o profissionalismo e o espírito público dos funcionários desta Casa.

Saliento o valioso e constante apoio de meu mais próximo colaborador, o secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Marcos Galvão, que me ajudou a conhecer as especificidades do Itamaraty e a recolocar a política externa no caminho de onde não poderia ter se desviado. Caro Marcos, hoje meu amigo, serei sempre grato por ter podido contar com sua grande competência, dedicação e lealdade.

Agradeço muito aos subsecretários-gerais e aos meus chefes de gabinete, os embaixadores Julio Bitelli e Mauricio Lyrio, pela eficiência com que me assessoraram no desempenho de suas importantes funções. Saibam que sempre admirei a altíssima qualidade desse grande time de subsecretários, e dos diretores e outros diplomatas que os acompanhavam. Posso ter sido menos pródigo em elogios no calor da ação, na concentração da tarefa a fazer, mas o digo agora em público. Saúdo, também em nome de vocês, os integrantes de todas as carreiras do Serviço Exterior Brasileiro, e os membros das demais categorias que integram o Itamaraty. Levarei comigo as melhores lembranças de todos. Não tenham dúvida de que terão em mim um amigo e um aliado no Senado Federal.

O apoio recebido foi crucial porque, desde minha posse, em maio do ano passado, enfrentamos muitos desafios no plano interno e externo. O Brasil encerrava um processo difícil de impeachment, e o novo governo lidava com as tarefas simultâneas de restaurar a estabilidade política e o desenvolvimento.

Era preciso mostrar que nosso país concluía uma transição sem dúvida difícil e traumática, mas saía com as instituições democráticas ainda mais fortes, maduras e preparadas para realizar as transformações necessárias ao restabelecimento da confiança e da prosperidade do povo brasileiro.

A reorientação da política externa ocorreu em um contexto de grande instabilidade no mundo. Sim, como todos sabem, enfrentamos nos últimos meses uma combinação de guinadas políticas, tensões sociais e rearranjos geo-estratégicos que tornam o cenário global mais complexo e incerto. O mundo ainda não reencontrou a rota do crescimento econômico sustentável. As medidas restritivas ao comércio têm-se ampliado. As pregações em favor do fechamento de fronteiras também. Discursos protecionistas, isolacionistas e xenófobos se fazem ouvir com mais força.

Nesse cenário difícil, deixo o cargo com o sentimento de que o Brasil recuperou o respeito aos princípios fundamentais de sua atuação externa: a busca do desenvolvimento socioeconômico, a defesa da paz e do direito internacional, a promoção dos direitos humanos e da democracia, a humanidade no tratamento de imigrantes e refugiados, a valorização do meio ambiente, a solidariedade com os povos latino-americanos, a busca do diálogo, sempre, como meio de superar crises e reforçar a cooperação internacional.

É, portanto, com um saudável orgulho que presto contas do que fizemos nos últimos meses, na forma de um balanço dos principais avanços realizados.

Como disse Guimarães Rosa, "as coisas mudam no devagar depressa do tempo", e ousou dizer que, neste intenso período, foi possível avançar bastante.

Primeiro avanço: o Itamaraty voltou a ter posição central na formulação e na execução da política externa.

Recebemos uma instituição que padecia com a penúria de recursos e fragilidade institucional. Havia a percepção de que, do ponto de vista administrativo, estávamos em situação pré-falimentar.

Conseguimos reverter esse quadro.

Fomos além de simplesmente lidar com a situação emergencial. Trabalhamos para conferir maior previsibilidade orçamentária ao Ministério. Não se faz boa política externa sem um sólido fundamento interno, em termos de adequação material e prestígio institucional. Para a diplomacia já basta a imponderabilidade do mundo.

Negociamos de maneira bem-sucedida a aprovação de um orçamento de custeio para 2017 quase 50% maior do que o de 2016. Tudo isso apesar de nosso contínuo apoio ao indispensável programa de ajuste fiscal em curso.

A tarefa de recuperação do Itamaraty não teria sido bem-sucedida sem o apoio do presidente Michel Temer, do ministro do Planejamento e do Congresso Nacional. Ao preservar o Ministério, preservamos a boa defesa dos interesses do país no exterior, a serviço de nosso desenvolvimento.

Segundo avanço: fizemos mudanças estruturais que impõem maior sintonia

entre política externa e política de comércio exterior.

Política externa moderna não se faz só com discursos ou boas intenções. Ela tem que ajudar o país a ganhar espaço numa economia mundial quase em pé de guerra.

Por isso demos ao Itamaraty a posição que lhe era devida no núcleo decisório do governo brasileiro.

Trouxemos para cá a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos e a Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior. Isso significa mais e melhor sinergia entre a política externa e nossa estratégia de inserção econômica no mundo.

Trouxe para a presidência da APEX um de nossos diplomatas mais inquietos e competentes, o Roberto Jaguaribe, que, com todo seu dinamismo e criatividade, tanto tem servido para tornar a APEX mais atuante. E para a CAMEX a nossa infatigável e metódica ministra Tatiana Rosito.

Terceiro avanço: maior pragmatismo e foco na integração regional.

A integração regional é uma das principais conquistas da política externa ao longo de nossa história, mas eram necessários foco e prioridades para obter resultados concretos.

O Mercosul encontrava-se virtualmente paralisado em função da falta de objetivos claros e problemas institucionais.

Buscamos restaurar a convergência de visões entre os sócios fundadores, que hoje compartilham a convicção de que

temos de retomar a vocação original do bloco: promover o livre comércio, removendo barreiras e estimulando a convergência regulatória, e defender a democracia, que é um valor compartilhado e a base fundacional do bloco.

Tomamos a difícil, mas necessária decisão de suspender a Venezuela dos trabalhos do Mercosul. Estamos ao lado do povo venezuelano, que tem vivido momentos difíceis. Nossa oferta de ajuda humanitária continua de pé.

Esperamos que a Venezuela retome o caminho da conciliação e da democracia, única forma de superar os graves desafios enfrentados pelo país.

Estamos muito empenhados em aprofundar nossas relações com economias maiores da América Latina, especialmente as da Aliança do Pacífico. Estive no México, na Colômbia e no Peru. Em todas essas oportunidades, o objetivo foi ampliar nossas relações econômico-comerciais. Da aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico serão moldadas as bases de uma nova América Latina, fundada na inter-relação cada vez mais profunda de suas economias. A solidariedade que já temos entre nós deve converter-se numa integração efetiva.

A Argentina continuará sendo, obviamente, nosso principal parceiro estratégico. Desenvolvemos uma grande sintonia com o governo do presidente Mauricio Macri.

Retomamos, após cinco anos, os trabalhos da comissão bilateral de comércio, que trata de problemas

específicos nos fluxos de mercadorias. Também renovamos o acordo automotivo – que, lembro, responde por metade de nossa pauta comercial –, já com vistas a no futuro próximo termos um verdadeiro livre comércio. Sinto-me orgulhoso de ter recolocado a aliança entre brasileiros e argentinos no centro de nossa política externa.

É esse diálogo fraterno que nos permitirá, por exemplo, tornar a hidrovia Paraguai-Paraná um eixo efetivo de desenvolvimento e de integração. Dei especial atenção a esse tema porque as questões de logística têm um impacto forte na competitividade de nossos produtos. Estou certo de que meu sucessor continuará avançando nessa seara, que é parte do esforço de redução do “custo Brasil”.

Quarto avanço: a proteção das fronteiras tornou-se uma prioridade da política externa.

Logamos um êxito muito importante ao realizarmos, aqui em Brasília, a Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras, que contou com a presença dos ministros e altas autoridades responsáveis pelo tema da segurança nas fronteiras de Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

Foi uma iniciativa inédita.

O crime transfronteiriço tem cobrado um custo cada vez mais alto de nossas sociedades, na forma de contrabando, descaminho, tráfico de armas e tráfico de drogas. Os índices de violência em nossas cidades são alarmantes e se trata de um problema que extrapola a esfera nacional.

Estamos criando dessa forma uma nova “governança regional” no combate aos ilícitos transfronteiriços, além de reforçar a coordenação interna entre os diversos órgãos responsáveis.

Não podemos ignorar o óbvio: sem uma efetiva coordenação com nossos vizinhos, não seremos capazes de ajudar o Brasil a superar os gravíssimos problemas de segurança que afetam nossa população. É uma chaga imensa no coração do País, e o Itamaraty, junto com outros órgãos do governo brasileiro, tem um papel fundamental no tema.

Quinto avanço: fortalecemos a agenda de negociações internacionais do Brasil no plano econômico-comercial.

Finalmente, demos impulso à agenda de relacionamento externo do Mercosul, na busca de acordos equilibrados e convergentes com os interesses nacionais. As negociações com a União Europeia ganharam velocidade novamente, e tenho a esperança de que o acordo seja concluído em breve. Pelas afinidades históricas, pelo compartilhamento de valores e pelo peso econômico dos dois blocos, estou convencido de que a associação entre o Mercosul e a União Europeia trará benefícios econômicos e políticos para o Brasil.

O diálogo com outros potenciais parceiros, como a Associação Europeia de Livre Comércio, o Japão e a Índia, também avançaram. Isso é resultado do fato de que, após muito tempo, conseguimos estabelecer uma convergência de interesses entre os membros do Mercosul no sentido de

melhor colher oportunidades econômicas num mundo em constante transformação.

Naturalmente, isso passa por combater barreiras que dificultam a entrada de produtos brasileiros em outros mercados. A retórica do livre comércio é frequentemente desmentida pela imposição de barreiras aos produtos de países em desenvolvimento, especialmente produtos agrícolas. Fizemos prevalecer o critério: concessões comerciais sim, mas somente com reciprocidade.

O Brasil é um dos países com a agricultura mais sustentável e competitiva do planeta, graças a investimentos em produtividade e tecnologia. Não nos podemos resignar diante de barreiras sanitárias e fitossanitárias destituídas de base científica.

Avanços na liberalização do comércio agrícola devem ser uma prioridade das negociações da Organização Mundial do Comércio. O governo brasileiro deverá continuar empenhado para lograr resultados neste campo já na próxima Conferência Ministerial da Organização, em Buenos Aires, ao final deste ano.

Sexto avanço: atuamos para reforçar o protagonismo do Brasil nos debates sobre desenvolvimento sustentável.

Graças à rapidez e ao interesse do Congresso Nacional, o Brasil foi uma das primeiras grandes economias do mundo a ratificar o Acordo de Paris. Empenhei-me pessoalmente para alcançarmos esse objetivo. Para nossa diplomacia já não pode haver espaço

para visões predatórias do meio ambiente ou ceticismo em relação à mudança do clima, que coloca em xeque o futuro de todos.

Lançamos na Conferência de Marrakesh sobre Mudança do Clima a “Plataforma para o Biofuturo”, iniciativa que congrega o esforço coletivo de 20 países desenvolvidos e em desenvolvimento para acelerar o desenvolvimento e a implantação de biocombustíveis avançados, como alternativa aos combustíveis fósseis.

Criar um mercado dinâmico para esse setor é fundamental para o Brasil, porque atrairemos investimentos e poderemos exportar bens e serviços num segmento em que temos reconhecida “expertise”.

Avançamos também na implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, iniciativa que ajuda a colocar o desenvolvimento na linha de frente dos debates internacionais. Já foi criada a Comissão Nacional que coordenará os esforços dos diversos níveis de governo, inclusive no que concerne à captação de recursos fundamentais para a erradicação da pobreza, a promoção da educação e da saúde, e a proteção de nosso meio ambiente.

Sétimo avanço: trabalhamos para fortalecer o papel do Brasil como ator global.

Aqui falo de ator global no sentido pleno: o de um país aberto a parcerias e que tem voz sobre as grandes questões que afetam a humanidade.

O presidente Michel Temer e eu participamos ativamente das reuniões dos principais foros globais: Assembleia Geral das Nações Unidas, Cúpula do G-20 na China e Cúpula do BRICS na Índia.

Seguimos defendendo, em todos esses espaços, a revalorização da diplomacia, a solução pacífica de controvérsias, a prevalência do direito internacional e o repúdio ao terrorismo. A comunidade internacional está aprendendo dolorosamente que o recurso à força não é capaz, por si só, de trazer paz sustentável.

Sustentamos a necessidade de reforma urgente das instituições de governança, inclusive do Conselho de Segurança das Nações Unidas e das organizações de Bretton Woods.

Não é aceitável que, após 70 anos de sua criação, algumas dessas organizações não reflitam a nova realidade, em que os países em desenvolvimento têm 44% do PIB e 85% da população mundial.

O Brasil foi atuante no debate sobre a crise de refugiados. Rechaçamos soluções fáceis, que tenham como foco restrições de direitos de populações mais vulneráveis. Vemos com muita preocupação o recrudescimento da xenofobia e as violações de direitos humanos de migrantes e grupos vulneráveis.

Não poderia deixar de mencionar a eleição do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em outubro passado, que demonstra nosso renovado empenho em fortalecer o sistema multilateral de defesa e

proteção dos direitos humanos. A promoção dos direitos humanos não pode ser mero automatismo retórico. O Brasil tem sim, como consagrado em nossa Constituição, o dever de defender o pleno respeito aos direitos humanos, e isso significa que temos enormes desafios para melhor atuar tanto no plano interno como no plano externo.

Ainda como parte da recuperação da capacidade de atuação internacional do país, regularizamos as contribuições do Brasil aos organismos internacionais. Por iniciativa do Poder Executivo e com o respaldo do Congresso Nacional, aprovamos um crédito suplementar de R\$ 3 bilhões para pagamento de contribuições do Brasil a importantes organismos internacionais, dentre eles ONU, UNESCO, OEA e OMC, evitando uma situação de inadimplência que colocasse em risco seu direito de voto e a defesa de seus interesses.

Oitavo avanço: reforçamos a vertente universalista da política externa brasileira.

Visitei países das mais diversas regiões: América Latina, América do Norte, África, Ásia e Europa. A agenda de trabalho sempre foi objetiva: adensar a cooperação, fortalecer os laços políticos e fomentar comércio e investimentos.

Mobilizamos o Itamaraty na realização de dois eventos importantes em Brasília: a Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP, e a Cimeira Brasil-Portugal.

Na Cúpula da CPLP, além de nos comprometermos a reforçar a cooperação tradicional em temas como agricultura e combate à pobreza,

decidimos lançar o diálogo para fazer avançar também a vertente econômico-comercial da Comunidade, de forma a incrementar o intercâmbio de bens e os investimentos recíprocos entre os países lusófonos.

Nosso intuito com essa proposta é, entre outros, o de incrementar os fluxos de comércio entre o Brasil e a África, que é hoje uma das regiões que ostentam uma das maiores taxas de crescimento no mundo. Como tenho dito, a África espera de nós mais do que solidariedade ou compaixão: quer parceria, fundada também na convergência de nossos interesses e objetivos econômicos e sociais.

Nono avanço: ajudamos na bem sucedida realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro.

Não tenho dúvida de que as Olimpíadas foram um grande evento, que contribuiu muito positivamente para a imagem do Brasil como um país plural, vibrante, competente.

Os Jogos foram realizados num contexto em que havia receios quanto a possíveis atentados terroristas e ceticismo quanto a nossa capacidade de organização. Graças ao empenho de todos, e à ação coordenada do Brasil com outros países, tudo transcorreu em clima de alegria e paz. Mais uma vez os destaques foram a hospitalidade, a calorosa recepção do povo brasileiro e a capacidade da nossa sociedade e nossa cultura de gerar empatia com todos os povos do mundo. Nesse sentido, as cerimônias de abertura dos jogos

olímpicos e paraolímpicos foram extraordinárias e inesquecíveis.

Cumprimos com os objetivos e apresentamos ao mundo um espetáculo de paz e concórdia. Grande mérito, claro, foi de todos os milhares de cidadãos envolvidos, de dentro e de fora do governo. Agradeço, em particular, os muitos funcionários do Itamaraty que se empenharam diretamente para o sucesso do evento.

Décimo avanço: buscamos aperfeiçoar o apoio a cidadãos e empresas brasileiras no exterior.

Este ministério tem a tarefa importantíssima de prestar um serviço de qualidade a todos os brasileiros que dele necessitem no exterior.

Implantamos a nova geração do Sistema Consular Integrado, que integra as bases de dados do ministério das Relações Exteriores com diversos outros órgãos. Isso torna mais seguro e rápido o processo de consultas a informações e de expedição de documentos. Estamos assim mais aptos a oferecer um serviço melhor aos mais de 3 milhões de brasileiros que vivem fora.

Quero mencionar, em particular, as ações de assistência consular decorrentes do trágico acidente com o avião que transportava a equipe da Chapecoense e jornalistas, nos arredores de Medellín, em novembro de 2016. Com valioso apoio das autoridades colombianas, prestamos assistência rápida às vítimas e suas famílias.

Este foi um marco do trabalho de assistência consular, que demonstrou nossa capacidade de resposta e a amizade de dois povos irmãos em meio a um episódio trágico. Foi também para mim uma experiência marcante acompanhar diretamente a missão de apoio às vítimas e famílias brasileiras em Medellín e testemunhar o enorme carinho e a solidariedade do povo colombiano. Nunca me esquecerei do que vivi naquele momento.

Neste profícuo período à frente do Itamaraty, trabalhei de maneira incansável para levar adiante uma política externa assentada nos interesses e valores fundamentais do Brasil.

Avançamos em diversos campos, mas ainda temos muitos desafios adiante. O Itamaraty só pode olhar para o exterior tendo como referência nossas necessidades, vocações e anseios internos.

Deixo este cargo com um enorme sentimento de gratidão e um renovado otimismo quanto ao futuro. Vejo um horizonte mais promissor para o Brasil e sua política externa. É necessário manter a disposição de lutar pelo que achamos melhor. Aos meus antigos e novos amigos desta Casa deixo um "até breve" grato e já saudosos. Ao meu querido amigo Aloysio Nunes Ferreira desejo toda a sorte em suas novas funções. Esta Casa merece receber um Chefe com sua estatura e competência. Contem vocês todos sempre com o meu apoio.

Muito obrigado.

TEXTO-BASE PARA O DISCURSO DE POSSE DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ALOYSIO NUNES FERREIRA – PALÁCIO ITAMARATY, 7 DE MARÇO DE 2017.

Querido amigo José Serra, mais uma vez nos encontramos nesta mesma longa estrada de vida pública que desde jovens decidimos trilhar, e a cujo percurso sempre dedicamos o melhor de nossas energias.

Você é, sem dúvida, um dos mais destacados líderes políticos de nossa geração. Tive a honra de trabalhar sob sua direção na Prefeitura de São Paulo e no Governo de nosso Estado, e testemunhei de perto, até com sacrifício de minhas rotinas domésticas, a sua devoção à causa pública, o rigor na administração, sua capacidade de reunir e entusiasmar as equipes ao seu redor e a solidariedade fraterna com que você sempre distinguiu a todos, e a mim pessoalmente.

Agora, no Ministério das Relações Exteriores, eu vou entrando e você vai saindo. Mas deixa aqui um legado que constituiu uma base sólida para o cumprimento da missão que me foi atribuída pelo presidente Temer. Você acaba de produzir uma prestação de contas que demonstra cabalmente o sentido da reorientação do Itamaraty nessa nova fase da vida brasileira e das relações internacionais do nosso País. Não preciso insistir sobre isso: minha ação, à frente do ministério, na sequência e na atualização de sua orientação, falarão mais do que eu poderia dizer nesse discurso de transmissão do cargo. O que é certo é que, com o mesmo denodo que você, tratarei de assegurar que nossa política externa esteja sempre alinhada com os

reais valores e os legítimos interesses nacionais.

Cada vez mais está presente na consciência dos cidadãos brasileiros a ideia da inseparabilidade entre política externa e política interna. Sempre foi assim. Sem me alongar sobre o tema, permito-me uma lembrança da nossa história e recorro a dois autores que, entre outros, assinalaram claramente essa conexão, Synésio Sampaio Góis e Gabriela Nunes Ferreira. A definição do “corpo da Pátria”, o que ele contém, quais os seus limites, onde ele termina e onde começa o dos seus vizinhos, essa definição que garantiu foros de legitimidade à ação multissecular de bandeirantes, religiosos, soldados e povoadores foi obra de diplomatas e dos condutores da nossa política externa. Uma ação levada a cabo com energia e paciência, e que foi inseparável da própria consolidação do Estado Nacional. Os setores mais informados da opinião, no início da República, compreendiam bem a conexão entre esses dois processos: é o que explica, penso eu, em grande parte, a imensa popularidade de que desfrutou o Barão do Rio Branco.

Volto aos dias recentes e evoco a última campanha presidencial da qual tive a honra de ser candidato a vice-presidente, ao lado de Aécio Neves, esse extraordinário líder político, a quem sou ligado por amizade e admiração que só fizeram crescer de lá para cá. No calor dos debates, na imprensa, no Congresso, onde quer que

se reunissem eleitores nessa campanha apaixonante, despontava sempre a discussão sobre temas que, a rigor, dizem respeito à política externa. Como promover uma nova inserção, mais competitiva, nos grandes fluxos de comércio, de investimentos e de intercâmbio tecnológicos no mundo globalizado? Como revigorar o Mercosul, afirmar seu propósito inicial de se constituir uma área de livre comércio, multiplicar seus acordos com outros países e blocos? Como valorizar, aos olhos do mundo e aos nossos próprios olhos, o fato de sermos uma grande potência agroindustrial, nossas conquistas ambientais e esse extraordinário passaporte que é a cultura brasileira? De que forma poderemos fazer da nossa política externa um instrumento para buscar novas oportunidades para o desenvolvimento material de nosso país? Trata-se de uma exigência de sempre, mas particularmente premente, para superarmos a atual crise que nos assola e que impõe mais do que nunca a distinção entre nossos interesses permanentes e os alinhamentos partidários e ideológicos contingentes. Reafirmo o que tem sido dito desde o início do governo Temer: a política externa tem que estar a serviço do País e não dos objetivos de um partido, qualquer que seja ele. Não posso deixar de lembrar a preocupação, cada vez mais presente, com a escalada autoritária do governo venezuelano, que nos últimos anos esteve presente entre os grandes temas em debate. A nossa posição frente à Venezuela é emblemática do papel que queremos desempenhar na América Latina e no mundo. Nossa solidariedade irrestrita

com aqueles que lutam pela liberdade nesse país irmão é a reafirmação do princípio constitucional da prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais do Brasil democrático.

As preocupações que acabo de mencionar, presentes também em um amplo espectro de opiniões políticas, proporciona –espero– uma base para o entendimento entre os atores políticos, que ultrapassa os limites das atuais situação e oposição. Essa é, aliás, uma das lições que tiro de minha participação na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Agradeço ao Presidente Michel Temer a confiança que, mais uma vez, deposita em mim. Depois da liderança do governo no Senado, agora para ajudá-lo a conduzir a política externa do Brasil.

Conheci Michel Temer em 1963 quando entrei na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Nunca o perdi de vista. Somos colegas na Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e vim a conviver com ele, mais de perto, já no governo Montoro. Fui seu colega na Câmara, seu companheiro nas fileiras do PMDB. Michel Temer nunca mudou de lado no seu compromisso com a democracia, com a ordem jurídica e com a justiça em todas as suas dimensões. É uma honra estar ao seu lado nesse momento em que, com constância, sem ceder às tentações fáceis do populismo, vem dando rumo ao Brasil, de modo a superarmos a crise e entregarmos em 2018 um País mais organizado institucionalmente, mais próspero, voltando a gerar empregos e respeitado na área internacional.

É uma honra assumir a chefia do Itamaraty, instituição que tem dado ao país, ao longo da história, contribuição valiosa que a nação brasileira reconhece e respeita. Essa instituição é animada pela convicção de que uma boa política externa deve conciliar a primazia do interesse nacional com o papel que cabe a um País da estatura do Brasil, por suas dimensões, seu peso, sua história, como membro da comunidade internacional.

O Brasil anseia por seu desenvolvimento pleno e os brasileiros demandam a aceleração desse processo. Encaramos a interação com os demais povos e com as economias de todo o mundo como veículo para o nosso progresso. Estamos, pois, determinados a ampliar e aprofundar nossa participação integrada na economia mundial, por meio de negociações que produzam resultados equilibrados e atendam aos interesses de todas as partes. Não podemos, porém, fazer prova de ingenuidade voluntarista e de curto prazo das concessões unilaterais: a regra do jogo é e deve continuar a ser a da reciprocidade – particularmente, mas não somente, na frente econômico-comercial.

Ainda nesse terreno, a intensificação do trabalho de promoção comercial e promoção de investimentos, reforçado pela vinculação da APEX ao Itamaraty, foi uma prioridade central da gestão de José Serra que tenciono manter intacta e levar adiante com todo empenho.

Os sinais de melhora na economia e a força parlamentar do governo abrem oportunidades para uma ação externa mais vigorosa; uma política externa que projeta, sem rodeios ou hesitações, um

País cuja solidez institucional foi testada e aprovada na recente crise do impeachment, um povo que hoje recupera sua confiança em si e anseia por parcerias que nos ajudem na retomada do crescimento e na busca da prosperidade.

Pretendo reunir-me com as chefias do ministério, de todas as áreas, para uma conversa aberta, uma desinibida circulação de ideias sobre os desafios que enfrentamos e sobre o que se vem fazendo e terá de ser feito. Precisamos partir de um entendimento objetivo e cuidadosamente refletido da conjuntura internacional. Há muitas incertezas no horizonte, tendências preocupantes que se acumulam: o protecionismo repaginado, o aumento da retórica anti-imigração, a atribuição a causas externas de problemas cuja solução, na verdade, depende muitas vezes de remédios de natureza e aplicação local.

O Brasil não deve se acanhar – ou, ao contrário, se abespinhar – diante dessa conjuntura. Possuímos inquestionáveis ativos de caráter permanente: grande território e população, uma das maiores economias do mundo, recursos naturais e ambientais estratégicos, indústria diversificada, agricultura moderna e possante, imenso mercado interno, oportunidades atraentes de investimento.

Somos a um só tempo uma potência agrícola, que ajuda a alimentar o mundo, e um dos países com maior cobertura florestal e de matriz energética mais limpa e diversificada, com participação de cerca de 40% de fontes renováveis. Esses atributos conferem ao Brasil papel de relevo no

encaminhamento das questões de meio ambiente, de mudança do clima e de desenvolvimento sustentável.

Temos tradição e credibilidade nos organismos multilaterais e na diplomacia bilateral. Nas Nações Unidas, o Brasil sempre foi apreciado e respeitado pela qualidade substantiva, pelo sentido agregador e construtivo de sua atuação. Continuaremos a buscar que a ONU, ainda que com atraso, reflita em suas instâncias centrais, particularmente no Conselho de Segurança, a realidade do mundo em que vivemos hoje. O Secretário-Geral António Guterres sabe que conta com o apoio do Brasil.

Na OMC, da mesma forma, onde o embaixador Roberto Azevêdo acaba de ser reconduzido para mais um mandato de quatro anos como Diretor-Geral, também temos sido um ator-chave. O Sistema Multilateral de Comércio continua a ser um dos pilares centrais da ordem econômica mundial. Não interessa a ninguém retroceder aos tempos da lei da selva.

Devemos também reforçar nossa atuação – a defesa de nossos interesses e a promoção de nossas ideias e valores – em foros como o G-20, onde se gestaram depois da crise de 2008 importantes ajustes na governança das instituições financeiras internacionais, assim como no BRICS e no IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

Encontraremos as oportunidades e criaremos os espaços que melhor atendam às nossas aspirações, valores e interesses, na região e além dela, com a consciência de que o Brasil é um ator

global que continuará a assumir suas responsabilidades sem titubeios.

Continuaremos a dar a necessária prioridade ao nosso relacionamento com as nações da América do Sul, da América Central, do conjunto da América Latina e do Caribe.

Amanhã mesmo viajarei a Buenos Aires para um encontro com os chanceleres da Argentina, Paraguai e Uruguai. Manterei, assim, a boa tradição de que logo ao assumir os chanceleres brasileiros visitem a vizinha nação irmã, parceira maior e prioritária do Brasil. Em nossa região, a coincidência de visões políticas e de práticas econômicas favorece uma ampliação significativa de nosso intercâmbio comercial e de investimentos. Enseja uma imprescindível renovação do Mercosul.

Quero dar seguimento às ações de maior aproximação entre o Mercosul e os países da Aliança do Pacífico. Está marcado para o começo de abril um encontro nosso com os chanceleres de Chile, Colômbia, México e Peru.

A situação na Venezuela continua a nos preocupar. Queremos uma Venezuela próspera e democrática, sem presos políticos e com respeito à independência dos poderes, um país irmão capaz de reencontrar o caminho do progresso para o bem de sua gente.

As ações com nossos vizinhos para garantir a segurança e o desenvolvimento na faixa de fronteira são uma das importantes iniciativas do ministro Serra. A explosão de violência criminosa em nossas cidades, em nossos presídios, está intimamente ligada ao

que se passa – literalmente – ao que passa por nossas fronteiras, nos dois sentidos. Amanhã me reunirei com o ministro da Defesa, Raul Jungmann, para debatermos formas de aprofundar a cooperação entre o Itamaraty e o Ministério da Defesa. Se o crime é crescentemente transnacional, também o combate que lhe damos há de sê-lo.

As relações com os Estados Unidos também podem ampliar-se de forma expressiva, em bases mutuamente benéficas. Nossos governos e nossas comunidades empresariais têm claro interesse na expansão de investimentos recíprocos, na facilitação de comércio, no aumento da cooperação científica e tecnológica, nos projetos comuns em energia, na indústria de defesa. O desafio está em fazer andar acordos e projetos desenhados há anos, mas que só agora começam a ser implementados.

Nosso relacionamento com a Europa está prestes, espero, a adquirir uma nova dimensão. O acordo entre o Mercosul e a União Europeia está na ordem do dia e poderá propiciar um salto qualitativo nas nossas relações com a Europa e que, por isso mesmo, não pode ser visto apenas como a desgravação de algumas linhas tarifárias. Ao falar de Europa, não podemos deixar de mencionar o leste europeu e a Rússia, um parceiro tradicional que continuaremos a valorizar.

Fato novo e relevante, nas últimas décadas, tem sido o extraordinário aumento do comércio e dos investimentos com a Ásia, particularmente com o Japão, também com a Coreia, e muito acentuadamente com a China. O avanço foi grande e o

potencial, com esses e outros países da região, tais como a Índia e a Indonésia, evidentemente ainda maior. Precisamos conhecer melhor e fazer mais com esses parceiros. As relações com a China merecem uma atenção condizente com a escala e a natureza singular do intercâmbio, inclusive com vistas à identificação e estruturação de novas áreas de cooperação. Com o Japão, nosso parceiro mais tradicional na Ásia, temos o desafio de renovar sempre um relacionamento que já deu e continuará dando muitos e bons frutos.

Não devemos esquecer o compromisso histórico e o interesse cada vez maior pelas relações com nossos parceiros no mundo em desenvolvimento. Sem descuidar das convergências que temos entre nós, é hora de concretizar as muitas oportunidades para um comércio ampliado, para investimentos recíprocos e para parcerias empresariais.

O caso da África é uma ilustração deste fato. O continente africano cresceu nas últimas décadas quase o dobro do que a América Latina. As mais expressivas lideranças africanas têm deixado claro que não buscam compaixão assistencial, mas investimentos e parcerias empresariais e tecnológicas. Como potência agrícola, o Brasil está pronto a compartilhar sua tecnologia agrícola, por exemplo, com parceiros e amigos mediante arranjos inovadores, maior cooperação entre entidades de pesquisa, intercâmbio de especialistas, investimentos e parcerias empresariais. Pretendo visitar países da África ainda neste semestre.

São fortes e conhecidos, também, nossos laços históricos, humanos,

econômico-comerciais com países do Oriente Médio, que devem ser – e serão – objeto de esforço contínuo de aproximação nesses e em todos os campos.

Senhoras e senhores,

O Itamaraty continuará a dar atenção prioritária ao apoio às comunidades de brasileiros que vivem no exterior – é uma responsabilidade fundamental do Itamaraty para com nossos compatriotas emigrados.

A propósito, ressalto que o Brasil continuará a ser um país aberto aos estrangeiros e mais ainda, porque a nova Lei de Imigração, de minha iniciativa, que revoga dispositivos herdados do período autoritário coloca o País na vanguarda do direito humanitário.

Assim como o Serra, passei anos da minha vida no exílio sob a proteção do alto comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e Apátridas, assim como do direito dos países que nos abrigaram. Nos orgulhamos de que o Brasil seja uma terra de asilo, dotado de um estatuto dos refugiados, de cuja elaboração tive a honra de participar como deputado federal ao tempo do governo de Fernando Henrique, e que é um dos mais generosos do mundo.

Trataremos igualmente de aprimorar práticas destinadas a facilitar a vida de quem nos quer visitar, como faremos ainda este ano com a implantação do visto eletrônico para nacionais de alguns países que exigem vistos de cidadãos brasileiros. Conciliar o

princípio fundamental da reciprocidade com o primado da eficiência sempre foi algo que a diplomacia brasileira quis e soube fazer, nos mais diversos campos.

Quero concluir com uma mensagem de compromisso ao corpo de servidores do Itamaraty. Ao longo dos últimos nove meses, tive o gosto de apoiar José Serra – inclusive como presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado – na tarefa que ele cumpriu de restabelecer as condições de espaço político e disponibilidade de recursos para que este ministério pudesse voltar a ocupar o lugar que sempre lhe coube no centro das decisões e das políticas mais estratégicas do Brasil. Isso não será revertido, muito pelo contrário: o Itamaraty continuará a ser um ministério central na defesa e promoção dos interesses nacionais.

Contem com meu empenho para valorizar as carreiras do Serviço Exterior Brasileiro, bem como as demais categorias de servidores do ministério, nos limites angustiantes das atuais restrições orçamentárias. Vou dar atenção especial a questões da administração do Itamaraty. Estou determinado a assegurar os meios adequados para que o Ministério possa cumprir suas obrigações com eficiência e para tanto conto com o mesmo respaldo que o Ministro teve de seus, agora meus colegas na Esplanada.

Política externa é política pública. Política pública estratégica e prioritária, da qual o Brasil irá necessitar cada vez mais. É uma política cuja execução exige cada vez mais a integração do Itamaraty com outras áreas do governo e especialmente, no que tange ao

comércio exterior, com o Ministério da Indústria Comercio e Desenvolvimento. Sempre sob a alta direção do presidente da República.

Política externa é o honroso ofício dos servidores do Itamaraty e, a partir de hoje, também o meu.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ALOYSIO NUNES FERREIRA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE FORMATURA DAS TURMAS D. PAULO EVARISTO ARNS (2014-2016) E BERTHA LUTZ (2015-2017), DO INSTITUTO RIO BRANCO – PALÁCIO ITAMARATY, 20 DE ABRIL DE 2017

Excelentíssimo senhor Presidente da República, Michel Temer;

Senhor Presidente do Congresso Nacional, meu caríssimo colega, Senador Eunício Oliveira;

Senhores ministros, senhora ministra;

Meus colegas de Ministério;

Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Marcos Galvão;

Senhor embaixador do Brasil em Buenos Aires, paraninfo das turmas Paulo Evaristo Arns e Bertha Lutz, Embaixador Sérgio França Danese;

Senhor Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, Embaixador José Estanislau do Amaral Souza Neto;

Meus prezados colegas do Itamaraty;

Senhoras formandas;

Senhores formandos;

Familiares dos formandos aqui presentes, inclusive o jovem Bernardo, que choramingava ainda há pouco aqui no nosso auditório, e que saudava a presença aqui entre nós de sua mãe.

Meus amigos;

O Itamaraty celebra hoje, 20 de abril, com a honrosa presença do senhor presidente da República, o Dia do Diplomata. É um dia que marca o nascimento do barão do Rio Branco, e a formatura de novos diplomatas.

A observância dessa data é uma das tradições mais caras ao Itamaraty, e ela é retomada hoje, com a presença do presidente da República entre nós, depois de um hiato de cinco anos. Nós estamos voltando à normalidade.

E que sejam as minhas primeiras palavras as de agradecimento ao senhor presidente Michel Temer, por ter recolocado o Itamaraty no centro da formulação e da execução da política externa brasileira, seguindo uma rota que conquistou, para nossa diplomacia, respeito e apreço no Brasil e no mundo. Essa é a orientação que recebi e que todos nós recebemos do presidente Temer: executar uma política de estado que, sendo universalista por vocação e também por tradição, tem os seus olhos voltados para o nosso entorno regional. Até porque esse é um mandamento da nossa constituição: buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

A nossa diplomacia há de ser sempre um instrumento a serviço da modernização e da prosperidade do nosso país; uma política de estado em prol da estabilidade da nossa região e do mundo.

Em uma conjuntura marcada pela imperiosa tarefa de recuperar a economia brasileira, a política externa está empenhada em ajudar no processo da retomada do crescimento.

Mas erra, minhas senhoras e meus senhores, quem pensa que as relações internacionais são feitas apenas de interesses. Sem a argamassa dos valores e dos princípios, aliás, todos eles fixados, meu caro presidente, na nossa constituição, no artigo 4º da nossa constituição; sem a argamassa desses princípios, o edifício das relações entre países não resiste à primeira intempérie.

Nós ganhamos consistência na nossa atuação internacional quando refletimos as preocupações com os direitos humanos, com a democracia e com a sustentabilidade. E fazemos isso porque é isso que espera de nós a sociedade brasileira.

É com muita alegria que nós celebramos hoje a formatura das turmas 2014-2016 e 2015-2017, uma delas conhecida como a turma dos 18 de Copacabana. Aliás, todos sobreviveram às etapas da sua formação e terão pela frente uma vida longa e feliz.

Eu quero dar as boas-vindas a cada um dos jovens colegas aos quadros do Itamaraty, felicitá-los pela escolha que fizeram e pelo êxito que alcançaram em um dos concursos mais competitivos, mais duros do Brasil, e pelo curso que acabam de concluir.

Eu recebi ontem famílias dos nossos formandos, senhor presidente. E eu penso que essa é a festa dos formando, mas é sobretudo a festa das famílias. A alegria que eu vi em cada um deles, a emoção que eu vi em cada um dos parentes, dos amigos por essa conquista foi algo que me tocou, me tocou profundamente. Cheguei a me lembrar, meu caro presidente, do momento em

que eu concluí o meu curso na nossa faculdade de direito, uma extraordinária proeza.

Pois saibam que se apresentam, nos concursos do Itamaraty, cerca de cinco a seis mil candidatos para trinta vagas. É um concurso muito difícil, porque são todos muito bem preparados. Às vezes se apresentam mais de uma vez; duas, três vezes, até conseguirem ingressar e alcançar o seu objetivo. E à medida que o tempo vai passando, que o Brasil vai mudando, os concursos acolhem, com seu resultado, pessoas das mais diferentes regiões e dos diferentes estados do Brasil. É claro que nossos novos ingressantes estavam concentrados, há até alguns anos, há até algumas décadas atrás, no Rio de Janeiro, onde ficava o Itamaraty, em São Paulo, em Minas Gerais, nos estados mais populosos. Hoje, os ingressos estão distribuídos pelo país inteiro e as nossas promoções refletem a diversidade do nosso país. São o retrato do Brasil. Um retrato que precisa ser ainda mais focado. Precisamos aprimorar, ainda, os nossos mecanismos de apoio à diversidade e à inclusão. Mas o fato é que os formandos são um retrato do nosso país. Há algum tempo, os formandos vinham de famílias de diplomatas, seguindo a vocação que conquistaram no convívio com seus familiares. Filhos e netos de diplomatas prestavam o concurso e ingressavam no Itamaraty. Assim como eu, que sou filho e neto de advogados, vi nascer em mim a vocação para a carreira jurídica. Hoje, não mais. Há uma enorme diversidade nas famílias de onde provêm nossos jovens diplomatas, que estão iniciando hoje uma carreira que é

única, como já foi bem ressaltado aqui pelos oradores das turmas e pelo Embaixador Danese, que envolve mudanças, sacrifícios e dedicação, mas traz também uma enorme satisfação de servir ao Brasil e ao nosso povo.

Uma carreira que é uma espécie de sacerdócio laico, porque vocês já notaram que ingressaram em uma corporação, no bom sentido da palavra, que atua segundo códigos regulamentares e que cultiva tradições, para poder cumprir com eficiência as suas tarefas e atribuições.

Eu, quando cheguei aqui, me deparei inclusive com uma terminologia própria: telegrama. Não se faz mais telegrama. Mas recebemos telegramas dos postos no exterior, alguns deles contendo análises primorosas, os quais envio à Vossa Excelência. Quando peço alguma informação para me orientar, para me subsidiar no contato com autoridades de outro país, eu recebo "papéis", não informações. É um claro exemplo de antonomásia. Há até pouco tempo, esses telegramas ficavam armazenados em caixas chamadas "sarcófagos".

Há um estilo, um modo de falar, que eu aprecio muito, porque é uma expressão que busca traduzir, na fala, um pensamento bem articulado, disciplinado, elegante. Uma elegância que não se confunde com esnobismo, mas com bom gosto, equilíbrio. Um estilo alheio à hipérbole, aos exageros, mas que não deixa de ser muito firme na defesa dos interesses nacionais. É um estilo conciliatório, mas que busca resultados concretos e a projeção dos valores da sociedade brasileira.

Eu valorizo a tradição, sem me deixar aprisionar por ela. E esta é uma Casa que valoriza a tradição. Vocês irão incorporar, na vida cotidiana, a tradição diplomática, que é o que garante a continuidade na defesa dos objetivos permanentes do estado, a começar por aqueles que estão inscritos na nossa Constituição Federal. Essa tradição rejeita o voluntarismo diplomático.

Ficou entre nós a lição de Joaquim Nabuco, escrita em seu Diário, a propósito da missão de Rui Barbosa em Haia: "não se fica grande por dar pulos. Não podemos parecer grandes, senão o sendo".

Isso quer dizer que, na defesa de nossos interesses globais, é preciso granjearmos, cada vez mais, poder para influir de modo decisivo. Essa influência se conquista com esforço metódico, com avanços econômicos, mas também científicos, culturais, tecnológicos e de cooperação, capazes de imprimir densidade em nossas relações com outros países. E a conquista dessas condições passa, necessariamente, como lembra Rubens Ricupero, em obra editada pela Fundação Alexandre de Gusmão, pelo processo de desenvolvimento.

Uma prioridade da nossa tradição diplomática, inscrita nos nossos códigos de conduta, nos nossos objetivos, desde a década de 1930, pelo menos.

A atuação de nosso país no mundo tem a seu favor um atributo essencial, que é a credibilidade lastreada em uma nítida identidade nacional. Vocês já têm ocasião de constatar, a forma como o Brasil é visto no exterior. Quando nos

perguntam quem é o Brasil, nossa resposta está naquilo que nós fazemos, na forma como nós nos comportamos.

O Brasil é visto como uma grande democracia, um país amante da paz, comprometido com o direito internacional e a solução pacífica de controvérsias.

O nosso território, imenso território, foi delineado por atos jurídicos, por acordos e tratados diplomáticos, que consolidaram não apenas a herança que recebemos dos portugueses, mas também a conquista territorial laboriosa dos nossos povoadores, dos nossos sacerdotes, e que foi sacramentada pelos nossos diplomatas.

É um país que se pauta pelo respeito às instituições multilaterais e pela busca concertada de soluções para os grandes desafios globais, em áreas como comércio e finanças, paz e segurança, democracia, direitos humanos e mudança do clima.

Nós somos admirados não apenas pela palavra empenhada, pela força da palavra empenhada, mas, sobretudo, por nossas ações como disse demonstradas em operações de paz de que participamos, na liderança do processo que permitiu a adoção do acordo de Paris sobre a mudança do clima, nas negociações em curso para assegurar o desarmamento nuclear, nos esforços para integrar a nossa região na democracia.

Nós somos admirados também por uma cultura vibrante, pela diversidade da nossa população, pela força da nossa democracia, pela indústria forte, uma agricultura competitiva, e esse ativo

estratégico extraordinário que é nossa biodiversidade.

Vocês vão representar, meus caros formandos, um país cada vez mais respeitado, um país que não foge das suas responsabilidades como ator global, de crescente influência internacional.

Um país que reconhece seus próprios desafios, mas que os enfrenta com desassombro e sem ter medo de assumir o lugar que lhe cabe no concerto das nações.

É com esse mesmo desassombro que cada um deverá encarar o seu papel ao longo da vida profissional.

Faço votos de que aproveitem cada etapa da caminhada que elegeram, preservando, como aconselhou ainda há pouco o Embaixador Danese, o necessário equilíbrio entre os objetivos profissionais e a realização de uma vida pessoal, que se constrói nos afetos, na solidez da amizade e no convívio familiar.

Essa carreira a que vocês agora seguem, meus caros amigos, é motivo de orgulho para todos nós. Felicito-os pela escolha não apenas do paraninfo, mas também do nome do cardeal D. Paulo Evaristo Arns que, e eu não exagero, foi um herói na luta pela democracia no Brasil, pelo respeito pelos direitos humanos, e da batalha pela dignidade humana. E a turma que recebeu o nome de Bertha Lutz também homenageia uma pessoa, que aliás dá o nome a um dos prêmios instituídos pelo Congresso Nacional para agraciar as pessoas que se distinguiram na luta pela igualdade das mulheres, o nome de Bertha Lutz.

Meus caros amigos, eu gostaria de encerrar na lembrança de um discurso que li, pronunciado por Graciliano Ramos, que foi transcrito pelo seu filho, Ricardo, em um perfil que traçou do seu pai. Graciliano Ramos, depois de dar várias voltas no seu discurso de paraninfo, concluiu como eu concluo agora: eu desejo que vocês sejam muito felizes.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ALOYSIO NUNES FERREIRA, POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DOS 30 ANOS DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC) – PALÁCIO ITAMARATY, 25 DE MAIO DE 2017

Trinta, embaixador Paulo Tarso, trinta da ABC. Eu rememorava, ainda que rapidamente, a voo de pássaro, tudo aquilo que nosso país viveu ao longo desses trinta anos, as profundas transformações por que passou o nosso país nesses trinta anos. A começar por aquilo que foi o objetivo da luta da minha geração: a redemocratização do país, a reconstitucionalização do país, a criação de uma constituição que não apenas assegura os direitos fundamentais e as garantias fundamentais, a independência entre os poderes, as liberdades mais amplas que nosso país já conheceu em toda nossa história, mas cria também mecanismos de inclusão social, pilares de uma política de inclusão social que se sustentou ao longo desse tempo. Trinta anos ao longo dos quais nós enfrentamos inúmeros desafios. Os desafios da hiperinflação, da institucionalização do regime democrático, os desafios políticos, dramas de dois impeachments, conflitos políticos acirrados, uma sociedade em ebulição, fomos capazes de constituir mecanismos eficazes de inclusão social, e pudemos manter um rumo. Nós, às vezes confrontados com a tempestade de hoje ou com tempestades que já passamos em um passado recente, às vezes perdemos um pouco a noção de que nós estamos caminhando e caminhando bem, no rumo da criação de um país democrático, desenvolvido, mais igualitário e um país com uma forte presença internacional.

A ABC é uma instituição do Estado brasileiro. A ABC, ao longo desses trinta anos, criou um modelo exitoso de cooperação internacional. E quando eu vejo, meus amigos, o entusiasmo com que os trabalhadores da ABC saudaram seus colegas que aqui foram homenageados eu fico pensando que o êxito de uma instituição como a ABC não decorre apenas da sua localização no âmbito do prestigioso Ministério das Relações Exteriores do Brasil, do fato de ter sido dirigida ao longo desse tempo todo por gente de mais alta qualificação e competência, mas também pelo fato de que aqueles que trabalham nela acreditam naquilo que fazem, tem convicção da importância da missão que desempenham e o fazem com amor e com dedicação. Talvez entre todas essas homenagens o entusiasmo, o aplauso, a algazarra saudável com que foram cumprimentados por seus colegas seja pra mim o traço mais marcante desta cerimônia.

Eu queria também dizer que na organização deste evento, meu prezado Embaixador João Almino, com a distribuição dessas homenagens, dessas modestas placas, pode-se verificar a ABC em ação porque aqui foram homenageados parceiros de outros países, instituições internacionais, os trabalhadores da ABC, foram homenageadas instituições do governo brasileiro sem as quais não poderia haver cooperação. Eu saúdo com muito carinho aqui a presença do ministro Osmar Terra e do secretário geral do Ministério da Justiça, meu amigo, José Levi do Amaral. Isso evidencia o papel da ABC. A ABC é uma agência que coordena, que ajuda a formular, que capta a sensibilidade dos parceiros, que avalia e avalia com o objetivo de aprimorar programas, aprimorar programas em curso, como bem lembrou o representante de Moçambique aqui nesta

solenidade. É uma agência de coordenação, de formulação, e cuja execução é compartilhada com amplíssimo universo de agentes do governo brasileiro, de organizações internacionais, da sociedade civil, e se constitui realmente como uma conquista do nosso país. Todos nós temos consciência, meus amigos, da importância que tem a ABC e a cooperação, de maneira geral, como instrumento de promoção da cooperação técnica, parte de uma estratégia de inserção internacional de nosso país, esse papel vem sendo desempenhado pela ABC desde a sua criação, por meio, como disse, da coordenação de ações voltadas ao compartilhamento de experiências, de conhecimentos, de tecnologias com os nossos parceiros em via de mão dupla, e é um trabalho de cooperação que não tem apenas a dimensão da solidariedade aos parceiros da cooperação prestada. Ela é também indutora do nosso próprio desenvolvimento nacional ao incentivar constante reflexão sobre as nossas práticas de modernização do setor produtivo de ampliação dos mecanismos de promoção de direitos, de inovação da gestão pública, de fortalecimento da sociedade civil.

Ainda há pouco, na companhia do Embaixador Fernando Abreu, em uma viagem inesquecível que fiz por vários países da África, fomos confrontados com o problema de uma praga que assola algumas culturas, uma praga de efeito devastador, que se propaga com enorme rapidez. É claro que querem a cooperação da nossa Embrapa, evidentemente. Os nossos pesquisadores que forem lá para conhecer o problema, conhecer o problema no seu novo ambiente, porque ele já existiu aqui, evidentemente vão trazer a experiência que vivemos aqui no Brasil e vão aprender com aquilo com o desafio diante do qual eles serão confrontados nesse novo ambiente em que essa praga se desenvolveu. Então um exemplo assim bastante simples de como essa cooperação é benéfica para todos nós que participamos dela. É uma CO-Operação, cooperar juntos, e essa é uma característica que distingue a cooperação brasileira de outras experiências de cooperação e é por isso que a cooperação brasileira é bem-vinda, é respeitada, ainda que nossos recursos sejam bastante escassos neste momento.

Nós temos mais de 3 mil projetos executados em uma centena de países desde a criação da ABC e os principais países beneficiários estão localizados, por razões geográficas e afinidades culturais na América Latina, Caribe e África, com especial destaque para países de menor índice de desenvolvimento relativo - menor índice agora, porque a África é um continente em franca transformação, em alguns lugares progredindo muito mais aceleradamente do que a própria América Latina - e evidentemente os países com os quais compartilhamos a última flor do lácio que é a língua portuguesa. Eu recordei, acabei de dizer, o périplo que fiz por seis países africanos onde tive a oportunidade de estreitar relações políticas e econômicas e impulsionar os projetos de cooperação técnica mantidos com esses parceiros. Eu queria ressaltar a seguinte constatação: a nossa cooperação é uma cooperação desinteressada. Nós não fazemos cooperação para vender equipamentos, não fazemos cooperação visando a conquistar posições estratégicas em outros continentes, mas evidentemente a cooperação é um passaporte para o estreitamento de relações políticas entre os nossos países, é uma credencial, é uma carta de visita daquilo que nós podemos fazer juntos. A partir daí, evidentemente,

se abre um amplo horizonte de intercâmbio econômico, intercâmbio cultural. Eu estive em Moçambique, meu prezado Embaixador, na inauguração de um centro cultural, na reinauguração de um centro cultural e na inauguração de um auditório que tem o nome de Vinícius de Moraes. E ali nessa cerimônia, ouvimos uma cantora moçambicana fantástica que começou sua apresentação cantando "Se todos fossem iguais a você". Foi uma coisa comovente. Ali pude rever dois velhos amigos que participaram da luta pela independência e pude, ao falar da cooperação entre os nossos países, verificar como os laços culturais, afetivos, históricos, contribuem para azeitar o relacionamento e como esse relacionamento contribui para aprofundar essas relações que já existem, tornando-as mais sólidas e mais consistentes.

Temos falado aqui, frequentemente, em nossas reuniões de trabalho, da cooperação trilateral, uma cooperação que inaugurou... uma modalidade de cooperação internacional que está chamada a ser cada vez mais presente nas relações de cooperação entre os países. Com esta fórmula o Brasil empresta o seu know-how e as sua tecnologia social com o apoio financeiro e logístico de países desenvolvidos e de organismos multilaterais em benefício de países mais vulneráveis. É uma receita de sucesso e que nós pretendemos, meu caro Paulo Tarso, incentivar cada vez mais, não apenas por necessidade, mas também por razões de eficiência.

A cooperação brasileira, cada vez mais, e esse é um sinal da sua evolução ao longo desses 30 anos, está sintonizada com a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável estabelecidos pela agenda 2030 das Nações Unidas. O fato de ser um grande país em desenvolvimento que em grande medida já superou – está superando – gargalos no combate à pobreza e experimentou avanços sociais importantes aumenta o interesse externo pela cooperação técnica prestada pelo Brasil. A cooperação, portanto, meus amigos, é um instrumento de presença do país no mundo, é uma modalidade de exercício de soft power que é próprio de um país democrático, de um país que não tem ambições hegemônicas, um país que quer ter uma relação construtiva no contexto internacional e cujo fortalecimento dotará a política externa brasileira de condições ainda melhores para seguir mantendo uma voz ativa na arquitetura da cooperação internacional para o desenvolvimento. Nesse sentido, meus amigos, nós estamos trabalhando, sabem todos aqueles que trabalham aqui no ministério, e particularmente na ABC, na elaboração de um projeto de lei que será apresentado ao Presidente da República com o objetivo de eliminarmos determinadas ambiguidades legais e institucionais que embaraçam nosso trabalho e dotar realmente a ABC, agora depois desses trinta anos em que ela foi se modificando, foi se aprimorando, de uma estrutura institucional sólida e à altura da nossa aspiração de permanência dessa política.

Ao concluir, e quando um orador fala ao concluir todos já se apavoram porque ao concluir abre mais 15 minutos pelo menos de discurso, eu gostaria também eu de homenagear a memória do meu saudoso amigo Luiz Felipe Lampreia e a presença aqui entre nós e a atuação do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima a quem o nosso país deve tanto e que continua sendo uma das vozes mais ouvidas aqui no Itamaraty. Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR

Declaração conjunta por ocasião da visita de Estado do Presidente Mauricio Macri a Brasília. Reiteraram, igualmente, o compromisso em aprofundar a cooperação em matéria de direitos humanos, mudança do clima e desenvolvimento sustentável, no marco das Nações Unidas e de foros especializados.

Atos assinados por ocasião da visita de Estado do Presidente Mauricio Macri a Brasília. Reiteraram, igualmente, o compromisso em aprofundar a cooperação em matéria de direitos humanos, mudança do clima e desenvolvimento sustentável, no marco das Nações Unidas e de foros especializados.

Comunicado conjunto sobre a situação na Venezuela, os Governos de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai, países membros da União Sul-americana de Nações (UNASUL), condenam a situação criada a partir da sentença do Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela que afeta a Assembleia Nacional daquele país e os parlamentares eleitos pelo voto popular em dezembro de 2015.

Declaração conjunta sobre atentado na Suécia. Os governos da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, do México, do Paraguai, do Peru e do Uruguai condenam o cruel atentado perpetrado na cidade de Estocolmo, Suécia.

Declaração Conjunta Emitida na Conclusão da 24ª Reunião Ministerial do BASIC sobre Mudança do Clima.

Comunicado conjunto dos governos de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru e Uruguai no contexto das manifestações ocorridas nos últimos dias na República Bolivariana da Venezuela.

Declaração Conjunta por ocasião da Visita do Presidente do Governo do Reino da Espanha, Mariano Rajoy Brey, que realizou visita de trabalho ao Brasil nos dias 24 e 25 de abril de 2017, a convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer.

I Reunião do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina que deverá conferir contornos formais e regularidade às reuniões de coordenação de alto nível entre ambas as Chancelarias. Trata-se de relevante instrumento de aprofundamento da concertação entre os dois países.

Reunião de Chanceleres do Brasil e do México acordaram em Washington acelerar as negociações para a ampliação do acordo comercial entre os dois países.

Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Meio Ambiente Mudança do Clima.

Comunicado Conjunto da Reunião dos Chanceleres do BRICS em Pequim, China.

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

ATENTADO NA TURQUIA 01/01/2017

O governo brasileiro condena o ataque perpetrado na madrugada de hoje, na cidade de Istambul, que causou a morte de pelo menos 39 pessoas e feriu dezenas de outras, durante uma celebração do ano novo.

Ao reiterar seu firme repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação, o governo brasileiro manifesta condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo da Turquia.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DA GUINÉ EQUATORIAL 02/01/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu *agrément* ao senhor Salvador Mangué Ayingono como embaixador extraordinário e plenipotenciário da República da Guiné Equatorial no Brasil.

Brasil e Guiné Equatorial estabeleceram relações diplomáticas em 1974.

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO HAITI 04/01/2017

O governo brasileiro cumprimenta o presidente eleito do Haiti, Jovenel Moïse, por sua vitória nas recentes eleições presidenciais e transmite os votos de êxito no exercício de suas funções. Ao reconhecer a importância do processo eleitoral para a consolidação

institucional do país, o Brasil reitera sua disposição de seguir cooperando para o desenvolvimento do Haiti.

Aproveita ainda a oportunidade para saudar o trabalho da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a contribuição da comunidade internacional para a reconstrução do país.

DECLARAÇÃO DO MINISTRO JOSÉ SERRA SOBRE A MORTE DE MÁRIO SOARES 07/01/2017

Recebi com tristeza a notícia da morte de Mário Soares, com quem desfrutei de relações de amizade pessoal e política. Expresso a seus familiares e ao povo português os meus mais sinceros sentimentos.

Tive o privilégio de conviver com Mário Soares e testemunhar suas notáveis qualidades como pessoa, líder político e grande estadista. Foi central o papel que desempenhou na resistência ao regime salazarista, na redemocratização de seu país e na estabilização da vida pública portuguesa após a chamada Revolução dos Cravos, de 25 de abril de 1974. Mário Soares foi um dos grandes nomes tanto da socialdemocracia europeia, como do histórico processo de integração no continente.

Foi também um grande amigo do Brasil. Como Ministro dos Negócios Estrangeiros, Primeiro-Ministro e sobretudo como Presidente da República, sempre trabalhou pela construção de um relacionamento próximo e moderno entre os dois países. Correspondida sua vontade por idêntica convicção dos líderes brasileiros no decênio em que Mário Soares exerceu a presidência, a partir de 1986, Brasil e Portugal consolidaram, então, os alicerces de uma parceria fundada na identidade histórica, linguística e cultural, nos interesses econômicos convergentes e na comunhão de valores como a democracia, a liberdade e o pluralismo.

A amizade fraterna entre o Brasil e Portugal, e a irmandade das nações lusófonas, terão sempre em Mário Soares um de seus grandes protagonistas.

José Serra
Ministro das Relações Exteriores do Brasil

ATAQUE TERRORISTA EM JERUSALÉM 08/01/2017

O governo brasileiro condena o ataque terrorista cometido, no dia de hoje, em Jerusalém, que causou a morte de quatro pessoas e deixou mais de uma dezena de feridos.

Ao reiterar seu firme repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação, o governo brasileiro manifesta sua solidariedade e condolências aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo de Israel, e expressa seus votos de pronta recuperação dos feridos.

VIAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA A PORTUGAL, POR OCASIÃO DAS EXÉQUIAS DO EX-PRESIDENTE MÁRIO SOARES – LISBOA, 10 DE JANEIRO DE 2017

O presidente da República, Michel Temer, encontra-se em viagem a Portugal para participar das honras fúnebres ao ex-presidente Mário Soares, falecido no dia 7 de janeiro de 2017. A cerimônia terá lugar às 13h do dia 10 de janeiro, no Mosteiro dos Jerônimos, em Lisboa.

Mário Soares teve papel importante na luta pela redemocratização de Portugal e na consolidação do Estado de Direito no país, após a Revolução dos Cravos, de 25 de abril de 1974. Foi presidente da República por dois mandatos consecutivos (1986-1996), primeiro-ministro, ministro dos negócios estrangeiros, deputado e membro do parlamento europeu.

Ainda no dia 10, o presidente Temer manterá encontro com o presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa.

FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, ROMAN HERZOG 10/01/2017

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, do falecimento, no dia 10 do corrente, do ex-presidente da República Federal da Alemanha Roman Herzog.

Em todas as suas funções públicas, Herzog provou-se defensor da democracia, da liberdade e da paz. Como presidente federal, entre 1994 e 1999, prestou grande contribuição à conformação da Alemanha pós-reunificação.

Em 1995, acompanhado de importante delegação governamental e empresarial, realizou visita ao Brasil, que permitiu avanços nas relações políticas e econômicas entre os dois países.

O governo brasileiro solidariza-se com o povo e o governo da Alemanha e apresenta suas profundas condolências aos familiares de Roman Herzog.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM ISRAEL 11/01/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo de Israel concedeu *agrément* a Paulo César Meira de Vasconcellos como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Paulo César Meira de Vasconcellos é, desde 2014, embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos. Ao longo de sua carreira, foi embaixador na Tailândia e serviu no Consulado-Geral do Brasil em Nova York e nas embaixadas brasileiras nos Estados Unidos, Peru e Canadá. No Brasil, foi subsecretário-geral do Serviço Exterior e diretor do Departamento Cultural do Ministério de Relações Exteriores.

ATAQUES TERRORISTAS NO AFGANISTÃO 12/01/2017

O governo brasileiro condena os ataques terroristas cometidos em 10 de janeiro, no Afeganistão, que vitimaram dezenas de pessoas. Entre as vítimas fatais encontram-se cinco diplomatas dos Emirados Árabes Unidos, que realizavam missão humanitária naquele país, e um diplomata afegão.

Ao reiterar seu firme repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação, o governo brasileiro transmite aos familiares das vítimas suas mais sentidas condolências e manifesta sua solidariedade aos povos e governos do Afeganistão e dos Emirados Árabes Unidos.

ACIDENTE RODOVIÁRIO NO EQUADOR 14/01/2017

O governo brasileiro recebeu com pesar a notícia do acidente rodoviário ocorrido na noite de ontem, na estrada Yaguachi-Milagro, na província de Guayas, Equador, que causou dezenas de mortes e deixou mais de 60 feridos.

O governo brasileiro expressa sua solidariedade e condolências aos familiares das vítimas, ao governo e ao povo do Equador.

ACIDENTE AÉREO NO QUIRGUISTÃO 16/01/2017

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, do desastre com avião de carga turco que vitimou 37 pessoas, ocorrido na vila Dachi Suu, próximo à capital quirguiz, Bishkek.

O governo brasileiro manifesta sua solidariedade e condolências aos familiares das vítimas e aos povos e governos da República Quirguiz e da Turquia.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DE ISRAEL 17/01/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément ao senhor Yossi Shelley como embaixador extraordinário e plenipotenciário de Israel no Brasil.

Brasil e Israel estabeleceram relações diplomáticas em 1949.

ABERTURA DO MERCADO DA ÁFRICA DO SUL PARA A CARNE SUÍNA BRASILEIRA 18/01/2017

O Governo brasileiro recebeu, com satisfação, o anúncio das autoridades da África do Sul de reabertura do país às exportações brasileiras de carne suína. O mercado sul-africano de carne suína foi fechado ao produto brasileiro em 2005, quando se detectou foco de febre aftosa no Brasil. Desde então, o governo brasileiro fez repetidas gestões em favor da retomada das exportações do setor.

A reabertura do mercado da África do Sul – país com cerca de 55 milhões de habitantes e PIB de US\$ 327 bilhões – oferece novas oportunidades aos exportadores brasileiros e constitui avanço importante nas relações comerciais e agrícolas entre os dois países.

ATAQUE SUICIDA A BASE MILITAR NO MALI 18/07/2017

O governo brasileiro condena o ataque suicida contra base militar localizada em Gao, no norte do Mali, no dia de hoje, que deixou mais de 50 mortos e dezenas de feridos.

Ao reiterar seu firme repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação, o governo brasileiro manifesta suas condolências às famílias das vítimas e sua solidariedade ao povo e ao governo do Mali.

O governo brasileiro renova seu apoio ao trabalho da MINUSMA e aos esforços da comunidade internacional em favor da estabilização do Mali.

REUNIÃO MINISTERIAL ENTRE OS PAÍSES DO MERCOSUL E DA ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DE LIVRE COMÉRCIO – EFTA 19/01/2017

Realizou-se em Davos, em 19 de janeiro, reunião ministerial dos países do Mercosul e da Associação Europeia de Livre Comércio – EFTA (integrada por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça). O Brasil foi representado pelo Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira.

A reunião marcou a conclusão exitosa do Diálogo Exploratório, iniciado em junho de 2015, entre o Mercosul e a EFTA, com vistas à negociação de acordo de livre comércio.

Os dois lados decidiram realizar, em fevereiro de 2017, reunião preparatória às negociações comerciais.

O Mercosul e a EFTA mantêm diálogo econômico-comercial desde 2000. O comércio do Brasil com a EFTA, em 2015, foi de US\$ 6,1 bilhões. O intercâmbio comercial entre os dois blocos é de aproximadamente US\$ 7 bilhões.

DESABAMENTO DE EDIFÍCIO EM TEERÃ 19/01/2017

O governo brasileiro recebeu, com pesar, a notícia do desabamento do edifício Plasco, em Teerã, que vitimou dezenas de pessoas, inclusive bombeiros, que combatiam o incêndio no prédio na hora do desabamento.

O governo brasileiro manifesta sua solidariedade e condolências aos familiares das vítimas, ao governo e ao povo da República Islâmica do Irã.

ABALOS SÍSMICOS E AVALANCHE NA ITÁLIA 20/01/2017

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, dos fortes abalos sísmicos ocorridos no último dia 18 de janeiro, na região central da Itália, que provocaram, além de danos materiais, avalanche que atingiu hotel próximo a Farindola, região de Abruzzo, causando dezenas de vítimas.

A Embaixada e o Consulado-Geral do Brasil em Roma estão acompanhando a situação. Não há registro, neste momento, de cidadãos brasileiros entre as vítimas.

O governo brasileiro manifesta sua solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo da Itália.

BRASIL DOA 70 MIL DOSES DE VACINAS ANTIRRÁBICAS À BOLÍVIA 20/01/2017

O governo brasileiro concluiu a doação de 70 mil doses de vacinas antirrábicas à Bolívia. O carregamento de vacinas chegou a Santa Cruz de la Sierra na noite da última quarta-feira, dia 18.

As vacinas farão parte de campanha do governo boliviano de combate à raiva canina em departamentos que fazem fronteira com o Brasil, os quais vêm registrando crescente número de casos de animais contaminados. A cooperação envolve também o intercâmbio de especialistas.

Brasil e Bolívia mantêm diálogo constante sobre questões relacionadas à saúde. Está

sendo criado grupo de trabalho sobre saúde na fronteira, com o objetivo de identificar e sanar problemas que possam afetar as zonas fronteiriças entre os dois países.

ATAQUE TERRORISTA NO PAQUISTÃO 22/01/2017

O governo brasileiro condena o ataque terrorista ocorrido ontem, em Parachinar, no norte do Paquistão, que deixou ao menos 24 mortos e dezenas de feridos.

Ao reiterar seu firme repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação, o governo brasileiro manifesta suas condolências às famílias das vítimas e sua solidariedade ao povo e ao governo do Paquistão.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA TANZÂNIA 23/01/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément ao senhor Emmanuel John Nchimbi como embaixador extraordinário e plenipotenciário da República Unida da Tanzânia no Brasil.

Brasil e Tanzânia estabeleceram relações diplomáticas em 1970.

NOTA À IMPRENSA 26/01/2017

A grande maioria dos países da América Latina mantêm estreitos laços de amizade com o povo dos Estados Unidos. Por isso, o governo brasileiro recebeu com preocupação a ideia da construção de um muro para separar nações irmãs do nosso continente sem que haja consenso entre ambas. O Brasil sempre se conduziu com base na firme crença de que as questões entre povos amigos – como é o caso de Estados Unidos e México – devem ser solucionadas pelo diálogo e pela construção de espaços de entendimento.

DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO 27/01/2017

Neste Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, estabelecido pelas Nações Unidas na data do aniversário da libertação do campo de extermínio de Auschwitz, a comunidade internacional deve refletir sobre esse passado trágico. E deve fazê-lo com o objetivo de que as novas gerações, ao lembrar o assassinato de mais de 6 milhões de judeus e de tantos outros grupos, sigam alerta contra manifestações antissemitas, racistas e toda forma de discriminação, exclusão e injustiça.

Prestamos nossa homenagem às vítimas e aos sobreviventes do Holocausto, àqueles que enfrentaram o maior de todos os tormentos. Lembramos também a coragem dos que se arriscaram para salvar vidas, como os brasileiros Luiz Martins de Souza Dantas e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa.

Que a recordação do sacrifício de tantas famílias, vítimas de um crime sem igual, continue presente em nossas mentes e corações, para que se evite a repetição das condições que levaram à Shoá e para que os princípios de respeito à dignidade humana e de convivência pacífica entre os povos sejam uma realidade para todos.

CANDIDATURA DO EMBAIXADOR JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA AO ÓRGÃO DE APELAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO 30/01/2017

O Governo brasileiro anunciou hoje que lançará a candidatura do Embaixador José Alfredo Graça Lima ao Órgão de Apelação da OMC, para vaga a ser aberta em julho de 2017.

Com formação em Direito e diplomata de carreira, o Embaixador Graça Lima tem vasta experiência em temas de comércio internacional. Seu percurso profissional se confunde com a história recente do sistema multilateral de comércio, desde seu primeiro posto no exterior, na Missão do Brasil em Genebra, quando participou da Rodada Tóquio de negociações comerciais multilaterais. Na qualidade de negociador brasileiro na Rodada Uruguai, Graça Lima participou da reformulação das regras multilaterais de comércio e da criação da própria OMC.

Autor de numerosos artigos sobre política comercial, comércio internacional e economia brasileira, o Embaixador Graça Lima foi um dos árbitros designados para compor os painéis que analisaram os contenciosos "Japão – Quotas de importação de algas" (DS 323), "Comunidades Europeias – Medidas anti-dumping sobre salmão da Noruega" (DS 337) e "Estados Unidos – Medidas compensatórias e anti-dumping sobre produtos da China" (DS 449), nesses dois últimos casos como presidente do painel.

Na área econômica do Itamaraty, Graça Lima ocupou os principais cargos da carreira, tendo exercido as funções de Diretor do Departamento Econômico e de Subsecretário-Geral para Assuntos de Integração, Econômicos e Comércio Exterior, posição em que supervisionou a atuação brasileira na OMC, no Mercosul e em outras negociações de âmbito regional e bilateral. Entre outros postos no exterior, foi Representante Permanente do Brasil junto à União Europeia.

O Brasil considera que a seleção do Embaixador Graça Lima aportaria inestimável contribuição ao desempenho do Órgão de Apelação da OMC em virtude de sua comprovada experiência no direito da OMC e seu mecanismo de solução de controvérsias, e de sua visão e o conhecimento como negociador de textos legais do organismo.

A candidatura será encaminhada formalmente à OMC assim que forem definidos os procedimentos e prazos formais do processo, o que deverá acontecer ao final de fevereiro.

ATENTADO EM MESQUITA NO CANADÁ 30/01/2017

O governo brasileiro lamenta profundamente o atentado terrorista ocorrido ontem à noite, em mesquita na cidade de Quebec, no Canadá, que deixou ao menos seis mortos e oito feridos.

Ao reiterar seu firme repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação, o governo brasileiro manifesta suas condolências às famílias das vítimas e sua solidariedade ao povo e ao governo do Canadá.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA NORUEGA 01/02/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément ao senhor Nils Martin Gunneng como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Reino da Noruega no Brasil.

Brasil e Noruega mantêm relações diplomáticas desde 1905.

APOIO AO CHILE NO COMBATE A INCÊNDIOS 03/02/2017

Sete técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) partem hoje para Santiago, a pedido do governo do Chile, a fim de auxiliar nos esforços contra os incêndios florestais que afetam aquele país. Os funcionários do IBAMA estão habilitados a gerenciar e coordenar operações de combate ao fogo.

A iniciativa complementa o esforço iniciado com o envio, no último domingo (29/1), de duas aeronaves C-130 Hércules da Força Aérea Brasileira.

VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ARGENTINA, MAURICIO MACRI, AO BRASIL – BRASÍLIA, 7 DE FEVEREIRO DE 2017

A convite do Presidente Michel Temer, o Presidente da República Argentina, Mauricio Macri, realizará visita de Estado ao Brasil no dia 7 de fevereiro. Além de manter encontro com o Presidente Temer, será recebido pelos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

A visita de Estado realiza-se em momento de especial convergência nas relações bilaterais e permitirá fazer avançar iniciativas de importância para ambos os países nas mais diversas áreas, em particular comércio e investimentos, segurança das fronteiras, integração e desenvolvimento fronteiriços, ciência e tecnologia, e defesa.

A Argentina acaba de assumir a presidência pro tempore do MERCOSUL e será sucedida pelo Brasil no segundo semestre. Os Presidentes tratarão das prioridades a serem observadas para, lado a lado com os demais sócios, resgatar o espírito original do MERCOSUL: livre mercado e democracia. Privilegiarão medidas para eliminar barreiras no comércio intra-MERCOSUL e para diversificar e revigorar as relações do bloco com parceiros da região e de fora dela.

Buenos Aires foi o destino das primeiras visitas bilaterais do Presidente Michel Temer e do Chanceler José Serra, sinal da importância atribuída pelo Brasil ao relacionamento com a Argentina. O Brasil foi o primeiro país visitado pelo Presidente Macri, ainda como Presidente eleito.

O Brasil é o principal destino das exportações argentinas e o principal fornecedor de produtos para o país vizinho. A Argentina é o segundo destino das exportações brasileiras de produtos manufaturados e o terceiro maior parceiro comercial do Brasil.

DECLARAÇÃO CONJUNTA PRESIDENCIAL POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE MAURICIO MACRI A BRASÍLIA – 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O Presidente da República Argentina, Mauricio Macri, realizou, nesta data, visita de Estado a Brasília, onde foi recebido pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer. Em seguida, o Presidente Macri visitou, também, os Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal.

Celebraram o reinício, após mais de três anos, dos encontros presidenciais regulares, com a visita do Presidente Temer a Buenos Aires, em outubro do ano passado. Nesse sentido, além de destacar o caráter estratégico da relação entre os dois países, saudaram a revitalização dos canais institucionais de diálogo ao longo de 2016 e destacaram a necessidade de convocar, no corrente ano, reuniões dos mecanismos bilaterais vigentes, a fim de obter resultados concretos.

Com relação aos temas da agenda em comum, os Presidentes coincidiram quanto à necessidade de priorizar o desenvolvimento e a integração fronteiriça, melhorar a conectividade física e a cooperação em matéria energética entre os dois países, e trabalhar em matéria de coerência regulatória para favorecer a fluidez e o incremento do intercâmbio comercial. Acordaram, igualmente, redobrar esforços para aprofundar a cooperação em áreas como segurança, defesa, energia nuclear, âmbito espacial, ciência e tecnologia, educação, saúde, transporte, turismo, assistência consular e em matéria antártica, entre outros.

Os dois mandatários dialogaram sobre a situação regional e destacaram o compromisso de continuar fortalecendo o MERCOSUL, com foco no mercado interno do bloco e nas negociações extrarregionais. Nesse sentido, tendo em conta que neste ano a Argentina exerce a Presidência “Pro Tempore” no primeiro semestre e o Brasil a exercerá no segundo semestre, coincidiram em avançar na definição de uma agenda de trabalho produtiva e pragmática, que permita a ambos os países fortalecer sua relação comercial e a inserção do MERCOSUL em novos mercados.

Reiteraram, igualmente, o compromisso em aprofundar a cooperação em matéria de direitos humanos, mudança do clima e desenvolvimento sustentável, no marco das Nações Unidas e de foros especializados.

I. MECANISMO DE COORDENAÇÃO POLÍTICA BRASIL-ARGENTINA

Os dois Presidentes acordaram que a primeira reunião do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina será realizada no final de maio de 2017, em Buenos Aires.

II. INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

1. Determinaram que a III Reunião da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO) seja realizada em meados de agosto de 2017, em Foz do Iguaçu, a fim de acompanhar e dar impulso às iniciativas de integração fronteiriça entre os dois países, particularmente no campo da implementação do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas.

2. Congratularam-se pela assinatura do Ajuste Complementar ao mencionado Acordo em matéria de assistência em situações de emergência nas zonas de fronteira, que trará amplos benefícios às comunidades fronteiriças, facilitando a prestação mútua de apoio em contextos de emergência nos dois lados da fronteira. Ressaltaram, ademais, os avanços nas negociações do Ajuste Complementar em matéria de telecomunicações, tendo as Partes acordado dar-se um prazo de 180 dias para que sejam realizadas as adequações técnicas necessárias para a sua assinatura.

III. INTEGRAÇÃO FÍSICA

1. Com o objetivo de aprofundar a integração da infraestrutura física, instruíram ambas as Chancelarias a reunir-se com os organismos pertinentes, durante o primeiro semestre de 2017, para analisar as estruturas das pontes que vinculam os dois países e avaliar a possibilidade de construção das novas pontes objeto dos acordos bilaterais vigentes.

IV. COOPERAÇÃO CONSULAR

1. Acordaram aprofundar a cooperação consular entre os dois países, no intuito de cumprir o objetivo de garantir a devida assistência e proteção dos seus nacionais no exterior, com a profunda convicção de que os avanços alcançados em matéria de fortalecimento e melhoria dessa cooperação bilateral resultarão em benefícios tangíveis

da integração de dois países irmãos e no bem-estar das respectivas comunidades emigradas no mundo.

2. Decidiram dar mandato, por meio das respectivas Chancelarias, às áreas consulares dos dois Governos para que, em coordenação com as áreas de controle de fronteiras, turismo e migratória, estreitem a cooperação mútua, com o objetivo de facilitar o trânsito e a vida dos cidadãos dos dois países, tanto no território de Brasil e Argentina quanto em terceiros países.

3. Destacaram a necessidade de trabalhar na implementação de mecanismos para otimizar os recursos disponíveis, permitindo, assim, disponibilizar uma adequada resposta aos nacionais e a comunidades emigradas organizadas.

4. Congratularam-se pela assinatura, por ocasião da visita do Presidente Macri, do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Consular e Políticas para as Comunidades Emigradas entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, um mecanismo destinado a fortalecer os laços de amizade e cooperação que unem os dois povos e a incrementar o bem-estar das comunidades emigradas no exterior.

5. Anunciaram a convocação, no mês de março deste ano, da primeira reunião do mecanismo previsto no Memorando de Entendimento sobre Cooperação Consular e Políticas para as Comunidades Emigradas entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina integrado pelas áreas consulares das duas Chancelarias, com vistas ao intercâmbio de informações sobre os perfis e necessidades das respectivas diásporas e, a partir desse exame comparativo, identificar os temas de cooperação mútua. A convocação da reunião fortalecerá a cooperação consular entre os dois países e contribuirá para aperfeiçoar a assistência consular disponibilizada a seus nacionais, inaugurando, assim, uma prática de encontros regulares entre as autoridades consulares de ambos os países.

6. Instruíram as respectivas Chancelarias a estabelecer experiências-piloto de cooperação consular, mediante a utilização das instalações consulares da outra parte, bem como de estabelecer ações de coordenação entre consulados brasileiros e argentinos localizados em cidades com presença de residentes de ambas as nacionalidades, com vistas ao aprendizado mútuo e à futura realização de projetos conjuntos.

V. COMÉRCIO BILATERAL

1. Os Presidentes coincidiram em que a Comissão Bilateral de Produção e Comércio constitui o instrumento adequado para resolver questões que afetam as correntes comerciais bilaterais. Instruíram os Ministros responsáveis a definir cursos de ação específicos e elevar informes semestrais sobre os avanços e os resultados de seus trabalhos.

2. Dialogaram sobre a importância da agregação de valor às exportações de cada país ao outro e da maior integração produtiva entre os dois setores industriais, a fim de permitir melhor aproveitamento de suas estruturas, preservar e ampliar o emprego nos dois países e promover uma integração mais efetiva às cadeias globais de valor.

3. Consideraram fundamental estreitar a cooperação bilateral para que as regulações técnicas, sanitárias, fitossanitárias e de outra natureza não constituam entraves e favoreçam o crescimento do comércio de bens e serviços bilateral e com terceiros países. Com tal propósito, instruíram funcionários de ambos os países a acordar modalidades específicas por setores, que garantam resultados de curto prazo.

4. De acordo com o Plano de Trabalho assinado em 2016, deram instruções para aprofundar a integração produtiva bilateral e o desenvolvimento conjunto da cadeia automotiva, orientados ao estabelecimento do livre comércio entre os países no setor.

5. Os Presidentes coincidiram em revisar o Acordo Bilateral para evitar a Dupla Tributação, com vistas à sua atualização e adequação às novas modalidades da relação econômica e comercial.

VI. AGRICULTURA

1. Destacaram o impacto positivo da consolidação do diálogo sobre temas agropecuários, sanitários e fitossanitários no âmbito do respectivo grupo de trabalho, envolvendo as equipes técnicas dos dois países, e instruíram seus Ministros da Agricultura e da Agroindústria a aprofundar o alcance do mecanismo e a ampliar a sua frequência de realização.

2. Renovaram instrução para que sejam aprofundadas as iniciativas de coordenação bilateral na área agrícola, com vistas a viabilizar a defesa de interesses comuns em esferas multilaterais e aproveitar oportunidades de inserção conjunta em terceiros mercados.

3. Reiteraram a instrução para que as áreas técnicas dos dois lados revisem as medidas restritivas aplicadas ao comércio agrícola e de produtos agroindustriais e eliminem toda barreira que não tenha base técnica e científica adequada, em particular aquelas que entrem em conflito com as recomendações consagradas em organismos autorizados como a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), a Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (CIPV) e o Codex Alimentarius.

VII. COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA

1. Celebraram o êxito da Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras (Brasília, 16/11/2016), que resultou na definição de linhas de ação e diretrizes e na criação de mecanismos flexíveis entre pontos focais, que manterão contatos frequentes e encontros periódicos para desenvolver os objetivos acordados, formular recomendações e concertar posições nos organismos regionais.

2. Determinaram que os órgãos governamentais dos dois países se coordenem com vistas a fazer o seguimento da Declaração de Brasília e a desenvolver novas modalidades de cooperação bilateral e regional no combate ao crime transfronteiriço, ao contrabando e ao tráfico de drogas, armas e de pessoas.

3. Registraram com satisfação a convocação da II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Argentina sobre Prevenção do Uso Indevido e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, nos dias 26 e 27 de abril de 2017, na cidade de Brasília.

VIII. TRANSPORTE AÉREO

Instruíram reiniciar consultas sobre a conectividade aérea bilateral. O Brasil manifestou seu interesse em dar início à atualização do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos e em aperfeiçoar a aplicação do Acordo de Fortaleza sobre o transporte aéreo regional entre os dois países.

IX. COOPERAÇÃO ENERGÉTICA

1. Reafirmaram a prioridade e o compromisso conjunto com a conclusão dos estudos de viabilidade para a construção dos aproveitamentos hidrelétricos no tramo compartilhado do Rio Uruguai. Determinaram a convocação da Comissão Técnica Mista (CTM), com o objetivo de definir as melhores estratégias para o encaminhamento dos projetos, tendo em conta os estudos de viabilidade técnica e ambiental e os processos em curso em âmbito legal.

2. Coincidiram quanto à importância do “Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio de Energia Elétrica”, renovado em 2016 e com vigência até 2018, como instrumento de integração eletroenergética, para o aumento da segurança energética nos dois países. Concordaram em dar continuidade aos trabalhos para viabilizar o intercâmbio com base em prazos mais longos e com natureza firme.

3. Reiteraram a conveniência de explorar, em mútuo benefício, o amplo espaço para cooperação e troca de experiências em bioenergia, incluindo etanol, biodiesel e biocombustíveis de segunda geração, por meio, também, de uma participação coordenada na iniciativa internacional “Plataforma para o Biofuturo”, integrada por ambos os países. Ratificaram, igualmente, a importância de ampliar a base de energias renováveis nas respectivas matrizes energéticas e acordaram aprofundar a cooperação bilateral nessa matéria.

X. COOPERAÇÃO EM DEFESA

Acordaram avaliar novas iniciativas de integração entre as duas indústrias aeronáuticas, que incluam possibilidades de avançar na aquisição, por parte do Brasil e da Argentina, de unidades do KC-390, entre outras aeronaves da Embraer, e permitam ações conjuntas de produção e comercialização na região e em terceiros mercados. Para isso, manterão

contatos com o propósito de alcançar objetivos comuns a respeito do desenvolvimento da capacidade industrial e tecnológica dos dois países.

XI. COOPERAÇÃO NUCLEAR

1. Reafirmaram a relevância da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) como mecanismo inovador para a aplicação de salvaguardas, que permitiu reforçar as credenciais de ambos os países no uso pacífico da energia nuclear. Salientaram, também, a necessidade de que a ABACC inspire outras iniciativas de porte e sentido semelhantes no plano da relação bilateral.
2. Sublinharam a importância da cooperação bilateral para a construção do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) e do Reator Argentino Multipropósito (RA-10).
3. Instruíram seus governos a dar seguimento ao diálogo político e à coordenação na área nuclear, por meio dos mecanismos bilaterais existentes. Determinaram, nesse contexto, a convocação de reunião da Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN), em abril, e a realização de nova edição do Comitê Permanente de Política Nuclear (CPPN).

XII. COOPERAÇÃO ESPACIAL

Reiteraram o compromisso dos dois países com a missão satelital SABIA-Mar, que envolve a construção de dois satélites de observação de oceanos, mares e costas, e enfatizaram o caráter estratégico da cooperação espacial bilateral. Saudaram a conclusão, pelo lado argentino, da fase de engenharia preliminar do projeto e instruíram as áreas responsáveis dos dois lados a acelerar as atividades de cooperação com vistas a consolidar o projeto conjunto.

XIII. COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os Presidentes acordaram dar novo impulso à ampla agenda de cooperação em ciência, tecnologia e inovação. Nesse sentido, saudaram a realização, em 22 e 23 de junho, da I Reunião do Comitê Executivo Bilateral, a fim de avaliar o andamento de iniciativas entre os dois países nessa área e restabelecer prioridades. Sublinharam, nesse contexto, a importância de dar seguimento à cooperação no âmbito do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (CBAB/CABBIO) e do Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia (CBAN).

XIV. COOPERAÇÃO TÉCNICA

Tendo em vista a IV Reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica, que será realizada em fins de abril, em Buenos Aires, instaram suas agências de cooperação a buscar novos projetos de cooperação bilateral ou trilateral, inclusive em terceiros países, com a finalidade de ampliar sensivelmente a parceria na área da cooperação técnica, em especial com países de menor desenvolvimento relativo nas Américas e na África.

XV. COOPERAÇÃO JURÍDICA

Os Presidentes coincidiram em dar impulso às negociações para a assinatura de um novo tratado de extradição e de um acordo de cooperação jurídica em matéria penal, para tornar mais eficientes as ações de investigação e persecução penal nos dois países. Nesse sentido, instaram os órgãos responsáveis dos dois lados a acelerarem as negociações, com vistas à assinatura desses novos instrumentos ainda no primeiro semestre de 2017.

XVI. COOPERAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Reafirmaram o compromisso dos dois países com o combate ao racismo, à xenofobia e à discriminação em todas as suas formas, incluindo em razão de gênero, orientação sexual, deficiência e religião. Reiteraram o compromisso de manter e aprofundar a produtiva cooperação estabelecida no âmbito do Memorando de Entendimento sobre o Intercâmbio de Documentação para o Esclarecimento de Graves Violações de Direitos Humanos.

XVII. DIPLOMACIA PÚBLICA

Saudaram a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Diplomacia Pública e Digital, reconhecendo a importância das redes sociais para a comunicação das diretrizes e ações de política externa e para o diálogo com a sociedade. O instrumento promoverá o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre as duas Chancelarias sobre o tema.

XVIII. TURISMO

Concordaram em instruir as áreas competentes a aprofundar a análise das medidas destinadas ao fortalecimento da promoção turística conjunta e dos destinos compartilhados.

XIX. COOPERAÇÃO CULTURAL

Os dois Presidentes reafirmaram seu compromisso em fomentar o intercâmbio cultural e a mobilidade de artistas, e expressaram satisfação em dar continuidade à cooperação bilateral na área de cultura, por meio do Programa Executivo Cultural 2016-2018, assinado em 3 de outubro de 2016.

XX. COOPERAÇÃO SOBRE INVESTIMENTOS

Determinaram que os dois países avancem no tocante à assinatura de um Memorando de Entendimento entre o "Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social" (BNDES) e o "Banco de Investimento e Comércio Exterior S.A." (BICE), no intuito de fortalecer a cooperação e o financiamento entre as duas instituições.

XXI. MERCOSUL

1. PRIORIDADES DAS PRESIDÊNCIAS "PRO TEMPORE" DA ARGENTINA E DO BRASIL

Ao reiterar o desejo mútuo de êxito no exercício da Presidência "Pro Tempore" do MERCOSUL, os dois Presidentes ratificaram o compromisso conjunto com o fortalecimento do bloco, tanto na sua vertente interna como externa. Fizeram menção, ainda, à centralidade da integração regional para o crescimento e o desenvolvimento dos Estados Partes.

Instaram os negociadores brasileiros e argentinos no âmbito do MERCOSUL a avançar nas negociações do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos e do novo Protocolo de Compras Públicas, com vistas a concluir os textos desses instrumentos em 2017, complementando o arcabouço de normas relacionadas a aspectos comerciais e econômicos do MERCOSUL.

2. DIÁLOGO COM A ALIANÇA DO PACÍFICO

Recordaram a importância de avançar nas tratativas com a Aliança do Pacífico, tendo como base áreas de interesse comum pré-acordadas, tais como facilitação do comércio, intercâmbio de informações e boas práticas para pequenas e médias empresas, acumulação de origem, cooperação aduaneira e promoção comercial. Realçaram a disposição do MERCOSUL de prosseguir, ao longo deste ano, no diálogo com a Aliança do Pacífico, durante as Presidências "Pro Tempore" da Argentina e do Brasil.

Saudaram a iniciativa argentina de convocar reunião de chanceleres dos dois blocos, em abril do corrente ano, com o objetivo de avançar na agenda de aproximação.

3. COORDENAÇÃO MACROECONÔMICA NO MERCOSUL

Instruíram os respectivos Ministérios da Fazenda a aprofundar os trabalhos do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do MERCOSUL (GMM), com vistas a intensificar o intercâmbio de informações macroeconômicas. Essa iniciativa permitirá subsidiar análises de impactos macroeconômicos dos processos de negociação de integração comercial com outros blocos econômicos e debater, no âmbito da Reunião de Ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais do MERCOSUL (RMEPBC), tendências de convergência macroeconômica entre os países do bloco.

4. NEGOCIAÇÕES EXTRARREGIONAIS

Manifestaram forte compromisso em avançar, de forma coordenada, em busca de um acordo de associação equilibrado, ambicioso e mutuamente benéfico entre o MERCOSUL e a União Europeia. Destacaram a importância do XXVII Comitê de Negociações Birregionais (CNB), a ser realizado em março, em Buenos Aires, como oportunidade para consolidar os avanços da negociação.

Reafirmaram seu compromisso com a intensificação das negociações e dos diálogos comerciais com EFTA, Canadá, Coreia do Sul, Índia, SACU, Tunísia, Líbano e Japão, e com a identificação de novas oportunidades de negociação com países desenvolvidos e em desenvolvimento.

XXII. COORDENAÇÃO NO ÂMBITO DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ

Saudaram o progresso das negociações na 44ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná - CIH (Brasília, 21/12/2016), o fortalecimento institucional do Comitê e a adoção do Acordo de Sede como avanços rumo à maior e melhor interação entre as agências governamentais responsáveis e usuários, investidores, operadores logísticos, empresas e sindicatos de trabalhadores vinculados à Hidrovia. Acordaram aprofundar a coordenação, com vistas à divulgação de oportunidades de investimentos na infraestrutura física da Hidrovia, assim como no desenvolvimento da indústria naval local. Acordaram, igualmente, realizar ações conjuntas, em coordenação com os demais países do CIH, para intensificar a luta contra o narcotráfico e outras atividades ilícitas na Hidrovia.

XXIII. SITUAÇÃO NA COLÔMBIA

1. Expressaram satisfação com o avanço do processo de paz na Colômbia e reafirmaram a disposição de apoiar o governo e o povo colombianos na implementação do acordo assinado em 12 de novembro de 2016, em Havana, assim como nas negociações ainda em curso com o ELN.

2. Congratularam uma vez mais o Presidente Juan Manuel Santos e as lideranças políticas colombianas pela corajosa determinação de pôr fim à violência política e social no país e recolocá-lo no pleno caminho do desenvolvimento sustentável, em benefício do povo colombiano e de toda a região. Auguraram para a Colômbia um futuro de paz e progresso e muito êxito no combate às causas e formas de violência ainda remanescentes, em especial aquelas decorrentes do narcotráfico.

XXIV. SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Manifestaram preocupação com a situação política, social e humanitária na Venezuela e reiteraram votos de que o diálogo entre governo e oposição logre encontrar caminhos para a superação do difícil contexto em que o país se encontra.

XXV. UNASUL

Realçaram o sentido prioritário atribuído por ambos os países ao processo de integração sul-americano e manifestaram seu apoio ao aprofundamento do diálogo entre a UNASUL e o MERCOSUL, com o propósito de evitar a duplicação de esforços e de otimizar recursos humanos e financeiros.

XXVI. CELAC

Saudaram a realização da V Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), em 24 e 25 de janeiro, na República Dominicana, e renovaram seu compromisso com o diálogo e a crescente concertação política entre os países da América Latina e do Caribe.

XXVII. CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC

1. Renovaram o compromisso de ambos os países com as normas regionais e multilaterais de comércio. Tendo em vista que a Argentina sediará a XI Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) nos dias 11 a 14 de dezembro de 2017, em Buenos Aires, destacaram a importância de trabalhar conjuntamente para coordenar posições sobre temas de interesse dos países em desenvolvimento, como o acesso a mercados para produtos agrícolas, a eliminação de subvenção à pesca, a redução dos custos para o comércio, a promoção de pequenas e médias empresas e a facilitação de investimentos.

2. Reconheceram, nesse contexto, os benefícios mútuos que advêm da coordenação em negociações internacionais, tanto no âmbito multilateral como na abertura de terceiros mercados.

XXVIII. G20

Os mandatários reiteraram o interesse em continuar trabalhando de maneira conjunta no G20, inclusive no Mecanismo de Coordenação de Economias Emergentes, cuja coordenação é exercida pela Argentina. Ambos os países continuarão refletindo sobre as áreas de mútuo interesse no âmbito do Mecanismo de Coordenação Bilateral existente entre os dois países para o G20, cuja próxima reunião será realizada neste ano, em Buenos Aires.

XXIX. NAÇÕES UNIDAS

1. Reafirmaram o compromisso com o fortalecimento do multilateralismo e as Nações Unidas como seu eixo central. Salientaram a necessidade de permanente atualização de suas estruturas, que devem refletir as realidades contemporâneas. Reconheceram a importância de intensificar os esforços em prol da reforma do Conselho de Segurança, a fim de aumentar sua representatividade, legitimidade, eficiência e transparência. Coincidiram, ainda, sobre a importância de revitalizar a Assembleia Geral e o Conselho Econômico e Social.

2. Congratularam o novo Secretário-Geral da ONU, Antonio Guterres, e auguraram-lhe uma gestão exitosa, que será facilitada por sua ampla experiência política e diplomática, em especial sua sensibilidade para alguns dos temas mais candentes da atualidade, como o drama dos refugiados.

XXX. MUDANÇA CLIMÁTICA

1. Saudaram a realização da 22ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP22) e demais reuniões vinculadas em Marraquexe, e destacaram a irreversibilidade do processo de enfrentamento global da mudança do clima por governos, empresas, comunidade científica e sociedades.

2. Como Partes do Acordo de Paris, reiteraram seu compromisso com o combate à mudança do clima, de acordo com suas responsabilidades comuns porém diferenciadas e as respectivas capacidades, e a ambição de suas contribuições nacionalmente

determinadas. Recordaram, ainda, a declaração e o documento de posição conjuntos entre Brasil, Argentina e Uruguai apresentados durante a COP22, nos quais os países refletiram posições comuns e interesses coincidentes em matéria de adaptação, mitigação, transparência e meios de implementação. Instruíram os respectivos Ministérios de Relações Exteriores e Meio Ambiente a aprofundar o diálogo e a coordenação sobre o tema em foros multilaterais, bem como iniciativas bilaterais nessa esfera.

XXXI. AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Recordaram a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e se comprometeram a trabalhar conjuntamente com vistas à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

XXXII. QUESTÃO DAS ILHAS MALVINAS

O Presidente da República Federativa do Brasil reiterou o respaldo de seu país aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte relativa às Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes. O Presidente Macri agradeceu o permanente apoio do Brasil à posição argentina na Questão das Ilhas Malvinas, refletido na posição tradicional do Brasil sobre os acontecimentos de 1833 e nas numerosas declarações adotadas nos foros regionais e multilaterais em que a questão foi tratada.

XXXIII. AGRADECIMENTOS E CONVITE

1. O Presidente Macri agradeceu ao Presidente Temer a hospitalidade que lhe foi brindada durante sua visita de Estado e convidou o Presidente brasileiro a visitar a Argentina no quarto trimestre de 2017, em data a ser definida mutuamente.
2. O Presidente Temer aceitou o convite.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ARGENTINA, MAURICIO MACRI, AO BRASIL – BRASÍLIA, 7 DE FEVEREIRO DE 2017

1. PLANO DE AÇÃO BRASIL - ARGENTINA
2. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO CONSULAR E POLÍTICAS PARA COMUNIDADES EMIGRADAS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA
3. AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA SOBRE LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS VINCULADAS, PARA A PRESTAÇÃO DE

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA DE EMERGÊNCIA E COOPERAÇÃO EM DEFESA CIVIL

4. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA REPÚBLICA ARGENTINA SOBRE COOPERAÇÃO EM DIPLOMACIA PÚBLICA E DIGITAL

5. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO ENTRE A AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTO E A FUNDAÇÃO ARGENTINA PARA A PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMÉRCIO INTERNACIONAL

BRASIL - ARGENTINA

PLANO DE AÇÃO

Os Presidentes da República Federativa do Brasil, Michel Temer, e da República Argentina, Mauricio Macri, coincidiram na necessidade de dar impulso à agenda de desenvolvimento, crescimento e geração de emprego em ambos os países, dinamizando a integração, o comércio e as oportunidades que oferecem a relação bilateral e o MERCOSUL, como plataforma de projeção para o mundo e de inserção internacional.

Nesse sentido, identificaram as seguintes áreas de interesse prioritário para o aprofundamento da relação bilateral. Em cada uma delas, serão desenvolvidas ações concretas.

- **FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO**
 - Revisar o Acordo bilateral para evitar a dupla tributação, de forma a atualizá-lo e adequá-lo às novas modalidades da relação econômica e comercial.- Implementar cooperação técnica para a facilitação do comércio, inclusive para buscar a interoperabilidade das Janelas Únicas de Comércio Exterior de cada Parte.
 - Implementar o Certificado de Origem Digital.
 - Acordar melhorias regulatórias para PMEs.

- **COOPERAÇÃO REGULATÓRIA**
 - Intensificar os trabalhos do Grupo Técnico sobre Coerência e Convergência Regulatória da Comissão Bilateral de Produção e Comércio.
 - Estabelecer um mecanismo bilateral que permita buscar o máximo nível de convergência possível em matéria de regulamentos técnicos, sanitários e fitossanitários.

- **NEGOCIAÇÕES EXTERNAS DO MERCOSUL**
 - Coordenar prioridades das respectivas Presidências Pro Tempore.

- Intensificar os processos de negociação de acordos comerciais em andamento e buscar o lançamento de novas iniciativas negociadoras.
- Fortalecer a dinâmica entre as equipes negociadoras de cada Parte.

· INVESTIMENTOS E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

- Concluir o Protocolo MERCOSUL de Facilitação e Promoção de Investimentos na PPTA 2017.
- Concluir o Protocolo MERCOSUL de Contratações Públicas na PPTB 2017.

· FORTALECIMENTO DO MERCOSUL COMERCIAL E ECONÔMICO

- Dar tratamento às medidas identificadas na Dec. CMC 56/15, Plano de Ação para o Fortalecimento do MERCOSUL Comercial e Econômico, com vistas à eliminação das barreiras ao comércio intrabloco.

· PROMOÇÃO COMERCIAL CONJUNTA

- Promover e concretizar projetos de comércio e investimento entre empresas do Brasil e da Argentina, por meio da conclusão de um convênio de cooperação entre a APEX-Brasil e a Agência argentina de Promoção de Investimentos e Comércio Internacional.

· DEFESA COMERCIAL

- Fortalecer o diálogo entre as autoridades investigadoras de cada Parte sobre temas de interesse mútuo.
- Intensificar a coordenação sobre ações de defesa comercial.

· TRANSPORTE AÉREO

- Aprofundar consultas sobre a conectividade aérea bilateral, com vistas à atualização do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos e ao aprimoramento da aplicação do Acordo de Fortaleza no transporte aéreo regional entre os dois países.

· INTEGRAÇÃO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA

- Realizar os esforços necessários para o pleno funcionamento de todos os passos fronteiriços e Áreas de Controle Integrado com a presença dos órgãos de controle competentes de ambos os países.
- Analisar as estruturas e o funcionamento das pontes que ligam os dois Estados e avaliar a possibilidade de construção de novas pontes previstas em acordos bilaterais já firmados.
- Avançar na implementação da agenda do Grupo de Trabalho sobre o Corredor Bioceânico Porto Murtinho – Portos do Norte do Chile.

· AGRICULTURA

- Aprofundar a coordenação bilateral na área agrícola, com vistas à promoção da defesa de interesses comuns em âmbitos multilaterais e ao aproveitamento de oportunidades de inserção conjunta em terceiros mercados.

· COMBATE AO NARCOTRÁFICO

- Realizar em Brasília a II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Argentina sobre

Prevenção do Uso Indevido e Repressão do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, nos próximos dias 26 e 27 de abril.

· COOPERAÇÃO PARA A SEGURANÇA NAS FRONTEIRAS
- Trabalhar, em coordenação com os demais países da região, no combate aos delitos transnacionais. À luz das diretrizes definidas conjuntamente na Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras (Brasília, 16/11/2016), desenvolver novas modalidades de cooperação bilateral e regional no combate ao crime transfronteiriço, ao contrabando e ao tráfico de drogas, armas e pessoas.

· COOPERAÇÃO EM MATÉRIA NUCLEAR
- Viabilizar a construção do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) e do Reator Argentino Multipropósito (RA-10).

· COOPERAÇÃO EM MATÉRIA ESPACIAL
- Avançar nos projetos de construção de dois satélites de observação de oceanos e costas, no âmbito da missão SABIÁ-Mar.

· COOPERAÇÃO EM TELECOMUNICAÇÕES
- Implementar sistemas de telecomunicações fronteiriças, buscando a integração da oferta de serviços, mediante a assinatura de Ajuste Complementar ao Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas. Para tanto, ambas as partes acordaram conferir-se um prazo de 180 dias para realizar as adequações técnicas necessárias à sua assinatura.

· COOPERAÇÃO JURÍDICA
- Estabelecer um sistema de prestação de assistência jurídica mútua em matéria penal, por meio da assinatura de um tratado bilateral.
- Atualizar o Tratado de Extradução entre os dois países, por meio da assinatura de novo acordo bilateral sobre a matéria.

· INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO CONSULAR
- Dar início, tão logo possível, às reuniões previstas no Memorando de Entendimento bilateral sobre temas consulares.
- Estabelecer experiências piloto de consulados conjuntos.
- Estabelecer ações de coordenação entre consulados brasileiros e argentinos localizados em cidades com presença de residentes de ambas as nacionalidades, com vistas à aprendizagem mútua, ao intercâmbio de informação sobre as respectivas comunidades e à futura realização de projetos conjuntos.

· COOPERAÇÃO EM FOROS MULTILATERAIS
- Coordenar propostas temáticas para a Conferência Ministerial da OMC (MC11)
- Coordenar iniciativas no marco da Presidência Pro Tempore argentina do G20.

As respectivas Chancelarias se encarregarão de fazer o monitoramento e os relatórios periódicos de avanços e resultados.

Brasília, 07 de fevereiro de 2017.

**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO CONSULAR E
POLÍTICAS PARA COMUNIDADES EMIGRADAS ENTRE A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA**

A República Federativa do Brasil

e

A República Argentina

(doravante denominadas "as Partes"),

Tendo presentes:

O Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Cooperação Consular, assinado em Brasília, em 10 de novembro de 1997.

O Mecanismo de Cooperação Consular entre os países do MERCOSUL, Bolívia e Chile, Dec. CMC 35/00.

Considerando:

A importância de se fortalecerem os laços de amizade e cooperação que unem os povos brasileiro e argentino;

O peso específico que possuem as respectivas comunidades emigradas e radicadas em diversos países;

A conveniência de se estenderem às respectivas comunidades emigradas políticas e serviços que promovam seu autodesenvolvimento e melhoria permanente das condições

de vida e inserção social e laboral nos países de acolhimento;

O amplo potencial de aperfeiçoamento das políticas consulares, tanto em seu aspecto tradicional como na prestação de serviços consulares em sua mais ampla expressão, com vistas ao bem estar social, em matéria de saúde, entre outros, de nossas comunidades emigradas; e

A utilidade de compartilhar experiências e de prestar apoio recíproco em aspectos de interesse comum, otimizando os recursos disponíveis.

Acordam o que segue:

Artigo 1
Objetivos

O presente Memorando de Entendimento tem como objetivo o estabelecimento de mecanismos de cooperação e coordenação consular entre as Partes, visando ao bem-estar e fortalecimento de suas respectivas comunidades emigradas.

Artigo 2
Criação de Grupo de Trabalho Consular

Para atingirem o objetivo indicado no Artigo 1, as Partes decidem criar um Grupo de Trabalho Consular, a ser formado por integrantes das áreas consulares das respectivas Chancelarias, o qual será coordenado pelos Diretores de Assuntos Consulares de ambas as Partes.

(a) Cada Chancelaria enviará à outra por canais diplomáticos, até trinta dias após a assinatura deste Memorando, relação dos integrantes do grupo;

(b) Mudanças na composição dos respectivos integrantes serão igualmente comunicadas à outra Parte, tão logo ocorram;

(c) Poderão ser convidados para as reuniões do Grupo de Trabalho, após entendimentos entre as Partes, integrantes das respectivas redes consulares e representantes de quaisquer outros órgãos governamentais ou da sociedade civil que tenham atuação relevante em temas discutidos pelo Grupo;

(d) As deliberações do Grupo serão registradas em Atas.

Escopo da Atuação do Grupo de Trabalho Consular

O Grupo de Trabalho será incumbido das ações elencadas a seguir:

(a) Fomento ao conhecimento recíproco:

a1. Intercâmbio de informações sobre as respectivas redes consulares, incluindo distribuição geográfica e jurisdição das Repartições Consulares, esferas de atuação, sistemas informáticos de produção de documentos e procedimentos de rotina, programas de vinculação com as comunidades emigradas, entre outras;

a2. Intercâmbio de informações sobre as respectivas diásporas, incluindo dados estatísticos ou estimativas, espraiamento geográfico e principais desafios e dificuldades;

a3. Compartilhamento de experiências sobre os canais de comunicação mantidos entre os órgãos governamentais e suas diásporas, bem como sobre serviços consulares em sua mais ampla expressão, visando ao bem-estar e ao empoderamento daqueles grupos;

(b) Exame de convergências e possibilidades de atuação conjunta:

b1. Identificação de ações de cooperação na esfera do serviço consular tradicional, visando ao estreitamento gradual da cooperação consular, a partir de ações consulares de caráter piloto a serem realizadas em localidades selecionadas segundo critérios a serem adotados pelo Grupo;

b2. Identificação de ações de cooperação na esfera de políticas para as respectivas comunidades emigradas;

b3. Identificação de ações coordenadas e/ou conjuntas em favor das comunidades brasileira e argentina em terceiros países;

b4. Estabelecimento de ações de coordenação entre consulados brasileiros e argentinos localizados em cidades com presença de residentes de ambas as nacionalidades, com vistas ao aprendizado mútuo;

b5. Identificação de projetos conjuntos de capacitação e formação de funcionários públicos;

(c) Instalação e implementação de experiências-piloto e, posteriormente, de programas de trabalho:

c1. Implementação, a partir do trabalho preparatório delineado nos itens (a) e (b) acima, de projetos conjuntos em terceiros países ou nos territórios das Partes, podendo-se,

neste último caso, envolver pares de consulados brasileiros e argentinos localizados em cidades em terceiros países com presença de residentes de ambas as nacionalidades;

c2. Avaliação da possibilidade de prestar assistência consular em cidades onde uma das Partes careça de Representação Consular, ainda que tenha representação diplomática ou consular em outra cidade do mesmo país;

c3. Estabelecer experiências-piloto de Consulados Conjuntos ou Unificados em cidades onde o justifiquem a própria dimensão das comunidades de emigrados, o volume das atividades consulares e diferentes atividades no âmbito econômico, comercial, social, cultural, turístico, etc.

Artigo 4
Custeio das ações e projetos

As Partes buscarão, mediante prévia avaliação das áreas consulares e das áreas competentes das Chancelarias, priorizar projetos que não necessitem de aportes orçamentários adicionais, utilizando os meios já disponíveis - redes consulares respectivas, lideranças comunitárias e parceiros já estabelecidos no exterior. Casos excepcionais que demandem aportes financeiros específicos serão avaliados, caso a caso, pelas áreas consulares e áreas competentes das respectivas Chancelarias.

Artigo 5
Órgãos responsáveis

A implementação do presente Memorando de Entendimento ficará a cargo do Ministério de Relações Exteriores do Brasil e do Ministério de Relações Exteriores e Culto da República Argentina, por meio das respectivas áreas consulares.

Artigo 6
Reuniões e canais de coordenação do Grupo de Trabalho

1. Os integrantes do Grupo de Trabalho se reunirão, presencialmente e/ou por vídeo/ audioconferência, com periodicidade semestral ou anual, segundo calendário a ser estabelecido por seus integrantes, com vistas a cumprirem os objetivos elencados no Artigo 3 acima.

2. As Partes estabelecerão mecanismos permanentes de comunicação direta entre as Áreas Consulares das respectivas Chancelarias, a fim de atender os casos que se apresentem no intervalo existente entre as reuniões do Grupo de Trabalho e que mereçam consideração e análise dos respectivos serviços consulares.

Artigo 7
Segurança da informação

O tratamento das informações geradas no âmbito deste Memorando obedecerá ao disposto na legislação doméstica aplicável de cada Parte.

Artigo 8
Vigência

1. O presente Memorando de Entendimento terá efeito a partir da data de sua assinatura.
2. O presente Memorando de Entendimento terá vigência indefinida e qualquer das Partes poderá a qualquer momento considerá-lo encerrado por meio de notificação escrita dirigida à outra Parte, por via diplomática, com seis meses de antecedência.
3. O encerramento antecipado do presente Memorando de Entendimento não afetará a conclusão das ações de cooperação que tenham sido formalizadas durante sua vigência.

Assinado em Brasília em 7 de fevereiro de 2017, em dois originais em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA SOBRE LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS VINCULADAS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA DE EMERGÊNCIA E COOPERAÇÃO EM DEFESA CIVIL

A República Federativa do Brasil

e

A República Argentina
(doravante denominadas “Partes”),

Reafirmando a vontade de criar instrumentos que promovam a maior integração das comunidades fronteiriças, buscando melhorar a qualidade de vida de suas populações, por meio de um tratamento diferenciado em matéria econômica, de trânsito, de regime

trabalhista e de acesso aos serviços públicos e de educação.

Reconhecendo a necessidade de atender às reivindicações das localidades fronteiriças vinculadas no tocante a assegurar a cooperação em defesa civil e a prestação de serviços de assistência de emergência à população de fronteira, particularmente no caso de desastres socioambientais.

Considerando a necessidade de aprimoramento de recursos humanos e materiais destinados à cooperação em defesa civil e serviços de assistência de emergência em localidades fronteiriças.

Convencidos de que a facilitação do trânsito de equipes e de veículos destinados à cooperação em defesa civil e prestação de serviços de assistência de emergência entre os dois lados da fronteira entre as Partes contribuirá para o bem-estar das comunidades.

Conscientes da necessidade de conferir respaldo legal à atuação das equipes e ao trânsito dos veículos destinados à cooperação em defesa civil e à prestação de serviços de assistência de emergência de uma Parte no território da outra Parte, de forma a dar proteção aos servidores, aos bens públicos envolvidos e a terceiros; e

Considerando a legislação e a organização dos serviços de defesa civil e atendimento de emergência de ambas as Partes, resolvem celebrar o presente Ajuste Complementar, no quadro do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, assinado em Puerto Iguazú, República Argentina, em 30 de novembro de 2005:

Artigo I Âmbito de Aplicação

1. O presente Ajuste Complementar visa a permitir a cooperação em defesa civil e a prestação de serviços de assistência de emergência nas Localidades Vinculadas estabelecidas conforme o Anexo I ao mencionado Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas.

2. As ações de cooperação em defesa civil e os serviços de assistência de emergência serão realizados nas zonas urbanas, suburbanas ou rurais das Localidades Vinculadas mencionadas no parágrafo anterior.

3. Entende-se por “serviços de assistência de emergência” os atendimentos prestados em Localidades Vinculadas em ocorrências de menor magnitude, tais como incêndios e acidentes de trânsito.

4. Entende-se por “cooperação em defesa civil” os atendimentos prestados em

Localidades Vinculadas em contextos de calamidade e desastres.

Artigo II
Pontos focais

1. Cada Parte compromete-se a designar um órgão articulador, bem como pontos focais nas Localidades Vinculadas, para implementação do presente Ajuste Complementar.

2. As Partes transmitirão, por via diplomática, no prazo de até trinta dias após a entrada em vigor do presente Ajuste Complementar, relação contendo a indicação do órgão articulador e dos pontos focais designados conforme o inciso 1 do Artigo II. Quaisquer alterações posteriores na relação dos pontos focais e do órgão articulador serão comunicadas por via diplomática.

3. Caberá aos órgãos articuladores das Partes assegurar a comunicação fluida entre os pontos focais nas Localidades Vinculadas, sem prejuízo da hipótese de contato direto entre estes em situações de emergência que requeiram resposta urgente, e facilitar a harmonização do protocolo de resposta às solicitações de cooperação em defesa civil e serviços de assistência de emergência amparadas pelo presente Ajuste Complementar.

4. Caberá ao ponto focal designado por uma Parte solicitar o envio de equipes de atendimento da outra Parte, sempre que esse auxílio for considerado necessário.

5. O ponto focal de uma Localidade Vinculada poderá consultar seus homólogos de outras Localidades Vinculadas diretamente ou por meio do órgão articulador com o objetivo de avaliar a possibilidade de envio de equipes instaladas em outros pontos da fronteira, de modo a assegurar alocação ótima de recursos humanos e o emprego racional de equipamentos e veículos para prestação de serviços de assistência de emergência e cooperação em defesa civil que se façam necessários ao amparo do presente Ajuste Complementar.

Artigo III
Atuação das equipes de atendimento

1. O presente Ajuste Complementar permite que equipes de atendimento destinadas à prestação de serviços de assistência de emergência e cooperação em defesa civil de uma Parte circulem em zonas urbanas, suburbanas e rurais das Localidades Vinculadas, em ambos os lados da fronteira entre as Partes, desde que sua presença seja solicitada por um dos pontos focais designados pela outra Parte.

2. Cada Parte compromete-se a tomar as providências necessárias para assegurar que os seus funcionários atuantes no território da outra Parte, de acordo com as regras

estabelecidas pelo presente Ajuste Complementar, mantenham todos os direitos, garantias e benefícios, incluindo os de natureza trabalhista e previdenciária, de que são titulares no exercício da profissão no território de seu país de origem.

Artigo IV
Circulação dos veículos de emergência

1. Veículos utilizados na prestação de serviços de assistência de emergência e ações de cooperação em defesa civil que sejam objeto do presente Ajuste Complementar, tais como ambulâncias e caminhões de bombeiros, deverão atender às regulamentações técnicas de ambas as Partes.

2. Esses veículos poderão circular em zonas urbanas, suburbanas e rurais das Localidades Vinculadas, em ambos os lados da fronteira entre as Partes, sempre que devidamente identificados e desde que o façam para atender à solicitação de um dos pontos focais designados segundo o Artigo II.

3. Os veículos de emergência de uma Parte deverão contar com seguro de responsabilidade civil válido no território da outra Parte com vistas a fornecer a cobertura necessária em caso de necessidade de pagamento de indenizações por danos corporais e materiais causados a terceiros.

4. A contratação do seguro de responsabilidade civil por uma das Partes poderá ser feita diretamente junto a seguradoras sediadas no território da outra Parte, que tomará as medidas regulamentares necessárias para a aceitação do seguro de veículo estrangeiro contratado junto às referidas seguradoras em seu próprio território com cobertura nas Localidades Vinculadas de seu lado da fronteira comum. Os limites de indenização relativos ao seguro de responsabilidade civil obedecerão aos valores mínimos acordados entre as Partes no âmbito do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre entre o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o Chile, o Paraguai, o Peru e o Uruguai.

Artigo V
Emendas

O presente Ajuste Complementar poderá ser modificado por acordo mútuo entre as Partes. As modificações entrarão em vigor, observados os mesmos trâmites previstos no Artigo VI, e serão parte integrante deste Ajuste Complementar.

Artigo VI
Vigência

Este Ajuste Complementar entrará em vigor trinta dias após o recebimento da segunda Nota diplomática atestando o cumprimento dos requisitos internos de vigência.

Artigo VII
Denúncia

Este Ajuste Complementar poderá ser denunciado por qualquer das Partes, mediante comunicação escrita, transmitida por via diplomática, com a antecedência mínima de noventa dias.

Artigo VIII
Solução de Controvérsias

Eventuais divergências, dúvidas e casos omissos decorrentes da interpretação e aplicação deste Ajuste Complementar serão solucionados por via diplomática.

Feito em Brasília, em 7 de fevereiro de 2017, em dois originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA REPÚBLICA
ARGENTINA SOBRE COOPERAÇÃO EM DIPLOMACIA PÚBLICA E
DIGITAL**

O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

e

O Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina
(doravante denominados "Partes"),

Convencidas da crescente importância da Diplomacia Pública e da utilização de mídias sociais em sua consecução;

Animadas pelo desejo de estreitar a cooperação no que tange às experiências do

Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina em temas de Diplomacia Pública;

Acordam o seguinte:

1. O presente Memorando de Entendimento tem como objetivo geral promover o entendimento mútuo da estrutura, do funcionamento e da experiência em Diplomacia Pública entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, com ênfase na utilização de mídias sociais para comunicação das diretrizes e realizações das respectivas políticas externas.

2. O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina receberão, a cada ano, em suas respectivas sedes, na área encarregada de temas de Diplomacia Pública e Digital, funcionários diplomáticos da Administração homóloga, a fim de promover o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre as duas chancelarias.

3. Os funcionários diplomáticos candidatos a participar do intercâmbio serão indicados pelas unidades responsáveis por temas de Diplomacia Pública e Digital em cada chancelaria e suas candidaturas poderão ser recusadas pela outra Parte, sem necessidade de justificativa da decisão. O Ministério anfitrião informará ao Ministério cedente a aceitação de cada postulante.

4. A duração de cada período de intercâmbio e o período do ano em que será realizado serão objeto de acordo por via diplomática entre as chancelarias.

5. O Ministério cedente cobrirá integralmente as despesas incorridas em função do programa de intercâmbio, sobretudo quanto a remuneração, deslocamento, benefícios e moradia.

6. A partir da entrada em vigor do presente Memorando de Entendimento, as unidades responsáveis pelos temas de Diplomacia Pública e Digital de cada chancelaria buscarão manter uma reunião anual de seus funcionários, com o objetivo de analisar os desenvolvimentos observados na área, tanto em âmbito local como regional e global, e de avaliar eventuais ações conjuntas que permitam fortalecer a cooperação entre as unidades.

7. O presente Memorando de Entendimento terá efeito na data de sua assinatura.

8. O presente Memorando de Entendimento terá a duração de cinco (5) anos, renovado automaticamente por períodos iguais, salvo notificação expressa de uma das Partes à outra sobre sua intenção de denunciá-lo.

9. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Memorando de Entendimento será resolvida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

10. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Memorando de Entendimento, mediante notificação por via diplomática, com sessenta (60) dias de antecedência à data em que se decida terminá-lo.

11. A denúncia do presente Memorando de Entendimento não afetará a conclusão dos projetos ou atividades acordados durante sua vigência.

12. As Partes poderão modificar ou emendar o presente Memorando de Entendimento mediante troca de notas diplomáticas. As modificações ou emendas terão efeito na data de recebimento da última nota diplomática.

Feito em Brasília, em 7 de fevereiro de 2017, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM, POR UM LADO, A AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTO - APEX-BRASIL, A SEGUIR DENOMINADA “APEX-BRASIL”, REPRESENTADA POR SEU PRESIDENTE, EMBAIXADOR ROBERTO JAGUARIBE, E POR OUTRA PARTE, A FUNDAÇÃO ARGENTINA PARA A PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMÉRCIO INTERNACIONAL DORAVANTE “AGÊNCIA ARGENTINA DE INVESTIMENTO E COMÉRCIO INTERNACIONAL” OU “AAICI”, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU PRESIDENTE EXECUTIVO, ENGENHEIRO JUAN MARTÍN PROCACCINI, DENOMINADAS “AS PARTES”, SUJEITANDO-SE AO TEOR DAS SEGUINTE DECLARAÇÕES E CLÁUSULAS:

DECLARAÇÕES

I. A AAICI DECLARA

I.1. Que é uma entidade de caráter privado e que sua atividade é coordenada com as ações que se realizam tanto pelo Ministério da Produção como o Ministério das Relações Exteriores da Argentina.

I.2. Que atua de forma coordenada com o setor público com o objetivo de promover a

República Argentina como local de destino do investimento nacional e estrangeiro, o qual constitui um motor fundamental para o desenvolvimento social e econômico do país, e apoia o sistema empresarial argentino, com a intenção de comercializar com eficácia os próprios produtos e setores competitivos em nível internacional e de ampliar e diversificar as próprias exportações.

I.3. Que o Engenheiro Juan Martín Procaccini, em seu caráter de Presidente Executivo da AAICI, conta com as faculdades suficientes para subscrever o presente Convênio.

I.4. Que tem seu domicílio na rua Paraguay 864, Buenos Aires, Argentina.

II. A APEX-BRASIL DECLARA

II.1. Que é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, que tem como objetivo promover as exportações brasileiras e os investimentos estrangeiros diretos, bem como a internacionalização das empresas públicas e privadas por meio de pesquisa, formação e capacitação e desenvolvimento institucional, entre outras ações.

II.2. Que foi criada pelo Decreto nº. 4584 de 5 de Fevereiro de 2003 e pela Lei nº. 10.668 de 14 de maio de 2003.

II.3. Que o Estatuto do Serviço Social Autônomo Agência de Exportações do Brasil-Apex-Brasil prevê que, para a consecução de seu objetivo, pode assinar contratos, convênios, acordos de cooperação e outros instrumentos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras.

II.4. Que o Embaixador ROBERTO JAGUARIBE, na sua qualidade de Presidente da APEX-BRASIL conta com poderes suficientes para assinar o presente Convênio, conforme o Estatuto do Serviço Social Autônomo Agência de Promoção de Exportações do Brasil-Apex-Brasil e com a Deliberação PRES-CDA nº 01/2016, de 23 de junho de 2016.

II.5. Que está estabelecida no edifício situado no SBN, Lote 2, Quadra 11 Edifício Gabriel Otávio Estevão de Oliveira, 70040-020, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

III. AS PARTES DECLARAM

III.1 Que é do interesse de ambas trabalhar conjuntamente para promover as relações comerciais e econômicas entre as empresas dos dois países, em conformidade com as respectivas competências e funções.

III.2 Que, conscientes da importância do intercâmbio de informações e da cooperação para promover e concretizar projetos de comércio e investimento, acordaram em

celebrar o presente Convênio de Cooperação, de acordo com as cláusulas seguintes.

CLÁUSULAS

PRIMEIRA - OBJETO

O objetivo do presente Convênio é estabelecer o marco institucional para a cooperação entre AAICI e APEX-BRASIL para promover o comércio e o investimento entre as empresas da Argentina e do Brasil.

AS PARTES deverão efetivar a cooperação prevista no presente Convênio, no âmbito das suas respectivas competências e funções e sujeitas às disposições legais e normativas aplicáveis a elas e à sua disponibilidade orçamentária.

SEGUNDA - EXECUÇÃO

Para a execução do presente Convênio, ambas as PARTES se comprometem a colaborar em atividades específicas nas seguintes áreas:

I. Intercâmbio de informações e inteligência comercial: ambas as PARTES estão conscientes da necessidade de compartilhar informações para aumentar o intercâmbio comercial e o investimento entre seus respectivos países e incentivar o desenvolvimento de empresas exportadoras e a atração de investidores. Por isso, concordam em trocar informações, na medida em que não tenham caráter reservado ou confidencial, sobre: setores de oportunidade; estudos setoriais; requisitos de acesso; regulamentos e incentivos ao investimento; oportunidades de investimento decorrentes de programas de governo e reformas; serviços, suporte e outras ferramentas disponíveis para as empresas com interesse e potencial para comércio, investimento e internacionalização; estatísticas de comércio e investimento; e bancos de dados de empresas interessadas no comércio e investimento com o outro país, bem como outras que acordem mutuamente conforme suas respectivas responsabilidades e funções.

II. Promoção de investimentos: AS PARTES colaborarão para identificar áreas de cooperação mútua, intercâmbio de informações e experiências a respeito do desenvolvimento de políticas de atração, de eliminação de barreiras e de retenção de investimentos. Além disso, para prestar assessoria e apoio conjunto às empresas de uma PARTE que procuram investir no território da outra PARTE, de acordo com as funções de ambas as PARTES.

III. Promoção de exportações: AS PARTES concordam em identificar áreas de cooperação mútua e de negócios recíprocos para as empresas de ambas as PARTES buscando parcerias para promover e apoiar, no âmbito das suas competências, a

atividade de exportação das empresas em seus respectivos países, e para obter assessoria sobre oportunidades de negócios em ambos os países.

IV. Fortalecimento institucional: ambas as PARTES, na medida da disponibilidade de seus recursos, analisarão a conveniência de trocar experiências em matéria de promoção do comércio, internacionalização e atração de investimento, incluindo a possibilidade de visitas e capacitação para os funcionários de cada PARTE nas instalações da outra PARTE.

V. Organização de eventos: AS PARTES acordarão a realização de eventos conjuntos em ambos países, para divulgar as oportunidades de negócios recíprocos e os benefícios que os dois países apresentam tanto em matéria de comércio quanto em atração de investimento. Também concordam em dar atenção especial aos esforços para facilitar alianças estratégicas entre empresas argentinas e brasileiras, e a todas as atividades que, no âmbito das suas funções, sejam identificadas de comum acordo.

VI. Plano Anual de Trabalho: AS PARTES poderão definir um Plano de Trabalho Anual que detalhará as atividades específicas a serem desenvolvidas nas áreas descritas nos parágrafos anteriores, podendo este ser revisto a qualquer momento pelas PARTES.

TERCEIRA - CONFIDENCIALIDADE

AS PARTES comprometem-se a proteger e manter a confidencialidade das informações fornecidas no âmbito do presente Convênio e a não usá-las para fins diferentes daqueles expressamente pactuados.

A obrigação prevista nesta cláusula não deve ser exigida das PARTES, quando, por força de lei ou por ordem de uma autoridade judicial ou administrativa, qualquer uma das partes esteja legalmente obrigada a fornecer a uma autoridade ou a um terceiro informações relativas ao presente Convênio.

Não será objeto de troca de informações no âmbito deste Convênio a informação que AS PARTES possuam como confidencial por força de lei ou por estar sujeita a convênios ou acordos de confidencialidade que tenham sido assinados com terceiros.

QUARTA - PROPRIEDADE INTELECTUAL

A propriedade dos direitos autorais, de materiais que sejam desenvolvidos em conjunto com base neste Convênio, corresponderá na mesma proporção às PARTES que terão o direito de publicá-los, no todo ou em parte, e adaptá-los e utilizá-los como entenderem convenientes.

QUINTA

-

DESPESAS

Todas as despesas inerentes às ações, atividades e projetos no âmbito do presente Convênio estão sujeitas à disponibilidade orçamentária de cada uma das PARTES. Não obstante, essas atividades poderão ser financiadas com fundos obtidos a partir de fontes externas, no todo ou em parte, por qualquer uma das PARTES.

SEXTA

-

COORDENAÇÃO

Para a administração e o cumprimento dos compromissos assumidos no presente Convênio, cada PARTE poderá nomear um representante mediante comunicação escrita dirigida à outra PARTE, que integrará um Comitê de Coordenação encarregado de assegurar o acompanhamento e a avaliação do referido Convênio. A Comissão será responsável por:

- a) Velar pela adequada implementação e execução do presente Convênio e do Plano de Trabalho Anual.
- b) Resolver outras questões relevantes que surjam durante a vigência do Convênio.

O Comitê de Coordenação poderá se reunir a cada três meses, pessoalmente ou através de videoconferência, quando as circunstâncias o justificarem, a fim de promover o bom desenvolvimento do Convênio e informar os representantes legais de suas respectivas instituições, dentro de um período não superior a um ano, o progresso e as realizações decorrentes do presente Convênio. Em cada reunião do Comitê de Coordenação será feita uma ata escrita em que devem constar todos os assuntos e acordos alcançados na mesma.

SÉTIMA

-

INTERPRETAÇÃO

E

EXECUÇÃO.

AS PARTES concordam que o presente Convênio é produto da boa-fé, de modo que, em caso de divergências quanto à interpretação ou execução do mesmo, comprometem-se a resolver por acordo mútuo por meio de consultas ou negociações diretas entre elas e com base no respeito e no benefício mútuo.

OITAVA

-

ALCANCE

Entende-se que ambas as PARTES podem, por mútuo acordo, modificar, ampliar ou reduzir o presente Convênio segundo sua conveniência, mediante termos aditivos assinados pelas PARTES.

Entende-se também que cada uma das PARTES continuará exercendo suas competências de forma individual, e poderá manter e criar relações individuais com terceiros para o desenvolvimento de atividades semelhantes às aqui descritas.

O presente Convênio não estabelece entre as PARTES qualquer forma de sociedade, associação, relação de emprego e/ou responsabilidade solidária ou subsidiária, e tampouco pode ser entendido como mandato de representação.

NONA

–

VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de (2) anos a partir da data da sua assinatura, prorrogando-se automaticamente por igual período, sem prejuízo de que qualquer das PARTES possa denunciá-lo a qualquer momento, sendo suficiente uma comunicação por escrito para a outra PARTE com, pelo menos, 30 (trinta) dias anteriores à data em que a denúncia produzirá efeitos, o que não afetará a realização das atividades que tenham sido programadas antes de tal denúncia, a menos que AS PARTES acordem em contrário.

O presente Convênio é assinado em dois originais igualmente válidos, sendo os dois nos idiomas espanhol e português, com o mesmo conteúdo e efeito, em Brasília – DF, Brasil, no dia 7 de fevereiro de 2017.

CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E CANADÁ SOBRE SUBSÍDIOS AO SETOR AERONÁUTICO – PEDIDO DE COSULTAS 08/02/2017

O Brasil apresentou hoje, dia 8 de fevereiro de 2017, pedido de consultas ao Canadá, no âmbito do Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), sobre os subsídios concedidos pelo governo canadense ao setor aeronáutico, nos níveis federal, provincial e local, em particular ao programa C-Series da empresa Bombardier.

No entendimento do Brasil, os subsídios canadenses afetam artificialmente as condições de competitividade internacional do setor, de maneira incompatível com as obrigações assumidas pelo Canadá na OMC. Só em 2016, a Bombardier recebeu pelo menos US\$ 2,5 bilhões em apoio governamental. Novos aportes têm sido anunciados, o que pode aprofundar ainda mais as distorções no setor aeronáutico, em detrimento dos interesses brasileiros.

O governo brasileiro tem expectativa de que as consultas, que constituem a primeira etapa de um contencioso no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias da OMC, contribuam para o equacionamento dos problemas suscitados.

A data e o local das consultas deverão ser acordados pelos dois países nas próximas semanas.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS 08/02/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo dos Emirados Árabes Unidos concedeu *agrément* a Fernando Luís Lemos Igreja como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Ao longo de sua carreira, Fernando Luís Lemos Igreja serviu no Consulado-Geral do Brasil em Boston e nas embaixadas brasileiras na Argélia, na França, no México e em Portugal. No Brasil, foi Chefe do Cerimonial do Itamaraty.

ATENTADO TERRORISTA NO AFGANISTÃO 08/02/2017

O governo brasileiro condena o atentado terrorista ocorrido ontem, em frente à sede da Suprema Corte do Afeganistão, em Cabul, que resultou em pelo menos 20 mortos e mais de 30 feridos.

Ao reiterar seu veemente repúdio a todo ato de terrorismo, o governo brasileiro manifesta suas condolências às famílias das vítimas e sua solidariedade ao povo e ao governo do Afeganistão.

ASSENTAMENTOS ISRAELENSES NA CISJORDÂNIA 12/02/2017

O Brasil entende que a expansão territorial dos assentamentos israelenses na Cisjordânia representa um obstáculo à paz. Nesse sentido, a legislação voltada para regularização dos assentamentos, recentemente aprovada pelo Parlamento de Israel, não contribui para a solução do conflito.

O Brasil tem consistentemente apelado às partes para que se abstenham de usar a violência e de promover atos de provocação que os afastem ainda mais da solução de dois Estados.

O Brasil apoia uma solução de dois Estados para o conflito entre Israel e Palestina, que esteja de acordo com o direito de autodeterminação do povo palestino e as preocupações de segurança de Israel.

JORNALISTAS DETIDOS NA VENEZUELA 12/02/2017

Os jornalistas Leandro Stoliar e Gilson Souza, da TV Record, acabam de decolar de Caracas, em voo comercial com destino a Lima, onde irão embarcar para São Paulo.

Desde que foi informado ontem da detenção dos repórteres, o governo brasileiro, por instrução do próprio Presidente Michel Temer, atuou junto às autoridades venezuelanas no sentido de que fossem prontamente libertados.

Como é muitas vezes preferível em situações como essa, optou-se pela realização de contatos diretos, sem divulgação passo a passo, de modo a evitar que sua repercussão prematura pudesse complicar o processo.

Ao afirmar seu compromisso com os direitos humanos, o governo brasileiro reitera sua posição em defesa da liberdade de imprensa, cuja contribuição é indispensável ao pleno exercício da democracia.

50 ANOS DO TRATADO DE PROSCRIÇÃO DE ARMAS NUCLEARES NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE – TRATADO DE TLATELOLCO 14/02/2017

A América Latina e o Caribe celebram hoje, 14 de fevereiro, os 50 anos do Tratado de Tlatelolco, instrumento que estabeleceu a primeira zona livre de armas nucleares em área densamente povoada. A assinatura foi motivada pelo desejo de assegurar a ausência dessas armas no nosso entorno geográfico, garantir que nossas instalações nucleares sejam usadas exclusivamente para fins pacíficos e promover o desarmamento atômico.

A diplomacia brasileira tem vínculos históricos com esse tratado, tendo realizado contribuições significativas para sua negociação e adoção. Também no dia de hoje, o embaixador brasileiro Luiz Filipe de Macedo Soares foi reeleito, por aclamação, para um segundo mandato como Secretário-Geral da Agência para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL).

Ao comemorar o cinquentenário do Tratado de Tlatelolco, o Brasil renova seu compromisso com um mundo livre de armas nucleares.

ATENTADO NO PAQUISTÃO 14/02/2017

O governo brasileiro repudia o ataque terrorista que deixou pelo menos 13 mortos e 80 feridos em Lahore, Paquistão.

Ao transmitir suas condolências às famílias e aos amigos das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade com o povo e o governo do Paquistão, o Brasil reitera sua condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DO CHILE 15/02/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República do Chile concedeu *agrément* a Carlos Sérgio Sobral Duarte como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Ao longo da sua carreira, Carlos Sérgio Sobral Duarte serviu em Nova York, Caracas, Genebra e Buenos Aires. Foi Embaixador em Nova Delhi e Representante Permanente Alternado na Missão do Brasil junto às Nações Unidas.

Na Secretaria de Estado, chefiou a Divisão das Nações Unidas e o Departamento de Organismos Internacionais.

LANÇAMENTO DE MÍSSIL PELA COREIA DO NORTE 15/02/2017

O governo brasileiro associa-se ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e condena o lançamento de míssil pela República Popular Democrática da Coreia em 12 de fevereiro.

Ao reiterar que tais lançamentos pela Coreia do Norte, com emprego de tecnologia de mísseis balísticos, constituem violação a resoluções do Conselho de Segurança, o Brasil conclama o governo norte-coreano a abster-se de atos que prejudiquem a via do diálogo e da negociação diplomática.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA LIBÉRIA 15/02/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu *agrément* ao senhor Lewis G. Brown II como embaixador extraordinário e plenipotenciário da República da Libéria no Brasil.

Independente desde 1847, a Libéria foi um dos primeiros países africanos a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil.

REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO G20 16/02/2017

O ministro José Serra participa, hoje e amanhã (16 e 17 de fevereiro), da Reunião de Ministros das Relações Exteriores do G20, em Bonn, Alemanha.

O encontro reunirá os chanceleres das maiores economias do mundo, em momento que requer o fortalecimento da cooperação internacional, em face de incertezas econômicas e políticas.

À margem da reunião, o ministro Serra deverá manter encontros bilaterais com homólogos do G20, entre eles a Alta Representante para Relações Exteriores da União Europeia, o Secretário de Estado dos Estados Unidos e o Secretário de Relações Exteriores do México.

VISITA DA MINISTRA DA SEGURANÇA DA REPÚBLICA ARGENTINA, PATRICIA BULLRICH, AO BRASIL – BRASÍLIA E SÃO PAULO, 16 E 17 DE FEVEREIRO DE 2017

A Ministra da Segurança da República Argentina, Patricia Bullrich, realiza visita de trabalho ao Brasil hoje e amanhã, 16 e 17 de fevereiro. A visita se dá em seguimento à determinação dos Presidentes Michel Temer e Mauricio Macri para que as autoridades dos dois países intensifiquem a cooperação bilateral e regional no combate ao crime transnacional, ao contrabando e ao tráfico de drogas, armas e pessoas.

No dia 16, a Ministra Patricia Bullrich manteve contatos, em Brasília, com o Ministro, em exercício, da Justiça e Segurança Pública, José Levi Mello do Amaral Júnior; o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General Sérgio Etchegoyen; e o Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Marcos Galvão. Durante a visita, foi assinado Protocolo de Intenções entre o Ministério da Justiça e da Segurança Pública do Brasil e o Ministério da Segurança da Argentina sobre Cooperação Policial e Combate aos Ilícitos Transnacionais, que prevê, entre outras iniciativas, a realização de atividades conjuntas no Centro de Cooperação Policial Internacional da Polícia Federal, em Brasília.

Em São Paulo, amanhã, a Ministra Patricia Bullrich fará visita ao Centro de Operações da Polícia Militar, acompanhada do Secretário de Segurança Pública, Máximo Alves Barbosa Filho, além de visita à unidade da Embraer Defesa e Segurança, em Gavião Peixoto.

ATENTADO NO PAQUISTÃO 17/02/2017

O governo brasileiro condena o atentado terrorista ocorrido ontem, 16 de fevereiro, contra templo sufista na província de Sindh (Paquistão), que deixou mais de 80 mortos e 100 feridos.

Ao manifestar condolências aos familiares das vítimas, votos de pronta recuperação aos feridos e solidariedade ao povo e ao governo do Paquistão, o governo brasileiro reitera seu veemente repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação.

DECLARAÇÃO DO MINISTRO JOSÉ SERRA SOBRE O FALECIMENTO DO CONSELHEIRO BRUNO GUERRA CARNEIRO LEÃO 20/02/2017

O Itamaraty e o Brasil perderam ontem, 19 de fevereiro, em decorrência de complicações pós-operatórias, um de seus mais brilhantes jovens diplomatas. Ao longo de sua carreira, o Conselheiro Bruno Guerra Carneiro Leão, 36 anos, foi invariavelmente o diplomata que todos queremos ver na representação de nosso país no exterior: inteligente, corajoso, firme e arguto defensor dos interesses maiores do Brasil. Em Brasília e em Genebra, onde atuou em alguns dos mais importantes e complexos contenciosos comerciais de que o país tomou parte, Bruno ajudou a erguer a sólida reputação que faz do Brasil um dos atores mais relevantes no sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio. Ao deixar-nos de forma tão tragicamente prematura, o Conselheiro Bruno Carneiro Leão nos passa um legado de competência e capacidade que para sempre haverá de inspirar a diplomacia brasileira na defesa permanente dos mais altos interesses da nação.

José Serra

Ministro das Relações Exteriores do Brasil

ENTRADA EM VIGOR DO ACORDO DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO (AFC) DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) 22/02/2017

Entrou em vigor hoje, dia 22, o Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) da Organização Mundial do Comércio, ao alcançar-se o número mínimo de ratificações (108 dos 162 Membros). O Brasil ratificou o acordo em março de 2016, por ocasião de visita a Brasília do Diretor-Geral da OMC, Embaixador Roberto Azevêdo.

O AFC simplifica a burocracia e agiliza os procedimentos para o comércio internacional de bens, com medidas de reforço de transparência na elaboração de normas e a cooperação entre as autoridades aduaneiras. Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas, a implementação no Brasil de apenas uma das medidas previstas no acordo, o Portal Único de Comércio Exterior, implicaria aumento de 9 bilhões no saldo comercial anual do Brasil, gerando impacto positivo de mais de 2% no PIB brasileiro. Além do Portal Único, o governo brasileiro já vem colocando em prática medidas como o processamento eletrônico de documentos e a estruturação do Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (CONFAC), no âmbito da CAMEX, para a implementação das disposições do Acordo.

O Acordo de Facilitação de Comércio foi concluído em Bali, por ocasião da IX Conferência Ministerial da OMC, em dezembro de 2013, e foi o primeiro acordo multilateral celebrado pela OMC desde sua criação em 1995. A adoção do ambicioso

conjunto de compromissos para favorecer as trocas internacionais fortalece o sistema multilateral de comércio e o papel da OMC como foro negociador de suas regras.

LANÇAMENTO DO "TÍTULO NET" NO EXTERIOR E RENOVAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA APERFEIÇOAMENTO DAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS NO EXTERIOR 22/02/2017

Entrará em funcionamento no exterior, no corrente mês de fevereiro, o "Título Net". Trata-se de iniciativa conjunta do Itamaraty, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal para permitir o alistamento, a transferência, a alteração cadastral e a regularização de eleitores brasileiros fora do país por meio eletrônico, com o imediato processamento pela Justiça Eleitoral após conferência e endosso de dados e documentos por agentes consulares cadastrados.

O êxito colhido com o lançamento do "Título Net" estimulou o Itamaraty, o Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal Regional Eleitoral a renovarem o mandato do Grupo de Trabalho interinstitucional criado com o objetivo de unir esforços para o aprimoramento continuado do processo eleitoral no exterior. A cerimônia de assinatura da portaria conjunta será realizada na manhã desta quinta-feira, 23 de fevereiro, no Tribunal Superior Eleitoral.

Os temas eleitorais são parte relevante da agenda consular do Brasil no exterior desde 1989, quando pela primeira vez se estendeu o voto às comunidades emigradas. Em sete pleitos presidenciais no exterior, o número de votantes cresceu de 18.492, em 1989, para 353.821, em 2014. O lançamento do "Título Net" no exterior é mais uma iniciativa que ajuda a oferecer melhores meios para que os cerca de 3 milhões de brasileiros residentes fora do país exerçam de forma mais efetiva sua cidadania.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA ZÂMBIA 27/02/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República da Zâmbia concedeu "agrément" a Colbert Soares Pinto Junior como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Colbert Soares Pinto Junior é, desde 2015, chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial. Ao longo de sua carreira, foi Cônsul-Geral em Santa Cruz de la Sierra e serviu no Consulado-Geral do Brasil em Montreal e nas embaixadas brasileiras na República Bolivariana da Venezuela e na República Italiana. No Brasil, foi subchefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores e chefe da Divisão de Serviços Gerais do Ministério de Relações Exteriores.

REELEIÇÃO DO EMBAIXADOR ROBERTO AZEVÊDO PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO 28/02/2017

Hoje, 28 de fevereiro, o Conselho-Geral da OMC aprovou a recondução do embaixador Roberto Azevêdo, atual Diretor-Geral da Organização, a um segundo mandato de quatro anos, a ter início em 1 de setembro de 2017.

Roberto Azevêdo era candidato único. Esse fato expressa o amplo reconhecimento dos Membros da OMC à contribuição do Diretor-Geral para os resultados alcançados pela Organização durante seu primeiro mandato (2013-2017).

Na Conferência Ministerial de Bali, em 2013, concluiu-se a negociação do Acordo de Facilitação de Comércio (AFC), o primeiro acordo multilateral celebrado pela OMC desde sua criação em 1 de janeiro de 1995. Como se divulgou, o AFC entrou em vigor no último dia 22 de fevereiro corrente. Na Conferência Ministerial de Nairobi, em dezembro de 2015, chegou-se a entendimento histórico sobre o fim dos subsídios à exportação de produtos agrícolas. No dia 23 de janeiro último, entrou em vigor o Protocolo de Emenda ao Acordo de TRIPS (Acordo sobre Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados a Comércio), que facilita as condições de acesso de países em desenvolvimento a medicamentos essenciais.

O Brasil apoiou decididamente a recondução do DG-OMC, movido pelo reconhecimento de suas contribuições durante o primeiro mandato e pela convicção de que continuará a contribuir, em circunstâncias internacionais cada vez mais desafiadoras, para o fortalecimento do Sistema Multilateral de Comércio.

O Governo brasileiro felicita vivamente o embaixador Roberto Azevêdo pela eleição e formula votos ao nosso compatriota de novos êxitos no segundo mandato.

FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO HAITI, RENÉ PRÉVAL 03/03/2017

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, do falecimento, no dia 3 do corrente, do ex-presidente da República do Haiti, René Préval.

O ex-presidente Préval desempenhou papel fundamental na consolidação da democracia no Haiti. Governou o país por dois mandatos completos, entre 1996 e 2001, e entre 2006 e 2011. Conduziu o país em um momento de grande provação, com o terremoto de 2010, que fez dezenas de milhares de vítimas fatais.

O governo brasileiro solidariza-se com o povo e o governo haitianos e apresenta suas sentidas condolências aos familiares de René Préval.

ATENTADO EM CABUL 08/03/2017

O governo brasileiro lamenta profundamente o atentado terrorista ocorrido hoje, dia 8 de março, no Hospital Sardar Mohammed Daud Khan, o maior do Afeganistão, localizado em Cabul. A ação, perpetrada pela detonação de artefato explosivo, seguida de ataque de atiradores, deixou ao menos trinta mortos e cinquenta feridos.

Ao reiterar seu firme repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação, o governo brasileiro manifesta suas condolências às famílias das vítimas e sua solidariedade ao povo e ao governo do Afeganistão.

LANÇAMENTO DO PLANO NACIONAL DE AÇÃO SOBRE MULHERES, PAZ E SEGURANÇA 08/03/2017

No marco das comemorações do Dia Internacional da Mulher, o governo brasileiro anunciou o lançamento do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Coordenada pelo Itamaraty, a elaboração do Plano de Ação contou com a participação do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério dos Direitos Humanos. A preparação do documento também contou com o apoio e a participação da ONU-Mulheres, bem como do Instituto Igarapé, representando a sociedade civil.

Ao adotar plano de ação sobre a agenda de mulheres, paz e segurança, o governo brasileiro reafirma seu compromisso com a promoção da paz e da segurança internacionais, bem como com a defesa da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. A medida alinha-se não somente com as resoluções do Conselho de Segurança na matéria, como também com posições historicamente defendidas pelo Brasil em diversos foros regionais e multilaterais, inclusive na criação da própria ONU.

A íntegra do Plano Nacional de Ação do Brasil encontra-se disponível no portal do Ministério das Relações Exteriores sobre a agenda de Mulheres, Paz e Segurança: <http://www.itamaraty.gov.br/images/PlanoNacional-Mulheres-Paz-Seguranca.pdf>

REUNIÃO DE CHANCELERES DO MERCOSUL E VISITA DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA À ARGENTINA 08/03/2017

O ministro Aloysio Nunes Ferreira viajou hoje, 8 de março, para Buenos Aires, em sua primeira viagem internacional após assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores.

Na capital argentina, participará amanhã da Reunião de Chanceleres dos Estados Partes do Tratado de Assunção, em que serão examinadas propostas para dinamizar o Mercosul, em especial em sua vertente econômico-comercial.

À margem da reunião, o ministro Aloysio Nunes Ferreira deverá reunir-se com a chanceler argentina, Susana Malcorra, para tratar de temas da agenda bilateral, em particular da implementação do Plano de Ação assinado pelos presidentes Michel Temer e Mauricio Macri em 7 de fevereiro.

O ministro Aloysio Nunes Ferreira também deverá ser recebido pelo presidente Mauricio Macri.

CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E CANADÁ SOBRE SUBSÍDIOS AO SETOR AERONÁUTICO – CONSULTAS 09/03/2017

Será realizada em Genebra (Suíça), nos dias 10 e 11 de março de 2017, a etapa de consultas do contencioso iniciado pelo Brasil contra o Canadá no âmbito do Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), relativo aos subsídios concedidos pelo governo canadense ao setor aeronáutico, em particular ao programa C-Series da empresa Bombardier.

As consultas propiciarão oportunidade para que o Canadá responda às mais de 200 perguntas formuladas pelo Brasil sobre os 26 programas de apoio canadenses ao setor de aeronaves que são objeto do contencioso. O objetivo das consultas é esclarecer o alcance e o impacto dos referidos programas que, no entendimento Brasil, afetam artificialmente as condições de competitividade internacional do setor, e verificar se é possível encontrar soluções que assegurem a concorrência leal no comércio de aeronaves. Estados Unidos, Japão e União Europeia participarão da reunião na qualidade de terceiras partes interessadas.

Caso a fase de consultas seja concluída sem que tenha sido possível alcançar um entendimento, o Brasil estará autorizado a iniciar procedimento de painel contra o Canadá na OMC.

LANÇAMENTOS DE MÍSSEIS PELA REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA 09/03/2017

O governo brasileiro associa-se às manifestações de condenação do Secretário-Geral das Nações Unidas e do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre os lançamentos de mísseis balísticos pela República Popular Democrática da Coreia, realizados em 6 de março corrente.

Além de violarem resoluções do Conselho de Segurança, os lançamentos colocam em risco a segurança dos países vizinhos à Coreia do Norte.

O Brasil reitera seu apoio à desnuclearização da Península Coreana e desencoraja ações que aumentem a tensão no Nordeste Asiático.

ELEIÇÃO DO EMBAIXADOR JOÃO ALMINO À ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS 09/03/2017

O Itamaraty recebeu com grande satisfação a escolha do embaixador João Almino para ocupar a cadeira número 22 da Academia Brasileira de Letras (ABL), em eleição realizada na noite de ontem, 8 de março, no Rio de Janeiro.

O embaixador João Almino é um dos nomes mais importantes, na atualidade, da literatura nacional, notório pelo chamado "Quinteto de Brasília", composto pelos romances "Ideias para Onde Passar o Fim do Mundo", "Samba-Enredo", "As Cinco Estações do Amor", "O Livro das Emoções" e "Enigmas da Primavera". Por sua obra ficcional, foi agraciado com o Prêmio do Instituto Nacional do Livro (1988), o Prêmio Candango de Literatura (1988), o Premio Casa de las Américas (2003) e o Prêmio Passo Fundo Zaffari & Bourbon de Literatura (2011). Alguns de seus romances foram publicados em inglês, francês, espanhol e italiano. É autor, ademais, de extensa obra de não ficção, incluindo escritos históricos e de filosofia política como "Os Democratas Autoritários" (1980), "A Idade do Presente" (1985), "Era uma Vez uma Constituinte" (1985) e "O Segredo e a Informação" (1986).

Ao longo de seus 43 anos de carreira diplomática, o embaixador João Almino serviu nas embaixadas em Paris (1977-80), Beirute (1980-2), México (1982-5), Washington (1988-92) e Londres (1999-2001) e foi cônsul-geral do Brasil em São Francisco (1992-7), Lisboa (1997-9), Miami (2004-8), Chicago (2008-11) e Madri (2011-2015). No Brasil, entre outras funções, foi diretor do Instituto Rio Branco (2001-4) e é, atualmente, diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

LANÇAMENTO DO NOVO PORTAL DA SECRETARIA-EXECUTIVA DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR – SE-CAMEX 09/03/2017

Lançou-se hoje, 9 de março, o novo portal de serviços e informações da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX).

Disponível no endereço www.camex.gov.br, o portal foi reestruturado por meio de nova ferramenta tecnológica, com base nas diretrizes da Identidade Digital de Governo e da Lei de Acesso à Informação.

Entre as novas funcionalidades do portal, destacam-se a ampliação substancial de informações disponíveis e o aprimoramento dos canais de comunicação com a CAMEX. Clicando em "Fale Conosco", é possível fazer a solicitação de informações e esclarecimentos, os quais serão respondidos conforme a Lei de Acesso à Informação. Já

em “Contato e Audiências”, estão disponíveis os telefones de contato com a SE-CAMEX, além de formulário para solicitação de audiências e pedidos de vistas de documentos. Nos dois casos, o usuário recebe um número de protocolo para acompanhamento de demandas.

Com o novo portal, a SE-CAMEX contribui para ampliar e facilitar o acesso dos cidadãos e empresas a informações sobre a atuação do governo federal na área de comércio exterior.

INCÊNDIO EM CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA MENORES NA GUATEMALA 09/03/2017

O governo brasileiro tomou conhecimento, com imenso pesar, do trágico incêndio ocorrido ontem, dia 8 de março, no centro de acolhimento para menores "Hogar Seguro Virgen de la Asunción", em San José Pinula, na Guatemala, que vitimou ao menos 31 meninas e provocou ferimentos graves em número ainda não confirmado, mas expressivo, de jovens.

O governo brasileiro expressa suas mais sentidas condolências aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo da Guatemala, e formula votos de pronto restabelecimento das crianças e adolescentes feridas.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" À EMBAIXADORA DO BRASIL NA IRLANDA 10/03/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da Irlanda concedeu "agrément" a Eliana Zugaib como embaixadora extraordinária e plenipotenciária do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Eliana Zugaib é a atual Representante do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Ao longo de sua carreira, exerceu, entre outras funções, as de Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores e de Diretora do Departamento Cultural do Itamaraty. Serviu nas embaixadas do Brasil em Buenos Aires, Londres, Praga e Paris.

NOTA DE PESAR PELO FALECIMENTO DO EMBAIXADOR DE BANGLADESH, MOHAMED MIJARUL QUAYES 11/03/2017

O governo brasileiro recebeu, com profundo pesar, a notícia do falecimento ontem, dia 10 de março, em Brasília, após prolongada enfermidade, do embaixador de Bangladesh, Mohamed Mijarul Quayes.

Embaixador no Brasil desde 10 de novembro de 2014, o embaixador Quayes trabalhou incansavelmente pelo fortalecimento dos laços políticos, econômicos e sociais entre Brasil e Bangladesh. Ao longo dos dois anos e meio em que permaneceu em Brasília, fez numerosos amigos e criou admiradores do povo e da cultura de seu país.

Durante sua carreira diplomática, o embaixador Quayes ocupou importantes funções e era membro destacado do corpo diplomático em Brasília.

O governo brasileiro expressa os mais sentidos pêsames e solidariedade à sua família e ao governo de Bangladesh.

ATENTADO NA SÍRIA 12/03/2017

O governo brasileiro condena o duplo ataque à bomba ocorrido ontem em Damasco, que deixou dezenas de mortos e feriu mais de uma centena de peregrinos, em sua maioria iraquianos.

Ao repudiar todo ato terrorista, sempre abominável independentemente de sua motivação, o governo brasileiro expressa pesar aos familiares e amigos das vítimas, votos de pronto restabelecimento dos feridos e solidariedade aos povos e governos da Síria e do Iraque.

EXPOSIÇÃO "PALAVRAS SEM FRONTEIRAS – MÍDIAS CONVERGENTES" – PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 14 DE MARÇO A 13 DE ABRIL 13/03/2017

De 14 de março a 13 de abril, ocorrerá, no Palácio Itamaraty, em Brasília, a exposição “Palavras sem fronteiras – mídias convergentes”.

A exposição ficará aberta à visitação diariamente, das 9h às 19h.

A exposição é baseada no livro “Palavras sem fronteiras”, do embaixador Sergio Corrêa da Costa, um estudo sobre palavras comuns a vários idiomas.

A exposição tem coordenação geral e curadoria de Maria Eugênia Stein e Julio Heilbron. Conta com apoio institucional da Fundação Alexandre de Gusmão, da UNESCO, da Embaixada da França no Brasil, do Principado do Mônaco, da Academia Brasileira de Letras (ABL) e da Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB).

CINQUENTENÁRIO DO PALÁCIO ITAMARATY 14/03/2017

Será realizada hoje cerimônia de comemoração dos 50 anos da inauguração do Palácio Itamaraty em Brasília.

Serão projetadas, na fachada e paredes internas do Palácio, fotos e filmes históricos da construção e das primeiras conferências e eventos realizados no edifício. Às 19h, o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, assinará acordos para a preservação e valorização do patrimônio artístico e de design do MRE e lançará um concurso de composição musical em homenagem ao cinquentenário do edifício.

As comemorações dos 50 anos do Palácio Itamaraty se estenderão por todo o ano de 2017 e envolverão atividades na área de pesquisa, preservação e divulgação, com seminários, publicações, exposições e convênios na área de conservação do patrimônio histórico e artístico do Ministério das Relações Exteriores.

Mais do que qualquer obra de Oscar Niemeyer, a nova sede da Chancelaria brasileira foi o resultado de um trabalho colaborativo que mobilizou os melhores artistas plásticos, paisagistas e designers da época.

O acervo do Palácio Itamaraty cobre a produção artística brasileira desde o barroco até o contemporâneo. Cerca de 20 artistas e designers receberam encomendas de obras especialmente para o Palácio: Burle Marx, Alfredo Volpi, Pedro Correia de Araújo; Bruno Giorgi, Alfredo Ceschiatti, Fayga Ostrower; Mary Vieira, Maria Martins; Sérgio Camargo, Sônia Ebling, Freda Jardim Bondi, Athos Bulcão, Madeleine Colaço; Bernardo Figueiredo; Joaquim Tenreiro; Karl Heinz Bergmiller; Jorge Hue e Aloísio Magalhães. O acervo continuou a ser enriquecido com obras premiadas na Bienal de São Paulo e outras aquisições e hoje totaliza cerca de 700 peças de criadores brasileiros, entre artistas e designers.

O projeto do Palácio foi coordenado pelo Embaixador Wladimir Murtinho, Presidente da Comissão de Transferência do Ministério das Relações Exteriores para Brasília, e pelo arquiteto Olavo Redig de Campos, chefe do Serviço de Conservação e Patrimônio do Itamaraty.

Entre 1958 e 1970, Murtinho e Redig de Campos mantiveram interlocução com Oscar Niemeyer e um grupo de cerca de 20 artistas e designers, de forma a garantir que a nova sede do ministério atendesse ao objetivo de projetar internacionalmente do Brasil, além de acolher grandes eventos oficiais e conferências internacionais.

A conclusão da transferência das unidades do Ministério das Relações Exteriores para Brasília ocorreu no dia 20 de abril de 1970, ocasião em que foi instituído o Dia do Diplomata, data de nascimento do Barão do Rio Branco.

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS AO BRASIL – BRASÍLIA, 16 DE MARÇO; SÃO PAULO, 21 DE MARÇO DE 2017 14/03/2017

O ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos, Xeique Abdullah bin Zayed Al Nahyan, realizará visita oficial a Brasília, em 16 de março, ocasião em que será recebido pelo presidente Michel Temer e manterá reunião de trabalho com o ministro Aloysio Nunes Ferreira. Ainda em Brasília, terá também encontros com o presidente do Congresso Nacional, senador Eunício Oliveira, com o ministro da Defesa, Raul Jungmann, e com o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira. Em 21 de março, o chanceler emirático deverá visitar São Paulo, quando participará da inauguração da nova sede do Consulado-Geral dos Emirados Árabes Unidos e manterá encontros com o governador Geraldo Alckmin e com o prefeito João Doria Junior.

Durante o encontro de trabalho bilateral, os chanceleres tratarão de temas de comércio, investimentos e cooperação técnica, e intercambiarão visões sobre as agendas regionais e global. Deverão ser assinados acordos sobre serviços aéreos, bem como sobre a isenção de vistos.

Brasil e Emirados Árabes Unidos mantêm importante parceria econômica. Entre 2000 e 2016, o intercâmbio comercial Brasil-EAU cresceu 785%, chegando a US\$ 2,6 bilhões em 2016, com superávit brasileiro de US\$ 1,9 bilhões, o 6º maior saldo brasileiro naquele ano. Os Emirados, juntamente com a Arábia Saudita, são os maiores compradores de produtos brasileiros na região do Oriente Médio.

Os Emirados Árabes Unidos são grandes investidores internacionais, especialmente por meio de seus fundos soberanos. Estima-se que os investimentos emiráticos no Brasil somem US\$ 5 bilhões. O país também é um grande centro de negócios e representa porta de entrada para empresas brasileiras nos países do Golfo Pérsico e no Oriente Médio. Devido a sua característica de entreposto comercial, mais de 30 empresas brasileiras contam com escritórios no país, utilizando-o como plataforma para suas exportações na região. A Agência de Promoção das Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), por sua vez, mantém escritório em Dubai para apoiar as empresas brasileiras, promover exportações na região do Oriente Médio e atrair novos investimentos para o Brasil.

DESLIZAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO DE KOSHE, ETIÓPIA 17/03/2017

O governo brasileiro expressa seu profundo pesar pela morte de mais de 100 pessoas no deslizamento do aterro sanitário de Koshe, Etiópia, no dia 11 de março.

O governo brasileiro manifesta sua solidariedade e condolências aos familiares das vítimas, ao governo e ao povo da República Democrática Federal da Etiópia.

ELEIÇÃO DE JOSÉ DAUSTER SETTE PARA O CARGO DE DIRETOR-EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ 17/03/2017

O brasileiro José Dauster Sette foi eleito hoje, 17 de março, em Londres, por aclamação, Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café (OIC) para o período de 2017-2022, entre os nove candidatos que se apresentaram para o cargo.

O governo brasileiro trabalhou com afinco em favor do candidato, realizando inúmeras gestões junto a todos os 76 estados membros da OIC, tanto em nível governamental quanto junto a entidades do setor cafeeiro. A eleição de José Sette, que demonstra o compromisso do Brasil com a Organização, permitirá uma gerência profissional e de qualidade para a modernização da principal organização internacional do setor cafeeiro, de forma a refletir os interesses e anseios de todos os membros e todas as regiões.

José Sette possui mais de 30 anos de experiência com o mercado cafeeiro, tendo passado pelos principais órgãos do setor, incluindo o Instituto Brasileiro do Café e a própria Organização Internacional do Café, como Diretor de Operações, entre 2007 e 2012. Desde 2013, José Sette exercia a Direção Executiva do Comitê Internacional Consultivo do Algodão, principal órgão internacional do setor cotonicultor.

A OIC é a principal agência intergovernamental para o café. Seus estados membros representam 98% da produção e 83% do consumo mundial do produto. O Brasil é o principal produtor e exportador mundial de café, além do segundo consumidor do mundo.

ENCHENTES NO PERU 17/03/2017

O governo brasileiro manifesta profundo pesar pelas perdas humanas e materiais provocadas pelas fortes chuvas que têm atingido o Peru e causado enchentes e deslizamentos de terra.

O Brasil expressa sua solidariedade às famílias das vítimas, ao governo e ao povo do Peru.

LANÇAMENTO DO SATÉLITE GEOESTACIONÁRIO DE DEFESA E COMUNICAÇÕES (SGDC) 18/03/2017

No próximo dia 21 de março, será lançado, do Centro Espacial da Guiana, em Kourou, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC-1). O satélite permitirá ampliar a cobertura de internet de alta performance, no âmbito do Plano Nacional de

Banda Larga (PNBL), da Telebrás, e trará maior soberania, independência e segurança às comunicações estratégicas do Brasil, particularmente aquelas relacionadas à Defesa Nacional. O controle do equipamento será integralmente do Governo brasileiro.

O projeto do SGDC-1 é liderado pelo consórcio brasileiro Visiona, composto pela Embraer e pela Telebrás. No âmbito do projeto, foi realizada licitação internacional, vencida pela empresa franco-italiana Thales Alenia Space, que teve como aspecto central a transferência de tecnologia. Foram capacitados mais de cinquenta técnicos e engenheiros brasileiros durante o processo de desenvolvimento do SGDC-1, cuja cadeia de produção contou com empresas brasileiras. Até a conclusão do projeto, serão lançados, no total, três satélites, o último dos quais deverá ser integralmente fabricado no Brasil.

O trabalho conjunto para o lançamento do SGDC-1 é mais uma etapa importante da Parceria Estratégica entre Brasil e França, que vem contribuindo positivamente para o desenvolvimento nacional, por meio do intercâmbio de tecnologias e informações em áreas estratégicas, como espaço, defesa e supercomputação.

NOTA À IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA 19/03/2017

Convoquei neste domingo reunião ministerial para tratar dos fatos relativos à segurança dos consumidores nacionais e internacionais no que concerne à qualidade das carnes produzidas no país.

Decidiu-se:

1 – acelerar o processo de auditoria nos estabelecimentos citados na investigação da Polícia Federal, 21 unidades no total. Três desses já foram suspensos e todos os 21 serão imediatamente colocados sob regime especial de fiscalização a ser conduzida por força tarefa específica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). É importante sublinhar que, de 11 mil funcionários, apenas 33 estão sendo investigados e que, das 4.837 unidades sujeitas à inspeção federal, apenas 21 supostamente envolvidas em eventuais irregularidades. Dos 21 apenas seis exportaram nos últimos 60 dias. Na sequência, o Mapa informará quais países receberam os produtos, quais foram eles e a origem por empresas. Ressalta-se: o objetivo da apuração não é o sistema de defesa agropecuário, cujo rigor é reconhecido, mas alguns poucos desvios de condutas;

2 – reiterar às missões estrangeiras que todas as plantas exportadoras permanecem abertas às inspeções dos países importadores e ao acompanhamento das atividades do sistema nacional de controle, um dos mais respeitados do mundo;

3 – reforçar a cooperação entre o Mapa e a Polícia Federal para apurar eventuais desvios no sistema de defesa agropecuária.

O governo federal reitera sua confiança na qualidade do produto nacional, que tem conquistado o consumidor e obtido aprovação dos mercados mais exigentes do ponto de vista de fiscalização e defesa agropecuária. O Mapa tem rigoroso serviço de inspeção de produtos de origem animal. Esse padrão de excelência abriu as portas de mais de 150 países, com permanente auditoria, monitoramento e avaliação de risco. Ademais disso, ao chegar a seus destinos, os produtos são também sujeitos à inspeção local.

Somente em 2016, foram expedidas 853 mil partidas de produtos de origem animal do Brasil para o exterior e apenas 184 foram consideradas, pelos importadores, fora de conformidade, muitas vezes por causa de temas não sanitários, como rotulagem e preenchimento de certificados.

Brasília, 19 de março de 2017.

Michel Temer, presidente da República.

VISITA DO PRESIDENTE DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA (CAF), ENRIQUE GARCÍA – 20 DE MARÇO DE 2017

O presidente do Banco Latino-Americano de Desenvolvimento (CAF), Enrique García, realiza visita a Brasília no dia de hoje, 20/3. Será recebido pelo ministro Aloysio Nunes, que lhe fará a entrega da condecoração da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em reconhecimento pela importância para o Brasil de seu trabalho à frente da CAF. O presidente García, que lidera a instituição desde 1991, encerrará seu último mandato no final de março.

A CAF é um dos principais bancos multilaterais de desenvolvimento a atuarem no Brasil e na América Latina. No período 2011-2015, a instituição aprovou financiamentos ao Brasil na ordem de US\$ 9 bilhões, destinados a projetos públicos e privados.

APOIO ÀS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA NAS REGIÕES AFETADAS PELAS CHUVAS NO PERU 21/03/2017

A pedido do governo do Peru, a Força Aérea Brasileira enviou aeronave Hércules C-130 para apoiar operações de logística nas regiões mais afetadas pelas enchentes e deslizamentos de terra causados pelas fortes chuvas que atingem o território peruano.

O governo brasileiro reitera sua solidariedade às famílias das vítimas, ao povo e ao governo do Peru.

DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL 21/03/2017

Comemora-se hoje, 21 de março, o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, data instituída pelas Nações Unidas em memória do episódio conhecido como "Massacre de Sharpeville", em 1960, símbolo da repressão do apartheid a manifestações pacíficas contra o regime na África do Sul.

País de grande diversidade étnica, incluindo a maior população afrodescendente do mundo, o Brasil é importante defensor da promoção da igualdade racial nos foros internacionais. Entre as conquistas recentes, que contaram com atuação decisiva do Brasil, merecem destaque a proclamação da Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024), pelas Nações Unidas, e, pela Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), da Década dos Afrodescendentes Latino-Americanos e Caribenhos (2014-2023).

A promoção da igualdade racial em todas as esferas da vida pública e privada, nos níveis nacional e internacional, constitui prioridade para o Governo brasileiro. O Brasil não vislumbra futuro de paz e prosperidade sem a liberdade de não ser discriminado por sua origem, raça ou por preconceito de qualquer outra natureza.

COMITÊ NACIONAL DE INVESTIMENTOS 22/03/2017

Realizou-se hoje, dia 22 de março de 2017, no Itamaraty, a primeira reunião do Comitê Nacional de Investimentos (Coninv) da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). Criado em 2016, o Coninv tem como objetivo formular propostas e recomendações voltadas ao fomento e à facilitação de Investimentos Estrangeiros Diretos no país e de Investimentos Brasileiros Diretos no Exterior, além de coordenar as ações realizadas por diversos órgãos e agências de governo em matéria de investimentos. O comitê é copresidido pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e conta com a participação de todos os demais ministérios e órgãos membros da CAMEX, além da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

Durante a reunião, foi realçada a importância do novo foro para fortalecer a coordenação governamental na área de investimentos diretos, inclusive da perspectiva dos demais entes federativos e do setor privado. Essa coordenação deverá permitir ampliar o impacto das múltiplas ações que já são realizadas no país, com vistas a assegurar que o Brasil se mantenha entre os maiores receptores de investimentos diretos do mundo e que esses investimentos possam contribuir cada vez mais para o aumento da competitividade da economia brasileira, em conjunto com as reformas em curso e com a melhoria de ambiente de negócios.

Mais informações sobre o Coninv estão disponíveis em www.camex.gov.br.

ATENTADO EM LONDRES 22/03/2017

O governo brasileiro condena o ataque perpetrado hoje em Londres, nas proximidades do Parlamento britânico, que causou a morte de pelo menos quatro pessoas e deixou mais de uma dezena de feridos.

O governo brasileiro manifesta sua solidariedade e suas condolências aos familiares e amigos das vítimas, ao povo e ao governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Não há registro de brasileiros entre as vítimas do ataque. O núcleo de assistência a brasileiros do MRE está à disposição para informações e esclarecimentos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, pelos telefones +55 61 2030 8803 e +55 61 2030 8804, e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br. Nos demais horários, poderá ser contatado o telefone do plantão consular da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos do Itamaraty: +55 61 98197 2284 ou o plantão do Consulado-Geral do Brasil em Londres: +44 77 20 21 59 84.

Consultas da imprensa devem ser dirigidas à Assessoria de Imprensa do Gabinete, imprensa@itamaraty.gov.br e +55 61 2060 8006 / 7.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO MÉXICO 23/03/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément ao senhor Salvador de Jesús Arriola Barrenechea como embaixador extraordinário e plenipotenciário dos Estados Unidos Mexicanos no Brasil.

Brasil e México mantêm relações diplomáticas desde 1830.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS: "MANDATO DO PERITO INDEPENDENTE SOBRE OS EFEITOS DA DÍVIDA EXTERNA E OUTRAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS CORRELATAS DOS ESTADOS NA PLENA FRUIÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS" 23/03/2017

O Brasil votou contra o projeto de resolução “Mandato do Perito Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais correlatas dos Estados na plena fruição dos direitos humanos, especialmente os direitos econômicos, sociais e culturais”, adotado hoje pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), em Genebra, por 31 votos favoráveis e 16 contrários. A iniciativa foi proposta por Cuba. Apenas os 47 estados membros do CDH participam do processo de votação.

Antes da votação, o Brasil propôs modificações ao projeto de resolução, com vistas a contribuir para a formação de consenso. As propostas brasileiras não foram aceitas. A resolução deixa de reconhecer que há uma variedade de políticas pelas quais os países

podem implementar reformas estruturais, desde que levem em consideração a promoção e proteção dos direitos humanos, garantindo o suprimento de serviços sociais e a capacidade de manter padrão de crescimento sustentável. Ao invés disso, o texto da resolução vale-se de linguagem restritiva para caracterizar qualquer programa de reformas estruturais como limitador do gasto público e da atenção adequada à provisão de serviços sociais. Em sua explicação de voto, a delegação brasileira deixou claro que a inconformidade do Brasil está restrita aos aspectos supramencionados da resolução.

O Brasil mantém o seu apoio ao sistema internacional de direitos humanos e defende o fortalecimento de seus procedimentos especiais como meio de promover os direitos humanos no mundo. Não por outra razão, o Brasil mantém, desde 2001, convite permanente a todos os relatores especiais e peritos independentes do CDH para visitas oficiais ao país. Trata-se de demonstração firme e inequívoca do compromisso incondicional do Brasil com o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

DECLARAÇÃO SOBRE A VENEZUELA 23/03/2017

Os governos de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai, profundamente preocupados com a situação pela qual atravessa a irmã República Bolivariana da Venezuela, reiteramos nosso compromisso com a promoção e a defesa da democracia e dos direitos humanos, no marco da Carta da Organização dos Estados Americanos e da Carta Democrática Interamericana.

Recebemos o relatório do secretário-geral da OEA sobre a Venezuela, que analisaremos cuidadosamente, com vistas a acordarmos o curso de ação apropriado dentro da Organização. Sem prejuízo disso, consideramos que a suspensão de um país membro, conforme estabelecido na Carta Democrática Interamericana, é medida de último recurso, considerada após se esgotarem os esforços diplomáticos dentro de um prazo razoável.

Reiteramos que o diálogo e a negociação constituem a via idônea para se chegar a soluções duradouras aos problemas que enfrenta o povo irmão venezuelano.

Nesse sentido, fazemos um chamado para que se cumpram integralmente os acordos alcançados no âmbito do diálogo estabelecido durante o processo de acompanhamento facilitado pelos ex-presidentes e pela Santa Sé, e para que se avance na pronta identificação de soluções concretas, com pleno respeito aos dispositivos da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, e para que se garanta a efetiva separação de poderes e o respeito ao Estado de Direito e às instituições democráticas.

Consideramos urgente que se aborde, de maneira prioritária, a libertação de presos políticos, que se reconheça a legitimidade das decisões da Assembleia Nacional, segundo a Constituição, e que se estabeleça um calendário eleitoral que inclua as eleições adiadas.

Por fim, os governos que subscrevem esta declaração reiteramos nossa disposição em colaborar com o povo e o governo da Venezuela em tudo o que possa contribuir para uma solução dos desafios políticos, econômicos e sociais naquele país e nos manteremos atentos aos esforços para a superação desses desafios durante as próximas semanas, a fim de considerarmos os próximos passos necessários.

VISITA DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA AO PARAGUAI – ASSUNÇÃO, 27 E 28 DE MARÇO DE 2017

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, realizará visita a Assunção nos dias 27 e 28 de março, ocasião em que manterá encontro de trabalho com o chanceler do Paraguai, Eladio Loizaga.

A visita ocorre em um momento de intensificação de encontros bilaterais de alto nível, que incluiu, em particular, a visita do presidente Michel Temer ao Paraguai, em outubro passado. Essa sequência de encontros confirma a prioridade que o governo brasileiro atribui às relações com o Paraguai.

Os ministros Nunes Ferreira e Loizaga tratarão do seguimento da visita presidencial em temas como desenvolvimento fronteiriço, comércio, investimentos, infraestrutura e segurança. O objetivo é aprofundar a relação em todas as áreas julgadas prioritárias pelos governos e pelas respectivas sociedades, ampliando oportunidades de parcerias e de cooperação, com impacto concreto no aumento do bem-estar da população dos dois países.

Além disso, os chanceleres examinarão temas das agendas regional e multilateral, com ênfase no fortalecimento econômico e comercial do Mercosul e nas negociações externas do bloco. Brasil e Paraguai possuem visão convergente tanto em relação aos desafios internos do Mercosul, entre os quais sobressai a eliminação de barreiras internas ao comércio, quanto à importância de avançar nas negociações com a União Europeia e abrir novas frentes negociadoras com outros blocos e parceiros individuais.

O Brasil é o principal sócio comercial do Paraguai. Em 2016, o intercâmbio bilateral alcançou US\$ 3,4 bilhões. Nos dois primeiros meses de 2017, o intercâmbio bilateral chegou a US\$ 556 milhões, o que representa alta de 27% em relação ao mesmo período do ano passado.

Direito à privacidade na era digital 24/03/2017

No marco da 34ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), foi aprovada, por consenso, a resolução sobre o direito à privacidade na era digital, projeto apresentado pelo Brasil, em conjunto com Alemanha, Áustria, Liechtenstein, México e Suíça.

A resolução, que já conta com o copatrocinio de 68 países de diferentes regiões, reafirma o direito à privacidade conforme previsto na Declaração Universal de Direitos Humanos e no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

O documento do CDH conclama os estados a respeitar e proteger o direito à privacidade, a pôr fim a violações, a prover medidas efetivas de reparação e a assegurar que qualquer restrição ao direito à privacidade deverá respeitar os princípios da legalidade, necessidade e proporcionalidade.

Em atenção à preocupação brasileira com o tema, atualmente tramitam no Congresso Nacional projetos de lei que visam à criação de um marco regulatório eficiente e moderno para a proteção de dados pessoais.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI, RODOLFO NIN NOVOA – BRASÍLIA, 29 DE MARÇO DE 2017

O Ministro de Relações Exteriores do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, realizará visita a Brasília no dia 29 de março, ocasião em que manterá encontro de trabalho com o ministro Aloysio Nunes Ferreira.

Durante a visita, os dois chanceleres realizarão a troca dos instrumentos de ratificação do Acordo entre Brasil e Uruguai sobre Residência Permanente com o Objetivo de Alcançar a Livre Circulação de Pessoas, que facilitará os procedimentos burocráticos para brasileiros e uruguayos que queiram residir no país vizinho.

Os chanceleres tratarão dos principais temas da agenda bilateral, com destaque para o comércio, o fortalecimento da competitividade dos dois países e a segurança nas fronteiras. Passarão em revista temas das agendas regional e multilateral, em particular o fortalecimento do Mercosul e a dinamização das negociações externas do bloco. Tratarão, ainda, de temas globais, como a cooperação entre os dois países no marco da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Brasil e Uruguai mantêm estreito relacionamento, marcado por elevado grau de cooperação e por um processo de integração profundo e abrangente. Em 2016, o fluxo de comércio bilateral alcançou US\$ 4 bilhões, com crescimento de mais de 2% em relação a 2015. Nos dois primeiros meses de 2017, a corrente de comércio cresceu mais de 35% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE PORTUGAL, AUGUSTO SANTOS SILVA – BRASÍLIA, 29 DE MARÇO DE 2017

28/03/2017

O ministro Aloysio Nunes Ferreira manterá, em 29 de março, encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, Augusto Santos Silva. Durante a reunião, serão discutidos temas das agendas bilateral, regional e global, bem como a visita que o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, e o primeiro-ministro português, António Costa, deverão realizar ao Brasil em 10 de junho próximo.

ENCONTRO DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA COM A SECRETÁRIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL, FANG LIU 28/03/2017

O ministro Aloysio Nunes Ferreira recebeu em 28/3 a secretária-geral da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), Fang Liu. A OACI é o principal órgão formulador de legislação para a aviação civil internacional. O Brasil tem sido eleito membro do Grupo I (os 11 países de maior importância para o transporte aéreo) do Conselho da Organização desde 1947, ininterruptamente.

Durante sua passagem por Brasília, a secretária-geral da OACI foi recebida, dentre outras autoridades, pelo ministro-chefe da Casa Civil, pelo Ministro do Turismo e pelo Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

O encontro possibilitou uma troca de visões sobre a adoção de mecanismos para a redução da emissão de gases estufa pelo setor de aviação de civil. A secretária-geral da OACI ressaltou o excelente histórico brasileiro em matéria de segurança aérea. O ministro Aloysio Nunes enfatizou, por sua vez, a importância atribuída pelo Brasil ao contencioso iniciado pelo Brasil contra os Estados Unidos em dezembro de 2016, relativo ao acidente, ocorrido em 2006, entre avião da Gol e jato Legacy privado.

SENTENÇAS DO TRIBUNAL SUPREMO DE JUSTIÇA DA VENEZUELA 30/03/2017

O Governo brasileiro repudia a sentença do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela que retirou da Assembleia Nacional as suas prerrogativas, num claro rompimento da ordem constitucional. Igualmente vê com grande preocupação a sentença daquele Tribunal que suspendeu arbitrariamente as imunidades dos parlamentares venezuelanos.

O pleno respeito ao princípio da independência dos Poderes é elemento essencial à democracia. As decisões do TSJ violam esse princípio e alimentam a radicalização política no país.

Diante dos últimos acontecimentos, o Brasil conclama todos os atores relevantes à ponderação. Reiteramos que o diálogo efetivo e de boa fé constitui a solução mais adequada para a restauração da normalidade institucional da Venezuela. Destacamos

que a responsabilidade primária de inverter o rumo da crise cabe hoje ao próprio Governo venezuelano.

O Governo brasileiro continuará a coordenar-se regionalmente, com todos os interessados, para examinar a preocupante situação na Venezuela.

CANDIDATURA DE FLÁVIA PIOVESAN À COMISSÃO INTERNAMENTE DE DIREITOS HUMANOS – BRASÍLIA, 30 DE MARÇO DE 2017

Foi oficializada hoje, em reunião no Palácio Itamaraty, com a presença dos Embaixadores em Brasília dos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), a candidatura de Flávia Piovesan, Secretária Especial de Direitos Humanos do Ministério de Direitos Humanos, para integrar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no período de 2018 a 2021.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é composta por sete peritos. Três dessas vagas serão preenchidas nas eleições que terão lugar na Cidade do México, entre 19 e 21 de junho próximo, por ocasião da 47ª Reunião da Assembleia-Geral da OEA.

Doutora em Direito Constitucional, especialista no tema dos direitos humanos, com reconhecido saber nessa matéria, a Dra. Flavia Piovesan é professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, procuradora do Estado de São Paulo e perita em direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

NOTA À IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – VISITA DOS REIS DA SUÉCIA AO BRASIL – 03 A 07/04/2017 31/03/2017

O Rei Carlos XVI Gustavo e a Rainha Silvia, da Suécia, realizarão visita ao Brasil no período de 3 a 7 de abril.

No dia 3, o Presidente Michel Temer e o casal real participarão de reunião do Fórum de Líderes Empresariais Brasil-Suécia na cidade de São Paulo.

Em 4 de abril, o Presidente da República, a Primeira-Dama, Marcela Temer, e Suas Majestades participarão do Fórum Global da Criança, iniciativa sueca que está sendo realizada pela primeira vez na América do Sul. O Presidente Michel Temer e o Rei Carlos Gustavo abrirão, em São Paulo, as atividades do fórum, que serão encerradas pela Primeira-Dama e pela Rainha Silvia.

No dia 5, o casal real visitará o Centro de Projetos e Desenvolvimento das aeronaves Gripen em Gavião Peixoto, no estado de São Paulo.

No dia 6 de abril, a convite do Presidente Michel Temer e da Primeira-Dama, o rei e a rainha da Suécia virão a Brasília, quando serão homenageados com almoço.

Ao receber os Reis da Suécia, com agenda centrada nos direitos das crianças e na atração de investimentos para a geração de empregos, o Presidente Michel Temer dá continuidade a uma diplomacia presidencial a serviço dos valores e dos interesses de todos os brasileiros.

Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República

COMUNICADO CONJUNTO SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA 31/03/2017

Os Governos de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai, países membros da União Sul-americana de Nações (UNASUL), condenam a situação criada a partir da sentença do Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela que afeta a Assembleia Nacional daquele país e os parlamentares eleitos pelo voto popular em dezembro de 2015.

Causa alarme o anúncio de que o Tribunal assumirá as competências do Poder Legislativo, bem como a decisão de limitar os poderes da Assembleia Nacional e restringir a imunidade parlamentar de seus membros, fatos que atentam contra os princípios e valores essenciais da democracia representativa e da separação, independência e respeito aos poderes públicos, pilares do Estado de Direito.

Os países da região reiteram o urgente chamado para que o Governo da Venezuela avance efetivamente na aplicação de medidas concretas, concertadas com a oposição, de acordo com as disposições da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, para garantir a efetiva separação de poderes, o respeito ao Estado de Direito, aos direitos humanos e às instituições democráticas.

Ao reiterar nossa disposição de cooperar com o povo e o Governo da Venezuela em tudo o que possa contribuir para uma solução pacífica e definitiva de seus conflitos sociais, humanitários e econômicos, fazemos um chamado pelo pronto restabelecimento da ordem democrática naquele país, para o bem de todo o povo irmão da Venezuela.

Seguiremos acompanhando os acontecimentos na Venezuela, para adotar outras decisões político-institucionais coletivas pertinentes.

Sexta-feira, 31 de março de 2017.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM BANGLADESH 31/03/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo de Bangladesh concedeu "agrément" a João Tabajara de Oliveira Júnior como embaixador

extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

João Tabajara de Oliveira Júnior é ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil em Luanda. Ao longo de sua carreira serviu na missão do Brasil junto à União Europeia e nas embaixadas em Praga, Paramaribo, Paris, Kuala Lumpur, Hanói e Kuwait.

DECLARAÇÃO DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL SOBRE A REPÚBLICA BOLIVIANA DA VENEZUELA – BUENOS AIRES, 1 DE ABRIL DE 2017

Declaração dos Estados Partes do Mercosul sobre a República Bolivariana da Venezuela

(TRADUÇÃO NÃO OFICIAL)

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai,

Reafirmando que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para a existência e o desenvolvimento do Mercosul,

Tendo em conta a ruptura da ordem democrática na República Bolivariana da Venezuela,

Em cumprimento do Tratado de Assunção e de seus Protocolos e reafirmando seus princípios e objetivos,

DECIDEM

1. Instar o Governo da Venezuela a adotar imediatamente medidas concretas, concertadas com a oposição, de acordo com as disposições da Constituição da República Bolivariana da Venezuela e demais normas aplicáveis, para assegurar a efetiva separação de poderes, o respeito ao Estado de Direito, aos direitos humanos e às instituições democráticas.
2. Exortar o Governo da Venezuela a respeitar o cronograma eleitoral derivado de sua normativa institucional, a restabelecer a separação de poderes, a garantir o pleno gozo dos direitos humanos, das garantias individuais e das liberdades fundamentais e a libertar os presos políticos.
3. Continuar com as consultas entre si e promover consultas com a República Bolivariana da Venezuela com vistas ao restabelecimento da plena vigência das instituições democráticas nesse país, acompanhando o mencionado processo.

4. Instruir a Presidência Pro Tempore a iniciar as consultas indicadas no parágrafo anterior, com todas as partes venezuelanas envolvidas.

5. Reiterar sua solidariedade com o povo irmão da Venezuela, com as vítimas de perseguição política e de violação de direitos humanos, bem como sua disposição de colaborar na busca de uma solução pacífica e definitiva da crise política, institucional, social, de abastecimento e econômica que atravessa a República Bolivariana da Venezuela.

Buenos Aires, 1 de abril de 2017.

ENCHENTES NA COLÔMBIA 01/04/2017

O governo brasileiro manifesta profundo pesar pelas perdas humanas e materiais provocadas pelas fortes chuvas que têm atingido a região sul da Colômbia e causado enchentes e deslizamentos de terra.

O Brasil expressa sua solidariedade às famílias das vítimas, ao governo e ao povo colombiano.

DECLARAÇÃO DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA POR OCASIÃO DO FALECIMENTO DA EMBAIXATRIZ LÚCIA FLECHA DE LIMA 02/04/2017

Tomei conhecimento, com pesar, do falecimento da embaixatriz Lúcia Flecha de Lima e me solidarizo com o embaixador Paulo Tarso, seus filhos e família, a quem apresento sentidos pêsames em meu nome e no do Itamaraty.

Dona Lúcia, como era conhecida por todos, teve trajetória ímpar, como, ao lado de seu marido, no episódio da libertação dos reféns brasileiros de Saddam Hussein. Deixou sua marca de eficiência também nesta cidade, como secretária de Turismo do Distrito Federal e presidente da entidade beneficente Casa do Candango, além de seu trabalho na Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Aloysio Nunes Ferreira
Ministro das Relações Exteriores

SITUAÇÃO NO PARAGUAI 03/04/2017

O governo brasileiro lamenta o episódio de violência que resultou na morte de um jovem líder político e manifesta sua confiança nas medidas já tomadas pelo presidente Horacio Cartes para a apuração das responsabilidades no caso.

EXPLOSÃO NO METRÔ DA SÃO PETERSBURGO 03/04/2017

O governo brasileiro recebeu, com consternação, a notícia da explosão que deixou ao menos dez mortos e feriu dezenas de pessoas no metrô da cidade russa de São Petersburgo.

O governo brasileiro transmite condolências aos familiares das vítimas, estima a pronta recuperação aos feridos e empenha solidariedade ao povo e ao governo da Rússia.

Não há registro de brasileiros entre as vítimas até o momento. O núcleo de assistência a brasileiros do MRE está à disposição para informações e esclarecimentos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, pelos telefones +55 61 2030 8803 e +55 61 2030 8804, e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br. Nos demais horários, poderá ser contatado o telefone do plantão consular da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos do Itamaraty: +55 61 98197 2284 ou o plantão consular da Embaixada em Moscou: +7 495 960 8148.

ANÚNCIO DE NOVO ASSENTAMENTO NA PALESTINA 04/04/2017

O Brasil recebeu, com preocupação, o anúncio do governo israelense de construção de novo assentamento na Palestina, o primeiro em mais de vinte anos, e insta Israel a respeitar seus compromissos perante o direito internacional. Os assentamentos na Palestina são ilegais e representam um obstáculo para a solução de dois Estados e para uma paz justa e duradoura.

Ao deplorar a expansão dos assentamentos, o Brasil reitera sua defesa da solução de dois Estados para o conflito, com Israel e Palestina convivendo em paz e segurança, em fronteiras internacionalmente reconhecidas e mutuamente acordadas.

USO DE ARMAS QUÍMICAS NA PROVÍNCIA SÍRIA DE IDLIB 04/04/2017

O governo brasileiro recebeu, com alarme e grande preocupação, notícias sobre o emprego de armas químicas, na província síria de Idlib, que teria vitimado fatalmente dezenas de civis, entre eles crianças.

O governo brasileiro ressalta a importância da realização de investigações imparciais para identificar os responsáveis, e manifesta sua plena solidariedade e suas mais profundas condolências aos familiares das vítimas dos ataques.

O Brasil reitera sua veemente condenação ao uso de armas químicas, sob quaisquer circunstâncias.

VIAGEM DE TRABALHO DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA A BUENOS AIRES 06/04/2017

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, viaja hoje para Buenos Aires, onde participará, juntamente com o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, em 7 de abril, de reunião ministerial entre os países fundadores do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e os países da Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, Peru e México).

Na reunião marcada para 7 de abril, os ministros dos oito países buscarão impulsionar a aproximação entre os dois blocos, iniciada em 2014, com ênfase na expansão do comércio e dos investimentos recíprocos. Discutirão a formação de cadeias regionais de valor, facilitação do comércio, cooperação aduaneira, promoção comercial e apoio a pequenas e médias empresas, entre outros temas. Juntos, Mercosul e Aliança do Pacífico representam 80% da população da América Latina e Caribe, e respondem por mais de 90% do PIB e dos fluxos de investimento direto estrangeiro na região. Trata-se de um mercado de quase 470 milhões de pessoas.

O Mercosul possui acordos de livre comércio com todos os países da Aliança do Pacífico, à exceção do México. Esses acordos levarão, até 2019, à formação de uma virtual área de livre comércio na América do Sul.

No mesmo dia, os Chanceleres do Mercosul se reunirão com o homólogo de Singapura, país que exercerá a presidência da ASEAN em 2018, para avaliar mecanismos para impulsionar as trocas comerciais e os investimentos. Os países da ASEAN são parceiros em potencial do Mercosul. Com dez países, uma população de cerca de 630 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 2,4 trilhões, a ASEAN é o terceiro mercado da Ásia, atrás de China e Índia.

Também estão previstos encontros bilaterais do ministro Aloysio Nunes Ferreira com seus homólogos de Colômbia, México, Peru e Singapura.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS DO MERCOSUL (PCFI) 07/04/2016

Os ministros de Relações Exteriores do Mercosul assinaram hoje o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos - PCFI. O instrumento incentiva investimentos recíprocos mediante a adoção de normas de tratamento a investidores e investimentos, a cooperação entre os estados na promoção de ambiente de negócios favorável e a facilitação de investimentos.

Sua assinatura representa a consolidação do modelo brasileiro de acordos de cooperação e facilitação de investimentos, bem como a expansão significativa da rede de instrumentos internacionais firmados pelo Brasil para estimular a atração de investimentos estrangeiros e a internacionalização das empresas brasileiras.

A conclusão do PCFI é resultado concreto da retomada da agenda econômico-comercial do Mercosul. Decorre de visão renovada do processo de integração do agrupamento, em que os integrantes compartilham o propósito de fortalecer o mercado interno, buscando contribuir para a retomada do crescimento econômico, o desenvolvimento de suas sociedades e a criação de mais e melhores empregos.

O protocolo dá aos investidores brasileiros nos demais países do Mercosul garantias legais de que seus investimentos terão o mesmo tratamento dispensado aos investidores desses países. Também assegura que, no futuro, nenhum investidor de extrazona poderá receber tratamento mais vantajoso do que os brasileiros. Adicionalmente, o protocolo limita a possibilidade de desapropriação de ativos, e garante a compensação adequada, além de garantir a liberdade de transferências de ativos financeiros. Outro benefício para os investidores brasileiros é que se criam mecanismos e canais de diálogo deles com os governos dos outros países para ajudar o investidor a resolver dificuldades práticas, do dia a dia. Por fim, o acordo cria mecanismo para o governo brasileiro defender melhor os legítimos interesses dos investidores brasileiros junto aos demais governos.

CONFLITO NA SÍRIA 07/04/2017

O governo brasileiro manifesta preocupação com a escalada do conflito militar na Síria. Reitera sua consternação com as notícias de emprego de armas químicas no conflito sírio. Reafirma a importância de que sejam conduzidas investigações abrangentes e imparciais sobre o ocorrido em Idlib, que levem à apuração dos fatos e à punição dos responsáveis.

A solução para o conflito sírio requer diálogo efetivo e pleno respeito ao direito internacional. Nesse contexto, renovamos o apoio às tratativas conduzidas em Genebra sob a égide das Nações Unidas e com base nas resoluções do Conselho de Segurança.

O Itamaraty tem mantido contato regular com a comunidade brasileira residente na Síria. Não há registro de brasileiros entre as vítimas do ataque. O núcleo de assistência a brasileiros do MRE está à disposição para informações e esclarecimentos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, pelos telefones +55 61 2030 8803 e +55 61 2030 8804, e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br. Nos demais horários, poderá ser contatado o telefone do

plantão consular da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos do Itamaraty: +55 61 98197 2284.

Consultas da imprensa devem ser dirigidas à Assessoria de Imprensa do Gabinete, imprensa@itamaraty.gov.br e +55 61 2030 8006 / 7.

VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO-GERAL DA OEA 07/04/2017

O secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, Luis Almagro, manterá reunião de trabalho, no dia 10 de abril, em Brasília, com o ministro Aloysio Nunes Ferreira. Na ocasião, serão examinados temas da agenda regional e do relacionamento entre o Brasil e a OEA, entre os quais os preparativos da 47ª Assembleia-Geral da Organização, em junho, no México, e a situação na Venezuela.

A OEA é a mais antiga organização regional em funcionamento no mundo. Foi criada em 1948, em substituição à União Pan-Americana, fundada em 1910. A visão estratégica da organização consagra, em favor do bem-estar com justiça social dos povos do continente, o foco em quatro pilares: fortalecimento da democracia, promoção e proteção dos direitos humanos, impulso ao desenvolvimento integral e fomento à segurança multidimensional.

ATENTADO NO PAQUISTÃO 07/04/2017

O governo brasileiro repudia o ataque terrorista ocorrido em Lahore, Paquistão, no dia 5 de abril, que deixou pelo menos 7 mortos e 15 feridos.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade com o povo e o governo do Paquistão, o Brasil reitera sua condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

ATAQUE EM ESTOCOLMO 07/04/2017

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do ataque cometido no dia de hoje em Estocolmo e condena firmemente esse ato que causou a morte de ao menos quatro pessoas e deixou feridos.

Ao expressar repúdio a tal violência, o governo brasileiro expressa sua solidariedade e condolências aos familiares das vítimas, ao governo e ao povo da Suécia, ao qual o Brasil se mantém unido por históricos laços de amizade.

CASSAÇÃO DE DIREITOS DO GOVERNADOR DE MIRANDA (VENEZUELA) 07/04/2017

O governo brasileiro lamenta a decisão da Controladoria-Geral da República Bolivariana da Venezuela de privar o governador do Estado de Miranda, Henrique Capriles, do direito de exercer funções públicas por um período de 15 anos. Trata-se de mais uma grave violação pelas autoridades venezuelanas das garantias e liberdades fundamentais.

O governo brasileiro reitera o chamado dos Estados Partes do Mercosul para que seja restaurada a plena vigência das instituições democráticas na Venezuela.

VISITA DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA AO CHILE 07/04/2016

O ministro Aloysio Nunes Ferreira realiza, nos dias 10 e 11 de abril, sua primeira visita oficial ao Chile.

Na capital chilena, o ministro será recebido pela presidente Michelle Bachelet e manterá reunião de trabalho com seu homólogo chileno, Heraldo Muñoz, ocasião em que serão examinados os principais temas da agenda bilateral, regional e multilateral. O ministro Aloysio Nunes manterá também encontro com as principais lideranças empresariais do Chile.

Chile e Brasil compartilham ampla agenda bilateral, que inclui temas como comércio e investimentos, projetos de infraestrutura, assuntos antárticos, ciência e tecnologia, defesa e cooperação técnica. Os dois países coincidem sobre valores fundamentais, como a promoção da democracia e a defesa dos direitos humanos, e mantêm estreita coordenação em foros regionais e multilaterais. No âmbito sul-americano, os governos brasileiro e chileno estão empenhados na aproximação entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul.

O Chile é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América do Sul. O Brasil, por sua vez, é o principal parceiro do Chile na região. Em 2016, o intercâmbio comercial entre os dois países foi de US\$ 6,962 bilhões. Os primeiros meses de 2017 apontam sinais de crescimento. O Brasil concentra o maior estoque de investimentos externos chilenos no mundo.

DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE ATENTADO NA SUÉCIA 07/04/2017

Os governos da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, do México, do Paraguai, do Peru e do Uruguai condenam o cruel atentado perpetrado hoje na cidade de Estocolmo, Suécia, e transmitem suas condolências e solidariedade ao governo e ao povo suecos, aos familiares das vítimas fatais e aos feridos, a quem expressam votos de pronta recuperação.

Reafirmam, ainda, o propósito de intensificar a luta contra o terrorismo e de preservar a paz e a segurança internacionais dentro dos parâmetros do direito internacional e do respeito aos direitos humanos.

EXPLOSÕES NO EGITO 09/04/2017

O governo brasileiro tomou conhecimento, com profunda consternação, das duas explosões ocorridas em Igrejas Coptas nas cidades de Tanta e Alexandria, no Egito, durante a celebração do Domingo de Ramos, que deixaram ao menos 36 mortos e 95 feridos.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade com o povo e o governo do Egito, o Brasil reitera sua condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

VISITA DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA AO CHILE – 10 E 11 DE ABRIL DE 2017 10/04/2017

O ministro Aloysio Nunes Ferreira realiza, nos dias 10 e 11 de abril, sua primeira visita oficial ao Chile.

Na capital chilena, o ministro será recebido pela presidente Michelle Bachelet e manterá reunião de trabalho com seu homólogo chileno, Heraldo Muñoz, ocasião em que serão examinados os principais temas da agenda bilateral, regional e multilateral. O ministro Aloysio Nunes manterá também encontro com as principais lideranças empresariais do Chile.

Chile e Brasil compartilham ampla agenda bilateral, que inclui temas como comércio e investimentos, projetos de infraestrutura, assuntos antárticos, ciência e tecnologia, defesa e cooperação técnica. Os dois países coincidem sobre valores fundamentais, como a promoção da democracia e a defesa dos direitos humanos, e mantêm estreita coordenação em foros regionais e multilaterais. No âmbito sul-americano, os governos brasileiro e chileno estão empenhados na aproximação entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul.

O Chile é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América do Sul. O Brasil, por sua vez, é o principal parceiro do Chile na região. Em 2016, o intercâmbio comercial entre os dois países foi de US\$ 6,962 bilhões e os primeiros meses de 2017 apontam sinais de crescimento. O Brasil concentra o maior estoque de investimentos externos chilenos no mundo.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO GRÃO-DUCADO DE LUXEMBURGO 13/04/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu *agrément* ao senhor Carlo Krieger como embaixador extraordinário e plenipotenciário de Luxemburgo, o primeiro embaixador residente do Grão-Ducado no Brasil.

Brasil e Luxemburgo mantêm relações diplomáticas desde 1911.

DECLARAÇÃO CONJUNTA EMITIDA NA CONCLUSÃO DA 24ª REUNIÃO MINISTERIAL DO BASIC SOBRE MUDANÇA DO CLIMA – PEQUIM, CHINA – 11 DE ABRIL DE 2017 **17/04/2017**

Declaração Conjunta Emitida na Conclusão da 24ª Reunião Ministerial do BASIC sobre Mudança do Clima Pequim, China - 11 de abril de 2017

Tradução não-oficial

1. A 24ª Reunião Ministerial do BASIC sobre Mudança do Clima foi realizada em Pequim, China, em 10 e 11 de abril de 2017. Compareceram à reunião Sua Excelência o Sr. Xie Zhenhua, Representante Especial para Assuntos de Mudança do Clima da China; Sua Excelência a Srta. Barbara Thompson, Ministra Adjunta para Assuntos Ambientais da África do Sul; Sua Excelência o Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, Subsecretário-Geral do Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; Sua Excelência o Sr. Ravi S. Prasad, Co-Secretário do Ministério do Meio Ambiente, Floresta e Mudança do Clima da Índia. Em linha com a abordagem 'BASIC-plus', Sua Excelência o Sr. Parveen Kumar Bala, Ministro de Governo Local, Habitação e Meio Ambiente de Fiji, em nome da Presidência entrante da COP 23, Sua Excelência o Dr. Khaled Fahmy, Ministro do Meio Ambiente do Egito, e Sua Excelência o Sr. Jose M. Borja, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Equador na China, em nome do Presidente do Grupo dos 77, também compareceram à reunião como observadores.

2. Os Ministros do BASIC saudaram a rápida entrada em vigor do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), com vistas a aperfeiçoar sua implementação, que reflete equidade e responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais. Os Ministros afirmaram que o Acordo de Paris é uma conquista duramente obtida pela comunidade internacional, a qual fortalece a resposta global à mudança do clima em um contexto de desenvolvimento sustentável.

3. Os Ministros reiteraram que o esforço global contra a mudança do clima é um

processo irreversível que não pode ser adiado. Ele oferece oportunidades valiosas para promover o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, os Ministros destacaram o elevado compromisso político do BASIC com a implementação completa, efetiva e sustentada da Convenção, seu Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris em todos os seus aspectos.

4. Os Ministros discutiram a situação e os acontecimentos internacionais e reiteraram o compromisso inabalável de seus governos com o esforço global contra a mudança do clima. Exortaram todos os signatários a seguir o curso e manter o apoio ao Acordo de Paris para o bem de toda a humanidade e das futuras gerações. Os Ministros enfatizaram a disposição do BASIC para trabalhar junto com todas as partes e interessados de modo a promover baixas emissões globais de gases do efeito estufa e um desenvolvimento sustentável e climaticamente resiliente.

5. Os Ministros saudaram os exitosos resultados da COP 22, em novembro de 2016, que demonstraram o ritmo irreversível do processo multilateral e adotaram o roteiro de trabalho requerido para a operacionalização do Acordo de Paris a partir de 2020. Expressaram seu agradecimento ao Governo do Reino do Marrocos por ter sediado a Conferência.

6. Os Ministros prometeram o total apoio do BASIC à Presidência fijiana da COP 23, a realizar-se em Bonn, em novembro de 2017. Destacaram a importância da COP 23 em preparar o terreno para a consecução do trabalho relativo à implementação do Acordo de Paris. Os Ministros destacaram, ainda, que a COP 23 deve acelerar a implementação dos compromissos e ações pré-2020. Os Ministros reiteraram que o trabalho tanto da agenda pré-2020 quanto da pós-2020 deve estar em total acordo com os princípios da equidade e das responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades. Enfatizaram, ainda, a importância da abertura, da transparência, da inclusividade e do fato de as negociações serem, por sua natureza, conduzidas pelas partes.

7. Os Ministros expressaram a disposição do BASIC em continuar trabalhando construtivamente para chegar a resultados equilibrados e significativos, em 2018, relativos à implementação do Acordo de Paris a partir de 2020. Com o objetivo de cumprir essa tarefa, eles destacaram a necessidade de se iniciarem as negociações textuais sobre modalidades, procedimentos e orientações para o Acordo de Paris tão cedo quanto possível, de modo a produzir-se um texto negociador abrangente na COP 23, refletindo as visões e contribuições de todas as Partes de maneira equilibrada.

8. Os Ministros afirmaram que os resultados do trabalho relativo à implementação do Acordo de Paris devem refletir diferenciação, a natureza nacionalmente determinada das contribuições das Partes e flexibilidade para os países em desenvolvimento. Além disso, os Ministros defenderam que, quando da implementação do Acordo de Paris, as partes sejam encorajadas a compartilhar suas melhores práticas e cooperar para aperfeiçoar as

ações

progressivamente.

9. Os Ministros recordaram as obrigações legais dos países desenvolvidos, sob a Convenção e seu Acordo de Paris, de prover recursos financeiros, desenvolvimento e transferência de tecnologia e apoio à construção de capacidades para todos os países em desenvolvimento, para sua efetiva implementação e ações ambiciosas. Os Ministros enfatizaram a necessidade de maior clareza e metodologias robustas para monitorar e registrar a provisão de recursos financeiros pelos países desenvolvidos.

10. Os Ministros, logo, exortaram os países desenvolvidos a honrar seus compromissos e a elevar o financiamento climático até o objetivo de US\$100 milhões por ano, marca a ser elevada significativamente após 2025. Em relação ao período pós-2025, os Ministros conclamaram os países desenvolvidos a prover recursos financeiros para auxiliar os países em desenvolvimento, com respeito tanto à mitigação quanto à adaptação, em continuação às suas obrigações existentes sob a Convenção.

11. Os Ministros enfatizaram que a adaptação é um assunto que requer uma urgente resposta global e reiteraram tanto a importância do objetivo global de adaptação quanto da comunicação em matéria de adaptação como um componente das NDCs das Partes para cumprir o propósito do Acordo de Paris. Os Ministros exortaram os países desenvolvidos a prover o apoio adequado aos países em desenvolvimento para que estes cubram os custos de suas ações de adaptação.

12. Os Ministros reforçaram a urgência de os países desenvolvidos-Partes revisitarem e aumentarem os objetivos de redução de emissões quantificadas, bem como de implementarem e aperfeiçoarem a provisão de financiamento, tecnologia e apoio à construção de capacidades aos países em desenvolvimento, o que é um pré-requisito para a confiança mútua entre as Partes e para a construção de uma base sólida para a implementação e a ambição no período pós-2020. Nesse sentido, os Ministros ressaltaram a importância de se ratificar a Emenda Doha ao Protocolo de Quioto.

13. Os Ministros destacaram os resultados substanciais que os países do BASIC continuam a demonstrar no combate à mudança do clima, tanto na implementação de ações de mitigação e adaptação para o período pré-2020 quanto em suas ambiciosas NDCs. Os países do BASIC fizeram progressos notáveis em direção a baixas emissões de gases do efeito estufa e a um desenvolvimento climaticamente resiliente. Eles estão comprometidos a compartilhar experiências e a apoiar-se reciprocamente, enquanto buscam avançar em suas políticas e ações climáticas domésticas.

14. Os Ministros reiteraram que a UNFCCC é o principal fórum internacional para coordenar a resposta global à mudança do clima. Nesse sentido, expressaram disposição de fortalecer a voz do BASIC em outros fóruns multilaterais que abordem temas relativos à mudança do clima, como a Assembleia Geral das Nações Unidas, a Organização Internacional de Aviação Civil, a Organização Marítima Internacional e o

Protocolo de Montreal, bem como o G20. Os Ministros reiteraram que medidas e resoluções adotadas nesses fóruns devem ser consistentes com a UNFCCC e devem estar em linha com os princípios da equidade e das responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades.

15. Os Ministros do BASIC expressaram o compromisso inequívoco de apoiar o Equador, como Presidente do Grupo dos 77 este ano, com vistas a fortalecer a unidade e avançar os interesses comuns dos países em desenvolvimento no processo multilateral.

16. Os Ministros saudaram a oferta do Brasil em sediar a 25ª Reunião Ministerial do BASIC, no segundo semestre deste ano.

COMUNICADO SOBRE A VENEZUELA 17/04/2017

Comunicado sobre a Venezuela

Tradução não-oficial

Os governos de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru e Uruguai manifestam profundo pesar e repudiam a morte de seis cidadãos no contexto das manifestações ocorridas nos últimos dias na República Bolivariana da Venezuela. Expressam, ainda, solidariedade e condolências a seus familiares.

Os governos reiteram seu repúdio à violência. Ademais, tendo em conta o anúncio de uma série de manifestações por parte da situação e da oposição para a quarta-feira, 19 de abril, conclamam o governo da República Bolivariana da Venezuela a garantir o direito à manifestação pacífica, assim como consagra a Constituição, e a impedir qualquer ato de violência contra os manifestantes. Adicionalmente, conclamam a oposição a exercer com responsabilidade seu direito a se manifestar e, assim, realizar uma manifestação pacífica em que as pessoas se expressem com tranquilidade.

Exortam o governo da República Bolivariana da Venezuela a definir com celeridade as datas para dar cumprimento ao cronograma eleitoral que permita uma rápida solução à grave crise que vive a Venezuela e que preocupa a região.

17 de abril de 2017

VISITA DO PRESIDENTE DO GOVERNO DA ESPANHA, MARIANO RAJOY – 24 E 25 DE ABRIL DE 2017 19/04/2017

O presidente do Governo da Espanha, Mariano Rajoy, realizará visita oficial ao Brasil nos próximos dias 24 e 25 de abril. No dia 24, manterá reunião de trabalho com o presidente Michel Temer, em Brasília. No mesmo dia, participará da cerimônia de

encerramento do I Foro Brasil-Espanha, com representantes dos governos, das empresas e da sociedade civil dos dois países, em São Paulo. No dia seguinte, Rajoy abrirá o Encontro Empresarial Brasil-Espanha, voltado para a atração de novos investimentos no Brasil, com foco nas médias empresas.

A visita do presidente Rajoy confirma o interesse mútuo em manter o dinamismo do relacionamento econômico entre os dois países. O encontro de alto nível constitui também uma oportunidade de ratificar o compromisso de ambas as partes de contribuir para o avanço das negociações entre MERCOSUL e União Europeia.

A Espanha é hoje o segundo maior investidor no Brasil, com investimentos que alcançaram US\$ 64 bilhões em 2016. Se considerada a relação entre investimentos e PIB, a Espanha é o principal investidor entre as grandes economias globais, com o equivalente a 7% de seu PIB investido no Brasil. O Brasil, por sua vez, é o terceiro maior destino dos investimentos diretos espanhóis no mundo. Também é expressiva a corrente de comércio bilateral, que chegou a US\$ 5,2 bilhões em 2016.

CERIMÔNIA EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO DIPLOMATA – PALÁCIO ITAMARATY, 20 DE ABRIL DE 2017 19/07/2017

Celebra-se amanhã, 20 de abril, no Palácio Itamaraty, com a presença do presidente Michel Temer e do ministro Aloysio Nunes Ferreira, o Dia do Diplomata. O evento marca a data de nascimento do Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, e envolve duas cerimônias: a formatura do Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco e a cerimônia de imposição de insígnias da Ordem de Rio Branco.

Este ano, excepcionalmente, haverá formatura de duas turmas. A de 2014-2015 é composta de 19 diplomatas, dos quais 7 são mulheres, um dos mais altos percentuais da história do IRBr. A de 2016-2017 tem 29 alunos, aprovados no concurso de 2015, o primeiro a reservar 20% das vagas a negros, nos termos da Lei 12.990. Além dos diplomatas brasileiros, as turmas do Instituto Rio Branco entre 2014 e 2017 incluem bolsistas enviados pelas chancelarias de dez países estrangeiros.

O patrono escolhido pela turma 2014-2015 é o cardeal Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo entre 1970 e 1998 e fundador da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, além de outras iniciativas em prol dos direitos humanos e da justiça social no Brasil.

Já os formandos de 2016-2017 homenagearam a cientista Bertha Lutz, membro da delegação brasileira à Conferência de São Francisco e responsável direta pela inclusão da igualdade de direitos entre homens e mulheres entre os princípios consagrados no preâmbulo Carta da ONU.

Após a formatura das turmas do IRBr, acontece a imposição das insígnias da Ordem de Rio Branco que reconhece a atuação de brasileiros e estrangeiros nas mais diversas áreas.

VIOLÊNCIA NA VENEZUELA 20/04/2017

O governo brasileiro condena a violenta repressão pelas autoridades venezuelanas das manifestações realizadas ontem em defesa da restauração das liberdades democráticas. Lamenta profundamente a ocorrência de mortes e estende suas condolências aos familiares das vítimas. A responsabilidade primária pela violência cabe ao governo venezuelano, por tratar a liberdade de expressão e de opinião como ameaça e por incentivar a ação armada contra manifestações.

O Brasil reitera a exortação ao governo venezuelano para que atue com moderação, de forma a criar as condições para a pacificação e para o diálogo. Conclama ainda o governo da Venezuela a respeitar o calendário eleitoral, fixando imediatamente a data das eleições regionais, bem como a restaurar os direitos e liberdades fundamentais, reconhecer e assegurar a independência dos poderes e libertar todos os presos políticos.

COMUNICADO SOBRE A VENEZUELA 21/04/2017

Os governos de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai condenam energicamente a violência desencadeada em 19 de abril na Venezuela e lamentam a perda de mais vidas.

Somam-se à declaração do secretário-geral das Nações Unidas que insta "todas as partes a adotar medidas concretas para reduzir a polarização e criar as condições necessárias para enfrentar os desafios do país, a favor do povo venezuelano".

Reiteram a urgência de as autoridades venezuelanas adotarem medidas para garantir os direitos fundamentais e preservar a paz social.

É imperativo que a Venezuela retome o caminho da institucionalidade democrática e que seu governo defina as datas para o cumprimento do cronograma eleitoral, liberte os presos políticos e garanta a separação dos poderes constitucionais.

ATENTADO NO AFEGANISTÃO 22/04/2017

O governo brasileiro condena o ataque perpetrado contra militares afegãos em 21 de abril, próximo à cidade de Mazar-e Sharif, província de Balkh, que deixou mais de 140 mortos e feridos.

Ao manifestar seu repúdio a todo ato terrorista, independentemente de sua motivação, o governo brasileiro expressa pesar aos familiares das vítimas, votos de pronto restabelecimento dos feridos e solidariedade ao povo e ao governo do Afeganistão.

DECLARAÇÃO CONJUNTA POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DO GOVERNO DO REINO DA ESPANHA AO BRASIL 24/04/2017

O Presidente do Governo do Reino da Espanha, Mariano Rajoy Brey, realizou visita de trabalho ao Brasil nos dias 24 e 25 de abril de 2017, a convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer.

PARCERIA ESTRATÉGICA

2. A visita desenvolveu-se no marco da Parceria Estratégica entre os dois países, fundada em sólidos laços históricos, culturais, humanos e econômicos, assim como em princípios, valores e interesses comuns com vistas a atualizar e fortalecer os compromissos registrados no Plano de Ação Estratégica de 2003, na Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica de 2005 e na Declaração de Madri de 2012.
3. No contexto da visita, assistiram com satisfação a adoção dos seguintes instrumentos bilaterais:
 - Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco, do Ministério de Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, e a Escola Diplomática do Ministério de Negócios Exteriores e Cooperação do Reino da Espanha;
 - Memorando de Entendimento entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil da República Federativa do Brasil e o Ministério de Fomento do Reino de Espanha no âmbito das infraestruturas e dos transportes;
 - Memorando de Entendimento entre o Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil e o Ministério da Economia, Indústria e Competitividade da Espanha sobre Cooperação Econômica e Comercial;
 - Plano de trabalho para o Memorando de Entendimento de Cooperação em Matéria de Recursos Hídricos entre o Ministério da Integração Nacional e o Ministério da Agricultura, Pesca e Meio-Ambiente do Reino da Espanha;
 - Declaração Conjunta da Agência Brasileira de Cooperação e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Reino da Espanha sobre Cooperação ao Desenvolvimento entre Brasil e Espanha.

4. No contexto da visita, realizaram-se o I Foro Brasil-Espanha, organizado pela Fundação Conselho Espanha Brasil e o Encontro Empresarial Espanha-Brasil, organizado pelo ICEX Espanha, a Confederação Espanhola de Organizações Empresariais (CEOE), a Câmara de Comércio de Espanha e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), ambos eventos celebrados em São Paulo, nos dias 24 e 25 de abril, respectivamente.
5. O Presidente Michel Temer reiterou o convite formulado a S.M. o Rei Felipe VI para que realize visita de Estado ao Brasil, convite que foi aceito. As datas dessa visita serão acordadas por ambos governos por via diplomática.
6. Com o intuito de aprofundar a Parceria Estratégica entre Brasil e Espanha, concordaram em intensificar os mecanismos de consultas e coordenação entre ambos governos. A Comissão Ministerial de Diálogo Político Brasil-Espanha, presidida por ambos chanceleres, reunir-se-á a cada dois anos, alternadamente em cada país, sem prejuízo da possibilidade de os chanceleres manterem consultas mais frequentes, quando necessário. Decidiram realizar, nos intervalos entre reuniões da Comissão Ministerial, consultas entre o Secretário de Estado de Cooperação Internacional e para Iberoamérica (SECIPI) da Espanha e o Secretário-Geral de Relações Exteriores do Ministério de Relações Exteriores do Brasil.
7. Concordaram em realizar com regularidade reuniões entre Diretores de Departamento do Ministério de Relações Exteriores (MRE) e Diretores Gerais do Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação (MAEC) sobre assuntos regionais e globais de interesse comum.
8. Decidiram promover contatos e visitas entre ministros setoriais de ambos Executivos, bem como entre os respectivos órgãos legislativos e judiciários e representantes da sociedade civil.
9. Concordaram em reforçar as atividades dos grupos de trabalho e comissões mistas, particularmente dos Grupos de Trabalho sobre Comércio e Investimentos e Infra-estrutura, o Grupo de Trabalho sobre Cooperação Industrial de Defesa e as Comissões Mistas de Educação e Cooperação, Tecnologia e Inovação.

ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA

10. Ressaltaram a importância especial que atribuem à conclusão, no menor prazo possível, do Acordo de Associação Birregional entre a União Europeia e o MERCOSUL, que inclua um acordo comercial equilibrado e ambicioso, e se declararam firmemente comprometidos a apoiar e encorajar, em seus respectivos blocos regionais, as negociações atualmente em curso. Esse Acordo, mutuamente benéfico, terá um impacto de grande importância, não só nas relações econômicas e comerciais entre as duas regiões, mas também do ponto

de vista estratégico para ambos os grupos de países. Destacaram os benefícios globais que o Acordo trará não só ao comércio de bens, mas também de serviços, investimentos, compras governamentais, regulamentação e aspectos não-tarifários.

11. Reiteraram sua disposição para trabalhar construtivamente para que as próximas rodadas de negociações sejam frutíferas, a exemplo da última rodada celebrada em Buenos Aires, de 20 a 24 de março passado.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

12. Sublinharam a importância das relações econômicas bilaterais entre Brasil e Espanha e a interdependência econômica entre os dois países, tendo presente que, ao longo das últimas décadas, a Espanha se converteu em um dos principais investidores no Brasil, que hoje se situa entre os primeiros destinos de investimentos espanhóis no mundo. O Brasil, por sua vez, vem aumentando seus investimentos na Espanha.
13. Concordaram em trabalhar para promover investimentos de empresas brasileiras na Espanha e de companhias espanholas no Brasil. O presidente espanhol recordou as oportunidades oferecidas pela Lei 14/2013 de Apoio a Empreendedores e sua internacionalização, particularmente as diferentes possibilidades de financiamento para internacionalização para aprofundar nossa relação.
14. Ressaltaram a importância da segurança jurídica para atrair investimentos produtivos em ambos os países, e envidarão esforços para facilitar o investimento e presença comercial das PMEs e empreendedores em ambos os mercados.
15. A fim de avançar as possibilidades concretas de cooperação no campo econômico, concordaram em impulsionar os Grupos de Trabalho sobre Comércio e Investimentos e sobre Infraestrutura. Observaram que ainda há um grande potencial para o crescimento e diversificação dos intercâmbios comerciais e de investimento.
16. Concordaram em melhorar o diálogo sobre questões econômicas e comerciais. Para esse propósito, decidiram aumentar os esforços conjuntos nesta área, incluindo a promoção de investimentos mútuos, a internacionalização das respectivas empresas e acesso às fontes de financiamento do comércio e investimentos, com particular ênfase na promoção de investimentos de pequenas e médias empresas, por sua notável capacidade de criação de empregos e de geração de inovação e competitividade.

INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES E ENERGIA

17. A parte brasileira convidou as empresas espanholas a participar de concursos para a concessão de infraestrutura de transporte (portos, aeroportos, ferrovias e rodovias) e de energia dentro do programa chamado "Projeto Crescer".
18. Com o objetivo de ampliar a conectividade aérea entre os dois países, bem como de atualizar o marco regulatório bilateral, reconheceram a importância das negociações do Acordo sobre Serviços Aéreos entre Brasil e a União Europeia e demonstraram interesse em sua pronta conclusão.
19. Empenharam-se em cooperar no setor da energia, especialmente no setor de energias renováveis (eólica, termossolar, fotovoltaica e bioenergia), bem como na produção, transporte, comercialização e distribuição de gás natural, setores em que já existem investimentos significativos de suas empresas, a fim de garantir a segurança do fornecimento e reduzir as emissões de CO₂.

AGRICULTURA E PESCA

20. Congratularam-se pela cooperação em áreas sanitárias e fitossanitárias, incluindo a extensão de equivalência de controle oficial sanitário dos produtos de origem animal, já reconhecidos na Espanha.
21. Comprometeram-se a colaborar mediante o intercâmbio de experiências e conhecimentos técnicos sobre o registro e controle das denominações de origem e indicações geográficas, bem como no desenvolvimento de indústrias agroalimentícias de qualidade.
22. No âmbito da pesca, a Espanha ofereceu sua experiência e cooperação para desenvolvimento do setor pesqueiro brasileiro. Convieram, ademais, na importância de trabalhar nos fóruns regionais e multilaterais para adoção de regras que evitem a sobrecapacidade, a sobrepesca e a pesca ilegal. Esse esforço deverá levar em conta o interesse em manter o setor aberto para novos atores, como o Brasil.
23. A Espanha reiterou o convite do setor hortifrutífero espanhol para que o Brasil participe como país convidado na "Fruit Attraction Madrid", feira internacional profissional do setor, a realizar-se de 18 a 20 de outubro de 2017.

MEIO-AMBIENTE

24. Reiteraram o compromisso com os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Colaborarão na realização de políticas de combate à mudança do clima, bilateralmente e nas Nações Unidas, para o cumprimento do acordado na Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Saudaram a entrada em vigor, em novembro de 2016, do Acordo de Paris, previsto na mencionada Convenção, e reiteraram seu compromisso com o multilateralismo para enfrentar o desafio da mudança de clima, avançando em

direção à resiliência climática e ao desenvolvimento mediante baixa emissão de gases de efeito estufa.

25. Avaliaram que Brasil e Espanha compartilham desafios no campo da gestão de recursos hídricos e reafirmaram o empenho em trabalhar no marco do Memorando de Entendimento para a Cooperação em Matéria de Recursos Hídricos, assinado em Madrid em abril de 2015. No mês de junho próximo será realizado no Recife a Terceira Reunião Técnica e Comercial em Gestão de Recursos Hídricos, com a participação de representantes dos estados do Nordeste do Brasil, organizado pelo MAPAMA em colaboração com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e os Ministérios brasileiros competentes.
26. Assinalaram a importância do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre 19 e 24 de março de 2018, em Brasília, e o trabalho conjunto para assegurar seu êxito, em particular na construção de temas de interesse inter-regional.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

27. Ambas partes consideraram prioritário aprofundar a cooperação em ciência, tecnologia e inovação, com o envolvimento de entidades públicas e privadas. Em particular, concordaram em incrementar os contatos entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil e a Secretaria de Estado de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Ministério de Economia, Indústria e Competitividade da Espanha. Os dois presidentes deram instruções para que seja realizada, ainda em 2017, reunião da Comissão Mista de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação para que sejam estabelecidos programas e parcerias bilaterais nas áreas de indústria 4.0, cidades inteligentes, nanotecnologia, energias renováveis, biotecnologia, tecnologia aeroespacial e tecnologias aplicadas a saúde.
28. Salientaram a promissora parceria bilateral na área de parques tecnológicos, que deverá aportar significativa contribuição para o desenvolvimento dos sistemas de inovação dos dois países. Nesse contexto, saudaram a assinatura, em outubro de 2016, de acordo de cooperação entre a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) e a Associação de Parques Científicos e Tecnológicos da Espanha (APTE) e felicitaram, no âmbito dessa parceria, a missão de formuladores de políticas públicas e gestores de ambientes de inovação brasileiros à Espanha, a realizar-se em setembro de 2017.
29. Reiteraram seu compromisso de fortalecer e expandir a parceria entre a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Centro para o Desenvolvimento Tecnológico Industrial (CDTI). A este respeito, saudaram as negociações avançadas para o lançamento do segundo edital para o financiamento conjunto

de iniciativas de C,T&I voltadas ao fomento da inovação, assim como o intercâmbio de funcionários e de boas práticas entre as duas instituições.

30. Congratularam-se pela constituição da EllaLink, empresa brasileiro- espanhola, a qual construirá cabo submarino de fibra óptica que comunicará de forma direta a Europa e a América do Sul. Concordaram que, uma vez finalizada sua instalação, o cabo melhorará a oferta de comunicações, especialmente em setores com demandas críticas, tais como saúde, computação em nuvem e o mercado financeiro.

EDUCAÇÃO, CULTURA, SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E AGENDA DIGITAL

31. Reconheceram que a educação é fator chave para o desenvolvimento econômico, social e pessoal dos cidadãos, pelo que se constitui em prioridade da cooperação bilateral entre os dois países. A crescente demanda por acesso a melhores sistemas educacionais se manifesta em um aumento contínuo da mobilidade internacional e da atividade de pesquisa, com a conseqüente proliferação de redes acadêmicas internacionais.
32. Registraram o dinamismo da cooperação educacional, reforçada pelos vínculos históricos e pela coordenação existente entre ensino e pesquisa de ambos os países. Recordaram com satisfação o fato de mais de 4 mil estudantes brasileiros de graduação e pós-graduação terem sido destinados a universidades espanholas entre 2012 e 2016, com o apoio do governo brasileiro, e esperam que essa participação se mantenha em futuros programas de mobilidade que estabeleça o Governo brasileiro. Salientam também a importância das feiras "Estudar no Brasil" e "Estudar na Espanha", que se realizarão ao longo deste ano com o apoio de ambos os governos para continuar a promover a mobilidade acadêmica e colaboração entre os dois países.
33. Reconheceram a cooperação educacional como eixo estratégico das relações bilaterais e decidiram promover, no mais alto nível, a coordenação entre as autoridades e instituições de ensino e pesquisa.
34. Concordaram em intensificar o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores; trabalhar para a implementação de programa de mobilidade de talentos, colaborar para aperfeiçoar os procedimentos de reconhecimento mútuo de títulos acadêmicos e profissionais e aumentar a cooperação mútua em atividades educacionais. Para esta finalidade, dispuseram-se a promover contatos diretos entre organismos públicos de fomento e instituições de ensino superior públicas e privadas, bem como reuniões de reitores de universidades de ambos os países.

35. Os dois presidentes afirmaram dar prioridade à promoção e difusão das línguas espanhola e portuguesa, co-oficiais do MERCOSUL e elo fundamental na conformação da Comunidade Ibero-americana de Nações.
36. Reconheceram o trabalho do Instituto Cervantes, vinculado à Missão diplomática da Espanha, mas com administração e capacidade operacional próprias, nos termos do Acordo Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais entre Brasil e Espanha. O Instituto tem no Brasil sua maior rede de centros em todo o mundo, oito no total, cuja atividade está centrada no ensino e na promoção da língua espanhola e da cultura da Espanha e dos países latino-americanos.
37. Avaliaram positivamente os trabalhos do Instituto com sua oferta de cursos presenciais, semipresenciais e à distância, expedição de certificados de conhecimento da língua, como o DELE (Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira), a introdução do SIELE (Serviço Internacional de Avaliação da Língua Espanhola) e a formação de professores de língua espanhola, bem como seu trabalho na promoção cultural (exposições, conferências e publicações).
38. Reconheceram a importância dos Leitorados espanhóis nas universidades brasileiras, bem como os trabalhos de formação permanente de professores de espanhol para a rede pública brasileira não-universitária e dos colégios bilíngues.
39. Manifestaram, também, apreço pelo trabalho feito pela Casa do Brasil em Madri, o Centro Cultural do Brasil em Barcelona e o Centro de Estudos Brasileiros, realizado em conjunto com a Universidade de Salamanca em favor do ensino do Português e promoção da cultura brasileira na Espanha.
40. Saudaram o reconhecimento do certificado CELPE-Bras como certificado válido para certificação do Português como língua estrangeira na Espanha aprovado pela Conferência de Reitores das Universidades Espanholas (CRUE).
41. Reafirmaram o interesse em estreitar a cooperação em temas afetos à sociedade da informação, incluindo o reforço do intercâmbio de posições e exploração de possibilidades de atuação conjunta nos foros e organismos de governança da Internet, tais como a ICANN e o IGF, assim como no debate internacional sobre economia digital, em foros como o G-20 e a OCDE.
42. Brasil e Espanha concordaram em seguir avançando no conceito de cidades inteligentes, adaptando gradualmente o oferecimento de serviços públicos às novas ferramentas tecnológicas.
43. Concordaram sobre a importância de aprofundar a compreensão mútua entre as sociedades brasileira e espanhola. Para esse fim, decidiram incentivar o intercâmbio cultural, organizando mostras de artes visuais, artes cênicas, música, folclore, dança, artes visuais, literatura, arquitetura e urbanismo, design, moda,

gastronomia e o estabelecimento de contatos e redes permanentes de relações entre artistas, criadores e agentes culturais brasileiros e espanhóis. Assinalaram a conveniência da colaboração entre museus de ambos os países para realizar intercâmbios e exposições conjuntas, do envolvimento do setor privado na organização de eventos culturais e da participação no âmbito dos programas ibero-americanos de cultura.

44. Sublinharam a necessidade de facilitar a colaboração entre as indústrias cinematográficas brasileira e espanhola para incentivar coproduções entre os dois países, abrindo vias de colaboração entre instituições como o Agência Nacional do Cinema do Brasil (ANCINE) e os seus homólogos espanhóis, como Instituto de Cinematografia e Artes audiovisuais (ICAA), a Direção-Geral de Política e Indústrias Culturais e do Livro e da Confederação Espanhola de Produtores Espanhóis (FAPAE).
45. Assinalaram a conveniência de promover a conscientização das relações históricas entre Brasil e Espanha pela realização de conferências, simpósios, palestras e publicações. Destacaram o trabalho feito a esse respeito por Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), da Universidade de São Paulo e da Fundação Conselho Espanha Brasil.
46. Saudaram a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação do Reino de Espanha.

ASSUNTOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS

47. Convieram na existência de um grande potencial para uma maior cooperação entre Espanha e Brasil na área de finanças públicas e tributação. Desde a assinatura da Declaração Comum de Intenções sobre Cooperação Administrativa em Matéria Tributária e Aduaneira, em 2016, as relações bilaterais foram reforçadas com uma sólida agenda de cooperação e assistência administrativa nessas áreas. Concordaram em trocar conhecimento e informação no combate à fraude fiscal, ao descaminho e delitos correlatos e na conveniência da cooperação no âmbito da capacitação.
48. Comprometeram-se a apoiar ativamente o trabalho do G20 sobre a cooperação internacional para promover a luta contra a fraude e a evasão fiscal. Possíveis áreas de cooperação serão analisadas, com especial atenção para a implementação antecipada e generalizada do pacote G20 / BEPS-OCDE, erosão das bases de cálculo e transferência de benefícios, o intercâmbio de informações “país a país”, bem como o compromisso geral com padrões internacionais de transparência fiscal e troca automática de informações.

TURISMO

49. Ressaltaram a importância das relações bilaterais de turismo entre Brasil e Espanha e concordaram com a necessidade de promover, de maneira transversal, o desenvolvimento do turismo sustentável, responsável e acessível, como elemento dinamizador da economia e, portanto, como fonte de emprego e riqueza. Concordaram em intensificar a via tradicional de cooperação bilateral, reforçar o intercâmbio de conhecimentos e experiências e promover a cooperação entre os setores privados de ambos os países para o investimento em turismo e, ao mesmo tempo, estimular a melhora da conectividade aérea e o aumento de fluxos de turistas.
50. Expressaram satisfação com a continuidade do Programa de Formação e Qualificação Profissional de Bolsistas Brasileiros na área de Turismo e Hotelaria, mantido pelo Ministério do Turismo do Brasil, a CAPES e a SEPIE. O programa beneficiou, em sua primeira edição, 60 estudantes brasileiros de pós-graduação, que receberam apoio para realizar parte dos seus estudos em mais de 20 universidades espanholas. Nova chamada deverá ser lançada para o biênio 2018-2019.

DEFESA

51. Salientaram a importância da colaboração no campo da Defesa, com base no acordo entre os dois Ministérios da Defesa de dezembro de 2010. Os dois governos continuarão a estimular a cooperação entre suas Forças Armadas em Missões de Manutenção da Paz no âmbito das Nações Unidas – com destaque para a participação de militares do Exército brasileiro no contingente espanhol na Missão UNIFIL no Líbano; participação e observação de exercícios militares; o ensino e a formação de oficiais; defesa cibernética e inteligência militar. A Comissão Mista de Defesa deve reunir-se regularmente.
52. Atribuíram especial importância à cooperação em matéria de sistemas de armamento e indústrias de defesa, promovida através do Grupo de Trabalho Bilateral de Cooperação Industrial para Defesa.

ASSUNTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

53. A fim de aprofundar e fortalecer a cooperação e o intercâmbio de informações operacionais, inteligência criminal e operações conjuntas de policiamento, concordaram com a criação da Comissão Mista prevista no Convênio de 2007 entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre o Combate à Criminalidade.
54. Comprometeram-se a reforçar a cooperação policial técnica nas seguintes áreas de interesse comum: a formação da polícia na segurança pública, a luta contra o crime organizado e contra o terrorismo e seu financiamento, intercâmbio de experiências na aplicação de programas e sistemas de vigilância integrada de vias, costas e fronteiras com tecnologia espanhola e brasileira; programas de

prevenção de crimes contra o meio ambiente; cooperação para prevenção, repressão e atendimento às vítimas do tráfico de pessoas.

55. Reconheceram o problema que ameaças cibernéticas apresentam para os Estados e seus cidadãos. Nesse sentido, afirmaram sua intenção de aumentar a cooperação bilateral na prevenção, detecção e resposta a ataques cibernéticos e uso malicioso de TICs, levando em conta a necessidade de promover e proteger os direitos humanos, em especial o direito à privacidade.
56. Concordaram em aumentar o intercâmbio de experiências e conhecimento, promovendo a execução conjunta de programas no domínio da segurança rodoviária e trânsito, especialmente através da colaboração entre as agências relevantes de Governo do Brasil e da Espanha (DGT) em consonância com as diretrizes traçadas na Década de Ação para a Segurança no Trânsito das Nações Unidas.

ASSUNTOS CONSULARES E MIGRATÓRIOS

57. Saudaram o frutífero diálogo e a colaboração alcançada no domínio da migração. O presidente espanhol destacou o Plano Estratégico de Internacionalização da Economia Espanhola previsto na Lei 14/2013 de Apoio aos Empreendedores e sua Internacionalização, que estabelece medidas para facilitar a entrada de profissionais qualificados, gestores, investidores, empresários e pesquisadores estrangeiros, removendo obstáculos para atrair e reter talentos. Do lado brasileiro, há proposta de nova legislação sobre imigração, em exame pelo Congresso Nacional, que atualiza a regulamentação existente nesta área, especialmente na defesa dos direitos humanos dos refugiados e migrantes, independentemente de sua condição migratória.
58. Comprometeram-se a reforçar a cooperação bilateral em matéria de extradição e transferência de pessoas condenadas, a fim de simplificar os procedimentos com base em acordos bilaterais existentes entre os dois países.

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

59. Reconheceram o relevante papel da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) no Brasil durante mais de 25 anos, em diversos campos, como, por exemplo, formação de funcionários, acesso à água e saneamento, planos de adaptação costeira, políticas de igualdade racial e de gênero e adaptação à mudança do clima nos estados do Nordeste brasileiro.
60. Sublinharam ainda a importância da cooperação entre Brasil e Espanha no âmbito da ação humanitária, inclusive de envio e distribuição de alimentos em terceiros países.

61. Assinalaram a assinatura em agosto de 2015, de um Memorando de Entendimento entre a (AECID) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em Matéria de Cooperação Técnica Internacional para o Desenvolvimento, acordo de nova geração para a realização de atividades conjuntas de cooperação, incluindo cooperação trilateral em terceiros países, de preferência na América Latina, na África e no Caribe, cooperação regional e descentralizada, cooperação científica e tecnológica e nas temáticas prioritárias de políticas de igualdade e inclusão social, racial e de gênero, a proteção do meio ambiente, desenvolvimento rural, energias renováveis e luta contra as mudanças climáticas.

TEMAS REGIONAIS E MULTILATERAIS

62. Declararam o compromisso de promover e defender os direitos humanos, especialmente no âmbito das Nações Unidas, a Comunidade Ibero-Americana de Nações e outros fóruns multilaterais, onde envidarão esforços conjuntos para alcançar uma moratória e eventual abolição da pena de morte, combater a discriminação de gênero ou por orientação sexual, promover os direitos das pessoas com deficiência, os direitos humanos à água e saneamento, a proteção dos defensores e defensoras dos direitos humanos e cooperar no tema de responsabilidade de empresas e direitos humanos.
63. Ambos os lados concordaram com a necessidade de adaptar os mecanismos de governança global às mudanças contínuas por que passam as realidades geopolíticas e econômicas. Consideraram, ademais, que a retomada da confiança no comércio internacional será ferramenta indispensável para a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo em escala global. Brasil e Espanha reafirmaram seu compromisso com a Organização Mundial de Comércio (OMC) e prometeram trabalhar em conjunto para alcançar um resultado ambicioso na 11ª Conferência Ministerial da Organização, a ser realizada em Buenos Aires, em dezembro de 2017. O Presidente espanhol cumprimentou o Brasil pela reeleição de Roberto Azevedo como Diretor Geral da OMC.
64. Manifestaram profunda preocupação com a situação na Venezuela. Afirmaram a necessidade do Governo venezuelano assegurar a separação de poderes, o estado de direito e os direitos humanos no país, bem como respeitar o cronograma eleitoral, garantir o direito à manifestação pacífica e libertar os presos políticos.
65. Avaliaram as realidades regionais latino-americana e europeia, bem como sobre o potencial de cooperação e diálogo reforçados no plano birregional. Sublinharam, ainda, a importância dos processos de integração regional como plataforma de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, assim como de promoção dos direitos humanos, do Estado de Direito e da democracia.

66. Expressaram interesse e apoio ao sistema de cúpulas ibero-americanas como espaço privilegiado de diálogo e cooperação entre nossos países, que compartilham história e cultura.
67. Recordaram o compromisso com as reformas do processo de renovação da Conferência Ibero-Americana e manifestaram satisfação com os resultados alcançados na XXV Cúpula Ibero-Americana em Cartagena das Índias de 2016, entre os quais o Pacto Ibero-Americano para a Juventude e os progressos no âmbito da mobilidade de talentos, bem como a consolidação dos três espaços de cooperação ibero-americana: a coesão social, cultura e conhecimento.
68. Reafirmaram a disposição de continuar a estimular o processo e trabalhar ativamente e em coordenação na XXVI Cúpula, a ser realizada em La Antigua, Guatemala, bem como nas Reuniões Ministeriais, Setoriais e nos Foros pertinentes.
69. Assinalaram os efeitos positivos do relacionamento entre a América Latina e o Caribe e a União Europeia, por meio das cúpulas bi-regionais, das reuniões ministeriais e dos diálogos especializados e comprometeram-se a utilizar os mecanismos de coordenação existentes, para impulsionar as relações e consolidar seus resultados, principalmente durante o processo preparatório para a III Cúpula CELAC-UE, que será celebrada em outubro próximo, em São Salvador.
70. Concordaram com a importância de um multilateralismo eficaz, o respeito ao direito internacional e o diálogo permanente como instrumentos para a manutenção da paz e segurança internacionais, bem como com importância da luta contra o terrorismo e outros flagelos, a promoção do desenvolvimento sustentável e o respeito aos direitos humanos no âmbito do Sistema das Nações Unidas.
71. Saudaram, ainda, a eleição do novo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, e comprometeram-se a agir em conjunto para o sucesso de seu mandato. Reafirmaram o compromisso com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a disposição de reforçar a cooperação no âmbito das operações de manutenção da paz, e em prol da agenda referente a mulheres, paz e segurança. Ao sublinharem a relevância da aplicação efetiva da Resolução 1540 (2004) do Conselho de Segurança da ONU para a não proliferação de armas de destruição em massa, enfatizaram a importância de fazer progressos urgentes no desarmamento nuclear e não proliferação, com o objetivo de avançar em direção a um mundo livre de armas de destruição em massa.
72. Concordaram em fortalecer o papel das Nações Unidas no tratamento das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) no contexto da paz e da segurança internacionais, bem como sobre a necessidade de reforçar os mecanismos de solução pacífica na área de incidentes de TICs. Ressaltaram,

ademais, a necessidade de robustecer a cooperação internacional tanto para a diminuição das assimetrias de capacidades em TICs como para a redução das incertezas em relação à atribuição de malfeitos.

73. Ao agradecer a hospitalidade recebida no Brasil, o presidente Mariano Rajoy convidou o presidente Michel Temer a visitar a Espanha, o que foi aceito pelo mandatário brasileiro, em data a ser determinada de acordo com a conveniência mútua.

Brasília, 24 de abril de 2017

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM BELIZE 24/04/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo de Belize concedeu "agrément" a Luciano Helmold Macieira como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Luciano Helmold Macieira é ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil em Bruxelas. Ao longo de sua carreira serviu na Embaixada em Rabat, no Consulado-Geral em Barcelona e no Consulado-Geral em Santa Cruz de La Sierra.

ACIDENTE RODOVIÁRIO NA ÁFRICA DO SUL 24/04/2017

O governo brasileiro recebeu com profundo pesar a notícia do acidente de trânsito com veículo de transporte escolar ocorrido 21 de abril, na região de Bronkhorstpruit, nos arredores de Pretória, que causou a morte de 18 crianças e 2 adultos.

O Brasil expressa sua solidariedade e apresenta condolências aos familiares das vítimas, ao governo e ao povo da África do Sul.

AUDIÊNCIA DO PRESIDENTE DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NDB), KUNDAPUR VAMAN KAMATHA, COM O MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA 25/04/2017

O ministro Aloysio Nunes Ferreira recebeu hoje, 25 de abril, Kundapur Vaman Kamath, presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), que realiza sua primeira visita oficial ao Brasil. Foram discutidos os principais temas da atual agenda do banco, entre os quais seu processo de consolidação institucional e a adesão de novos membros.

O NDB foi criado em julho de 2014, na Cúpula de Fortaleza do BRICS, com o objetivo de mobilizar recursos para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul têm representação paritária no banco.

O banco já aprovou sete diferentes operações de empréstimos nos cinco países do grupo BRICS, que somadas totalizam US\$ 1,5 bilhão e se destinam a ações nas áreas de energias renováveis e infraestrutura de transporte rodoviário. Financiamento da ordem de US\$ 300 milhões foi concedido ao BNDES para financiar projetos na área de energias renováveis.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DA TUNÍSIA, KHEMAÏES JHINAOUÏ 25/04/2017

O ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Tunísia, Khemaïes Jhinaoui, realiza visita oficial ao Brasil entre os dias 25 e 28 de abril corrente. No dia 26, o chanceler tunisiano presidirá, em São Paulo, a abertura do Fórum Econômico sobre Oportunidades de Negócios entre o Brasil e a Tunísia. No dia 27, em Brasília, manterá reunião de trabalho com o ministro Aloysio Nunes Ferreira, com quem presidirá a cerimônia de abertura da III Sessão da Comissão Mista. O programa em Brasília inclui encontros na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como nos ministérios do Turismo, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Desenvolvimento Social e Agrário. O ministro Jhinaoui deve, ainda, proferir palestra no Instituto Rio Branco sobre a transição democrática em seu país.

Nos últimos anos, o relacionamento bilateral com a Tunísia vem-se fortalecendo, com a intensificação de missões nas mais diversas áreas. A visita do Ministro Khemaïes Jhinaoui, a primeira de chanceler tunisiano ao Brasil em mais de dez anos, bem como a realização da III Sessão da Comista Brasil-Tunísia, atestam o novo momento das relações. Além de temas da agenda regional e internacional, serão discutidas oportunidades para a dinamização dos fluxos de comércio e investimentos bilaterais, bem como iniciativas de cooperação em áreas como desenvolvimento social, educação, saúde e ciência e tecnologia.

No plano econômico-comercial, a Tunísia figura como o 8º principal destino das exportações brasileiras para a África. A corrente de comércio bilateral em 2016 foi de US\$ 245 milhões, com superávit brasileiro de US\$ 150 milhões. Em dezembro de 2014, foi celebrado Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o Mercosul e a Tunísia.

MORTE DO JORNALISTA CARLOS CHAGAS 26/04/2017

Tomei conhecimento, com tristeza, da morte do jornalista Carlos Chagas, cujo trabalho é referência e serve de inspiração para profissionais de imprensa e comunicação. Tive com Carlos Chagas uma relação de amizade e apreço de muitos anos.

O compromisso com a verdade e a defesa da ética são marcas indeléveis de sua biografia, cujo legado reconhecemos e admiramos.

Em meu nome, e em nome do Ministério das Relações Exteriores, expresso à família e aos amigos de Carlos Chagas solidariedade nesta hora de profunda dor e tristeza.

Aloysio Nunes Ferreira
Ministro das Relações Exteriores

VI DIÁLOGO DE ALTO NÍVEL BRASIL-UNIÃO EUROPEIA EM DIREITOS HUMANOS – BRUXELAS, 27 DE ABRIL DE 2017 – COMUNICADO CUNJUNTO 27/04/2017

Realizou-se, em 27 de abril, em Bruxelas, a sexta edição do Diálogo de Alto Nível em Direitos Humanos Brasil-União Europeia.

A delegação brasileira foi chefiada pelo subsecretário-geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Fernando Simas Magalhães, e pelo secretário especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério dos Direitos Humanos, Juvenal Araújo. Pelo lado europeu, chefiaram a delegação o embaixador Stavros Lambrinidis, representante especial da União Europeia para os Direitos Humanos, e a embaixadora Edita Hrdá, diretora de Américas do Serviço Exterior Europeu.

O diálogo permitiu um intercâmbio abrangente de visões em temas bilaterais e multilaterais. Durante os debates, Brasil e União Europeia examinaram o atual estágio de desenvolvimento da agenda de direitos humanos das Nações Unidas, em Genebra e Nova York. Foram analisados temas específicos como direitos das mulheres, no contexto da Comissão sobre o Status da Mulher e do Conselho de Direitos Humanos; defensores de direitos humanos; racismo, Década Internacional dos Afrodescendentes e o Processo de Durban; empresas e direitos humanos; e pena de morte.

Brasil e União Europeia também trataram de temas ligados a direitos dos povos indígenas, pessoas privadas de liberdade, migrações e refugiados, discriminação racial e intolerância religiosa. Ambos acordaram identificar conjuntamente ações específicas de seguimento, com vistas a fortalecer temas como educação em direitos humanos, apoio ao direito de pessoas LGBTI, proteção de defensores de direitos humanos, vítimas e testemunhas, bem como prevenção de tortura. Foram exploradas formas de estreitar a cooperação em temas de interesse estratégico.

O Diálogo foi precedido do Seminário em Direitos Humanos Brasil-União Europeia da Sociedade Civil, realizado em 26 de abril. O evento reuniu representantes brasileiros e europeus da sociedade civil e tratou da situação atual e de boas práticas relacionadas a direitos humanos no Brasil e na União Europeia. Os representantes da sociedade civil apresentaram e discutiram as conclusões e recomendações do Seminário com as delegações de Brasil e União Europeia durante o Diálogo.

No geral, as discussões ilustraram as opiniões semelhantes de Brasil e União Europeia no campo dos direitos humanos, e ambos os parceiros reafirmaram visões comuns e valores compartilhados.

REUNIÃO DO MECANISMO DE CONSULTAS ENTRE O BRASIL E A PALESTINA 28/04/2017

Será realizada, no próximo dia 2 de maio, a IV Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas entre o Brasil e a Palestina. O encontro tem como propósito a troca de informações e percepções sobre temas bilaterais, a situação na América do Sul e no Oriente Médio e a busca de cooperação em diversas áreas.

A delegação brasileira será chefiada pelo subsecretário-geral da África e do Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Fernando José Marroni de Abreu, e a palestina, por seu vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, embaixador Tayseer Jaradat.

COMUNICADO SOBRE A VENEZUELA 30/04/2017

Tradução não-oficial

Os governos de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Peru, Paraguai e Uruguai se unem às manifestações de Sua Santidade, o papa Francisco, feitas nas últimas horas, a respeito da situação que vive a Venezuela.

Como assinalou o sumo pontífice, é imprescindível contar com “condições muito claras” para uma saída negociada para a crise política, econômica e humanitária no referido país irmão.

Neste sentido, concordam com o papa Francisco em que “tudo que se possa fazer pela Venezuela deve ser feito, mas com as garantias necessárias”, pelo que reiteram o chamado ao fim dos atos de violência, à plena vigência do estado de direito, à libertação dos presos políticos, à plena restituição das prerrogativas da Assembleia Nacional, e à definição de um cronograma eleitoral.

30 de abril de 2017

**VISITA OFICIAL AO BRASIL DA SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – BRASÍLIA E
SALVADOR, 2 A 5 DE MAIO DE 2017 02/05/2017**

A Secretária-Executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Senhora Maria do Carmo Silveira, encontra-se em visita oficial ao Brasil, onde mantém, nos dias 2 e 3, em Brasília, reuniões de trabalho com autoridades do Itamaraty, do Ministério dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Presidência da República.

Em Salvador, nos dias 4 e 5 de maio, a Secretária-Executiva da CPLP irá avistar-se com autoridades do Ministério da Cultura, bem como participar da X Reunião dos Ministros de Cultura da CPLP, a qual se realiza no contexto da presidência de turno brasileira da Comunidade.

O Brasil assumiu a presidência de turno do organismo pelo biênio 2016-2018 por ocasião da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da organização, realizada em Brasília, em 31 de outubro e 1º de novembro de 2016. O tema escolhido pelo Brasil para sua presidência é "A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

Estabelecida em 1996, a CPLP conta hoje com nove Estados membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A Comunidade tem como objetivos a concertação política e diplomática, a cooperação multissetorial e a promoção e difusão da língua portuguesa.

A soma da população dos países da CPLP aproxima-se de 270 milhões de pessoas.

**CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO REINO DA
TAILÂNDIA 03/05/2017**

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément ao senhor Surasak Suparat como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Reino da Tailândia junto à República Federativa do Brasil.

Brasil e Tailândia mantêm relações diplomáticas desde 1959.

COMUNICADO SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA 04/05/2017

Os governos de Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México e Paraguai deploramos a deterioração da situação interna e o recrudescimento da violência na Venezuela que, desde 6 de abril, vem deixando um número crescente de mortos e centenas de feridos.

Condenamos o uso excessivo da força por parte das autoridades venezuelanas contra a população civil que marcha para protestar contra as medidas do governo que afetam a

estabilidade democrática, polarizam ainda mais a sociedade venezuelana e causam a perda de vidas humanas, em sua maioria de pessoas jovens.

Fazemos um chamado enérgico ao governo venezuelano para que respeite os Direitos Humanos de seus cidadãos, como prevê sua Constituição.

Sendo atualmente membro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a Venezuela tem a obrigação de aplicar as normas mais estritas sobre a promoção e a proteção dos Direitos Humanos, em cumprimento dos compromissos e obrigações derivados dos tratados internacionais de Direitos Humanos que assinou e ratificou.

No marco do apego irrestrito ao Estado de Direito, e de forma a lograr a estabilização da situação na Venezuela, reiteramos a importância de cumprir o calendário eleitoral, libertar os presos políticos, restituir as funções da Assembleia Nacional democraticamente eleita, bem como garantir a separação dos poderes.

Por último, fazemos um chamado a todos os setores para que não avalizem ações que gerem mais violência, e manifestamos nossa convicção de que chegou a hora de concretizar um acordo nacional inclusivo que proveja uma solução duradoura para a situação crítica que se vive na Venezuela.

MECANISMO DE REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS 05/05/2017

O Brasil participou hoje (5/5) do Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Na Revisão Periódica Universal, a situação dos direitos humanos de todos Estados Membros das Nações Unidas é passada em revista pelos demais países, de acordo com um calendário pré-definido. Trata-se de exercício cooperativo, em que as recomendações formuladas em processo “inter pares” visam, sempre, ao aperfeiçoamento da promoção e proteção dos direitos humanos. A primeira revisão do Brasil ocorreu em 2008; a segunda, em 2012.

Chefiada pela Ministra de Estado de Direitos Humanos, Desembargadora Luislinda Dias de Valois Santos, a delegação brasileira apresentou os avanços recentes do Brasil na promoção e proteção dos direitos humanos, em especial aqueles decorrentes da implementação das recomendações recebidas no segundo ciclo de avaliação, em 2012, e respondeu a comentários e observações formuladas pelos demais países.

No diálogo interativo que se seguiu, 103 países fizeram uso da palavra para valorizar os avanços ocorridos no Brasil desde a última revisão do país, como a redução das desigualdades sociais, a nova lei de migrações, a lei do feminicídio e as políticas de ações afirmativas e combate ao racismo e à discriminação racial. Foram também

propostas novas recomendações, em áreas como sistema penitenciário, direitos de povos indígenas e proteção de defensores de direitos humanos.

O Governo brasileiro realizará consultas internas e com a sociedade civil para avaliar cada uma das recomendações recebidas, em processo aberto e transparente. O Governo assume, desde já, o compromisso de seguir trabalhando, de modo amplo e democrático, pela implementação das recomendações da Revisão Periódica Universal.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ALOYSIO NUNES FERREIRA, À NAMÍBIA, BOTSUANA, MALAWI, MAÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL 05/05/2017

O ministro Aloysio Nunes Ferreira realizará visita a cinco países do continente africano no período de 8 a 15 de maio: Namíbia, Botsuana, Malawi, Moçambique e África do Sul.

A missão do ministro Aloysio Nunes Ferreira dá feição concreta à prioridade que o Brasil atribui às relações com a África. O engajamento político brasileiro no continente fortaleceu múltiplas vertentes de cooperação, comércio e investimentos nas últimas décadas. A visita reafirma esses laços e abre perspectivas de cooperação, apostando na África como uma das regiões mais promissoras para a celebração de parcerias econômicas e comerciais e um ator destinado a assumir crescente destaque na cena global.

No dia 8 de maio, na Namíbia, o ministro das Relações Exteriores será recebido pelo presidente Hage Geingob e terá encontro de trabalho com sua homóloga, a chanceler Netumbo Nandi-Ndaitwah. O Brasil mantém destacado projeto de cooperação naval com a Namíbia, iniciado em 1994, que já resultou na formação de mais de 1.000 militares namibianos em escolas brasileiras, contribuindo para o objetivo comum de promover a paz e a segurança no Atlântico Sul.

No dia 9 de maio, o ministro Aloysio Nunes Ferreira viaja para Botsuana, país com o qual o Brasil mantém importantes projetos de cooperação nas áreas de cooperativismo e combate ao HIV/AIDS. O ministro realizará reunião de trabalho com a chanceler Pelonomi Venson-Moitoi, na qual reafirmará o apoio brasileiro ao desenvolvimento daquele país e o propósito de fortalecer o relacionamento nas áreas de defesa e comércio, entre outras. Botsuana é um dos países de mais alto crescimento na África, o que oferece grandes oportunidades para o aumento do comércio e dos negócios com o Brasil.

No dia 10 de maio, no Malawi, o chanceler Aloysio Nunes Ferreira manterá encontro de trabalho com seu homólogo malawiano, Francis Kasaila, e será recebido pelo presidente Arthur Mutharika. Trata-se da primeira viagem de um chanceler brasileiro àquele país desde o estabelecimento das relações diplomáticas, em 1964. O relacionamento com o Malawi diversificou-se nos últimos anos com o lançamento de uma agenda de

cooperação e investimentos. Durante a visita, serão assinados o Memorando de Entendimento para Facilitação de Vistos de Negócios, o Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço e o Acordo para o Exercício de Atividades Remuneradas por Dependentes.

Em 11 e 12 de maio, o ministro Aloysio Nunes Ferreira cumprirá agenda de trabalho em Moçambique. Será recebido em audiência pelo presidente Filipe Nyusi e manterá encontros de trabalho com seu homólogo, Oldemiro Baloi, com o ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco, e com a ministra de Recursos Minerais e Energia, Letícia Klemens. Moçambique é o maior parceiro de cooperação brasileira, com projetos pioneiros e estruturantes que abarcam áreas como saúde, agricultura, educação e formação profissional. O país também é importante destino de investimentos brasileiros, cujo estoque chega a 9 bilhões de dólares.

No dia 12 de maio, o ministro das Relações Exteriores visitará Nacala, onde participará da cerimônia de inauguração do Corredor Logístico de Nacala, importante investimento da Vale em parceria com a estatal Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique. O projeto, que conferiu ao Brasil o status de maior investidor estrangeiro daquele país, contribuirá para o desenvolvimento das economias moçambicana e malawiana.

Ainda em Moçambique, devem ser assinados o Acordo de Previdência Social, o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas e, no âmbito da cooperação técnica, dois ajustes complementares ao Acordo Geral de Cooperação: um para a implementação de projeto em Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica de Moçambique; e outro para a implementação de projeto em Capacitação Técnica em Inspeção e Relações de Trabalho.

No dia 15 de maio, o ministro Aloysio Nunes Ferreira encerrará sua viagem com agenda de trabalho na África do Sul, ocasião em que, entre outras atividades, se reunirá com a chanceler Maite Nkoana-Mashabane. Brasil e África do Sul desenvolvem parceria estratégica, que se articula por meio de projetos de cooperação, pela atuação coordenada em fóruns internacionais e pela participação em grupos como o IBAS e o BRICS.

DECLARAÇÃO DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA SOBRE AS ELEIÇÕES NA FRANÇA 07/05/2017

A eleição de Emmanuel Macron, por ampla margem de sufrágios, reafirma o apego do povo francês aos valores democráticos com os quais nós brasileiros nos identificamos profundamente.

A França hoje vitoriosa é aberta, acolhedora e empenhada em perseverar na construção do projeto europeu.

Aloysio Nunes Ferreira
Ministro das Relações Exteriores

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" À EMBAIXADA DO BRASIL EM GANA
11/05/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo de Gana concedeu "agrément" a Maria Elisa Teófilo de Luna como embaixadora extraordinária e plenipotenciária do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Maria Elisa Teófilo de Luna é a atual Cônsul-Geral do Brasil em Montreal. Ao longo de sua carreira, foi Embaixadora do Brasil no Senegal e serviu nas embaixadas do Brasil na Bélgica, no Panamá, em Cuba, nos Emirados Árabes Unidos e nos consulados em Assunção e Milão. No Brasil, exerceu, entre outras funções, as chefias da Divisão da África I (atual Divisão da África Central e Ocidental) e da Divisão de Imigração.

ATENTADO NO PAQUISTÃO 12/05/2017

O governo brasileiro repudia o ataque terrorista ocorrido em Mastung, Paquistão, no dia 12 de maio, que deixou pelo menos 25 mortos e 35 feridos. O ataque, reivindicado pelo autodenominado "Estado Islâmico", teve como alvo o comboio do Vice-Presidente do Senado paquistanês, Abdul Ghafoor Haideri.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade com o povo e o governo do Paquistão, o Brasil reitera sua condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, independente de sua motivação.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM
TINIDAD E TOBAGO 16/05/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo de Trinidad e Tobago concedeu "agrément" a José Antonio Gomes Piras como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

José Antonio Gomes Piras é o atual cônsul-geral do Brasil em Hamamatsu. Ao longo de sua carreira, serviu nas embaixadas do Brasil em Tóquio, Berlim, Bonn e Bogotá e nas missões em Genebra e Bruxelas. No Brasil, entre outras funções, foi diretor-substituto da Agência Brasileira de Cooperação e chefe da Divisão de Imigração.

LANÇAMENTO DE MÍSSIL PELA COREIA DO NORTE 16/05/2017

O Governo brasileiro associa-se à declaração à imprensa emitida ontem, 15 de maio, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pela qual condena os lançamentos de mísseis pela República Popular e Democrática da Coreia (RPDC) em 28 de abril e 13 de maio de 2017.

O Governo brasileiro conclama a RPDC a cumprir plenamente as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança e contribuir ativamente para criar as condições necessárias à retomada das negociações relativas à paz e à desnuclearização da península coreana.

DIA MUNDIAL DE COMBATE À HOMOFOBIA E À TRANSFOBIA 17/05/2017

Celebra-se hoje o Dia Mundial de Combate à Homofobia e à Transfobia. Essa data marca a decisão que a Organização Mundial da Saúde tomou, em 17 de maio de 1990, de retirar o termo “homossexualidade” da Classificação Internacional de Doenças.

O Ministério das Relações Exteriores junta-se às homenagens a todas as pessoas que lutam em favor dos direitos humanos de pessoas LGBT. O Brasil tem sido vocal na promoção e defesa desses direitos em todos os foros internacionais pertinentes, no entendimento de que reconhecer os direitos humanos de pessoas LGBT não implica a criação de novos direitos, mas sim a aplicação do princípio da igualdade ao exercício de direitos humanos consagrados e o combate a toda e qualquer forma de discriminação.

Entre os recentes avanços na matéria, cabe lembrar que, desde 2008, a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos tem aprovado, anualmente, resoluções sobre "Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade e Expressão de Gênero". Em âmbito global, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas aprovou, em junho de 2016, a criação do mandato de perito independente para proteção contra a violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero. Ambas as iniciativas contam com o apoio do Governo brasileiro.

Tais ações reafirmam o reconhecimento das obrigações dos Estados no que tange à proteção e promoção dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, em condições de igualdade.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO MÉXICO 22/05/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo dos Estados Unidos Mexicanos concedeu “agrément” a Mauricio Carvalho Lyrio como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Ao longo de sua carreira, Mauricio Carvalho Lyrio serviu nas embaixadas do Brasil em Washington, Buenos Aires e Pequim e na missão do Brasil junto à ONU. No Brasil, trabalhou na Divisão de Comércio Internacional e Manufaturas, na Secretaria-Geral, foi chefe da Assessoria de Imprensa, Secretário de Planejamento Diplomático e chefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

SALVAGUARDAS DA CHINA CONTRA IMPORTAÇÕES DE AÇÚCAR

22/05/2017

O governo chinês adotou hoje, 22/05/17, medidas de salvaguarda contra as importações de açúcar. A decisão teria o objetivo de proteger os produtores locais contra alegado surto de importações de açúcar nos últimos anos.

Tendo em vista que o Brasil é o maior exportador de açúcar para o mercado chinês, tendo exportado US\$ 818 milhões em 2016, o governo brasileiro acompanhou ativamente a investigação de salvaguardas iniciada em setembro de 2016. O governo brasileiro também manteve diversos contatos com as autoridades chinesas, tanto em Genebra, na Organização Mundial do Comércio (OMC), quanto em Pequim, a fim de manifestar suas preocupações com a investigação e questionar a necessidade das salvaguardas.

O governo brasileiro seguirá em contato com o governo chinês, com o objetivo de obter maior clareza sobre a entrada em vigor e o conteúdo das medidas adotadas. Seguirá, também, desenvolvendo todas as ações possíveis para defender os interesses de nossos exportadores.

ATENTADO A BOMBA EM MANCHESTER 23/05/2017

O governo brasileiro recebeu, com consternação, a notícia do atentado terrorista que deixou dezenas de mortos e feridos em estádio na cidade britânica de Manchester.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade com o povo e o governo do Reino Unido, o Brasil reitera sua condenação a todo tipo de terrorismo, independentemente de sua motivação.

Não há registro de brasileiros entre as vítimas até o momento. O núcleo de assistência a brasileiros do MRE está à disposição para informações e esclarecimentos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, pelos telefones +55 61 2030 8803 e +55 61 2030 8804, e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br. Nos demais horários, poderá ser contatado o telefone de plantão do consulado-geral em Londres, +44 77 2021 5984, ou o plantão consular da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos do Itamaraty: +55 61 98197 2284.

**CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA GEÓRGIA
24/05/2017**

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu *agrément* a David Solomonía como embaixador extraordinário e plenipotenciário da Geórgia no Brasil.

Brasil e Geórgia mantêm relações diplomáticas desde 1993.

**CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA ESPANHA
24/05/2017**

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu *agrément* a Fernando María Villalonga Campos como embaixador extraordinário e plenipotenciário da Espanha no Brasil.

ATENTADO CONTRA CRISTÃOS NO EGITO 26/05/2017

O governo brasileiro tomou conhecimento, com grande consternação, do ataque terrorista contra ônibus em que viajavam cristãos, na província de Minia, ao sul do Cairo, enquanto se dirigiam ao Mosteiro de São Samuel. O ataque deixou dezenas de mortos e feridos.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade com o povo e o governo do Egito, o Brasil reitera veementemente seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

**CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO URUGUAI
26/05/2017**

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu “agrément” a Gustavo Vanerio Balbela como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Uruguai no Brasil.

NOTA À IMPRENSA 26/05/2017

O governo brasileiro repudia, nos mais fortes termos, o teor desinformado e tendencioso do comunicado conjunto de imprensa emitido hoje pelo Alto Comissariado das Nações

Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Causa espanto a leviandade com que o ACNUDH e a CIDH fantasiosamente querem induzir a crer que o Brasil não dispõe de instituições sólidas, dedicadas à proteção dos direitos humanos e alicerçadas no estado democrático de direito. A nota afasta-se dos princípios que devem fundamentar a ação desses órgãos, entre os quais o elementar respeito à verdade dos fatos. Em momento algum os autores da nota se preocuparam com a ameaça à segurança de funcionários públicos e de manifestantes pacíficos sujeitos a violência sistemática e claramente premeditada. Os eventos do último dia 24 de maio foram contaminados pela ação organizada de criminosos que depredaram os prédios dos Ministérios da Cultura, da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura, incendiando alguns, pondo em grave risco a integridade física de pessoas. A pronta resposta do governo federal, a começar pela retirada em segurança de pessoas da área conflagrada, sempre amparada na Constituição Federal e nos princípios internacionais de defesa dos direitos humanos, garantiu a integridade física de milhares de servidores públicos e de manifestantes pacíficos que foram aterrorizados por atos de vandalismo e agressão premeditada.

Em atitude que beira a má-fé, a nota evoca episódio de violência agrária no sul do Pará, que não tem qualquer relação com os acontecimentos do último dia 24 e que, além disso, já está sendo apurado por autoridade competente no quadro da legislação brasileira. Da mesma forma, o governo brasileiro lamenta que a ação das autoridades de São Paulo, que tampouco guarda relação com o ocorrido em Brasília, seja capitalizada pela nota, cinicamente e fora de contexto, para fins políticos inconfessáveis. O combate ao tráfico de drogas, bem como o apoio a dependentes químicos, enseja atuação da máxima seriedade, que é a marca das reconhecidas políticas públicas brasileiras no enfrentamento ao problema mundial das drogas.

O governo brasileiro atua amparado na Constituição Federal e de acordo com os princípios internacionais de proteção aos direitos humanos. É surpreendente e condenável que nota subjetiva e distante da realidade sacrifique o compromisso de seriedade e imparcialidade de organismos internacionais cuja ação o Brasil apoia e promove.

29ª REUNIÃO DE CONSULTAS DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA OEA – WASHINGTON, 31 DE MAIO DE 2017 29/05/2017

O ministro Aloysio Nunes participará, na sede da Organização dos Estados Americanos, em Washington, no dia 31 de maio, da 29ª Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores daquele organismo, convocada para discutir a grave situação na República Bolivariana da Venezuela.

A Reunião de Consultas é uma das principais instâncias da OEA e tem por objetivo "deliberar acerca de problemas de caráter urgente e de interesse comum para os Estados americanos".

O Brasil espera que a reunião contribua de maneira decisiva ao esforço dos venezuelanos para reencontrar o caminho da plena democracia, com o apoio de todos os países das Américas.

No dia seguinte, o ministro Aloysio Nunes manterá encontro com o secretário-geral da OEA, Luis Almagro, a fim de avaliar os resultados e o seguimento da Reunião de Consultas, bem como tratar de outros temas da agenda regional, particularmente a 47ª Assembleia-Geral da OEA, que se realizará no México, entre 19 e 21 de junho de 2017.

A visão estratégica da OEA consagra, em favor do bem-estar com justiça social dos povos do continente, o foco em quatro pilares: fortalecimento da democracia, promoção e proteção dos direitos humanos, impulso ao desenvolvimento integral e fomento à segurança multidimensional. A OEA é a mais antiga organização regional em funcionamento no mundo. Foi criada em 1948, em substituição à União Pan-Americana, fundada em 1910.

I REUNIÃO DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO POLÍTICA BRASIL-ARGENTINA – BRASÍLIA, 30 DE MAIO DE 2017 29/05/2017

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Marcos Galvão, conduzirá, juntamente com seu homólogo argentino, Embaixador Pedro Villagra, a I Reunião do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina, a realizar-se no Palácio Itamaraty, em Brasília, em 30 de maio corrente.

O Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina foi criado em maio de 2016, por meio de Memorando de Entendimento bilateral. O Mecanismo deverá conferir contornos formais e regularidade às reuniões de coordenação de alto nível entre ambas as Chancelarias. Trata-se de relevante instrumento de aprofundamento da concertação entre os dois países.

Convocada por ocasião da visita do presidente Maurício Macri ao Brasil, em fevereiro último, a I Reunião do Mecanismo de Coordenação Política será oportunidade para que os vice-chanceleres passem em revista os principais temas da ampla agenda política e econômica bilateral, regional e multilateral. Em particular, o encontro proporcionará ocasião para reflexão conjunta sobre medidas destinadas a revigorar o MERCOSUL nos planos interno e externo, em contexto de sucessão entre a atual Presidência Pro

Tempore argentina do bloco e a futura Presidência Pro Tempore brasileira, a partir do segundo semestre.

A Argentina foi destino da primeira visita bilateral do presidente Michel Temer, em outubro, e de numerosas missões bilaterais de nível ministerial. O presidente Macri visitou Brasília em fevereiro de 2017, ocasião em que foram adotados Plano de Ação e Declaração Conjunta Presidencial, documentos que traçaram roteiro para o aprofundamento da relação em áreas prioritárias. O Brasil é o principal destino das exportações argentinas e o principal fornecedor de produtos para o país vizinho. Em 2016, o intercâmbio bilateral somou mais de US\$ 22 bilhões. Nesse período, a Argentina foi o terceiro maior parceiro comercial do Brasil.

INUNDAÇÕES E DESLIZAMENTOS NO SRI LANKA 29/05/2017

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, das inundações e deslizamentos ocorridos no Sri Lanka, em consequência das fortes monções que atingiram o país na última semana, afetando centenas de milhares de sri-lankeses.

O Brasil expressa suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade com o povo e o governo do Sri Lanka.

ATENTADO NO AFEGANISTÃO 31/05/2017

O governo brasileiro repudia o ataque terrorista ocorrido em Cabul, Afeganistão, hoje, 31 de maio, que deixou pelo menos 80 mortos e mais de 350 feridos.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade com o povo e o governo do Afeganistão, o Brasil reitera sua condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

REUNIÃO DE CHANCELERES DO BRASIL E DO MÉXICO EM WASHINGTON 31/05/2017

Os ministros de Relações Exteriores do Brasil e do México acordaram em reunião hoje em Washington acelerar as negociações para a ampliação do acordo comercial entre os dois países. Aloysio Nunes Ferreira e Luis Videgaray decidiram assegurar impulso político de alto nível para chegar ainda neste ano a um acordo ousado e ambicioso, que leve ao aumento do comércio bilateral e acelere a atração de investimentos estrangeiros produtivos para os dois países.

Para Aloysio Nunes, a ampliação e o aprofundamento da rede de acordos comerciais é essencial para a retomada do crescimento econômico do Brasil.

VISITA DO MINISTRO ALOYSIO NUNES FERREIRA AOS ESTADOS UNIDOS – WASHINGTON, 2 DE JUNHO DE 2017 01/06/2017

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, manterá reunião de trabalho com o secretário de Estado dos Estados Unidos, Rex Tillerson, em 2 de junho, em Washington. O encontro servirá para discutir a agenda bilateral e fazer um balanço da atualidade regional e de temas globais.

O ministro Aloysio Nunes Ferreira transmitirá ao secretário de Estado norte-americano propostas brasileiras nas áreas de comércio e investimentos, aviação civil, espaço, infraestrutura, energia, agricultura, saúde, economia digital, defesa e segurança.

As iniciativas têm por objetivo tornar a relação bilateral ainda mais dinâmica, eficiente e coesa, orientada para projetos concretos e com impactos visíveis na vida dos cidadãos dos dois países. As propostas brasileiras visam a atrair o setor privado, gerar maior integração produtiva e promover a modernização e o aumento de competitividade.

Os EUA são o maior mercado mundial para produtos manufaturados brasileiros, que possuem maior valor agregado e representaram, em 2016, 60% da nossa pauta exportadora para aquele país.

NOTA CONJUNTA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MUDANÇA DO CLIMA 01/06/2017

O governo brasileiro recebeu com profunda preocupação e decepção o anúncio no dia de hoje, 1º de junho, de que o governo norte-americano pretende retirar-se do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e "renegociar" sua reentrada. Preocupa-nos o impacto negativo de tal decisão no diálogo e cooperação multilaterais para o enfrentamento de desafios globais.

O Brasil continua comprometido com o esforço global de combate à mudança do clima e com a implementação do Acordo de Paris. O combate à mudança do clima é processo irreversível, inadiável e compatível com o crescimento econômico, em que se vislumbram oportunidades para promover o desenvolvimento sustentável e para novos ganhos em setores de vanguarda tecnológica. O governo brasileiro continua disposto a trabalhar com todos os Países Partes do Acordo e outros atores na promoção do desenvolvimento sustentável, com baixas emissões de gases de efeito estufa e resiliente aos efeitos adversos da mudança do clima.

O Acordo de Paris estabelece o arcabouço para que as Partes apresentem esforços nacionais refletindo as responsabilidades e capacidades de cada um. O Acordo dá margem para que cada país defina medidas e políticas para regular a emissão de gases

de efeito estufa, da forma que melhor atenda a suas circunstâncias domésticas, conciliando o crescimento econômico com a defesa do meio ambiente.

VISITA DO MINISTRO DE ESTADOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO HAITI – PORTO PRÍNCIPE, 2 E 3 DE JUNHO 2017 01/06/2017

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, realizará visita oficial ao Haiti nos dias 2 e 3 de junho.

Em Porto Príncipe, será recebido pelo primeiro-ministro, Jack Guy Lafontant, e manterá encontro com o chanceler Antonio Rodrigue. O ministro se reunirá também com a representante especial do secretário-geral das Nações Unidas no Haiti, Sandra Honoré, e realizará visita à base da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

Durante a visita, o ministro Aloysio Nunes Ferreira participará da cerimônia de passagem de comando do 25º para o 26º e último contingente militar de tropas brasileiras da MINUSTAH, marcando assim o período final da bem-sucedida atuação do Brasil no âmbito da Missão. Mais de 36 mil militares brasileiros passaram pela Missão desde seu estabelecimento, em 2004, fazendo do Brasil o maior país contribuinte de tropas. Durante todo este período, o componente militar da MINUSTAH esteve sob o comando de oficiais brasileiros.

O Brasil mantém ampla agenda de cooperação técnica com o governo do Haiti, com particular destaque para as áreas de saúde e formação profissional. Atuou também em várias frentes de assistência humanitária para o alívio do estado de emergência provocado pela passagem do furacão Matthew, em outubro de 2016.

ATENTADOS EM KOLOFATA, CAMEROUN 05/06/2017

O governo brasileiro repudia os atentados terroristas ocorridos em Kolofata, extremo norte do Cameroun, no dia 2 de junho, que deixou pelo menos nove mortes e dezenas de feridos.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade com o povo e o governo do Cameroun, o Brasil reitera sua condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

ATENTADOS TERRORISTAS EM LONDRES 05/06/2017

O governo brasileiro deplora os ataques terroristas ocorridos na noite de sábado, em diferentes localidades de Londres, que deixaram dezenas de vítimas, entre mortos e feridos, muitos deles em estado gravíssimo. Ao transmitir seu sentimento de pesar às famílias das vítimas e os votos de recuperação aos feridos, o Brasil reitera sua condenação a toda e qualquer forma de terrorismo, independentemente de sua motivação.

Não há registro de brasileiros entre as vítimas. O Itamaraty, por meio do Consulado-Geral do Brasil em Londres, seguirá monitorando a situação. Indica-se aos cidadãos brasileiros residentes ou em trânsito na capital londrina que sigam as instruções da Polícia Metropolitana de Londres, disponíveis em www.met.police.uk/news/major-incident/.

O núcleo de assistência a brasileiros do MRE está à disposição para informações e esclarecimentos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, pelos telefones +55 61 2030 8803 e +55 61 2030 8804, e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br. Nos demais horários, poderá ser contatado o telefone de plantão do consulado-geral em Londres, +44 77 2021 5984, ou o plantão consular da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos do Itamaraty: +55 61 98197 2284.

SITUAÇÃO NO GOLFO E NA PENÍNSULA ARÁBICA 06/06/2017

O governo brasileiro acompanha com atenção a recente crise diplomática na região do Golfo e da Península Arábica.

Ao reafirmar a confiança na solução pacífica de controvérsias, o Brasil conclama as partes envolvidas a retomarem o diálogo para a superação da crise, priorizando a moderação com vistas à estabilidade na região.

AGRESSÃO POLICIAL CONTRA MANIFESTAÇÕES PACÍFICAS NA VENEZUELA 06/06/2017

O governo brasileiro repudia as agressões da Guarda Nacional Bolivariana contra os parlamentares Juan Requesens e Miguel Pizarro em Caracas, no contexto das manifestações pacíficas realizadas em 4 de junho. Os deputados e outros manifestantes, incluindo menores de idade, foram golpeados com violência por forças públicas bolivarianas.

O Brasil condena a escalada da repressão na Venezuela e faz apelo ao governo daquele país para que respeite a Constituição de 1999 e deixe de cercear liberdades civis e políticas. Solução definitiva para a crise por que passa o país vizinho somente resultará da observância estrita aos princípios do Estado Democrático de Direito.

ATENTADOS NO IRÃ 07/06/2017

O governo brasileiro repudia os ataques terroristas que deixaram ao menos 12 mortos e dezenas de feridos na sede do Parlamento e no mausoléu do Aiatolá Khomeini, em Teerã, hoje, 7 de junho.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade com o povo e o governo do Irã, o Brasil reitera sua condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

COMITÊ DE FRONTEIRA BRASIL-GUIANA – LETHEM, 5 E 6 DE JUNHO 2017

Os governadores de Roraima, Sueli Campos, e da Região 9 da Guiana, Bryan Allicock, abriram no último dia 5 de junho a Sexta Reunião do Comitê de Fronteira Brasil-Guiana, em Lethem (Guiana).

As delegações formularam recomendações para a cooperação entre autoridades dos dois lados da fronteira e a articulação das políticas públicas na região, em áreas como saúde, temas consulares, controle de pragas na agricultura, vigilância vegetal e animal, combate a ilícitos e segurança pública.

As delegações dos dois países foram integradas por representantes dos governos central, estadual e municipal.

NOTA À IMPRENSA DOS RELATORES ESPECIAIS DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU E DO RELATOR ESPECIAL DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 08/06/2017

O governo brasileiro tomou conhecimento da nota à imprensa divulgada hoje por relatores especiais do Conselho de Direitos Humanos da ONU e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre direitos dos povos indígenas e direito ambiental. O Brasil considera infundada a afirmação dos relatores, segundo a qual "os direitos dos povos indígenas e o direito ambiental estão sob ataque no Brasil". Os relatores fazem tal afirmação com base em sua leitura de relatório de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e de textos legislativos ora em tramitação no Congresso Nacional.

É da essência das democracias que caiba ao Congresso a livre discussão de temas de interesse da sociedade. Da livre discussão congressual de relatórios ou mesmo de projetos de lei não se pode obter imediatamente a conclusão de que elas reflitam, expressem ou consolidem a opinião majoritária do Legislativo, do governo ou da sociedade como um todo. O governo considera, portanto, sem fundamento e

inadequadas as ilações de que o Brasil estaria considerando enfraquecer sua legislação em matéria de direitos dos povos indígenas e de direito ambiental.

O governo brasileiro recorda que os mais altos padrões de proteção dos direitos humanos, especialmente com relação a povos indígenas, estão assegurados na Constituição Federal de 1988 e nos tratados internacionais dos quais o Brasil é parte.

O governo sublinha, ainda, que o debate livre no âmbito do Congresso Nacional constitui uma das bases da democracia brasileira. No país, o Poder Judiciário, forte e independente, atua como guardião dos direitos e valores previstos pela Constituição e o Ministério Público, autônomo, aciona habitualmente a Justiça em caso de riscos a direitos.

Entre os avanços dignos de registro em matéria de direitos dos povos indígenas sobressaem os fatos de que as terras indígenas demarcadas correspondem hoje a quase 13% do território nacional e de que a população indígena no Brasil tem crescido nas últimas décadas, chegando hoje a quase 1 milhão de pessoas.

O governo brasileiro mantém postura aberta e construtiva com relação aos órgãos internacionais e regionais de direitos humanos, reconhecida e elogiada pelo alto comissário das Nações Unidas na abertura da 35ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, no último dia 6, em Genebra.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DE BANGLADESH 09/06/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément a Mohammed Zulfiqur Rahman como embaixador extraordinário e plenipotenciário da República Popular do Bangladesh no Brasil.

Brasil e Bangladesh mantêm relações diplomáticas desde 1972.

ATENTADOS NO IRAQUE 09/06/2017

O governo brasileiro condena os atentados terroristas cometidos hoje nas cidades de Musayyib e Karbala, no Iraque, que deixaram mais de duas dezenas de mortos, além de grande número de feridos.

O Brasil reitera seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação, e manifesta sua solidariedade ao governo e ao povo do Iraque e às famílias das vítimas e seus votos de plena recuperação aos feridos.

IV REUNIÃO NEGOCIADORA PARA A AMPLIAÇÃO E O APROFUNDAMENTO DO ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO

ECONÔMICA Nº 53 (ACE-53) BRASIL E MÉXICO – BRASÍLIA, 12 A 14 DE JUNHO DE 2017 14/06/2017

Realizou-se em Brasília, de 12 a 14 de junho, a VI Reunião Negociadora para a Ampliação e o Aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica Nº 53 (ACE-53), da qual participaram representantes dos governos do Brasil e do México.

A delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores, e a mexicana, por Juan Carlos Baker, Subsecretário de Comércio Exterior da Secretaria de Economia do México.

Reuniram-se, na oportunidade, os grupos negociadores sobre acesso a mercados, serviços, facilitação do comércio, regras de origem, medidas sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio e solução de controvérsias. Os grupos de compras governamentais, coerência regulatória e propriedade intelectual manterão reunião proximamente.

O objetivo das negociações é alcançar uma ampliação significativa do universo tarifário com preferências no âmbito do Acordo, com a inclusão de novos produtos agrícolas e industriais. Os representantes dos dois países sublinharam a importância de aprofundar a relação comercial e de investimentos entre as duas maiores economias da América Latina e do Caribe.

O México é sócio comercial fundamental para o Brasil na região. Em 2016, o comércio entre os dois países foi de US\$ 7,34 bilhões, havendo as exportações brasileiras para o mercado mexicano alcançado US\$ 3,81 bilhões. O Brasil obteve saldo comercial de US\$ 285 milhões com o México em 2016.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ALOYSIO NUNES FERREIRA À CHINA – PEQUIM, 16 DE JUNHO DE 2017

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, realizará visita a Pequim no período de 16 a 20 de junho, onde cumprirá agenda bilateral com a China e se reunirá com os Ministros das Relações Exteriores do BRICS.

No dia 16, participará, com o ministro de Negócios Estrangeiros da República Popular da China, Wang Yi, da 2ª sessão do Diálogo Estratégico Global Brasil-China (DEG). Um dos principais mecanismos institucionais de coordenação entre os dois países, o Diálogo Estratégico oferece oportunidade de intercambiar, de forma regular e direta, percepções sobre assuntos das agendas bilateral, regional e multilateral.

À tarde, o ministro Aloysio Nunes Ferreira será recebido pelo ministro do Comércio da China, Zhong Shan, com quem discutirá temas econômico-comerciais de interesse dos

dois países, bem como tratará de assuntos relativos à Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).

A China é, desde 2009, o maior parceiro comercial do Brasil. Em 2016, o intercâmbio bilateral alcançou US\$ 58,5 bilhões. A China é também expressivo investidor no Brasil, por meio de uma atuação diversificada e dinâmica.

No encontro de Chanceleres do BRICS, serão discutidos temas da atual conjuntura internacional, bem como a cooperação entre os países do agrupamento, cada vez mais estreita, e os preparativos para a cúpula do mecanismo, a realizar-se em setembro na cidade chinesa de Xiamen.

O BRICS contribui para aperfeiçoar e fortalecer as instituições de governança global tanto no campo político e diplomático quanto no econômico, financeiro e comercial. Ator com interesses e preocupações globais, o Brasil atribui elevada importância ao diálogo político com os parceiros do BRICS.

ASSEMBLEIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – CANCÚN, MÉXICO, 19 A 21 DE JUNHO DE 2017 16/06/2017

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Marcos Galvão, chefiará a delegação brasileira que participará do 47º Período Ordinário de Sessões da Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Cancún, México, de 19 a 21 de junho.

A Assembleia-Geral (AGOEA) é a instância máxima da OEA. A edição deste ano terá como tema "Fortalecendo o diálogo e a concertação para a prosperidade" e será marcada por formato inovador, com painéis temáticos baseados nos quatro pilares consagrados pela visão estratégica da Organização, em favor do bem-estar com justiça social dos povos do continente: fortalecimento da democracia, promoção e proteção dos direitos humanos, impulso ao desenvolvimento integral e fomento à segurança multidimensional.

Por ocasião da 47ª AGOEA, terá continuidade a 29ª Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores da OEA, iniciada em 31 de maio último, que trata da situação na República Bolivariana da Venezuela.

A OEA é a mais antiga organização regional em funcionamento no mundo. Foi criada em 1948, em substituição à União Pan-Americana, fundada em 1910.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" À EMBAIXADORA DE GANA 16/06/2017

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu *agrément* a Abena Pokua Adompim Busia como embaixadora extraordinária e plenipotenciária da República de Gana no Brasil.

Brasil e Gana mantêm relações diplomáticas desde 1960.

1ª RODADA DE NEGOCIAÇÕES ENTRE OS ESTADOS DA EFTA E DO MERCOSUL SOBRE UM ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO 16/06/2017

Por ocasião da conclusão da 1ª Rodada de Negociações entre os estados da EFTA e do MERCOSUL sobre um Acordo de Livre Comércio, em Buenos Aires, foi emitido hoje o seguinte comunicado de imprensa:

Após quatro dias de negociações, a 1ª rodada de negociações entre os estados membros do MERCOSUL e da EFTA sobre um Acordo de Livre Comércio chegou a bom termo. As negociações ocorreram em uma atmosfera muito construtiva e amigável, obtendo-se bom progresso em todas as áreas.

A delegação do MERCOSUL foi liderada pelo Embaixador Horacio Reyser Travers, Secretário de Relações Econômicas Internacionais do Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina, exercendo a Presidência Pró-Tempore do MERCOSUL. Por sua vez, a delegação da EFTA foi liderada por Jan Farberg, Diretor-Geral do Ministério do Comércio, Indústria e da Pesca da Noruega, acompanhado de grande equipe técnica proveniente de várias partes do governo.

As partes realizaram intercâmbios de informação produtivos em todas as áreas, incluindo: comércio de bens; regras de origem; facilitação de comércio e cooperação aduaneira; medidas sanitárias e fitossanitárias; comércio de serviços; barreiras técnicas ao comércio; propriedade intelectual; compras governamentais; comércio e desenvolvimento sustentável; defesa comercial; investimento; concorrência e disposições horizontais, legais e institucionais.

Em um clima de diálogo positivo e construtivo, MERCOSUL e EFTA comprometeram-se a continuar fazendo progressos nesse processo. A próxima rodada negociadora terá lugar em Genebra, em agosto de 2017.

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À RÚSSIA – MOSCOU, 20 E 21 DE JUNHO DE 2017

O presidente da República, Michel Temer, realizará visita à Federação da Rússia entre os dias 20 e 21 de junho. Em Moscou, manterá encontros com o presidente Vladimir Putin, com o primeiro-ministro Dmitry Medvedev e com os presidentes da Assembleia Federal da Rússia, Valentina Matvienko e Vyacheslav Volodin.

A visita ocorre a convite do presidente Vladimir Putin e marca a retomada da agenda de alto nível entre os dois países. O encontro entre os dois presidentes, no dia 21, constituirá ocasião para discutir o aprofundamento da parceria estratégica bilateral, estabelecida em 2002. Os mandatários examinarão meios de reforçar o relacionamento econômico-comercial e avançar na cooperação em ciência e tecnologia.

No encontro, deverão ser tratados, também, temas da agenda global. A Rússia é um importante parceiro do Brasil na esfera bilateral, bem como no âmbito das Nações Unidas, do G20 e do BRICS.

Ao final da reunião entre os presidentes Putin e Temer, deverão ser firmados atos bilaterais para avançar iniciativas de mútua importância nas áreas de promoção de investimentos, facilitação do comércio, agilização de trâmites alfandegários, incentivo à coprodução cinematográfica, adensamento do diálogo político, dentre outros.

No dia 20, o presidente Michel Temer participará de encontro com investidores russos. Apresentará a agenda de reformas e oportunidades de investimentos no Brasil.

A Rússia é um dos principais destinos das exportações de produtos agropecuários brasileiros, e os países têm a meta de elevar o intercâmbio bilateral ao patamar de US\$ 10 bilhões anuais. O comércio bilateral somou US\$ 4,3 bilhões no ano passado. Entre janeiro e maio de 2017, cresceu 42% em comparação ao mesmo período de 2016, atingindo US\$ 2,1 bilhões.

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À NORUEGA – OSLO, 22 E 23 DE JUNHO DE 2017 17/06/2017

O presidente da República, Michel Temer, visitará a Noruega nos dias 22 e 23 de junho. Manterá encontros com o rei Harald V, com a primeira-ministra Erna Solberg e com o presidente do Parlamento, Olemic Thommessen, além de se reunir com representantes das principais empresas norueguesas. A visita visa a estreitar a parceria em matéria de comércio e investimentos; energia; meio ambiente; e ciência, tecnologia e inovação.

A Noruega é um dos principais parceiros do Brasil, sobretudo nos setores de petróleo e gás e da indústria naval. Das 150 empresas norueguesas presentes no Brasil, 75% atua na indústria de petróleo e gás e no setor marítimo.

A Noruega também é parceira relevante na área de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável. Foi o primeiro doador do Fundo Amazônia e é responsável por seus principais aportes. Entre 2009 e 2016, aportou cerca de R\$ 2,8 bilhões ao fundo.

Em 2016, o comércio bilateral alcançou US\$ 1,3 bilhão, com exportações no valor de US\$ 733 milhões e importações no montante de US\$ 539 milhões. No ano passado, a Noruega foi o oitavo maior investidor no Brasil, com investimentos de US\$ 2,1 bilhões.

EXPLOSÃO EM BOGOTÁ 18/06/2017

O Governo brasileiro condena a explosão de um artefato em local de grande circulação de pessoas em Bogotá, que causou mortes e feridos. O governo brasileiro transmite suas condolências aos familiares das vítimas e expressa sua solidariedade ao governo e ao povo colombianos.

INCÊNDIO EM LEIRIA 18/06/2017

O Governo brasileiro recebeu com pesar e consternação a notícia do incêndio florestal ocorrido na região de Leiria, em Portugal, no sábado, 17/06, que já dura mais de 24 horas e resultou em mais de 60 mortos e outras dezenas de feridos.

O Brasil manifesta, neste momento de dor, sua solidariedade ao governo e ao povo do país irmão e às famílias das vítimas e faz votos de plena recuperação aos feridos.

Não há registro de brasileiros entre as vítimas. O Itamaraty, por meio do Consulado-Geral do Brasil em Lisboa, seguirá monitorando a situação. Indica-se aos cidadãos brasileiros residentes ou em trânsito na região de Leiria, localidade afetada pelo incêndio, que sigam as instruções das autoridades locais, de modo a evitar a exposição a riscos adicionais.

O núcleo de assistência a brasileiros do MRE está à disposição para informações e esclarecimentos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, pelos telefones +55 61 2030 8803 e +55 61 2030 8804, e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br. Nos demais horários, poderá ser contatado o telefone de plantão do Consulado-Geral em Lisboa, +351 962 520 581, ou o plantão consular da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos do Itamaraty, +55 61 98197 2284".

FALECIMENTO DE HELMUT KOHL 19/06/2017

O governo brasileiro tomou conhecimento, com profundo pesar, do falecimento, no dia 16 de junho, de Helmut Kohl, chanceler da Alemanha entre 1982 e 1998.

Kohl representou, para a Alemanha e para o mundo, garantia de estabilidade e fonte de serenidade nos decisivos e turbulentos momentos da queda do Muro de Berlim. Sua firmeza e generosidade mostraram-se fundamentais para definir os rumos do processo de reunificação alemã, ao mesmo tempo em que confirmaram a importância da Alemanha no processo de integração europeia, conquistando-lhe influência política compatível com sua pujança econômica.

O governo brasileiro oferece suas condolências ao povo e ao governo da Alemanha, bem como aos familiares e amigos do falecido chanceler.

COMUNICADO CONJUNTO DOS PAÍSES AFINS SOBRE OS RESULTADOS DA XXIX REUNIÃO DE CONSULTA DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA OEA 20/06/2016

Os governos de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai expressam sua decepção diante da falta de consenso regional na XXIX Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores da OEA.

Frente à interrupção do processo democrático na República Bolivariana da Venezuela, consideramos necessário persistir na busca de uma saída concertada, que envolva todos os atores venezuelanos, em benefício do povo desse país irmão.

O referido acordo deve ser levado a cabo respeitando o seguinte:

1. A libertação dos presos detidos por razões políticas e o cessar das detenções arbitrárias, assim como do julgamento de civis por tribunais não civis.
2. O cessar de toda violência e o respeito irrestrito aos direitos humanos.
3. o restabelecimento completo da ordem constitucional, incluindo a restituição dos plenos poderes da Assembléia Nacional e o respeito à separação dos poderes.
4. A interrupção da convocatória para a Assembléia Nacional Constituinte, nos termos em que foi concebida.
5. O estabelecimento de um calendário eleitoral, incluindo eleições regionais, locais e presidenciais, de acordo com as normas constitucionais venezuelanas, com o monitoramento de observadores internacionais independentes.
6. A abertura de um canal humanitário para contribuir, com alimentos e medicamentos, de modo a aliviar a situação de emergência vivida pelo povo venezuelano.
7. A criação de um Grupo e/ou de outro mecanismo de facilitação, que possa acompanhar um novo processo de diálogo efetivo entre os venezuelanos, assim como a plena disposição para ajudar em seus objetivos e trabalhos.

COMUNICADO CONJUNTO DA REUNIÃO DOS CHANCELERES DO BRICS EM PEQUIM – PEQUIM, CHINA, 18 E 19 DE JUNHO DE 2017 [INGLÊS] 20/06/2017

1. The Ministers of Foreign Affairs/International Relations of the Federative Republic of Brazil, the Russian Federation, the Republic of India, the People's Republic of China and the Republic of South Africa, met on 18-19 June 2017 in Beijing, China.

2. The Ministers commend the fruitful cooperation forged in the past and look forward to continued and positive cooperation among BRICS countries. They appreciate China's BRICS Chairship for 2017. They reiterate their commitment to the success of the Ninth BRICS Summit under the theme of "BRICS: Stronger Partnership for a Brighter Future". Recalling the BRICS tradition of outreach activities, they welcome the dialogue to be held during the BRICS Summit in Xiamen with emerging markets and developing countries.

3. The Ministers exchanged views on a wide range of global political, security, economic and financial issues of importance and mutual concern, as well as cooperation within BRICS. They fully support China's hosting of the 7th Meeting of the BRICS National Security Advisors/High Representatives in July 2017.

4. The Ministers reaffirm their commitment to safeguarding the purposes and principles of the Charter of the United Nations as well as a fair and just international order, upholding the basic norms of international law such as equal sovereignty and non-interference in other countries' internal affairs, promoting greater democracy and rule of law in international relations, building a brighter shared future for the global community through mutually beneficial international cooperation. They express their commitment to resolutely reject the continued attempts to misrepresent the results of World War II.

5. The Ministers recall the 2005 World Summit Outcome document. They reaffirm the need for a comprehensive reform of the UN, including its Security Council, with a view to making it more representative, effective and efficient, and to increase the representation of the developing countries so that it can adequately respond to global challenges. China and Russia reiterate the importance they attach to the status and role of Brazil, India and South Africa in international affairs and support their aspiration to play a greater role in the UN.

6. The Ministers recommit their strong support to multilateralism and the central role of United Nations in international affairs. They commit to strengthening the coordination and cooperation among BRICS in the areas of mutual and common interest within the United Nations and other multilateral institutions, including through regular meetings among their permanent representatives in New York, Geneva and Vienna and further enhance the voice of BRICS in international fora.

7. The Ministers underscore the importance of the full implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development within the framework of revitalized global partnership for sustainable development. They urge the developed countries to honor their Official Development Assistance commitments. The Ministers reiterate their support for more balanced economic globalization, reject protectionism, and renew their commitment to the promotion of global trade and investment which is conducive to an equitable, inclusive innovative, invigorated and interconnected world economy.

8. The Ministers welcome the entry into force of the Paris Agreement on climate change on 4 November 2016 and urge all countries to implement the Paris Agreement under the

principles of the United Nations Framework Convention on Climate Change including the principles of equity and common but differentiated responsibilities and respective capabilities. They further call upon developed countries to fulfill their commitment to provide necessary financing, technology transfer and capacity building support to developing countries.

9. The Ministers deplore the continued terrorist attacks, including in some BRICS countries. They condemn terrorism in all its forms and manifestations wherever committed and by whomsoever. They reaffirm solidarity and resolve in the fight against terrorism, call upon the international community to establish a genuinely broad international counter-terrorism coalition and support the United Nations' central coordinating role in the international counter-terrorism cooperation. They recall the responsibility of all States to prevent financing of terrorist networks and terrorist actions from their territories. The Ministers highly value the 2nd BRICS Counter-Terrorism Working Group Meeting held in Beijing on 18 May 2017. They call upon an expedited adoption of the Comprehensive Convention on International Terrorism in the UN General Assembly.

10. The Ministers welcome the 2nd BRICS Consultation on UN Peacekeeping Affairs to be held in Beijing in July 2017.

11. The Ministers agree to enhance coordination and cooperation among BRICS on international and regional issues, safeguard justice at the United Nations and other international fora. They support political and diplomatic solution of conflicts, such as Libya and the Korean Peninsula, and promote preventive diplomacy in a consensus-based manner. They condemn unilateral military intervention or economic sanctions in violation of international law and universally recognised norms of international relations.

12. The Ministers reiterate that the only lasting solution to the Syria crisis is an inclusive "Syrian-led, Syrian-owned" political process which safeguard the state sovereignty, independence and territorial integrity of Syria, in pursuance of the United Nations Security Council Resolution 2254(2015). The Ministers strongly support the Geneva Peace Talks and the Astana process, and welcome the creation of the de-escalation areas in Syria. They oppose the use of chemical weapons by anyone, for any purpose and under any circumstance.

13. The Ministers reaffirm their support to the process of "Afghan-led and Afghan-owned" national reconciliation, the ongoing international efforts in support of achieving practical results in that regard, combating terrorism and drug-threat, and support the national reconstruction efforts. The Ministers support the efforts of the Afghan National Defense and Security Forces in fighting against terrorist organizations.

14. The Ministers reiterate the need for a just, lasting and comprehensive settlement of the Israeli-Palestinian conflict in order to achieve peace and stability in the Middle East on the basis of relevant United Nations resolutions, the Madrid Principles, the Arab

Peace Initiative and previous agreements between the parties through negotiations with a view to create an independent, viable, territorially contiguous Palestinian State living side by side in peace and security with Israel.

15. The Ministers commend the efforts of African countries, the African Union and sub-regional organisations in addressing regional issues and maintaining regional peace and stability, and emphasize the importance of collaboration between the United Nations and the African Union in accordance with the Charter of the United Nations. They reaffirm their support for African Union's implementation of its various programs including Agenda 2063 in pursuit of its continental agenda for peace and socio-economic development.

16. The Ministers are concerned by the threats and challenges posed by the use of ICTS for criminal and terrorist purposes and the weaponization of outer space and arms race there. They underscore the role of collaborative efforts to address these challenges. They note with satisfaction the work of the Working Group of Experts of the BRICS countries on Security in the Use of ICTs and by the BRICS Anti-corruption Working Group.

17. The Ministers look forward to their meeting on the margins of the 72nd Session of the United Nations General Assembly, and welcome South Africa's offer to host the next stand-alone meeting in 2018.

INCEDENTE EM LONDRES 20/06/2017

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, de atentado ocorrido ontem, em Londres, em que automóvel investiu contra muçulmanos que terminavam as orações do Ramadã.

O Brasil manifesta seu repúdio a todo e qualquer ato de violência contra civis e expressa solidariedade e condolências aos familiares da vítima, ao povo e ao governo Reino Unido e votos de pronta recuperação aos feridos.

ELEIÇÃO DE FLAVIA PIOVESAN COMO MEMBRO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH) 21/06/2017

Hoje, 21/06, a jurista brasileira Flavia Piovesan foi eleita membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), para mandato de quatro anos (2018-2021), em eleições realizadas no âmbito da 47ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Cancun, México.

A CIDH é composta por sete peritos (as) e tem sede em Washington, DC. Seis países (Brasil, Argentina, Chile, EUA, México e Uruguai) apresentaram candidatos (as) para as três vagas em disputa.

Doutora em Direito Constitucional, especialista no tema dos direitos humanos, com reconhecido saber nessa matéria, a Dra. Flavia Piovesan é professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, procuradora do Estado de São Paulo, e tem atuado em matéria de direitos humanos em Organismos Internacionais, como a ONU e a OEA. Atualmente, exerce o cargo de Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

Além da Doutora Piovesan, foram eleitos Joel Hernandez e Antonia Urrejola, apresentados pelo México e pelo Chile, respectivamente. Ao cumprimentar os demais eleitos, o Brasil agradece aos países membros da OEA a confiança e o firme apoio que estenderam à candidatura brasileira.

O resultado da eleição traduz e confirma o continuado compromisso do Brasil com a promoção e a proteção dos direitos humanos no âmbito do sistema interamericano e reflete o reconhecimento internacional da contribuição positiva e constante do Brasil para os trabalhos da OEA e, em particular, da CIDH, desde sua criação em 1960.

ELEIÇÃO DO EMBAIXADOR SILVIO ALBUQUERQUE COMO PERITO DO COMITÊ PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL DAS NAÇÕES UNIDAS 22/06/2017

O Embaixador Silvio José Albuquerque e Silva foi eleito hoje, 22 de junho, para integrar o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas. O mandato do perito brasileiro inicia-se em 1º de janeiro de 2018 e termina em 31 de dezembro de 2021.

O Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas (CERD) é composto por peritos independentes, cuja responsabilidade é monitorar a implementação da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial por seus Estados-Partes.

A eleição ocorreu em Nova York, durante a 27ª Reunião dos Estados-Partes da Convenção Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas. Na ocasião, a candidatura brasileira recebeu 107 votos.

O governo brasileiro agradece aos membros das Nações Unidas pelo apoio recebido. A eleição do Embaixador Silvio Albuquerque, cuja trajetória profissional e acadêmica tem ênfase na proteção internacional da pessoa humana, nos direitos sociais e na eliminação da discriminação racial, reflete a credibilidade do Brasil no âmbito do sistema universal de direitos humanos e, em especial, nos temas relativos ao combate ao racismo e à discriminação racial.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DA OACI SOBRE O CONTENCIOSO BRASIL-ESTADOS UNIDOS EM RELAÇÃO A PILOTOS ENVOLVIDOS EM ACIDENTE NO BRASIL 26/06/2017

No dia 23 de junho, o Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) adotou resolução pela qual rejeitou, por ampla maioria (19 votos contra e 4 a favor), a Objeção Preliminar dos Estados Unidos à petição do Brasil contra aquele país no âmbito do contencioso iniciado pelo Governo brasileiro em 2 de dezembro de 2016.

Na petição, o Brasil alega que os Estados Unidos violaram a Convenção de Chicago ao não instaurarem procedimento legal ou administrativo compatível com sua obrigação sob esse instrumento internacional em relação aos pilotos do jato Legacy que se chocou, em 29 de setembro de 2006, com o Boeing da companhia aérea GOL que fazia o voo 1907, acidente que resultou na morte dos 154 ocupantes da aeronave da empresa brasileira.

Com a referida decisão do Conselho da OACI, o contencioso, que fora suspenso em razão da apresentação da Objeção Preliminar, retomará seu andamento, de acordo com as regras da Organização relativas à solução de diferenças entre Estados-membros. Nas próximas semanas, os Estados Unidos deverão apresentar sua defesa, e se iniciarão consultas diretas entre os dois países, com a mediação do presidente daquele Conselho.

RESOLUÇÕES APROVADAS NO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU 26/06/2017

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas aprovou por consenso, durante sua 35ª sessão, em Genebra, no dia 23 de junho, as seguintes resoluções relativas ao direito à saúde, aos direitos humanos nas cidades e à promoção e o respeito dos direitos humanos dos afrodescendentes, cuja negociação foi liderada pelo Brasil:

O Direito à Saúde na Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: O Brasil tem sido o principal promotor da discussão a respeito do direito à saúde no âmbito do CDH. A resolução aprovada em Genebra pretende assinalar a contribuição da perspectiva de direitos humanos, em especial do direito à saúde, na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Reconhece a importância dos determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde e exorta os estados a respeitar, proteger e cumprir o direito à saúde, em particular em relação aos grupos em situação de maior vulnerabilidade.

Direitos Humanos nas Cidades e Outros Assentamentos Humanos: Ao buscar oferecer uma visão integrada e transversal dos direitos humanos sob a ótica das cidades e outros assentamentos humanos, a iniciativa brasileira visa a contribuir para a implementação da Nova Agenda Urbana, documento adotado por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), bem como do Objetivo 11 da Agenda 2030 para o

Desenvolvimento Sustentável, relativo à construção de cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Consideração de uma Declaração para a Promoção e o Pleno Respeito dos Direitos Humanos dos Afrodescendentes: Como país de maior população negra fora do continente africano, o Brasil liderou, juntamente com países africanos e latino-americanos, a adoção de resolução que convoca reunião para discutir sobre a elaboração de uma Declaração das Nações Unidas para a Promoção e o Pleno Respeito dos Direitos Humanos dos Afrodescendentes. O Brasil reafirma, assim, seu compromisso com a implementação da Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024) e com a eliminação da desigualdade racial no país e no mundo.

DESLIZAMENTO DE TERRA NA CHINA 26/06/2017

O governo brasileiro recebeu, com pesar, a notícia do deslizamento de terra na província de Sichuan, no sudoeste da China, no último dia 24, que soterrou 40 casas e deixou mais de uma centena de desaparecidos.

Ao lamentar o ocorrido, o governo brasileiro manifesta sua solidariedade aos feridos, à população e ao governo da China, bem como suas condolências aos familiares das vítimas.

ACIDENTE NO PAQUISTÃO 26/06/2017

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, do tombamento e explosão de um caminhão-tanque, em estrada próxima à cidade de Bahawalpur, que ocasionou cerca de 150 mortos e dezenas de feridos.

O Brasil expressa solidariedade e condolências aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo do Paquistão, bem como votos de pronta recuperação aos feridos.

VISITA AO BRASIL DO VICE-PRESIDENTE E MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA GUIANA, CARL GREENIDGE, E DO MINISTRO DE INFRAESTRUTURA, DAVID PATTERSON – BRASÍLIA, 28 DE JUNHO DE 2017 27/06/2017

O ministro Aloysio Nunes Ferreira receberá, no dia 28 de junho, o vice-presidente e chanceler da Guiana, Carl Greenidge, e o ministro de Infraestrutura daquele país, David Patterson. No encontro, serão examinados os principais projetos e iniciativas da agenda bilateral nas áreas de cooperação técnica, infraestrutura, comércio e investimentos, além de temas de interesse comum das agendas regional e global.

Na área de cooperação, o Brasil está tomando as providências para colocar em marcha, a pedido da Guiana, projeto, a ser executado pelo Exército Brasileiro, para a perfuração de poços artesianos em áreas da Guiana que enfrentam períodos prolongados de estiagem. Será assinado, durante a visita, Ajuste Complementar para cooperação em agricultura, com foco na certificação de sementes, na análise de risco de pragas e na modernização dos serviços fitossanitários da Guiana.

Os dois lados também discutirão as possibilidades de cooperação na área de petróleo, tendo em vista as recentes descobertas na costa da Guiana e o interesse guianense de conhecer a experiência brasileira e capacitar-se para a futura exploração e produção de hidrocarbonetos.

Na área de infraestrutura, a prioridade de ambos os países é o projeto de pavimentação de trecho de 420 quilômetros da estrada Lethem-Linden, que conecta o estado de Roraima à capital da Guiana, Georgetown. O projeto facilitará o acesso das exportações agropecuárias dos estados do Amazonas e Roraima aos mercados norte-americano e caribenho, ao encurtar a distância entre essa região do Brasil e o Atlântico. Além disso, será um poderoso fator de dinamização da economia na região de fronteira e contribuirá para incrementar o comércio e os investimentos entre os dois países. Durante a visita será assinado, ainda, Acordo de Serviços Aéreos Brasil-Guiana, que multiplicará as rotas aéreas entre os dois países.

Em 2016, o intercâmbio comercial somou US\$ 31,77 milhões, com US\$ 25,82 milhões de exportações brasileiras e US\$ 5,95 de importações provenientes do país vizinho.

ACORDOS FIRMADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO VICE-PRESIDENTE E MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA GUIANA, CARL GREENIDGE, E DO MINISTRO DE INFRAESTRUTURA, DAVID PATTERSON – BRASÍLIA, 28 DE JUNHO DE 2017 28/06/2017

1. ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA

2. AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “APOIO À CERTIFICAÇÃO DE SEMENTES, ANÁLISE DE RISCO DE PRAGAS E MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FITOSSANIDADE NA GUIANA”

ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA

O Governo da República Federativa do Brasil (“Brasil”)

e

o Governo da República Cooperativa da Guiana (“Guiana”),
daqui por diante referidos como “Partes”;

Sendo Partes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944;

Desejando contribuir para o desenvolvimento da aviação civil internacional;

Desejando concluir um acordo com o propósito de estabelecer e explorar serviços aéreos entre seus respectivos territórios e além;

Acordam o que se segue:

Artigo 1

Definições

Para aplicação do presente Acordo, salvo disposição em contrário, o termo:

- a) “autoridade aeronáutica” significa, no caso do Brasil, a autoridade de aviação civil, representada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); e, no caso da Guiana, a Autoridade de Aviação Civil da Guiana, ou, em ambos os casos, qualquer outra autoridade ou pessoa autorizada a executar as funções exercidas pelas autoridades mencionadas;
- b) “Acordo” significa este Acordo, qualquer anexo a ele, e quaisquer emendas decorrentes;
- c) “capacidade” significa a quantidade de serviços estabelecidos pelo Acordo, medida normalmente pelo número de voos (frequências) ou de assentos, ou toneladas de carga oferecidas em um mercado (par de cidades ou país a país) ou em uma rota, durante um determinado período, tal como diariamente, semanalmente, por temporada ou anualmente;
- d) “Convenção” significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944, e inclui os Anexos adotados de acordo com o Artigo 90 daquela Convenção e qualquer emenda aos Anexos ou à Convenção, de acordo com os Artigos 90 e 94, na medida em que esses Anexos e emendas tenham entrado em vigor para ambas as Partes;

- e) “empresa aérea designada” significa uma empresa aérea que tenha sido designada e autorizada em conformidade com o Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo;
- f) “preço” significa qualquer preço, tarifa ou encargo para o transporte de passageiros, bagagem e/ou carga, excluindo mala postal, no transporte aéreo, incluindo qualquer outro modal de transporte em conexão com aquele, cobrados pelas empresas aéreas, incluindo seus agentes, e as condições segundo as quais se aplicam estes preços, tarifas e encargos;
- g) “território”, em relação a um Estado tem o significado a ele atribuído no Artigo 2 da Convenção;
- h) “tarifa aeronáutica” significa o valor cobrado às empresas aéreas, pelas autoridades competentes, ou por estas autorizado a ser cobrado, pelo uso do aeroporto, ou de suas instalações e serviços, ou de instalações de navegação aérea, ou de instalações de segurança da aviação, incluindo as instalações e os serviços relacionados, por aeronaves, suas tripulações, passageiros e carga; e
- i) “serviço aéreo”, “serviço aéreo internacional”, “empresa aérea” e “escala para fins não comerciais”, têm os significados a eles atribuídos no Artigo 96 da Convenção.

Artigo 2

Concessão de direitos

1. Cada Parte concede à outra Parte os direitos especificados neste Acordo, com a finalidade de operar serviços aéreos internacionais nas rotas especificadas no Quadro de Rotas especificado no anexo a este Acordo.
2. Sujeito às disposições deste Acordo, as empresas aéreas designadas por cada uma das Partes gozarão dos seguintes direitos:
 - a) sobrevoar o território da outra Parte, sem pousar;
 - b) fazer escalas no território da outra Parte, para fins não comerciais;
 - c) fazer escalas nos pontos das rotas especificadas no Quadro de Rotas acordado conjuntamente pelas autoridades aeronáuticas de ambas as Partes, para embarcar e desembarcar tráfego internacional de passageiros, bagagem, carga ou mala postal separadamente ou em combinação; e
 - d) os demais direitos especificados no presente Acordo.
3. As empresas aéreas de cada Parte, que não tenham sido designadas com base no Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo também gozarão dos direitos especificados nas letras a) e b) do parágrafo 2 deste Artigo.
4. Nenhum dispositivo deste Acordo será considerado como concessão a uma empresa aérea designada de uma Parte do direito de embarcar, no território da outra Parte,

passageiros, bagagem, carga e mala postal, mediante remuneração e destinados a outro ponto no território dessa outra Parte.

Artigo 3

Designação e autorização

1. Cada Parte terá o direito de designar por escrito à outra Parte, uma ou mais empresas aéreas para operar os serviços acordados e de revogar ou alterar tal designação. Essas notificações serão feitas pela via diplomática.

2. Ao receber tal designação e o pedido de autorização de operação da empresa aérea designada, na forma e no modo prescritos, cada Parte concederá a autorização de operação apropriada, com a mínima demora de trâmites, desde que:

a) a empresa aérea seja estabelecida e tenha seu principal local de negócios no território da Parte que a designa;

b) o efetivo controle regulatório da empresa aérea designada seja exercido e mantido pela Parte que a designa;

c) a Parte que designa a empresa aérea cumpra as disposições estabelecidas no Artigo 7 (Segurança Operacional) e no Artigo 8 (Segurança da Aviação); e

d) a empresa aérea designada esteja qualificada para satisfazer as condições prescritas segundo as leis e regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços de transporte aéreo internacional pela Parte que recebe a designação.

3. Ao receber a autorização de operação constante do parágrafo 2, uma empresa aérea designada pode, a qualquer tempo, começar a operar os serviços acordados para os quais tenha sido designada, desde que ela cumpra as disposições aplicáveis deste Acordo.

Artigo 4

Negação, revogação e limitação de autorização

1. As autoridades aeronáuticas de cada Parte terão o direito de negar as autorizações mencionadas no Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo à empresa aérea designada pela outra Parte e de revogar, suspender ou impor condições a tais autorizações, temporária ou permanentemente, nos casos em que:

a) elas não estejam convencidas de que a empresa aérea seja estabelecida e tenha seu principal local de negócios no território da Parte que a designou; ou

b) o efetivo controle regulatório da empresa aérea designada não seja exercido e mantido pela Parte que a designa; ou

c) a Parte que designa a empresa aérea não cumpra as disposições estabelecidas no Artigo 7 (Segurança Operacional) e no Artigo 8 (Segurança da Aviação); ou

d) a empresa aérea designada não esteja qualificada para atender outras condições determinadas segundo as leis e regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços de transporte aéreo internacional pela Parte que recebe a designação.

2. A menos que a imediata revogação, suspensão ou imposição das condições previstas no parágrafo 1 do presente Artigo seja essencial para impedir novas infrações a leis e regulamentos, ou às disposições deste Acordo, esse direito somente será exercido após a realização de consultas com a outra Parte. Tal consulta deverá ocorrer antes de expirar o prazo de trinta (30) dias a partir da data da solicitação por uma Parte, salvo se houver entendimento diverso entre as Partes.

Artigo 5

Aplicação de leis

1. As leis e regulamentos de uma Parte que regem a entrada e saída de seu território de aeronaves engajadas em serviços aéreos internacionais, ou a operação e navegação de tais aeronaves enquanto em seu território, serão aplicados às aeronaves das empresas aéreas da outra Parte.

2. As leis e regulamentos de uma Parte, relativos à entrada, permanência e saída de seu território, de passageiros, tripulantes e carga, incluindo mala postal, tais como os relativos à imigração, alfândega, moeda, saúde e quarentena serão aplicados aos passageiros, tripulantes, carga e mala postal transportados por aeronaves das empresas aéreas da outra Parte enquanto permanecerem no referido território.

3. Nenhuma Parte dará preferência às suas próprias empresas aéreas ou a qualquer outra empresa aérea em relação às empresas aéreas da outra Parte engajadas em transporte aéreo internacional similar, na aplicação de seus regulamentos de imigração, alfândega, quarentena e regulamentos similares.

4. Passageiros, bagagem, carga e mala postal em trânsito direto serão sujeitos apenas a um controle simplificado. Bagagem e carga em trânsito direto estarão isentas de taxas alfandegárias e de outros impostos similares.

Artigo 6

Reconhecimento de certificados e licenças

1. Certificados de aeronavegabilidade e de habilitação e licenças, emitidos ou convalidados por uma Parte e ainda em vigor, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte para o objetivo de operar os serviços acordados, desde que os requisitos sob os quais tais certificados e licenças foram emitidos ou convalidados sejam iguais ou superiores aos requisitos mínimos estabelecidos segundo a Convenção.

2. Se os privilégios ou as condições das licenças ou certificados mencionados no parágrafo 1 anterior, emitidos pelas autoridades aeronáuticas de uma Parte para qualquer pessoa ou empresa aérea designada, ou relativos a uma aeronave utilizada na operação dos serviços acordados, permitirem uma diferença dos requisitos mínimos estabelecidos pela Convenção, e que tal diferença tenha sido notificada à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), a outra Parte pode pedir que se realizem consultas entre as autoridades aeronáuticas a fim de esclarecer a prática em questão.

3. Cada Parte, todavia, reserva-se o direito de recusar-se a reconhecer, para o objetivo de sobrevoos ou pouso em seu próprio território, certificados de habilitação e licenças concedidas aos seus próprios nacionais pela outra Parte.

Artigo 7

Segurança operacional

1. Cada Parte poderá solicitar, a qualquer momento, a realização de consultas sobre as normas de segurança operacional aplicadas pela outra Parte nos aspectos relacionados com as instalações aeronáuticas, tripulações de voo, aeronaves e operações de aeronaves. Tais consultas serão realizadas dentro dos trinta (30) dias após a apresentação da referida solicitação.

2. Se, depois de realizadas tais consultas, uma Parte chega à conclusão de que a outra não mantém e administra de maneira efetiva os requisitos de segurança, nos aspectos mencionados no parágrafo 1, que satisfaçam as normas estabelecidas à época em conformidade com a Convenção, a outra Parte será informada de tais conclusões e das medidas que se considerem necessárias para cumprir as normas da OACI. A outra Parte deverá, então, tomar as medidas corretivas para o caso, dentro de um prazo acordado.

3. De acordo com o Artigo 16 da Convenção, fica também acordado que qualquer aeronave operada por ou em nome de uma empresa aérea de uma Parte, que preste serviço para ou do território da outra Parte poderá, quando se encontrar no território desta última, ser objeto de uma inspeção pelos representantes autorizados da outra Parte, desde que isto não cause demoras desnecessárias à operação da aeronave. Não obstante as obrigações mencionadas no Artigo 33 da Convenção, o objetivo desta inspeção é verificar a validade da documentação pertinente da aeronave, as licenças de sua tripulação e se o equipamento da aeronave e a condição da mesma estão conformes com as normas estabelecidas à época em conformidade com a Convenção.

4. Quando uma ação urgente for essencial para assegurar a segurança da operação de uma empresa aérea, cada Parte reserva-se o direito de suspender ou modificar imediatamente a autorização de operação de uma ou mais empresas aéreas da outra Parte.

5. Qualquer medida tomada por uma Parte de acordo com o parágrafo 4 acima será suspensa assim que deixem de existir os motivos que levaram à adoção de tal medida.

6. Com referência ao parágrafo 2, se for constatado que uma Parte continua a não cumprir as normas da OACI, depois de transcorrido o prazo acordado, o Secretário Geral da OACI será disto notificado. O mesmo também será notificado após a solução satisfatória de tal situação.

Artigo 8

Segurança da aviação

1. Em conformidade com seus direitos e obrigações segundo o Direito Internacional, as Partes reafirmam que sua obrigação mútua de proteger a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita constitui parte integrante do presente Acordo. Sem limitar a validade geral de seus direitos e obrigações resultantes do Direito Internacional, as Partes atuarão, em particular, segundo as disposições da Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Praticados a Bordo de Aeronaves, assinada em Tóquio em 14 de setembro de 1963, da Convenção para a Repressão ao Aposseamento Ilícito de Aeronaves, assinada em Haia em 16 de dezembro de 1970 e da Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal em 23 de setembro de 1971, e seu Protocolo Suplementar para Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos Utilizados pela Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal em 24 de fevereiro de 1988, da Convenção para a Marcação de Explosivos Plásticos para o Propósito de Detecção, assinada em Montreal em 1 de março de 1991, ou outra convenção ou protocolo sobre segurança da aviação civil, aos quais ambas as Partes venham a aderir.

2. As Partes fornecerão, mediante solicitação, toda a assistência mútua necessária para a prevenção contra atos de apoderamento ilícito de aeronaves civis e outros atos ilícitos contra a segurança dessas aeronaves, seus passageiros e tripulações, aeroportos e instalações de navegação aérea, e qualquer outra ameaça à segurança da aviação civil.

3. As Partes agirão, em suas relações mútuas, segundo as disposições sobre segurança da aviação estabelecidas pela OACI e designadas como Anexos à Convenção; exigirão que operadores de aeronaves por elas registradas, ou operadores de aeronaves estabelecidos em seu território e os operadores de aeroportos situados em seu território ajam em conformidade com as referidas disposições sobre a segurança da aviação. Cada Parte notificará a outra Parte de toda diferença entre seus regulamentos e métodos nacionais e as normas de segurança da aviação dos Anexos. Qualquer das Partes poderá solicitar a qualquer momento a imediata realização de consultas com a outra Parte sobre tais diferenças.

4. Cada Parte concorda que a tais operadores de aeronaves pode ser exigido que observem as disposições sobre a segurança da aviação mencionadas no parágrafo 3 deste Artigo e exigidas pela outra Parte para a entrada, saída, ou permanência no território da outra Parte. Cada Parte assegurará que medidas adequadas sejam efetivamente aplicadas em seu território para proteger as aeronaves e para inspecionar passageiros, tripulações, bagagens de mão, bagagens, carga e provisões de bordo, antes

e durante o embarque ou carregamento. Cada Parte, também, considerará de modo favorável toda solicitação da outra Parte, com vistas a adotar medidas especiais e razoáveis de segurança para combater uma ameaça específica.

5. Quando ocorrer um incidente, ou ameaça de incidente de apoderamento ilícito de aeronave civil, ou outros atos ilícitos contra a segurança de tal aeronave, de seus passageiros e tripulações, de aeroportos ou instalações de navegação aérea, as Partes assistir-se-ão mutuamente, facilitando as comunicações e outras medidas apropriadas, destinadas a pôr termo, de forma rápida e segura, a tal incidente ou ameaça.

6. Cada Parte terá o direito, dentro dos sessenta (60) dias seguintes à notificação de sua intenção nesse sentido, de que suas autoridades aeronáuticas efetuem uma avaliação no território da outra Parte das medidas de segurança sendo ou a serem aplicadas, pelos operadores de aeronaves, com respeito aos voos que chegam procedentes do território da primeira Parte ou que sigam para o mesmo. Os entendimentos administrativos para a realização de tais avaliações serão feitos entre as autoridades aeronáuticas e implementados sem demora a fim de se assegurar que as avaliações se realizem de maneira expedita.

7. Quando uma Parte tiver motivos razoáveis para acreditar que a outra Parte não cumpre as disposições deste Artigo, a primeira Parte poderá solicitar a realização de consultas. Tais consultas começarão dentro dos quinze (15) dias seguintes ao recebimento de tal solicitação de qualquer das Partes. No caso de não se chegar a um acordo satisfatório dentro dos quinze (15) dias a partir do começo das consultas, isto constituirá motivo para negar, revogar, suspender ou impor condições sobre as autorizações da empresa aérea ou empresas aéreas designadas pela outra Parte. Quando justificada por uma emergência ou para impedir que continue o descumprimento das disposições deste Artigo, a primeira Parte poderá adotar medidas temporárias a qualquer momento.

Artigo 9

Tarifas aeronáuticas

1. Nenhuma Parte cobrará ou permitirá que sejam cobradas das empresas aéreas designadas da outra Parte tarifas aeronáuticas superiores às cobradas às suas próprias empresas aéreas que operem serviços aéreos internacionais semelhantes.

2. Cada Parte encorajará a realização de consultas sobre tarifas aeronáuticas entre suas autoridades competentes e as empresas aéreas que utilizem as instalações e os serviços proporcionados, quando for factível por meio das organizações representativas de tais empresas aéreas. Propostas de modificação das tarifas aeronáuticas deverão ser comunicadas aos usuários com razoável antecedência, a fim de permitir-lhes expressar seus pontos de vista antes que as alterações sejam feitas. Adicionalmente, cada Parte encorajará suas autoridades competentes e tais usuários a trocarem informações apropriadas relativas às tarifas aeronáuticas.

Artigo 10

Direitos alfandegários

1. Cada Parte, com base na reciprocidade, isentará uma empresa aérea designada da outra Parte, no maior grau possível em conformidade com sua legislação nacional, de restrições sobre importações, direitos alfandegários, impostos indiretos, taxas de inspeção e outras taxas e gravames nacionais que não se baseiem no custo dos serviços proporcionados na chegada, sobre aeronaves, combustíveis, lubrificantes, suprimentos técnicos de consumo, peças sobressalentes incluindo motores, equipamento de uso normal dessas aeronaves, provisões de bordo e outros itens, tais como bilhetes, conhecimentos aéreos, qualquer material impresso com o símbolo da empresa aérea designada e material publicitário comum distribuído gratuitamente pela empresa aérea designada, destinados ou usados exclusivamente na operação ou manutenção das aeronaves da empresa aérea designada da Parte que esteja operando os serviços acordados.

2. As isenções previstas neste Artigo serão aplicadas aos produtos referidos no parágrafo 1:

a) introduzidos no território de uma Parte por ou sob a responsabilidade da empresa aérea designada pela outra Parte;

b) mantidos a bordo das aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte, na chegada ou na saída do território da outra Parte; ou

c) levados a bordo das aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte ao território da outra Parte e com o objetivo de serem usados na operação dos serviços acordados;

sejam ou não tais produtos utilizados ou consumidos totalmente dentro do território da Parte que outorga a isenção, sob a condição de que sua propriedade não seja transferida no território de tal Parte.

3. O equipamento de bordo de uso regular, bem como os materiais e suprimentos normalmente mantidos a bordo das aeronaves de uma empresa aérea designada de qualquer das Partes, somente poderão ser descarregados no território da outra Parte com a autorização das autoridades alfandegárias de tal território. Nesse caso, tais itens poderão ser colocados sob a supervisão das mencionadas autoridades até que sejam reexportados ou se lhes dê outro destino, conforme os regulamentos alfandegários.

Artigo 11

Capacidade

1. Cada Parte permitirá que cada empresa aérea designada determine a frequência e a capacidade dos serviços de transporte aéreo internacional a ser ofertada, baseando-se em considerações comerciais próprias do mercado.

2. Nenhuma Parte limitará unilateralmente o volume de tráfego, frequência ou regularidade dos serviços, ou o tipo ou tipos de aeronaves operadas pelas empresas aéreas designadas da outra Parte, exceto por exigências de natureza alfandegária, técnica, operacional ou razões ambientais sob condições uniformes consistentes com o Artigo 15 da Convenção.

Artigo 12

Preços

1. Os preços cobrados pelos serviços operados com base neste Acordo poderão ser estabelecidos livremente pelas empresas aéreas, sem estar sujeitos a aprovação. Intervenção das partes limitar-se-á a:

- a) prevenção de preços ou práticas desarrazoadamente discriminatórios;
- b) proteção dos consumidores de preços que sejam desarrazoadamente altos ou restritivos devido ao abuso de uma posição dominante; e
- c) proteção de empresas aéreas de preços que sejam artificialmente baixos devido a subsídio ou apoio governamental direto ou indireto.

2. Cada Parte pode requerer notificação ou registro junto às autoridades, pelas empresas aéreas designadas, dos preços do transporte originados em seu território.

Artigo 13

Concorrência

1. As Partes deverão informar-se mutuamente, quando solicitadas, sobre suas leis, políticas e práticas sobre a concorrência ou modificações das mesmas, bem como quaisquer objetivos particulares a elas relacionados, que poderiam afetar a operação de serviços de transporte aéreo cobertos por este Acordo e deverão identificar as autoridades responsáveis por sua aplicação.

2. As Partes deverão notificar-se mutuamente sempre que considerarem que pode haver incompatibilidade entre a aplicação de suas leis, políticas e práticas sobre a concorrência, e as matérias relacionadas à aplicação deste Acordo.

3. Não obstante quaisquer outras disposições em contrário, nada do disposto neste Acordo deverá (i) requerer ou favorecer a adoção de acordos entre empresas, decisões de associações de empresas ou práticas combinadas que impeçam ou distorçam a concorrência; (ii) reforçar os efeitos de tais acordos, decisões ou práticas combinadas;

ou (iii) delegar a operadores econômicos privados a responsabilidade da tomada de medidas que impeçam, distorçam ou restrinjam a concorrência.

Artigo 14

Conversão de divisas e remessa de receitas

1. Cada Parte permitirá às empresas aéreas da outra Parte converter e remeter para o exterior, a pedido, todas as receitas locais provenientes da venda de serviços de transporte aéreo e de atividades conexas diretamente vinculadas ao transporte aéreo que excedam as somas localmente desembolsadas, permitindo-se sua rápida conversão e remessa, à taxa de câmbio do dia do pedido para a conversão e remessa.

2. A conversão e a remessa de tais receitas serão permitidas em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, e não estarão sujeitas a quaisquer encargos administrativos ou cambiais, exceto aqueles normalmente cobrados pelos bancos para a execução de tais conversões e remessa.

3. O disposto neste Artigo não desobriga as empresas aéreas de ambas as Partes do pagamento das taxas, tributos e contribuições a que estejam sujeitas.

4. Caso exista um acordo especial entre as Partes para evitar a dupla tributação, ou caso um acordo especial regule a transferência de fundos entre as Partes, tais acordos prevalecerão.

Artigo 15

Atividades comerciais

1. Cada Parte concederá às empresas aéreas da outra Parte o direito de vender e comercializar em seu território, serviços aéreos internacionais, diretamente ou por meio de agentes ou outros intermediários à escolha da empresa aérea, incluindo o direito de estabelecer seus próprios escritórios, tanto como empresa operadora como não operadora.

2. Cada empresa aérea terá o direito de vender serviços de transporte na moeda desse território ou, sujeito às leis e regulamentos nacionais, em moedas livremente conversíveis de outros países, e qualquer pessoa poderá adquirir tais serviços de transporte em moedas aceitas por essa empresa aérea.

3. As empresas aéreas designadas de uma Parte poderão, com base em reciprocidade, trazer e manter no território da outra Parte seus representantes e o pessoal comercial, operacional e técnico necessário à operação dos serviços acordados.

4. Essas necessidades de pessoal podem, a critério das empresas aéreas designadas de uma Parte, ser satisfeitas com pessoal próprio ou usando os serviços de qualquer outra

organização, companhia ou empresa aérea que opere no território da outra Parte, autorizadas a prestar esses serviços para outras empresas aéreas.

5. Os representantes e os auxiliares estarão sujeitos às leis e regulamentos em vigor da outra Parte e de acordo com tais leis e regulamentos:

a) cada Parte concederá, com base na reciprocidade e com o mínimo de demora, as autorizações de emprego, os vistos de visitantes ou outros documentos similares necessários para os representantes e os auxiliares mencionados no parágrafo 3 deste Artigo; e

b) ambas as Partes facilitarão e acelerarão as autorizações de emprego necessárias ao pessoal que desempenhe certos serviços temporários que não excedam noventa (90) dias.

Artigo 16

Código compartilhado

1. Ao operar ou oferecer dos serviços acordados nas rotas especificadas, qualquer empresa aérea designada de uma Parte poderá celebrar acordos comerciais de código compartilhado com:

a) empresa(s) aérea(s) de qualquer das Partes;

b) empresa(s) aérea(s) de um terceiro país;

desde que todas as empresas aéreas em tais acordos:

i - tenham os direitos apropriados;

ii - cumpram os requisitos normalmente aplicados a esses acordos, como a proteção e informação ao passageiro referente à responsabilidade.

2. Todas as empresas aéreas em tais acordos deverão, com relação a seus bilhetes vendidos, deixar claro para o comprador no ponto de venda com qual ou quais empresas aéreas ele está estabelecendo uma relação contratual.

3. Acordos de código compartilhado poderão estar sujeitos a autorização prévia das autoridades competentes antes da implementação.

Artigo 17

Flexibilidade operacional

1. Cada empresa aérea poderá, nas operações de serviços autorizados por este instrumento, utilizar aeronaves próprias ou aeronaves arrendadas ("dry lease"), subarrendadas, arrendadas por hora ("interchange" ou "lease for hours"), ou arrendadas com seguro, tripulação e manutenção ("wet lease"), por meio de um contrato entre as

empresas aéreas de cada Parte ou de terceiros países, observando-se as leis e regulamentos de cada Parte e o Protocolo sobre a Alteração à Convenção (artigo 83 bis). As autoridades aeronáuticas das Partes deverão celebrar um acordo específico estabelecendo as condições de transferência de responsabilidade para a segurança operacional, conforme prevista pela Organização de Aviação Civil Internacional.

2. Em qualquer trecho ou trechos das rotas do Anexo ao Acordo, qualquer empresa aérea terá o direito de operar transporte aéreo internacional, inclusive em regime de código compartilhado com outras empresas aéreas, sem qualquer limitação quanto à mudança, em qualquer ponto ou pontos na rota, do tipo, tamanho ou quantidade de aeronaves operadas, desde que o transporte além desse ponto seja continuação do transporte a partir do território da Parte que designou a empresa aérea, e que o transporte ingressando no território da Parte que designou a empresa aérea seja continuação do transporte originado além de tal ponto.

Artigo 18

Estatísticas

As autoridades aeronáuticas de cada Parte proporcionarão ou farão com que suas empresas aéreas designadas proporcionem às autoridades aeronáuticas da outra Parte, a pedido, as estatísticas periódicas ou eventuais, que possam ser requeridas de forma razoável.

Artigo 19

Aprovação de horários

1. As empresas aéreas designadas de cada Parte podem sem solicitadas a submeter sua previsão de horários de voos à aprovação das autoridades aeronáuticas da outra Parte, pelo menos trinta (30) dias antes do início de operação dos serviços acordados. O mesmo procedimento será aplicado para qualquer modificação dos horários.

2. Para os voos de reforço que a empresa aérea designada de uma Parte deseje operar nos serviços acordados, fora do quadro de horários aprovado, essa empresa aérea solicitará autorização prévia das autoridades aeronáuticas da outra Parte. Tais solicitações serão submetidas pelo menos cinco (5) dias úteis antes da operação de tais voos.

Artigo 20

Consultas

1. Qualquer das Partes pode, a qualquer tempo, solicitar a realização de consultas sobre a interpretação, aplicação, implementação ou emenda deste Acordo ou seu satisfatório cumprimento.

2. Tais consultas, que podem ser feitas mediante reuniões ou por correspondência, serão iniciadas dentro de um período de sessenta (60) dias a partir da data do recebimento da solicitação por escrito pela outra Parte, a menos que de outra forma acordado entre as Partes.

Artigo 21

Solução de controvérsias

1. No caso de qualquer controvérsia que possa surgir entre as Partes, relativa à interpretação ou aplicação deste Acordo, as autoridades aeronáuticas das Partes buscarão, em primeiro lugar, resolvê-las por meio de consultas e negociações.

2. Caso as Partes não cheguem a um acordo por meio de negociação, a controvérsia será solucionada pela via diplomática.

3. Se as Partes não chegarem a um acordo nos termos dos parágrafos (1) e (2) acima, qualquer das Partes poderá, de acordo com suas leis e regulamentos pertinentes, remeter a disputa a um tribunal de três árbitros que será constituído da seguinte maneira:

a) no prazo de sessenta (60) dias após receber um pedido de arbitragem por escrito, cada Parte designará um árbitro. Um nacional de um terceiro país, que atuará como Presidente do tribunal, será nomeado como o terceiro árbitro, por acordo entre os dois árbitros, no prazo de trinta (30) dias a contar da nomeação do segundo árbitro;

b) se dentro dos prazos especificados no parágrafo (3), subparágrafo (a) deste Artigo, qualquer nomeação não tiver sido feita, qualquer das Partes poderá, por escrito, requisitar ao Presidente do Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional a nomeação necessária dentro de trinta (30) dias. Se o Presidente for da mesma nacionalidade de uma das Partes, o Vice-Presidente mais antigo será requisitado a fazer a nomeação. Se o Vice-Presidente for da mesma nacionalidade que um das Partes, o Membro do Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional em seguida mais antigo, que não seja da mesma nacionalidade que uma das Partes, será requisitado a fazer a nomeação. Nesse caso, o terceiro árbitro designado pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente ou pelo Membro do Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional, conforme o caso, não será nacional ou residente permanente dos respectivos Estados das Partes.

4. Exceto nos casos previstos no presente artigo ou conforme acordado pelas partes, o tribunal determinará os limites de sua jurisdição de acordo com este Acordo e estabelecerá o seu próprio procedimento. Sob a direção do tribunal ou por solicitação por escrito de qualquer das Partes, uma conferência para determinar as questões precisas a serem arbitradas e os procedimentos específicos a serem seguidos deverão ser realizadas em até quinze (15) dias após a constituição integral do tribunal.

5. Exceto se for de outro modo acordado pelas Partes ou prescrito pelo tribunal, cada Parte submeterá um memorando, no prazo de quarenta e cinco (45) dias, a contar da

data em que o tribunal esteja inteiramente constituído. Cada Parte poderá apresentar uma resposta no prazo de sessenta (60) dias após a apresentação do Memorando da outra Parte. O tribunal realizará uma audiência após solicitação por escrito por qualquer das Partes ou a seu arbítrio, no prazo de quinze (15) dias após o prazo máximo de apresentação das respostas.

6. O tribunal tentará proferir uma decisão escrita dentro de trinta (30) dias após a conclusão da audiência ou, se não houver audiência, trinta (30) dias a contar da data em que ambas as respostas sejam apresentadas. A decisão será tomada por maioria de votos.

7. As Partes podem apresentar pedidos de esclarecimentos por escrito acerca da decisão, dentro de quinze (15) dias após o seu recebimento, e esse esclarecimento deverá ser publicado no prazo de quinze (15) dias, a contar da solicitação.

8. As decisões do tribunal arbitral serão definitivas e vinculativas para as Partes na controvérsia.

9. Cada Parte arcará com as despesas do árbitro designado por ela. As outras despesas do tribunal serão divididas igualmente entre as Partes, incluindo quaisquer gastos incorridos pelo Presidente, Vice-Presidente ou Membro do Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional, ao implementar os procedimentos do parágrafo (3) deste Artigo.

10. Se e desde que uma das Partes não cumpra qualquer decisão proferida conforme o parágrafo (6) deste Artigo, a outra Parte poderá limitar, negar ou revogar quaisquer direitos ou privilégios que tenha concedido, em virtude deste Acordo, à Parte em falta ou para a empresa ou empresas aéreas em falta.

Artigo 22

Emendas

Qualquer emenda a este Acordo, acordada entre as Partes, entrará em vigor conforme os procedimentos descritos no Artigo 26 do presente Acordo.

Artigo 23

Acordos multilaterais

Se ambas as Partes aderirem a um acordo multilateral que trate de assuntos cobertos pelo presente Acordo, as Partes realizarão consultas para determinar se o presente Acordo deverá ser emendado para conformar-se ao acordo multilateral.

Artigo 24

Denúncia

Qualquer das Partes pode, a qualquer tempo, notificar a outra Parte por escrito, por via diplomática, da sua decisão de denunciar este Acordo. Tal notificação será feita simultaneamente à OACI. Este Acordo expirará à meia-noite, hora local da Parte notificada, imediatamente antes do primeiro aniversário da data de recebimento da notificação pela outra Parte, a menos que se retire tal notificação mediante acordo, antes de concluído tal prazo. Se a outra Parte não acusar recebimento, será considerado que a notificação foi recebida quatorze (14) dias depois de seu recebimento pela OACI.

Artigo 25

Registro na OACI

Este Acordo e qualquer emenda ao mesmo, serão registrados, depois de assinados, na OACI pela Parte em cujo território haja sido assinado, ou conforme o acertado entre as Partes.

Artigo 26

Entrada em Vigor

Este Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data de recebimento da última Nota Diplomática indicando que todos os procedimentos internos necessários foram completados por cada uma das Partes.

Em testemunho do que os abaixo assinados, estando devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

ANEXO

QUADRO DE ROTAS

Rotas a serem operadas pela(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) pelo Brasil:

Pontos		Aquém:		Quaisquer		Pontos
Pontos	de	Origem:	Quaisquer	pontos	no	Brasil
Pontos		Intermediários:		Quaisquer		pontos
Pontos	de	Destino:	Quaisquer	pontos	na	Guiana
Pontos	Além:	Quaisquer	pontos			

Rotas a serem operadas pela(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) pela Guiana:

Pontos		Aquém:		Quaisquer		Pontos
Pontos	de	Origem:	Quaisquer	pontos	na	Guiana
Pontos		Intermediários:		Quaisquer		pontos
Pontos	de	Destino:	Quaisquer	pontos	no	Brasil
Pontos	Além:	Quaisquer	pontos			

NOTAS:

1. As empresas aéreas designadas de ambas as Partes poderão, em qualquer ou em todos os voos e à sua opção:

2.

a) efetuar voos em uma ou ambas as direções;

b) combinar diferentes números de voo na operação de uma aeronave;

c) servir, nas rotas, pontos intermediários e além e pontos nos territórios das Partes, em qualquer combinação e em qualquer ordem, sem direitos de cabotagem;

d) omitir escalas em qualquer ponto ou pontos; e

e) transferir tráfego de quaisquer de suas aeronaves para quaisquer de suas outras aeronaves em qualquer ponto das rotas;

sem limitação de direção ou geográfica, e sem perda de qualquer direito de transportar tráfego de outra forma permitido sob este Acordo, desde que o transporte seja parte de um serviço que sirva um ponto no território da Parte que designa a empresa aérea.

3. As empresas aéreas designadas de ambas as Partes poderão, em qualquer ou em todos os voos, exercer direitos de tráfego de quinta liberdade em quaisquer pontos intermediários e/ou além.

4. Direitos adicionais estarão sujeitos a entendimento entre as Autoridades Aeronáuticas de ambas as Partes.

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “APOIO À CERTIFICAÇÃO DE SEMENTES, ANÁLISE DE RISCO DE PRAGAS E MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FITOSSANIDADE NA GUIANA”

O Governo da República Federativa do Brasil

e

o Governo da República Cooperativista da Guiana (doravante denominados “Partes”),

Considerando que a cooperação técnica entre as Partes tem sido fortalecida ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do

Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana, firmado em 29 de janeiro de 1982;

Reconhecendo o desejo mútuo de promover a cooperação técnica para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área de agricultura reveste-se de especial interesse para as Partes;

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do Projeto “Apoio à Certificação de Sementes, Análise de Redução de Pragas e Modernização de Serviços de Fitossanidade na Guiana” (doravante denominado “Projeto”), cuja finalidade é melhorar a qualidade e aumentar o nível de inocuidade dos produtos da Guiana, por meio do fortalecimento dos sistemas de certificação de sementes e de controle fitossanitário.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades a serem desenvolvidas e os resultados que se pretende alcançar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras autorizadas pelas Partes.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Cooperativista da Guiana designa:

a) o Ministério de Negócios Estrangeiros como instituição responsável pela coordenação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Instituto Nacional de Pesquisa e Extensão Agrícola (NAREI) como instituição responsável pela execução, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

- a) prestar apoio operacional para a execução do Projeto;
- b) disponibilizar instalações adequadas para a realização dos treinamentos no Brasil; e
- c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Cooperativista da Guiana cabe:

- a) designar técnicos guianenses para participarem das atividades de cooperação técnica no âmbito do Projeto;
- c) prestar apoio operacional para a execução do Projeto;
- d) garantir a manutenção dos vencimentos e demais vantagens do cargo ou função dos técnicos guianenses que estiverem envolvidos no Projeto;
- e) tomar as providências apropriadas para que as ações desenvolvidas sob este Ajuste Complementar tenham continuidade; e
- f) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros ou qualquer outra atividade gravosa ao patrimônio nacional de ambos os países.

Artigo IV

Na execução das atividades resultantes deste Ajuste Complementar, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Cooperativista da Guiana.

Artigo VI

1 As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios periódicos sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento objeto de publicação.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por dois (2) anos, sendo renovado automaticamente por iguais períodos até o cumprimento de seu objeto, salvo decisão contrária de qualquer das Partes.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será amigavelmente resolvida pelas Partes, por via diplomática.

Artigo IX

O presente Ajuste Complementar poderá ser modificado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

Artigo X

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, a sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. As Partes decidirão sobre a continuidade das atividades em execução.

Artigo XI

Para todas e quaisquer questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana, firmado em 29 de janeiro de 1982.

SITUAÇÃO NA VENEZUELA 28/06/2017

O governo brasileiro acompanha com muita preocupação a escalada de tensões na Venezuela. Repudia o assédio cometido por grupos paramilitares contra o Congresso venezuelano. Cumpre ao governo de Nicolás Maduro assegurar o mais absoluto respeito à integridade física dos congressistas, garantir a imunidade parlamentar e proceder à

imediate restauração das competências da Assembleia Nacional. A violação sistemática do princípio da independência dos poderes é uma das provas mais ostensivas da situação autoritária em que vive a Venezuela. O governo brasileiro também condena o lançamento de granadas contra as instalações do Tribunal Supremo de Justiça a partir de helicóptero supostamente de propriedade da polícia venezuelana. É imperativo que a restauração do estado democrático de direito na Venezuela seja perseguida de maneira pacífica e em plena consonância com os ditames constitucionais.

O FIM DAS ARMAS NUCLEARES (FOLHA DE SÃO PAULO, 27/03/2017) 27 DE MARÇO DE 2017

O Brasil participará, a partir desta segunda (27), da Conferência das Nações Unidas para negociar um tratado com o objetivo de proibir as armas nucleares. Fiel ao princípio constitucional que determina o uso da energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos, lutamos por um mundo livre do armamento mais letal já concebido.

A negociação de um tratado de banimento é o resultado de três conferências sobre os impactos humanitários dessas armas. Realizadas entre 2012 e 2014, hoje conhecidas como a "Iniciativa Humanitária", elas concluíram que a detonação de uma bomba nuclear teria efeitos impensáveis sobre as normas básicas do direito internacional humanitário. Isso sem falar no impacto catastrófico sobre a vida humana e o meio ambiente.

Na última das conferências, em 2014, mais de 120 países subscreveram a "Promessa Humanitária" de empreender ações para banir essas armas do planeta. A "Iniciativa Humanitária" decorre do próprio Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), cujo preâmbulo determina o emprego de "todos os esforços para prevenir o perigo" da guerra nuclear e para "preservar a segurança dos povos".

Os Estados nuclearmente armados, infelizmente, não se associaram à "Promessa Humanitária", preferindo uma "abordagem progressiva" para

reduzir os perigos e, em última análise, alcançar o desarmamento nuclear.

É verdade que, desde o auge da Guerra Fria, o número total de ogivas nucleares diminuiu significativamente. Mas será que estamos mais perto de um mundo livre desses armamentos?

Se tomarmos como base os resultados da "abordagem progressiva", a resposta é não: depois de mais de 50 anos da entrada em vigor do TNP, nove países ainda detêm mais de 15 mil armas nucleares, arsenal mais do que suficiente para destruir o planeta.

A maioria dos Estados nuclearmente armados assumiu compromissos com o desarmamento nuclear, mas não demonstra o mesmo entusiasmo com ações concretas.

Essa postura não é coerente com as preocupações da grande maioria dos países, que deseja o avanço urgente do desarmamento nuclear com base em imperativos éticos, de segurança, econômicos e ambientais.

Diferentemente do que pregam os defensores da "abordagem progressiva", o tratado de banimento de armas nucleares não atentará contra o Tratado de Não Proliferação Nuclear. Antes o reforçará, ao instar todos os Estados a empreenderem medidas efetivas com vistas à cessação da corrida armamentista e ao desarmamento nuclear.

A comunidade internacional já baniu as outras armas de destruição em massa, as químicas e as biológicas, não havendo razão para não proibir, igualmente, a única capaz de aniquilar a vida na Terra.

É passada a hora de tomar medidas corajosas para corrigir uma perigosa lacuna jurídica na construção de um mundo mais seguro.

Para a diplomacia brasileira, a defesa do desarmamento nuclear, mais do que uma opção estratégica, constitui um imperativo moral e um dever constitucional.

Participaremos da conferência com espírito construtivo, com a consciência de que a adoção de padrões de conduta mais elevados no âmbito multilateral ainda é a melhor alternativa para promover soluções eficazes e legítimas para os desafios globais.

Convidamos todos os países a se juntarem a nós e aos demais patrocinadores da iniciativa e a participarem de maneira construtiva desse exercício histórico.

Aloysio Nunes Ferreira é ministro das Relações Exteriores. Foi senador (PSDB-SP) e ministro da Justiça (governo FHC)

ARTIGOS

PARCERIA PARA O FUTURO (O GLOBO, 05/04/2017)

No dia 7 de abril, participarei, ao lado do Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, da reunião ministerial dos membros fundadores do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e dos países que integram a Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, Peru e México). É mais um passo que daremos no resgate dos propósitos originais do Mercosul com vistas a tornar o bloco uma plataforma para a inserção competitiva de nossos países na economia internacional.

Um dos caminhos para alcançar esse objetivo é o estabelecimento de acordos comerciais com outros países ou blocos. O Mercosul e a Aliança do Pacífico representam juntos 80% da população da América Latina e Caribe, respondendo por mais de 90% do PIB e dos fluxos de investimento direto estrangeiro na região. Estamos falando de um mercado de quase 470 milhões de pessoas.

A convergência entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico pode significar o nascimento de um novo polo dinâmico da economia mundial. Queremos aproveitar a rede de acordos que já nos unem para dar um salto de qualidade. Possuímos hoje acordos de livre comércio com todos os países sul-americanos da Aliança do Pacífico. Com o Chile, já alcançamos liberalização total do comércio e, com

Peru e Colômbia, estamos muito perto disso.

Em 2019, graças aos acordos existentes, será concluída uma virtual área de livre comércio na América do Sul. O Brasil procura, atualmente, completar essa rede de acordos, ampliando seu acordo comercial com o México, a segunda principal economia da América Latina. Com todos os países da Aliança, concluímos acordos de facilitação de investimentos e assinamos ou estamos negociando acordos sobre serviços e compras governamentais.

Em 2016, as exportações do Mercosul para a Aliança do Pacífico alcançaram US\$ 17,6 bilhões, valor superior às exportações registradas entre os países da própria Aliança (US\$ 14,6 bilhões). O Brasil figura como o principal parceiro comercial na América Latina de Chile, Peru e México e o segundo da Colômbia na região.

A agenda de cooperação entre os dois blocos ambiciona ir além dos acordos comerciais em vigor, buscando simplificar os trâmites de comércio exterior e incentivar parcerias empresariais, com atenção especial às pequenas e médias empresas. Queremos aproveitar também as complementaridades entre as economias e fomentar as cadeias produtivas regionais.

Os vínculos entre Mercosul e Aliança do Pacífico se veem hoje fortalecidos por uma coincidência de visões entre os nossos governos, que compreendem que têm muito a ganhar com a convergência entre os dois blocos.

A situação econômica brasileira e a conjuntura externa oferecem oportunidade que não deve ser desperdiçada para que o Brasil fortaleça a integração com seus vizinhos em busca de um novo ciclo de desenvolvimento nacional. Tenho certeza de que a reunião de Buenos Aires ajudará a impulsionar a integração entre esses dois blocos irmãos, abrindo um novo e auspicioso capítulo na integração latino-americana.

BRASIL Y CHILE: UMA AMISTAD "SIN LÍMITES" (EL MERCURIO – 11/04/2017) [ESPANHOL]

Realizo hoy una visita a Santiago, la primera como ministro de Relaciones Exteriores, con el propósito de reafirmar la importancia que el gobierno y el pueblo de Brasil les atribuyen a los lazos de amistad y cooperación con Chile. Además de los intereses comunes que nos aproximan, compartimos los valores de la democracia, de los derechos humanos y del desarrollo sustentable. Defendemos un orden internacional justo, equilibrado, basado en las normas y abierto a los intereses de los países en vías de desarrollo. No bastando con estos puntos de convergencia, Chile es también, para muchos brasileños, la tierra que les concedió asilo y solidaridad en la época del régimen militar brasileño, antes de que la dictadura golpeará sobre el propio pueblo chileno.

Tengo la convicción de que, sobre la sólida base de nuestra tradicional amistad, es posible construir una nueva y aún más dinámica colaboración. Las prioridades son claras: ampliar aún más el comercio y la inversión, realizar proyectos de infraestructura, pero también buscar juntos respuestas a los problemas regionales y globales.

Estoy muy satisfecho al corroborar que Brasil concentra el mayor volumen de la inversión extranjera chilena en el mundo y que existe, entre los empresarios brasileños, un creciente interés por invertir en Chile. A su vez, el comercio entre Brasil y Chile ya está

totalmente liberalizado, en virtud del Acuerdo de Complementación Económica Mercosur-Chile (ACE-35). Con un intercambio comercial de alrededor de US\$ 7 mil millones, Brasil es el principal socio comercial de Chile en Sudamérica, y Chile el segundo socio de Brasil en la región. Estos datos son positivos, pero estamos lejos de explotar todo el potencial de integración económica y comercial entre nuestros países. Tenemos que trabajar con vista hacia la modernización del marco regulatorio para ampliar todavía más los flujos de comercio e inversión. Ya firmamos, en 2015, el Acuerdo de Cooperación y Facilitación de Inversiones y estamos negociando acuerdos sobre servicios financieros y compras públicas.

Juntos, Brasil y Chile defienden la aproximación entre el Mercosur y la Alianza del Pacífico, promoviendo la "convergencia en la diversidad", en la feliz expresión de la Cancillería chilena. Creo que la reunión de cancilleres de los dos bloques, realizada el 7 de abril, en Buenos Aires, fue un paso importante en esa dirección.

Al lado de Argentina y Paraguay, Brasil y Chile impulsan la construcción del Corredor Bioceánico que unirá Porto Murtinho (en Mato Grosso do Sul) con los puertos del norte de Chile. El proyecto de la carretera tiene potencial para unir aún más a nuestros pueblos y a nuestras empresas, además de incrementar los flujos de comercio bilateral y regional.

La coincidencia de principios y la confianza mutua han posibilitado la exitosa coordinación de posiciones, tanto en el ámbito regional como multilateral. Saludamos la evolución positiva del proceso de paz en Colombia, que apoyamos como países garantes de las negociaciones entre el gobierno colombiano y el Ejército de Liberación Nacional (ELN). Convergimos, también, en el llamado para que el gobierno de Venezuela restablezca la plena vigencia de las instituciones democráticas a través de medidas que garanticen la independencia y separación de los poderes, el respeto al debido proceso legal, la observación del calendario electoral y la liberación de todos los presos políticos.

La densidad y amplitud de las relaciones entre Brasil y Chile dan cuenta de la vitalidad de los lazos que nos unen. La convergencia de valores y los proyectos comunes aseguran la proximidad cada día más concreta entre las sociedades brasileña y chilena, a pesar de la ausencia de fronteras físicas. Como ya apuntaba el Barón de Río Branco, patrono de la diplomacia brasileña, la amistad entre nuestros países es "sin límites", en un preciso juego de palabras. Mis próximos encuentros con la Presidenta Michelle Bachelet y con el canciller Heraldo Muñoz nos permitirán ampliar aún más nuestra relación.

O IMPERATIVO DA PARCERIA COM A ÁFRICA (CORREIO BRAZILIENSE, 06/05/2017)

Amanhã, darei início a um périplo pela África Austral, uma das regiões com maior potencial de crescimento econômico do planeta. Em uma semana, visitarei cinco países: Namíbia, Botsuana, Malawi, Moçambique e África do Sul. O objetivo é reforçar a agenda de diálogo político e cooperação econômica, demonstrando a prioridade da África nas relações exteriores do Brasil.

O Brasil é o maior país africano fora da África, uma identidade da qual nos orgulhamos e um cartão de visitas capaz de abrir portas e angariar a boa vontade dos países africanos. Queremos traduzir essa afinidade histórica em ações concretas, aprofundando projetos de cooperação, ampliando o comércio e os investimentos e criando novas parcerias em áreas como defesa, energia, e ciência e tecnologia. Queremos também aprofundar o diálogo diplomático sobre temas da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Mantemos programas importantes de cooperação com a maioria dos países africanos, sobretudo nas áreas de saúde, agricultura, educação e formação profissional. Esses programas demonstram o interesse brasileiro em contribuir para o desenvolvimento econômico e social do continente, mas é preciso ir além. As lideranças africanas pedem a presença do Brasil não apenas como prestador de cooperação, mas também e cada vez mais como investidor e parceiro nos negócios.

Visitarei alguns dos países acompanhado de empresários interessados em identificar as imensas oportunidades para o comércio e os investimentos. Pretendo avaliar exemplos emblemáticos de parcerias que desejamos multiplicar. Em Moçambique, participarei da inauguração do corredor de Nacala, empreendimento da Vale com empresa local, que representa o maior investimento estrangeiro naquele país. Na África do Sul, buscarei identificar novas oportunidades inspiradas, por exemplo, no êxito do programa de desenvolvimento conjunto de um míssil ar-ar de curto alcance, além de estreitar nossa coordenação em temas multilaterais e no âmbito dos grupos Brics e Ibas.

Em cada um dos países visitados, há uma robusta agenda em andamento e muitas oportunidades inexploradas. Com a Namíbia, temos uma cooperação histórica na área de defesa, tendo sido o Brasil responsável pela criação da Marinha daquele país e formado mais de mil militares namibianos nos últimos anos. Botsuana é um país estável, de crescimento acelerado e uma das maiores rendas médias da África, ou seja, um mercado promissor para as exportações brasileiras. A minha visita ao Malawi será a primeira de um chanceler brasileiro ao país, que também conta com investimentos brasileiros em mineração e com cooperação no setor algodoeiro.

Neste século, o continente africano tem apresentado índices de crescimento acima da média mundial. Apesar da crise nos últimos anos, as exportações brasileiras para a África alcançaram US\$ 7,8 bilhões em 2016, em sua maior parte compostas por manufaturados (40%) e semimanufaturados (22,6%). A tendência de longo prazo é positiva. Aproveitarei meus contatos para estimular a organização de missões comerciais à África, de modo a aproveitar melhor a entrada em vigor do Acordo de Preferências Comerciais Mercosul-Sacu.

Parto para a África com a certeza de que temos muito a ganhar com o fortalecimento desses laços de cooperação, sobretudo no contexto das atuais transformações políticas e econômicas no mundo, em que o continente africano, ao lado do asiático, é um polo em ascensão. A parceria com a África é não apenas uma decorrência natural de nossas afinidades históricas e culturais, mas um imperativo na construção de uma ordem mundial mais favorável aos nossos interesses e aspirações.

Aloysio
Ministro das Relações Exteriores

Nunes

Ferreira

**MOÇAMBIQUE E BRASIL: HISTÓRIAS CRUZADAS, PARCERIAS SÓLIDAS
(O PAÍS, MOÇAMBIQUE, 11/05/2017)**

O Brasil é o maior país africano fora da África. Esse traço de nossa identidade nacional constitui ativo inestimável e motivo de orgulho de todos os brasileiros. Por isso, a construção de relações sólidas com a África representa uma aspiração do conjunto da sociedade brasileira e um elemento insubstituível de nossa política externa. E Moçambique está claramente no centro de nossas atenções na África.

Os laços históricos e culturais que unem o Brasil à África e a Moçambique forneceram a base para a construção de relações sólidas e maduras. Hoje, encaramos o continente africano como um novo polo dinâmico da economia mundial. Queremos que os valores comuns sejam o motor de parcerias concretas nas mais diversas áreas do

relacionamento, traduzindo as afinidades culturais e os vínculos afetivos em parcerias geradoras de oportunidades de negócios, investimentos, bem-estar e desenvolvimento.

É com esse espírito que escolhi o continente africano como destino de minha primeira viagem para além da América do Sul – e Moçambique como a primeira visita entre as nações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Sou portador de uma clara mensagem do presidente Michel Temer e do povo brasileiro: Moçambique é e continuará a ser um parceiro prioritário para o Brasil. Construímos, nos últimos 41 anos, uma relação rica e abrangente, marcada por um diálogo político fluido, por um intercâmbio económico intenso e diversificado, e por uma expressiva e crescente convergência cultural. Estabelecemos uma efetiva relação de parceria, baseada na confiança, no respeito mútuo e na inequívoca disposição de aproximar nossas sociedades, de sempre avançar.

Tenho a convicção de que podemos estreitar ainda mais os fortes laços de amizade e cooperação que unem nossos povos. Compartilhamos, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, os valores da democracia, da promoção da paz e do desenvolvimento sustentável. Defendemos uma ordem internacional mais justa e aberta aos anseios de todos os países.

O Brasil seguirá apostando na realização do imenso potencial económico de Moçambique. Com uma população jovem e empreendedora e abundantes recursos naturais, o país apresenta oportunidades promissoras. Investimentos brasileiros em Moçambique já alcançam USD 9 bilhões. Continuaremos trabalhando na identificação de novas parcerias em áreas estratégicas, como agricultura e produção de energia, com o objetivo de aproximar ainda mais os sectores produtivos de nossos países.

No dia 12 de Maio, terei a honra de acompanhar o Presidente Filipe Nyusi na inauguração oficial do Corredor Logístico de Nacala. Símbolo do potencial económico resultante da associação entre empresas moçambicanas e brasileiras, o Corredor Logístico de Nacala dará relevante contribuição para o desenvolvimento das regiões centro e norte do país.

É com orgulho que ressalto que Moçambique é o maior parceiro da cooperação sul-sul prestada pelo Brasil. Projetos pioneiros da Agência Brasileira de Cooperação são desenvolvidos nos sectores de saúde, agricultura familiar, educação, alimentação escolar, seguridade social e planeamento urbano. Por meio de um processo de aprendizagem recíproca e sem imposição de condicionalidades, técnicos moçambicanos e brasileiros compartilham experiências exitosas que são aplicadas na melhoria da qualidade de vida da população. Assinarei, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Oldemiro Balói, novos projetos que ampliam o escopo da cooperação bilateral.

Moçambicanos e brasileiros partilham uma visão de mundo baseada na tolerância e na valorização da diversidade. Influências recíprocas - presentes na música, na literatura,

na dança e na culinária - enriquecem nossas culturas e aproximam nossos povos. O Centro Cultural Brasil-Moçambique, fundado em 1989, é um dos símbolos dessa grande convergência. Por isso, com a finalidade de fortalecer ainda mais o intercâmbio entre as artes e as culturas do Brasil e de Moçambique, terei a grande alegria de inaugurar o auditório Vinicius de Moraes, grande poeta, músico e diplomata brasileiro, no âmbito da cerimônia de reabertura do Centro Cultural Brasil-Moçambique. Na ocasião, haverá homenagem à escritora Paulina Chiziane e apresentação da cantora Mingas.

Não hesito em afirmar que Moçambique e Brasil continuarão a estreitar os laços de amizade e cooperação. As perspectivas para o fortalecimento de nossas relações políticas e económico-comerciais são extremamente promissoras. Vamos continuar a utilizar a forte amizade e a afinidade cultural que nos unem como promotores do desenvolvimento económico e social, em benefício de nossos povos.

30 ANOS DE TRABALHO E ÊXITOS (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/05/2017)

Ao comemorar 30 anos, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) consolidou-se como alavanca para o desenvolvimento e importante instrumento de política externa, melhorando a vida das pessoas nos países parceiros e contribuindo para promover a imagem do Brasil no exterior.

Primeira agência de cooperação internacional de um país em desenvolvimento, e hoje referência mundial, a ABC foi criada para gerir programas de cooperação técnica e evoluiu como coordenadora da cooperação técnica prestada por nosso.

Sua atuação alcança cerca de 3.000 projetos em 108 países, em áreas como agricultura, segurança alimentar, saúde, educação e formação profissional.

Diversas são as iniciativas que merecem destaque. O programa de bancos de leite humano foi considerado, pela OMS, excelente no combate à mortalidade infantil. Com baixo custo de implementação, já beneficiou mais de 300 mil crianças em 24 países.

O Programa de segurança alimentar e nutricional escolar beneficia famílias, crianças e adolescentes em 29 países da África e da América Latina, mediante a transferência de metodologias e práticas brasileiras que estimulam hábitos alimentares saudáveis.

Em minha recente viagem de trabalho ao continente africano, pude atestar que os projetos da ABC, além de contribuírem para a melhoria das condições de vida das populações locais, também exercem a função de "embaixadores" do Brasil, divulgando ações de nosso país em diversos setores associados ao desenvolvimento social e econômico.

Um país com a dimensão e o perfil do Brasil não pode prescindir da cooperação como parte de sua inserção internacional.

É nosso dever preservar esse patrimônio brasileiro, modernizando seus instrumentos e fortalecendo sua base jurídica. Com esse objetivo, pretendo apresentar ao presidente da República, para posterior apreciação ao Congresso Nacional, um projeto de lei que estabelece a Política Nacional de Cooperação para o Desenvolvimento.

A ABC está pronta para um novo salto de qualidade e para continuar a fazer diferença na vida das pessoas. Seguirá ajudando a projetar, nos diversos países em que atua, a capacidade do Brasil de encontrar soluções aos desafios do desenvolvimento.

Parabéns à ABC e a todas as instituições parceiras, no país e no exterior, pelos êxitos alcançados nesses 30 anos de muito trabalho.

ALOYSIO NUNES FERREIRA é ministro das Relações Exteriores. Foi senador (PSDB-SP) e ministro da Justiça (governo FHC)

POR UMA VENEZUELA NOVAMENTE DEMOCRÁTICA (O ESTADO DE S. PAULO, 06/06/2017)

Defendemos o respeito aos princípios democráticos para que o povo venezuelano possa voltar a ser senhor do próprio destino.

Particpei, no dia 31, da 29.^a Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA), convocada para tratar da crise política e humanitária na Venezuela.

O que motivou a Reunião de Chanceleres foi a constatação de que o estado democrático de direito deixou de vigorar na Venezuela.

O que vemos diariamente naquele país é a arbitrariedade de um governo que cerceia as liberdades fundamentais de seus cidadãos, destrói a independência do Judiciário, ignora a voz do Legislativo, sufoca a oposição e se nega a organizar eleições.

Prisioneiros políticos e de consciência lotam os porões do regime. O saldo crescente de mortos e feridos, resultante dos confrontos entre opositores e forças governamentais nas ruas, é um verdadeiro escândalo em uma região que fez uma escolha decidida pela paz, pela democracia, pelos direitos humanos e pela busca do desenvolvimento.

Podemos ter opiniões diversas, do ponto de vista político ou ideológico, sobre o governo venezuelano, mas o fato inegável é que, a cada dia, aumenta o número de cidadãos venezuelanos vitimados por uma impiedosa repressão governamental. Até quando isso vai continuar?

Não podemos deixar o povo venezuelano desamparado. Nosso continente já sofreu demais o flagelo do autoritarismo, por isso qualquer ameaça de retrocesso nos toca profundamente e exige nossa ação.

O governo brasileiro está firmemente comprometido com a criação das condições para uma saída política e pacífica para a Venezuela, que deve ser encontrada pelos próprios venezuelanos com o apoio e a facilitação de um grupo representativo de países e da OEA.

Entre os países-membros da OEA, há reconhecimento generalizado da gravidade da crise, da urgência de um fim imediato para a violência e da necessidade de um diálogo efetivo, real, entre o governo e a oposição, com vistas à definição de um cronograma de transição política pacífica.

O grupo de países composto por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Panamá, Peru e Uruguai já apresentou uma proposta sólida para avançar nesse sentido.

Preocupa-nos, em especial, a convocação pelo governo venezuelano de uma Assembleia Constituinte segundo procedimento que está à revelia do princípio do sufrágio universal inscrito na própria Constituição bolivariana.

Trata-se de medida que, além de alijar ainda mais o Poder Legislativo legítimo, provocará seguramente, se não for revertida, a radicalização cada vez maior da crise política e o alastramento da violência.

Estamos trabalhando com os países caribenhos da OEA para aproximar a proposta deles da nossa e, assim, fortalecer nossa atuação conjunta em defesa da democracia e da paz na Venezuela. A Reunião de Chanceleres em Washington demonstrou que estamos unidos no firme propósito de ajudar os venezuelanos a alcançar uma solução para a crise o mais rápido possível.

Não posso deixar de enfatizar a trágica dimensão humanitária da crise. Milhares de cidadãos venezuelanos atravessam todos os dias a fronteira com o Brasil. Vêm ao nosso País compelidos pela escassez na Venezuela de gêneros indispensáveis à sobrevivência.

O governo da Venezuela não pode restringir mais a entrada no país e a distribuição, sem discriminações, de alimentos e medicamentos para socorrer sua população.

A crise humanitária é consequência direta da privação de direitos sofrida pelos venezuelanos. Defendemos o respeito aos princípios democráticos para que o povo da Venezuela possa voltar a ser senhor do próprio destino. A soberania e a autodeterminação na Venezuela precisam emanar de um povo capaz de participar ativamente da vida da nação, em ambiente democrático verdadeiramente livre. Somente na democracia é possível trilhar o caminho da paz social e da prosperidade, que é o que nós brasileiros desejamos aos irmãos venezuelanos.

O BRASIL CONTRA O ANTISSEMITISMO (CORREIO BRAZILIENSE, 29/06/2017)

É por ter apreço especial e respeito profundo pelo Estado de Israel e pelo povo judeu que decidi reagir ao artigo “Antissemitismo à brasileira”, publicado no Correio Braziliense de 20/6/17. Embora inspirado, estou certo, das melhores intenções, o texto contém equívocos que não podem ficar sem resposta. O principal deles é a tese de que haveria uma escalada do antissemitismo no governo, de que seria exemplo o voto brasileiro em uma decisão da Unesco. O artigo considera que o Brasil contestou a soberania israelense sobre Jerusalém Oriental ao votar a favor da decisão. O texto, porém, não trata da soberania, mas da preservação do patrimônio histórico, cultural e religioso da Cidade Velha de Jerusalém, sagrada para judeus, cristãos e muçulmanos, e inscrita como patrimônio cultural da humanidade por resolução da própria Unesco desde 1981.

A decisão trata, isso sim, do fato de Israel autorizar escavações arqueológicas que podem alterar esse patrimônio e proibir seu acompanhamento técnico pela Unesco, organismo criado exatamente para colaborar com a preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e religioso. O artigo não menciona que, de acordo com as resoluções da ONU, o status de Jerusalém não está resolvido — posição do Brasil e de dezenas de nações amigas de Israel, inclusive daquelas que votaram contra a decisão. Omite também que foi no governo Temer que o Brasil trabalhou para que o projeto de decisão da Unesco reconhecesse claramente os vínculos históricos das três religiões monoteístas com a Cidade Velha de Jerusalém.

A atuação decidida da delegação brasileira e de outros países afins ajudou a eliminar os aspectos mais problemáticos do projeto. É verdade que o texto final não é perfeito. Por essa razão, a delegação brasileira, em sua explicação de voto, reafirmou que continuará a atuar para que futuros textos sejam totalmente imparciais e tenham caráter técnico de proteção do patrimônio da humanidade, livre de elementos políticos indesejáveis.

O artigo também ignora a posição histórica do Brasil de reconhecer a necessidade da solução de dois Estados para o conflito árabe-israelense e as obrigações que decorrem do direito internacional, inclusive no tocante ao status dos territórios palestinos ocupados. O mais grave e inaceitável na argumentação, porém, é assimilar o voto brasileiro ao antissemitismo e ao antissionismo, numa acusação que é tão despropositada quanto injusta. Por essa lógica, qualquer voto contrário às posições oficiais de Israel seria sinal de antissemitismo. Em 1975, como aponta o artigo, houve de fato o voto a favor da resolução que classificava o sionismo como forma de racismo, erro que foi posteriormente corrigido.

O Brasil de hoje se pauta nessas e em outras questões pelo exame criterioso do direito internacional e pela busca do entendimento e da solução pacífica das controvérsias. Valorizamos a relação com Israel e defendemos o combate ao verdadeiro antissemitismo, o que se manifesta na exclusão e na violência contra judeus, mas para isso não precisamos adotar um alinhamento automático às posições oficiais de nenhum país. Anualmente nos juntamos à condenação ao antissemitismo e outras formas de racismo no Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto.

O que desejamos é a paz e a prosperidade para Israel, objetivo que depende em grande medida de uma solução política definitiva para o conflito na região. Isso explica nossa defesa da solução de dois Estados (Israel e Palestina) convivendo em paz e segurança, em fronteiras internacionalmente reconhecidas e mutuamente acordadas, com base no direito internacional. E é também por essa razão que não nos furtamos em condenar a violência indiscriminada e os atos terroristas, quaisquer que sejam as motivações.

No Itamaraty, temos orgulho dos atos heroicos dos únicos brasileiros “justos entre as nações”, ambos integrantes do Serviço Exterior Brasileiro: Luiz Martins de Souza Dantas e Aracy Guimarães Rosa. Os dois descumpriram instruções superiores para apoiar a fuga de judeus da Europa, colocando seu dever para com a humanidade acima das conveniências. Esses exemplos de coragem inspiram hoje os esforços brasileiros em prol da superação do verdadeiro antissemitismo, que deve ser combatido com as armas da tolerância, do diálogo e da justiça.

Esse é um compromisso permanente de toda a sociedade brasileira que a política externa continuará refletindo e projetando por meio de posições equilibradas, ancoradas no direito internacional e na melhor tradição humanista do Itamaraty.

ENTREVISTAS

**"BRASIL ESTÁ SALIENDO DE ESSE HOYO EN EL QUE FUE METIDO POR EL POPULISMO Y LA INCOMPETENCIA" (EL MERCURIO – 16/04/2017)
[ESPANHOL]**

Juan Pablo Toro V.

Asegura que la política exterior del gobierno de Temer busca volver a sintonizarse "con los intereses permanentes del país", sin preocuparse por "los alineamientos ideológicos o políticos" que predominaron en las administraciones del PT.

Como protagonista de la primera visita de un ministro del gobierno de Michel Temer a Chile, el canciller de Brasil, Aloysio Nunes, dialogó esta semana con "El Mercurio" sobre los esfuerzos internacionales que está dando su país para salir de la recesión económica y enfrentar los daños a la imagen, que han causado los escándalos de corrupción que involucran a empresas brasileñas.

En una sala de reuniones del Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, Nunes -un ex guerrillero izquierdista, que conoció el exilio durante la dictadura y hoy milita en las filas del Partido de la Social Democracia Brasileña (PSDB)- abogó por el "restablecimiento de la plena democracia en Venezuela" y también fustigó el "populismo" que hizo perder a su país ocho puntos del PIB en dos años.

-Cuando usted asumió, hizo énfasis en que iba a implementar una política exterior con foco comercial, para

reconectar a Brasil con los mercados internacionales en medio de la recesión. ¿Qué importancia juega en eso el acercamiento del Mercosur con la Alianza del Pacífico?

"El aspecto comercial y económico de la diplomacia es hoy algo prácticamente inseparable en las relaciones internacionales, las que el Presidente (Michel) Temer ve como un factor importante para superar la crisis económica. Porque crean oportunidades para las empresas, los trabajadores y estimulan la competitividad. Y yo he trabajado en esa línea.

En ese sentido, nosotros estamos empeñados con Argentina, Uruguay y Paraguay en dar nueva vida al Mercosur, para que sea una zona de libre comercio entre los países que lo integran y, al mismo tiempo, resaltar la importancia de la democracia como instrumento de convivencia de nuestros pueblos. Los cuatro países fundadores del Mercosur estamos haciendo un esfuerzo conjunto para eliminar una serie muy grande de barreras comerciales que aún existen y paralizan el libre comercio. Hemos levantado alrededor de 90 temas, sobre los cuales estamos trabajando para removerlos a partir de la comprensión de que cada barrera obedece a un interés y que muchos intereses tienen temas políticos o corporativos detrás. Estamos trabajando con mucha determinación".

-Así como dentro del Mercosur hay coincidencias en materia de integración económica, también hay una posición clara sobre la crisis venezolana. ¿Acordaron seguir presionando con Chile?

"Nosotros vemos aquí, en este museo, la importancia que tiene la opinión pública internacional como uno de los factores que pueden llevar a la evolución y la superación de gobiernos autoritarios. Fue así con Chile, fue así con Brasil. Y nosotros estamos dentro de la OEA. Tanto los países del Mercosur como los de la Alianza del Pacífico han puesto mucho énfasis en el restablecimiento de la plena democracia en Venezuela.

La integración que nosotros buscamos debe darse con libertad, y los regímenes autoritarios tienen muy poca propensión a esa dimensión de la libertad, que es la libertad de comercio. Son regímenes intervencionistas, quieren controlarlo todo, la vida económica y la vida social; entonces, son incompatibles con ese proyecto de mayor integración que hoy es parte del pensamiento común de los gobiernos de Brasil, Paraguay, Uruguay, Argentina, Chile, Perú, Colombia y México, que comparten y tienen los mismos puntos de vista en cuestiones como la apertura, libertad de comercio y democracia".

-Como vecinos directos de Venezuela, ¿se han visto afectados por la crisis en ese país? Sabemos que Colombia ha tenido conflictos fronterizos y hay población que está yendo a comprar productos a Brasil, por escasez.

"Tenemos una frontera con Venezuela de 2.200 kilómetros, que es porosa y está poco protegida. Y la crisis humanitaria del pueblo venezolano, claro que tiene una repercusión, que es un tipo de migración famélica de gente que va a buscar qué comer y, a veces, medicamentos a Brasil. No es una migración política, es una migración hambrienta y que se dirige básicamente al estado del norte de Brasil, Roraima, que no tiene muchas condiciones para dar acogida como nos gustaría. Así como el gobierno chileno, Brasil ya ofreció a Venezuela colaboración para el suministro de remedios y alimentos, pero el gobierno venezolano se rehúsa.

Lo que hacemos hoy es participar, primero, de un esfuerzo internacional de solidaridad con la democracia venezolana. Segundo, es buscar a través de todas las formas diplomáticas -porque la intervención es algo absolutamente fuera de nuestro vocabulario- los medios de superación por el diálogo y la negociación. Hasta ahora, el gobierno de (Nicolás) Maduro no demostró estar dispuesto a trabajar de manera seria con la oposición".

-¿Considera que el deterioro de la democracia en Venezuela pudo haber sido detenido antes? Porque los gobiernos del Partido de los Trabajadores (PT) fueron condescendientes y hasta cercanos con Venezuela.

"Sí, pero no creo que haya sido ese el factor decisivo. Es una dinámica interna de un gobierno que se considera revolucionario, y para el cual los límites que para nosotros son esenciales, como las garantías y los derechos individuales, son meros artefactos de eso que ellos llaman 'democracia burguesa'. Nosotros sabemos cuán importantes son esos artefactos de la 'democracia burguesa', cuán importante fue para Brasil durante la dictadura, por ejemplo, la lucha por el restablecimiento del habeas corpus .

Entonces, cuando un régimen que se considera revolucionario se pone en movimiento, tiende a buscar un control general del país y de la población, hasta el punto de intentar controlar la mente de las personas. Esa es la dinámica normal de un régimen autoritario. En algún momento eso se topa con algún obstáculo político y económico, que lleva a la superación, al cambio. Nosotros ya vimos eso en otros países".

-¿Cuál es la principal diferencia de la política exterior del Presidente Temer con la de los gobiernos del PT, que fue muy expansiva?

"Creo que la principal diferencia es que para nosotros, la política externa debe estar siempre sintonizada con los intereses permanentes del país, intereses de desarrollo económico, de la afirmación de Brasil en el mundo de hoy, de presencia en las organizaciones internacionales, sin la preocupación por alineamientos ideológicos o políticos, lo que para mí predominó y terminó por llevar a ciertas distorsiones en el gobierno PT, en relación a la tradición diplomática de Brasil".

-En ese sentido, usted conoce del escándalo de corrupción de Odebrecht, que está reventando en toda América Latina. Tras lo cual se pasó de hablar del "modelo brasileño" de Lula, que era muy alabado, a un problema regional mayor. ¿Usted cree que se está viendo muy afectada la imagen de Brasil?

"Sin duda. Es muy malo para la imagen de Brasil. El ex Presidente Lula (da Silva) hizo de la internacionalización de las grandes constructoras -y Odebrecht es una de ellas- un instrumento de aproximación y de alianza política con muchos países de América Latina y África. Algunos gobernantes que recibieron esas inversiones no estaban necesariamente al tanto del carácter criminal que había en las asociaciones de Odebrecht y del gobierno brasileño. Otros sabían, y fueron cómplices. Pero ahora cabe a la justicia de los diferentes países investigarlos y descubrir la responsabilidad de cada uno. Pero sin duda alguna, esto fue un hecho negativo para la imagen de Brasil.

Por otro lado, convengamos que en un hecho positivo, las instituciones brasileñas dedicadas a investigar crímenes de delincuentes de altas esferas y de gente muy poderosa están trabajando libremente para determinar las responsabilidades y castigar a los culpables.

Algunos de los mayores empresarios del país hoy están presos. Hubo hallazgos que posibilitaron dismantelar redes de corrupción instaladas en la mayor empresa brasileña, Petrobras, que hoy ya se ve libre de eso y se está recuperando, inclusive su credibilidad y prestigio, en el mundo económico.

Y también sobre el mundo político, en lo que respecta a la relación entre campaña electoral y patrimonio personal que compromete mucho a la élite política brasileña. Porque en este momento aún no se distinguió lo que fueron contribuciones para campañas electorales -que eran permitidas por la ley brasileña- y la corrupción en la forma de coimas para la obtención de contratos. Es un proceso que va a demorar y que no va terminar temprano. Y nosotros vamos a seguir adelante con nuestras vidas".

-¿Qué están haciendo, como gobierno, para recuperar la imagen de Brasil?

"No hay una campaña para eso, es solo mostrar la evidencia de lo que es Brasil. Que tiene una industria muy poderosa y competitiva. Nosotros somos una gran potencia agroindustrial, además de una potencia ambiental. Los gobiernos de Brasil y Chile fuimos los primeros en promulgar los Acuerdos de París. Nosotros resolvemos esto en

la acción, mostrando todo lo que tenemos de bueno y sin recelo de mostrar lo malo, porque en el mundo de hoy no se esconde nada. La regla es la transparencia".

-Una cosa es recuperar imagen, y otra, liderazgo. Brasil siempre ha tenido liderazgo en América Latina y en Sudamérica, especialmente. ¿Cree que podrán recuperar ese liderazgo o habrá que esperar después de las elecciones de 2018?

"Brasil está en el camino de la recuperación, pero no de liderazgo, porque no es nuestra ambición. No queremos liderar a nadie, queremos ser amigos, pero en plena recuperación de la economía, de la estabilidad de nuestra moneda y de la búsqueda del equilibrio fiscal. El Presidente Temer ha tomado medidas valientes, con reformas que ya están aprobadas, como la laboral. O con otras que están en marcha, como la previsional, con todos los obstáculos que tiene una reforma de este tipo en cualquier lugar del mundo. En fin, Brasil está saliendo de ese hoyo en el que fue metido por el populismo y la incompetencia, y que nos costó muy caro. En dos años perdimos 8% de nuestro PIB, llegamos a 13 millones de desempleados y una inflación muy alta".

-¿Y va a crecer Brasil este año?

"No sé, quizás crezca 1%, pero el hecho es que para el último trimestre se está previendo un crecimiento mayor. Lo que nos prepara para un crecimiento razonable de 2,5%, 3% en 2018.

Ahora hay señales importantes de recuperación, inclusive en el comercio de Brasil y Chile. En el primer trimestre, nuestro comercio bilateral creció 43% en relación al primer trimestre del año pasado".

"Los países del Mercosur y los de la Alianza del Pacífico han puesto mucho énfasis en el restablecimiento de la plena democracia en Venezuela".

"Lula hizo de la internacionalización de las grandes constructoras -y Odebrecht es una de ellas- un instrumento de aproximación y de alianza política con muchos países de América Latina y África".

INDICE REMISSIVO

A

ÁFRICA – 3, 4, 14, 19, 27, 32, 33, 42, 50, 60, 129, 133, 134, 137, 138, 139, 185, 186, 187, 189, 196 e 197.

ÁFRICA DO SUL – 4, 10, 19, 32, 50, 97, 112, 131, 132, 137, 138 e 185.

ALEMANHA 4, 15, 48, 49, 84, 101 e 154.

ALGODÃO 19 e 94.

AMÉRICA DO SUL – 32, 103, 108, 110, 111, 123, 134, 181 e 187.

ARGENTINA – 5, 6, 11, 24, 32, 45, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 88, 99, 104, 105, 107, 111, 115, 117, 134, 135, 136, 144, 152, 154, 155, 158, 181, 183, 184, 190, 194, 195 e 196.

ARMAS NUCLEARES – 5, 13, 83, 83, 179 e 180

ÁSIA – 27, 33, 38 e 108.

ASSISTÊNCIA CONSULAR – 28, 55, 57 e 70.

ASSUNÇÃO – 8, 88, 100, 105 e 139.

B

BIOCOMBUSTÍVEIS – 26 e 59.

BOLÍVIA – 24, 51, 68 e 74.

BRICS -13, 26, 32, 46, 132, 138, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 158 e 186.

BUENOS AIRES – 8, 9, 25, 32, 36, 54, 55, 56, 60, 62, 63, 77, 83, 88, 91, 105, 107, 120, 129, 140, 152, 182 e 183.

C

CARACAS – 82, 83 e 147.

CHILE – 5, 9, 13, 24, 32, 45, 54, 66, 68, 74, 83, 99, 104, 107, 110, 111, 115, 117, 134, 154, 158, 181, 183, 184, 190, 194, 195 e 197.

CHINA – 9, 11, 12, 13, 26, 33, 46, 52, 53, 108, 112, 132, 141, 150, 151, 155, 156, 160 e 161.

COLÔMBIA – 8, 24, 32, 45, 62, 99, 104, 106, 107, 108, 111, 115, 117, 134, 135, 154, 181 e 190.

CONSELHO DE SEGURANÇA – 17, 26, 32, 63, 83, 88, 89, 109, 131, 139 e 140

COOPERAÇÃO ECONÔMICA – 118, 113 e 185

COREIA DO NORTE – 5, 6, 11, 83, 89 e 139

COREIA DO SUL - 62

CLPL – 27 e 135.

CUBA – 99 e 139.

D

DEMOCRACIA – 15, 21, 22, 24, 30, 37, 39, 47, 48, 54, 82, 87, 99, 102, 104, 109, 110, 111, 130, 143, 148, 149, 151, 183, 187, 190, 191, 194, 195 e 197.

DESARMAMENTO – 39, 82, 131 e 180.

DESENVOLVIMENTO – 3, 7, 9, 10, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 35, 38, 42, 43, 44, 45, 47, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 75, 77, 78, 80, 87, 95, 96, 97, 100, 103, 105, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 121, 122, 123, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 143, 146, 151, 152, 153, 160, 162, 176, 177, 178, 182, 185, 187, 188, 189 e 190.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – 3, 15, 16, 17, 25, 26, 32, 43, 45, 55, 62, 64, 112, 113, 122, 129, 130, 131, 132, 135, 146, 152, 153, 160 e 187.

DIREITOS HUMANOS – 8, 10, 12, 13, 17, 22, 26, 27, 30, 37, 39, 45, 55, 60, 82, 88, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 116, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 142, 143, 148, 149, 151, 155, 158, 159, 160 e 190.

E

EQUADOR – 4, 49, 112 e 115.

ESPANHA – 9, 10, 11, 45, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131 e 142.

ESTADOS UNIDOS – 11, 13, 33, 49, 52, 53, 84, 89, 98, 99, 102, 140, 145, 154, 159, 160, 190.

F

FRANÇA – 10, 36, 81, 92, 95 e 138.

FRONTEIRAS – 7, 22, 24, 33, 54, 56, 58, 67, 92, 101, 107, 127, 128 e 193.

G

GENEBRA – 53, 83, 85, 89, 99, 109, 133, 139, 141, 149, 152 e 160.

GUIANA – 11, 13, 95, 148, 161, 162, 175, 176, 177, 178 e 179.

GUINÉ-BISSAU – 135.

H

HAITI – 4, 6, 11, 47, 87, 101 e 146.

HONDURAS – 45, 99, 115, 117, 135, 154 e 190.

I

IBAS – 32, 138 e 185.

ÍNDIA – 25, 26, 32, 33, 62, 108, 112, 132.

INVESTIMENTOS – 7, 9, 23, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 54, 61, 62, 63, 65, 66, 76, 77, 78, 93, 94, 97, 98, 100, 104, 107, 108, 110, 111, 112, 116, 119, 120, 121, 133, 137, 138, 145, 150, 153, 161, 181, 185 e 187.

ISRAEL – 4, 5, 48, 49, 50, 82, 107, 157, 192 e 193.

IRÃ – 12, 51 e 148.

ITÁLIA – 4 e 51.

J

JAPÃO – 25, 33, 53, 62 e 89.

JOGOS OLÍMPICOS – 27 e 28.

L

LÍBANO – 62 e 127.

LIMA – 82.

M

MALVINAS – 64.

MEIO AMBIENTE – 11, 16, 22, 26, 32, 46, 54, 64, 112, 128, 129, 145, 146, 153 e 179.

MERCOSUL – 4, 6, 8, 9, 12, 23, 24, 25, 30, 32, 33, 50, 51, 53, 54, 55, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 88, 100, 101, 105, 107, 108, 110, 111, 116, 119, 120, 124, 133, 144, 151, 152, 181, 182 e 186.

MÉXICO – 7, 11, 12, 24, 32, 45, 46, 52, 81, 84, 90, 98, 99, 101, 103, 107, 108, 109, 111, 115, 117, 135, 140, 143, 145, 149, 150, 151, 154, 158, 181, 190 e 195.

MOÇAMBIQUE – 10, 14, 42, 43, 135, 137, 138, 185, 187, 188.

N

NAÇÕES UNIDAS – 8, 10, 13, 17, 19, 26, 32, 34, 43, 45, 47, 52, 55, 63, 64, 83, 89, 91, 97, 98, 99, 101, 103, 109, 112, 114, 117, 122, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 136, 140, 142, 146, 149, 152, 159, 160, 179 e 185.

NAVEGAÇÃO – 163, 165, 167 e 168.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – 7, 8, 10, 48, 93, 102, 126, 132, 134, 150, 177, 188.

NUCLEAR – 5, 13, 39, 55, 59, 67, 82, 83, 89, 131, 140, 179 e 180.

O

OMC – 5, 6, 27, 32, 53, 63, 67, 81, 85, 86, 87, 89, 129, 141 e 185.

ONU – 12, 13, 27, 32, 63, 88, 103, 116, 131, 140, 148, 158, 160, 185 e 192.

ORIENTE MÉDIO – 34, 94 e 134.

P

PALESTINA – 9, 10, 82, 107, 134 e 193.

PARAGUAI – 8, 24, 32, 45, 62, 74, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 111, 115, 117, 134, 135, 154, 181 e 190.

PAZ – 3, 6, 17, 22, 26, 27, 28, 39, 49, 62, 82, 88, 97, 107, 111, 116, 117, 127, 130, 131, 137, 140, 184, 187, 190, 191 e 193.

PERU – 7, 24, 32, 45, 49, 74, 95, 97, 99, 107, 108, 111, 115, 117, 134, 154, 181 e 190.

PORTUGAL – 4, 8, 27, 48, 81, 102, 135, 153.

PROPRIEDADE INTELECTUAL – 79, 87, 150 e 152.

R

RIO+20 – 15.

S

SANTIAGO – 54 e 183.

SEGURANÇA – 6, 17, 24, 25, 26, 32, 39, 54, 55, 58, 59, 63, 67, 71, 82, 83, 84, 88, 89, 95, 100, 101, 102, 107, 109, 111, 120, 121, 127, 128, 130, 131, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 148, 151, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 172, 180, 189 e 193.

SÍRIA – 7, 9, 91, 92, 107 e 109.

T

TERRORISMO – 17, 26, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 81, 83, 85, 88, 110, 111, 127, 130, 139, 141, 142, 145, 147, 148, 149.

TIMOR-LESTE – 135.

TURQUIA – 3, 47 e 50.

U

UNASUL – 45, 62, 63, e 104.

UNESCO – 27, 91, 92 e 192.

UNIÃO EUROPEIA – 10, 25, 33, 53, 62, 84, 89, 100, 105, 116, 120, 121, 130, 133 e 134.

URUGUAI – 8, 11, 24, 32, 45, 53, 58, 64, 74, 99, 101, 104, 105, 107, 111, 115, 117, 134, 142, 154, 158, 181 e 190.

V

VENEZUELA – 5, 8, 9, 10, 11, 11, 14, 30, 32, 45, 62, 82, 86, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 115, 117, 129, 134, 135, 136, 143, 147, 148, 151, 154, 179, 184, 190, 191, 194, 195 e 197.

Capa e Projeto Gráfico

Karina Barreira

Vivian Fernandes

Diagramação

Mayara Cristina Félix

Revisão Temática e Gramatical

Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,
Plastificação fosca (capa)
e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

219



Departamento de Comunicações e Documentação

Endereço para correspondência

Arquivo Central - DCA

Ministério das Relações Exteriores,

Anexo II, 1º subsolo, Sala 10

CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (61) 2030-9279 / 9037

Fax: (61) 2030-6591

Impresso pela Gráfica do Ministério das Relações Exteriores